



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

MARIA PÁSCOA SARMENTO DE SOUSA

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ: programas
EXPANDIR e REUNI e a composição de quadros docente dos *campi* da
Universidade Federal do Pará (2001-2010)

Belém
2011

MARIA PÁSCOA SARMENTO DE SOUSA

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ: programas
EXPANDIR e REUNI e a composição de quadros docente dos *campi* da UFPA
(2001-2010)

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em
Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Sousa, Maria Páscoa Sarmento de

Expansão da educação superior no Pará: programas EXPANDIR e REUNI e a composição dos quadros docentes dos campi da UFPA – 2001 - 2010 / Maria Páscoa Sarmento de Sousa; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2011.

209 f.: il.; 29 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Universidade Federal do Pará. 2. Universidades e Faculdades – Para – Corpo docente. 3. Expansão universitária – Pará. 4. Programa de Expansão da Educação Superior – Brasil. 5. Programa de apoio a planos de Extensão e reestruturação das Universidades Públicas Federais – Brasil. I. Acevedo Marin, Rosa E., orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 378.8115

MARIA PÁSCOA SARMENTO DE SOUSA

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ: programas
EXPANDIR e REUNI e a composição dos quadros docentes dos *campi* da UFPA
– 2001-2010

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em
Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof.^a Dr.^a.
Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Examinador – NAEA/UFPA

Prof.^a Dr.^a. Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Examinador – Externo (ICED/UFPA)

Resultado: _____

Belém
2011

A Waldo e Miguel, personificações do Amor.
À Darlinda e Mauricio, razões de minha vida.
À Orlinda, minha sempre MÃE!

AGRADECIMENTOS

A DIVINDADE, a GRANDE MÃE, a GRANDE ESTRELA, por me conduzir sempre no caminho da LUZ!

A Prof^a. Dr.^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin, pela direção firme e constante na condução desta pesquisa e por compartilhar seus conhecimentos.

Aos membros da Banca de Defesa, Prof.^a Dr.^a. Ney Cristina M. Oliveira e Prof. Dr. Durbens M. Nascimento, pelas valiosas contribuições.

Aos professores do curso pelos ensinamentos e troca de experiências.

Aos colegas de curso pela cooperação e companheirismo, principalmente às “Marias” – Graça, Rosângela e Elite - por me acolherem em seus corações e a Ana Santos, pela amizade.

Ao professor Milton Farias pela disponibilidade em nós encaminhar pelos intrincados caminhos da metodologia científica.

Aos colegas do Arquivo Central, SEGE, PROGEP, PROEX, Secretaria da Reitoria e PROPLAN por facilitarem a pesquisa.

A UFPA, por intermédio da PROGEP, por patrocinar a oferta do curso.

Aos informantes que se dispuseram a colaborar com o trabalho.

A toda a minha família e amigos pelo apoio.

RESUMO

A expansão da Educação Superior por intermédio das universidades públicas federais é opção expressa do MEC através de dois programas criados no governo Lula: Programa de Expansão da Educação Superior Pública/Expandir (2003-2006) e Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais/REUNI – 2007/2012. Este trabalho analisa a implementação destas políticas no âmbito da Universidade Federal do Pará como subsídios para garantir a política de expansão desta IES, pautada sobre a filosofia *universidade multicampi* e a noção de *vocações regionais*. Auxiliam-nos na interpretação autores como: Santos (2010), Trigueiro (2003), Dourado (2002) Fialho (2005), Freitas (2005), Yu e Façanha (2011), Lima (2011) Souza e Shibata (2011), entre outros. O texto apresenta o cenário da política de educação superior entre 1980 e 2010 no Brasil. Refaz o percurso da construção da política *multicampi* na UFPA e procura estabelecer relação entre a adoção desta filosofia de gestão e expansão e a composição dos quadros docente dos *campi*. Para tanto, analisa os processos internos de gestão e decisão nesta *organização* universitária *complexa* e estruturada como *burocracia profissional*, evidenciando as escolhas e rumos tomados por seus dirigentes na condução das macropolíticas do MEC no sentido de organizar/estruturar os quadros docente de suas unidades acadêmicas regionais (os *campi*). Esta análise identifica uma iniquidade na distribuição das vagas para docentes efetivos entre os *campi* da UFPA, fruto de uma estratégia organizacional, de decisões e escolhas - filosofia de expansão baseada nas vocações econômicas regionais - que optou por investir prioritariamente em alguns *campi* em detrimento de outros, política iniciada em 1998, nas linhas de ação para *III Projeto Norte de Interiorização 1998-2001* (III PNI) e que culminou na distribuição dos recursos dos Programas EXPANDIR e REUNI.

Palavras-chave: Educação Superior – Programas de Expansão – organizações universitárias - Universidade *Multicampi* – Universidade Federal do Pará.

ABSTRACT

The Higher Education expansion through federal public universities it's the main opinion of MEC expressed in two programs created by The Lula government: Programa de Expansão da Educação Superior Pública/EXPANDIR (2003-2006) and Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais/REUNI – 2007/2012. This present work intends to analyse the implementation of these policies within the Federal University of Pará as subsidies to ensure the expansion policy of IES, based on the philosophy *multicampi* university and the notion of regional vocations. Assist us in interpreting the authors: Santos (2010), Trigueiro (2003), Dourado (2002) Fialho (2005), Freitas (2005), Yu and Façanha (2011), Lima (2011) Souza and Shibata (2011), and others. The text presents the scenario of higher education policy between 80's decade and 2010. Explain about the course of *multicampi* policy construction at UFPA and seeks to establish the relationship between the adoption of this management philosophy and the growth and composition of the teaching staff of the campus. It analyzes the internal processes of management and decision in this complex university organization and structured as a professional bureaucracy, evidenced by the choices and directions taken by their leaders in the conduct of macro policies of the MEC to organize / structure the teaching staff of their academic of the regional unities (the *campi*). This analysis identifies an inequity in the distribution of vacancies for effective teachers at the UFPA campuses, the result of an organizational strategy, decisions and choices - based on the philosophy of expanding regional economic vocations - who chose to invest in some priority over other campuses. Policy initiated in 1998 on the lines of action for *III Projeto Norte de Interiorização 1998-2001* (III PNI) and culminated in the distribution of resources in Programas EXPANDIR and REUNI.

Keywords: Higher Education – expansion programs - university organizations - university *multicampi* – Federal University of Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapas da Expansão da Educação Superior Pública (2003-2010).....	23
Gráfico 1 - Expansão das IFES decorrentes da implementação dos Programas Expandir e REUNI.....	26
Figura 2 – Organograma da Universidade Federal do Pará	28
Figura 3 - Estrutura Organizacional de Mintzberg.....	30
Figura 4 - Representação figurativa de Burocracia Profissional.....	32
Figura 5 - Representação da Estrutura da UFPA conforme o Modelo Burocracia Profissional.....	33
Gráfico 2 – Distribuição de Vagas Docentes entre 2001 e 2004.....	165
Gráfico 3 - Distribuição de Vagas Docentes entre 2005 e 2007.....	166
Figura 6 - Mapa Divisão do Pará em Mesorregiões.....	174
Figura 7- Mapa de Distribuição dos <i>Campi</i> Universitários no Território Paraense...	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da matrícula na educação superior de graduação presencial, por categoria administrativa (Brasil – 1960/2008)	21
Tabela 2 – Resultados Alcançados - Programa Expandir (2003-2006)	24
Tabela 3 - População Universitária da UFPA em 2010	61
Tabela 4 - Cursos de Graduação ofertados entre 1986-1993	104
Tabela 5 - Cursos de Graduação por Ano, Modalidade e Regime de Oferta (1986-1993)	104
Tabela 6 - Metas da Universidade Federal do Pará para o II PNI	106
Tabela 7 – Especificação das Metas por Campus e Ano	106
Tabela 8 - Docentes Efetivos do 3º Grau por Classe e Titulação – 1998	110
Tabela 9 - Situação da Oferta de Cursos nos <i>Campi</i> do Interior em 1998	111
Tabela 10 - Demonstrativo da distribuição das vagas constantes do Edital nº 14/98	116
Tabela 11 – Docentes Efetivos do 3º Grau por Unidade / Classe e Titulação – 2000	122
Tabela 12 – Docentes Efetivos do 3º Grau por Unidade / Classe e Titulação – 2000	125
Tabela 13 - Distribuição de Vagas Docentes entre os <i>Campi</i> do Interior em 2001	129
Tabela 14 – Demonstrativo do nº de professores para os cursos novos e/ou recém-criados nos <i>Campi</i> do Interior: 2005 a 2007	146
Tabela 15 – Pactuação <i>Campus</i> Universitário de Bragança	148
Tabela 16 - Pactuação <i>Campus</i> Universitário de Castanhal	148
Tabela 17 - Pactuação <i>Campus</i> Universitário de Marabá	149
Tabela 18 - Pactuação <i>Campus</i> Universitário de Santarém	149
Tabela 19 - Recursos Humanos para a Implementação da Proposta (por <i>campi</i>)	153
Tabela 20 – Docentes Efetivos do 3º Grau por Unidade/Classe e Titulação:2006	154
Tabela 21 - Cursos de Graduação nos <i>Campi</i> e a necessidade de contratação de docentes	159
Tabela 22 - Distribuição de vagas de professores efetivos entre 2001-2007	163
Tabela 23 - Docentes Ativos Efetivos da UFPA por Unidade/Classe e Titulação – 2010	171
Tabela 24 - Configuração Acadêmica do Campus de Abaetetuba	176
Tabela 25 – Estrutura Acadêmica do Campus Universitário de Altamira	179
Tabela 26 – Estrutura Acadêmica do Campus Universitário de Bragança	180
Tabela 27 - Configuração Acadêmica do Campus de Cametá	182
Tabela 28 - Configuração Acadêmica do Campus de Castanhal	184
Tabela 29 - Corpo Docente do Campus de Soure	189

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFPA Associação dos Docentes da UFPA (Associação Sindical)

BM Banco Mundial

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSEPE Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUN Conselho Superior Universitário

CRUTAC Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ações Comunitárias

CUMB Campus Universitário do Marajó-Breves

CUMS Campus Universitário do Marajó-Soure

FADESP Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

FIES Programa de Financiamento Estudantil

FMI Fundo Monetário Internacional

FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES Instituição de Ensino Superior

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação

MOBEX Processo Seletivo a Mobilidade Acadêmica Externa

MOBIN Processo Seletivo a Mobilidade Acadêmica Interna

NAEA Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OMC Organização Mundial do Comércio

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRE Plano Diretor da Reforma do Estado

PDTS-Marajó Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó

PIT Plano Individual de Trabalho

PNI Projetos Norte de Interiorização

PNI-II Segundo Projeto Norte de Interiorização

PNI-III Terceiro Projeto Norte de Interiorização

PNE Plano Nacional de Educação

PPC Projeto Pedagógico de Curso

PROEG Pró-reitoria de Ensino de Graduação

PROPLAN Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

PROAD Pró-reitoria de Administração

PROGEP Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

PS Processo Seletivo

PSE Processo Seletivo Especial

REUNI Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

REUNI-UFPA Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Pará

SEDUC Secretaria de Estado de Educação

SESu/MEC Secretaria de Educação Superior do MEC

SEUM Secretaria da Universidade Multicampi

SINDTIFES Sindicato dos Trabalhadores de Instituições Federais de Ensino Superior

UFPA Universidade Federal do Pará

UNAMAZ Associação de Universidades Amazônicas

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
a) Políticas de Expansão do MEC via Interiorização das IFES: 2001 a 2010.....	22
a.1) Programa EXPANDIR (2003-2006 – com extensão até 2010).....	23
a.2) Programa REUNI (2007-2012).....	24
b) Abordagem teórica.....	27
c) Procedimentos Metodológicos.....	42
d) Estrutura da Dissertação.....	47
CAPÍTULO 2 - EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BRASIL – PARÁ.....	50
2.1 A UNIVERSIDADE E A QUESTÃO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	50
2.2 A UFPA E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ.....	60
2.2.1 Construção da <i>universidade multicampi</i> na UFPA.....	68
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS DE COMPOSIÇÃO DE QUADRO DOCENTE PARA OS CAMPI DO INTERIOR DA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: 2001 - 2010.....	100
3.1 PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DE QUADROS DOCENTE EFETIVOS PARA OS CAMPI DO INTERIOR VISTO EM FASES.....	100
3.1.1 1ª Fase: de 1986 a 1989.....	101
3.1.2 2ª Fase: de 1990 a 1993.....	102
3.1.3 3ª Fase – de 1994 a 1999.....	105
3.1.4 4ª Fase – de 2000 a 2003.....	122
3.1.5 5ª Fase - 2004 a 2010.....	139
CAPÍTULO 4 – MACROPOLÍTICAS FEDERAIS DE EXPANSÃO E POLÍTICA DE COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DOCENTES DOS CAMPI DA UFPA.....	145
4.1 – IMPACTO DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO MEC SOBRE A COMPOSIÇÃO DO QUADRO DOCENTE DOS CAMPI: 2001 A 2010.....	145

4.2 – OS <i>CAMPI</i> DO INTERIOR DA UFPA <i>MULTICAMPI</i> : HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS.....	169
4.2.1 O <i>Campus</i> Universitário do Baixo Tocantins-Abaetetuba.....	175
4.2.2 O <i>Campus</i> Universitário de Altamira.....	177
4.2.3 O <i>Campus</i> Universitário de Bragança.....	179
4.2.4 O <i>Campus</i> Universitário do Marajó-Breves.....	180
4.2.5 O <i>Campus</i> Universitário do Baixo Tocantins-Cametá.....	182
4.2.6 O <i>Campus</i> Universitário de Castanhal.....	182
4.2.7 O <i>Campus</i> Universitário do Sul e Sudeste do Pará-Marabá.....	184
4.2.8 O <i>Campus</i> Universitário do Oeste do Pará-Santarém.....	185
4.2.9 O <i>Campus</i> Universitário do Marajó-Soure.....	187
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 190
 REFERENCIAIS.....	 194
 ANEXOS.....	 206

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação representa o resultado de um estudo que objetivou averiguar como a Universidade Federal do Pará (UFPA) operacionalizou a *composição dos quadros docente efetivo dos seus campi* universitários localizados no interior do Estado do Pará a partir da implementação de programas nacionais de expansão do ensino superior público entre 2001 e 2010. Especificamente, constitui o esforço de compreender como esta instituição de ensino superior (IES) utilizou os recursos oriundos de dois programas federais de expansão das universidades federais, o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR) e o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Públicas Federais (REUNI), para compor os quadros docente de seus *campi* localizados no interior do estado do Pará e, a partir disto, garantir a expansão e democratização do ensino superior público nesta unidade da federação.

Neste sentido tornou-se necessário e igualmente importante proceder a uma análise das políticas públicas educacionais efetivadas no âmbito da referida Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2001-2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d) e a adoção do modelo ou configuração *Universidade Multicampi* como política de gestão acadêmica e administrativa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d). A adoção do modelo de gestão *universidade multicampi* é proposta pela primeira vez no supracitado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois neste documento um de seus eixos estruturantes é justamente denominado **Universidade Multicampi**, cujo objetivo era substituir o modelo de interiorização implementado pela UFPA até aquele momento. O PDI revisou a concepção anterior e propôs:

Esse modelo [Projeto de Interiorização], que tem sua importância histórica largamente reconhecida deve agora ser superado por um novo, da mesma ordem de importância que foi o projeto de interiorização até aqui, qual seja, o de implantar o funcionamento da UFPA dentro da visão de Universidade-Rede, um sistema solidário e cooperativo entre os *campi* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, p. 72).

Esta posição subsidiou a discussão sobre a **política de composição de quadro docente para os campi do interior**, a partir da análise dos processos político-administrativos que norteiam as escolhas e o processo decisório tanto no âmbito dos Conselhos Deliberativos dos *campi* universitários como nos Conselhos Deliberativos Superiores - Conselho Universitário (CONSUN), Conselho Superior de Ensino Pesquisa

e Extensão (CONSEPE) e Conselho Superior de Administração (CONSAD) - e também nos Órgãos Executivos de Direção Superior (Reitoria e Pró-reitorias) e nos Órgãos Executivos de Direção Intermediária (Coordenações dos *Campi*), assim como nos diversos *fori* de discussões e proposições (Fórum de Dirigentes, Fórum dos Coordenadores de *Campi*) desta IFES.

Esta pesquisa representou uma oportunidade da UFPA refletir sobre si mesma, uma vez que, sendo a pesquisadora um membro do corpo técnico desta organização, também a representa. Isto é algo significativo, pois o refletir sobre o seu próprio fazer, sobre suas práticas e dinâmicas constitui-se numa oportunidade desta organização, no dever, modificar rumos, ações e práxis acadêmica a fim de corrigir falhas e melhorar seus processos e suas políticas. E, desta forma, garantir a eficiência e a eficácia dos mesmos no que diz respeito ao objetivo precípua de alcançar o cumprimento de sua missão e a manutenção de seus princípios, expressos no Art. 2º de seu Estatuto¹ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d).

A relevância científica da temática da interiorização da UFPA apresenta-se a partir da capacidade de produzir uma análise institucional não realizada até o presente, essa posição vai ao encontro de Coelho (2008, p.30-31) que argumenta ser a interiorização da UFPA um assunto fértil em decorrência de escassez de bibliografia sobre o tema. A autora destaca que, durante suas pesquisas para a tese de doutorado, encontrou apenas seis trabalhos (uma tese e cinco dissertações) referentes a temática no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES) e, no Pará, apenas duas dissertações (fora do banco de teses da CAPES) versando sobre este objeto.

Durante as pesquisas preliminares para a construção da proposta de investigação, recorreu-se a diversos bancos de textos científicos *online*, sites de busca² e aos arquivos da Biblioteca Central da UFPA e Bibliotecas Setoriais do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e Instituto de Ciências da Educação da UFPA (ICED) em busca de artigos, teses, dissertações que versassem sobre o processo e/ou política de interiorização da UFPA e que, especificamente, enfocassem a questão da composição de quadro docente para os *campi* do interior desta IFES *multicampi*. Em

¹ A universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

² Bancos de textos como: <http://www.scielo.br/>; <http://www.cedes.unicamp.br/>; <http://www.dominiopublico.gov.br/>; <http://www.bdttd.ufpa.br/>; <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> e <http://scholar.google.com.br/>.

que pese os esforços envidados neste sentido, não se obteve sucesso, pois não se encontrou nenhum artigo, tese ou dissertação que sequer aludissem a este aspecto do processo de interiorização da UFPA em sua configuração *multicampi*, assegurando-nos mais ainda sobre a necessidade de pesquisa nesta direção.

A nosso ver a **questão da composição de quadro docente** constitui-se numa estratégia fundamental para garantir os resultados da política de interiorização/expansão desta IFES, uma vez que contribui decisivamente para a consolidação de seus *campi* em todos os espaços onde está inserida no estado do Pará. Portanto, justifica-se a pesquisa que empreendemos, pois somará aos esforços dos demais pesquisadores que realizam análise institucional orientados para a questão da *expansão da educação superior pública e para a política de interiorização da UFPA enquanto Universidade Multicampi*.

A universidade como campo de pesquisa tem sido objeto de estudos de inúmeros pesquisadores, porém, apesar de oferecer-se “n(um) arco temático de inesgotável riqueza à investigação científica” (FIALHO, 2005, p. 15) ainda existem áreas carentes de estudos mais profundos e sistemáticos e nesta área insere-se a configuração *multicampi* desta instituição. A autora citada defende que ao se pesquisar a universidade deve-se ter em vista que, por tratar-se “de uma instituição que estuda instituições, compreendê-la significa lidar com um objeto que procura falar sobre e para si mesmo” e que pesquisá-la “é, admitindo-se o risco de redundância, tomar por objeto uma instituição que se insere entre seus próprios objetos” (FIALHO, 2005, p. 15-16). Neste estudo, consideramos fundamental discutir a Universidade Federal do Pará como uma universidade que se organiza hoje numa configuração *multicampi*. Entende Fialho (2005) que:

Na área, pois, da universidade *multicampi*, é praticamente inexistente o olhar sobre a instituição compreendida em seu todo característico: universidade *multicampi*. Em geral, os estudos existentes circunscrevem-se às ideias de *campus* universitário, regionalização e interiorização do ensino superior, distribuição espacial das universidades, temáticas que recebem a contribuição de muitos autores [...] (FIALHO, 2005, p. 17).

Discuti-se, pois, detalhadamente, no âmbito da política de gestão e administração **Universidade Multicampi** da UFPA, o problema da **composição dos quadros docente dos campi do interior**, adotando como *locii* de pesquisa e referenciais empíricos de análise os nove (09) primeiros *campi* universitários da UFPA: *Campus* Universitário de Abaetetuba, *Campus* Universitário de Altamira, *Campus* Universitário de Bragança, *Campus* Universitário do Marajó-Breves, *Campus*

Universitário de Cametá, *Campus* Universitário de Castanhal, *Campus* Universitário de Marabá, *Campus* Universitário de Santarém e *Campus* Universitário do Marajó-Soure³. Nesse sentido a pesquisa buscou compreender como a UFPA acessou e utilizou os recursos das políticas federais mencionadas para consolidar seus *campi*.

No contexto mundial, a preocupação com a expansão da educação superior tornou-se mais incisiva a partir do início do século XX e o processo de expansão ou massificação da educação superior, em nível mundial, começou a ocorrer a partir de meados daquele século, intensificando-se nas três últimas décadas e estende-se até o momento atual. O surgimento deste fenômeno atrela-se às demandas da denominada sociedade capitalista industrial relativas à crescente necessidade de mão de obra técnica e intelectualmente qualificada a fim de garantir o sucesso de novos padrões de produção e reprodução do capitalismo.

A fim de garantir a manutenção de seus padrões de produção de bens e riqueza no pós-guerra, os países líderes do capitalismo mundial, ou países do *centro* do capitalismo, começaram a investir em educação superior e, por conta deste pioneirismo, durante as últimas décadas, lideram a produção científica e tecnológica (produção de conhecimento) mundial, afastando-se ainda mais dos países da *periferia* do capitalismo. Este afastamento entre *centro* e *periferia* é mais visível ainda pelo fato do conhecimento, nestas últimas décadas, ter se transformado num dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento, tanto em termos de padrões de crescimento ou progresso econômico, quanto em termos de padrões sociopolíticos das nações.

No século XVIII, especialmente a partir das críticas de Marx e Engels (2006) ao sistema capitalista de produção, a ideia do desenvolvimento como progresso passou a ser questionada e demonstrar suas limitações, especialmente no que diz respeito às áreas sociais e políticas. No entanto é somente após a crise capitalista de 1929 que se passou a adotar novos paradigmas conceituais e teóricos em relação ao desenvolvimento. Entre os direitos sociais a educação passa a constituir-se num direito efetivamente cobrado pela sociedade moderna de forma mais incisiva no século XX, quando surge o paradigma do *Welfare State* como modelo de desenvolvimento.

Neste contexto, a fim de evitar ou minimizar os conflitos sociais e políticos

3 A escolha de apenas oito (08) dos dez (10) *campi* da UFPA localizados no interior para compor o universo da pesquisa justifica-se por serem aqueles com maior tempo de atuação, pois os mais novos (Capanema e Tucuruí) constituíam, no período de abrangência da pesquisa, Núcleos Universitários de alguns destes *campi*.

oriundos dos problemas gerados pelo capitalismo, vistos como antinomias - pobreza x riqueza, desenvolvimento x subdesenvolvimento, abundância x escassez - o Estado, enquanto instituição social, foi chamado a intervir nestes conflitos, atribuindo-se a ele o papel de mediador e promotor do desenvolvimento (MOTA, 2001). Este novo paradigma, conforme o autor acima citado, passou a ser denominado **desenvolvimento como bem-estar social** ou *welfare state*, teoricamente baseado nas ideias de J.M. Keynes e nos chamados *modelos dinâmicos de desenvolvimento*, surgidos nos anos 50, “com forte ênfase no planejamento, na orientação reguladora do Estado, e nos efeitos dinâmicos do progresso técnico no desenvolvimento econômico” conforme assinala Mota (2001, p.31).

A partir de então, o termo desenvolvimento passou a ser associado a direitos sociais e políticos, segurança social e políticas redistributivas de renda. Após a Segunda Guerra o papel estatal como promotor do desenvolvimento (Estado desenvolvimentista e intervencionista) se acentuou pela necessidade de reconstruir os Estados destruídos pelo conflito. Assim o *welfare state* “se expressa como uma particular forma de regulação social que se expressa num processo de transformações nas relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e sociedade” (MOTA, p. 30). Tal paradigma entrou em crise a partir dos anos 80 com o surgimento do paradigma neoliberal de desenvolvimento econômico.

Schwartzman (1980), estabelece a relação entre expansão da educação superior universitária e desenvolvimento social, ao escrever que:

Um dos principais objetivos, que sempre acompanhou a expansão de educação em todo o mundo, é a função democratizadora da Universidade. Na época moderna, a conquista do direito à educação passou a ser considerada como parte da ampliação do próprio conceito de cidadania, junto com o direito ao voto e a condições mínimas de assistência social, salário e condições adequadas de trabalho. No início, vinculada somente à educação básica ou primária, essa noção foi gradativamente se estendendo a níveis educacionais cada vez mais altos, até atingir a educação superior. De acordo com essa concepção, o sistema educacional, e o sistema universitário em particular, teria a grande função de dar a todos uma oportunidade igual de participação da sociedade, ao mesmo tempo em que selecionaria os mais qualificados para o exercício das diversas funções profissionais. (SCHWARTZMAN, 1980, p.79)

A política de expansão da educação superior no e do Estado brasileiro é um problema amplamente estudado e constitui-se em preocupação recorrente e objeto de pesquisa de diversos autores, os quais se dividem entre defensores da expansão da educação via iniciativa privada e defensores da expansão via iniciativa pública. Esta discussão acirrou-se, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XX e estende-se

até a atualidade em decorrência das medidas políticas e jurídicas adotadas pelo Estado em relação à educação superior.

Nos últimos 30 anos, as políticas educacionais empreendidas pelo Estado em relação à educação superior são vistas, pelos defensores da tese da expansão da educação superior pública, como políticas balizadas e depositárias do ideário neoliberal, cujo processo de aproximação com esse paradigma intensificou-se após o governo militar e nos governos democráticos pós-reabertura política. Este fato é apontado como fator de intensificação do processo de privatização/mercadorização do ensino superior no Brasil. Diversos autores que se dedicam ao estudo da história do desenvolvimento da educação superior brasileira apontam que o processo de expansão deste nível de ensino se acentua a partir de 1964⁴, e é fruto de uma política pública estatal que privilegiou a expansão da oferta de ensino superior a partir da privatização, e que tal política expansionista adotada pelo Estado, contribuiu para a privatização do ensino superior no país.

Durante o período acima citado, o governo brasileiro instituiu uma variada gama de instrumentos jurídicos e políticas para regulamentar a educação superior, entre os quais se destacam a Lei nº 5.540/68 ou Lei da Reforma Universitária (BRASIL, 1968), a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001), e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007), além de outras legislações complementares⁵. **Também**, a partir de 2003, criou planos para tentar garantir a expansão da rede pública de ensino superior por meio do Programa EXPANDIR (2003-2006) e do REUNI (2007-2012).

Os defensores da expansão da educação superior pela iniciativa pública argumentam que políticas nacionais de educação neste período foram moldadas por organismos multilaterais e financeiros, representantes do grande capital internacional, conforme atesta Altmann (2002) ao discorrer sobre a influência do Banco Mundial (BIRD) nas políticas macroeconômicas brasileiras na década de 1990, influência que se irradia por diversos setores, entre os quais a educação. Para a autora supra referida o BM constitui-se no principal vetor de transmissão das orientações do grande capital internacional para os países da periferia do

⁴ Sobre este assunto destacamos os seguintes estudos: Sguissardi (2000), Dourado e Oliveira (2003), Silva Júnior (2003) Silva Júnior e Sguissardi (2000), Leher (2003), Catani (2003), Neves (2002), Oliven (2003).

⁵ **Decretos nº 5.622/2005 (BRASIL, 2005), nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006) e nº 6.303/2007 (BRASIL, 2007).**

capitalismo no que concerne à educação e, entre as orientações do banco, destaca:

a) a prioridade depositada sobre a educação básica; b) a melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa (qualidade aferida via avaliação de resultados); c) a prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização; d) a descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados.

Neste sentido, Altmann (2002) ressalta que, segundo a proposta do BM, os governos deveriam manter centralizadas apenas quatro funções: (1) fixar padrões; (2) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; (3) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; e (4) monitorar o desempenho escolar. Cabendo ao governo, ainda, promover e incentivar:

a) convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; b) impulso para o setor privado e organismos não-governamentais como agentes ativos no terreno educativo, tanto nas decisões como na implementação; c) mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação como temas principais do diálogo e da negociação com os governos; d) um enfoque setorial; e) definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica (ALTMANN, 2002, p. 20).

Estas orientações, segundo a autora citada acima, foram seguidas pelo MEC, em maior ou menor grau na concepção das políticas nacionais de educação para os diversos níveis educacionais, entre os quais o superior. A tabela abaixo demonstra o processo de expansão da oferta de vagas para o ensino superior em nível nacional entre 1960 e 2008:

Tabela 1 - Evolução da matrícula na educação superior de graduação presencial, por categoria administrativa (Brasil – 1960/2008)

ANO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA					
	PÚBLICA				PRIVADA	TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	*	*
1960	*	*	*	52.000	41.000	93.000
(Brasil – 1970/1979)						
1970				210.613	214.865	425.478
1979	290.868	107.794	63.641	462.303	849.496	1.311.799
Brasil – 1980/1989						
1980	316.715	109.252	65.641	492.232	849.496	1.377.286
1989	315.283	193.697	75.434	584.414	934.490	1.518.904
(Brasil – 1990/1999)						
1990	308.867	194.417	75.341	578.625	961.455	1.540.080
1999	442.562	302.380	87.080	832.022	1.537.923	2.369.945
(Brasil – 2000/2008)						
2000	482.750	332.104	72.172	887.026	1.807.219	2.694.245
2008	643.101	490.235	140.629	1.273.965	3.806.091	5.080.056

Fonte: Dados coligidos partir de Pinto (2004) e Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2009).

Diante do contexto exposto acima e dos dados tabulados na tabela, percebe-se que a educação superior privada expandiu-se de forma cada vez mais célere e a educação superior pública passou por um processo de retraimento na oferta de vagas. Isto, como dito anteriormente, foi fruto e consequência das políticas para a educação superior adotadas durante as cinco últimas décadas, particularmente durante o governo militar no país e após a restauração democrática.

a) Políticas de Expansão do MEC via Interiorização das IFES: 2001 a 2010.

A partir do ano 2003 o Ministério da Educação (MEC), em consequência das mudanças ocorridas no âmbito do governo federal, elaborou uma série de políticas públicas direcionadas à educação no Brasil, consubstanciadas no interior de um macroprograma educacional cujos objetivos eram dar cumprimento a LBD (Lei 9394/96) e atender aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

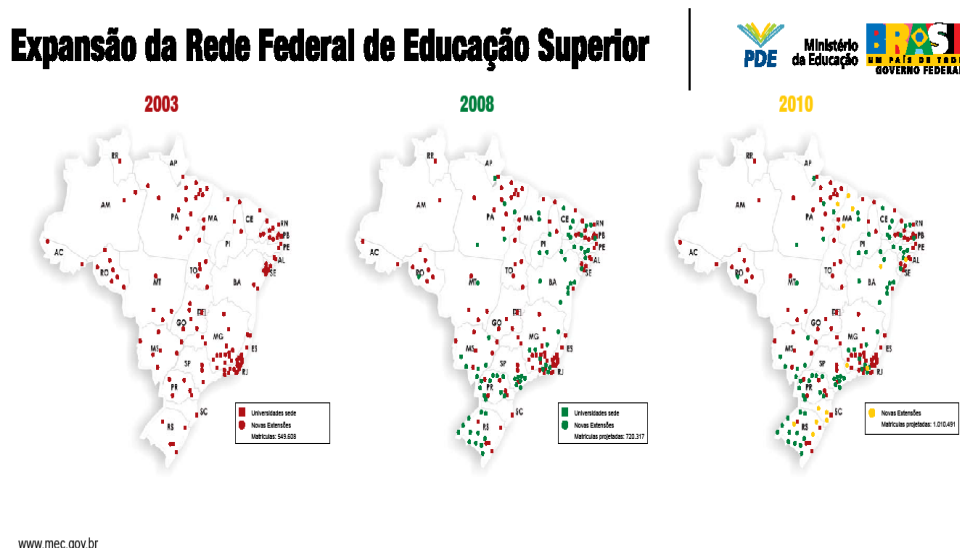
Esta macroprograma previa a adoção de uma série de subprogramas relacionados às diversas áreas da educação nacional: ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Dentre os subprogramas diretamente relacionados ao ensino superior, nos interessam neste estudo os planos relativos à expansão da educação superior pública através da ampliação da área de atuação universidades federais. Destacam-se, neste aspecto, dois programas: **o Programa de Expansão da Educação Superior Pública SESu/MEC (2003-2006)** (BRASIL, 2003) **(ou Programa EXPANDIR)** e **o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (ou Programa REUNI)** (BRASIL, 2007), ambos adotados e implementados na UFPA com o objetivo de fortalecer e/ou consolidar seus *campi* do interior.

Tais programas objetivavam atender algumas das principais metas do PNE para a educação superior brasileira, dentre as quais destacamos duas diretamente relacionadas aos objetivos dos programas que iremos abordar: *a) Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos* e *b) Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País* (BRASIL, 2001, p.43).

Na divulgação pelo MEC deste processo de expansão são elaborados três mapas para representá-lo. O primeiro, correspondente a 2003, retrata a situação de oferta de universidades federais até aquela data. Já o segundo informa os resultados em nível nacional e regional após a execução do Programa EXPANDIR. No último mapa

apresentam-se os resultados atingidos pelo REUNI até dezembro de 2010. Os pontos amarelos nesta representação dão uma ideia da distribuição de novas universidades e novos *campi*.

Figura 1 – Mapas da Expansão da Educação Superior Pública (2003-2010)



Fonte: Ministério da Educação e Secretaria Especial de Educação Superior (2010)

a.1) Programa EXPANDIR (2003-2006 – com extensão até 2010)

O **Programa de Expansão da Educação Superior Pública Fase I** caracterizou-se por ações que representam o primeiro ciclo de expansão das universidades federais para o interior no período em estudo. Sob a tutela do MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu), objetivava incentivar, através de dotação orçamentária, a expansão da educação superior pública por meio de criação de novas universidades federais e criação e/ou fortalecimento de *campi* no interior dos estados brasileiros. Dentre as ações previstas, constavam:

- implantação ou consolidação de novas universidades federais em todas as regiões;
- alocação de recursos (humanos e infraestrutura física) exclusivos para a interiorização de universidades federais preexistentes através da criação de novos *campi* ou fortalecimento daqueles já existentes no interior por meio da implantação de cursos novos ou do fortalecimento de cursos recém-criados nestes locais.

Deste modo, o EXPANDIR buscava atender a forte demanda reprimida no interior, uma vez que a maioria das 43 IFES existentes àquela altura (2003) encontravam-se sediadas e atuando apenas nas capitais. Para o MEC, a implementação deste programa representou impactos positivos sobre a educação superior pública

brasileira, pois significou o atendimento a novas demandas, criou ou ampliou a oferta de novas oportunidades loco-regionais, além de representar um combate às desigualdades regionais e espaciais.

Isto não pode ser negado, uma vez que, ao se analisar os dados relativos à expansão da educação superior pública no Brasil, constata-se que, entre 2001 (ano de promulgação do Plano Nacional de Educação) e 2006 (ano proposto para finalização das ações do EXPANDIR), o número de universidades federais passou de 40 para 53. Os resultados da implementação do programa podem ser observados no quadro abaixo:

Tabela 2 – Resultados Alcançados - Programa EXPANDIR (2003-2006)

QUANTITATIVO	UNIVERSIDADES
02 Universidades Federais Consolidadas	Universidade Federal do Tocantins – UFT (Maio/2003) Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (Outubro/2004)
10 Novas Universidades Federais Implantadas (a maioria no interior)	1. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (Julho/2005); 2. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (Julho/2005); 3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (Transformação – Agosto/2005); 4. Universidade Federal do Semi-Árido – UFERSA (Transformação – Agosto/2005); 5. Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL (Transformação – Agosto/2005); 6. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM (Transformação – Setembro/2005); 7. Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR (Transformação – Outubro/2005); 8. Universidade Federal do ABC - UFABC (Setembro/2006); 9. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA (Transformação – Janeiro/2008); 10. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (Janeiro/2008)

Fonte: Brasil; Ministério da Educação (2009)

Destacamos que algumas ações do Programa EXPANDIR estenderam-se até 2010, deste modo ações deste programa foram realizadas concomitantemente à ações do REUNI e, segundo o MEC, entre 2005 e 2008, foram investidos R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação superior pública federal, tendo sido providas 7.668 novas vagas para docentes e 4.717 vagas para técnicos administrativos (BRASIL, 2009, p. 14).

a.2) Programa REUNI (2007-2012)

O **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**, instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), representa o segundo ciclo de expansão da educação superior pública brasileira na década em estudo. Tal programa é visto por Paula (2009) como uma forma de contrato de gestão imposto às IFES durante o segundo governo Lula, pois o repasse de recursos depende do cumprimento das metas do programa. Porém seus defensores o

vêm como um “instrumento que permite expandir e defender a universidade pública” (HADDAD, 2008, p. 16). Este autor afirma, também, que

[...] o REUNI, mediante investimento maciço na educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública (HADDAD, 2008, p. 16).

Em que pese às críticas sobre a forma de implementação do REUNI, devemos destacar que este programa permitiu às IFES a possibilidade de acesso a recursos, pois, para garantir o cumprimento de suas metas, previa o aporte de recursos humanos e financeiros para ações como a ampliação da oferta de acesso e permanência de estudantes no ensino superior.

O REUNI objetivava, conforme o Art. 1º do Decreto 6.096/2007, “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 274). A criação de condições previstas significava recursos para as IFES, uma vez que nenhuma universidade federal brasileira poderia expandir-se sem aporte financeiro e estrutural para empreender tal tarefa. O aporte de recursos é objeto do Art. 3º do Decreto, como transcrito abaixo:

Art. 3º O Ministério da Educação **destinará** ao Programa **recursos financeiros**, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, § 1o.

§ 2º O acréscimo referido no § 1o tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 274) (Grifos da autora)

O REUNI pode ser descrito ainda como um plano de metas, assim traz uma meta global, a qual pode ser dividida em duas, que deve ser cumprida pelas IFES que assinaram a adesão ao programa, de acordo com o § 1º:

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 274)

Como dito, a meta global pode ser dividida em duas: 1) *eleva taxa de conclusão nos cursos de graduação presenciais para 90%* e 2) *eleva relação alunos/professor para 18 nas graduações presenciais*. A estas duas metas, podemos acrescentar uma terceira que é *aumentar, no mínimo em 20%, as matrículas na graduação*. Para tanto, estabeleceram-se as diretrizes principais a serem observadas pelas IFES na proposição de seus planos de reestruturação e expansão, como abaixo:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regime curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

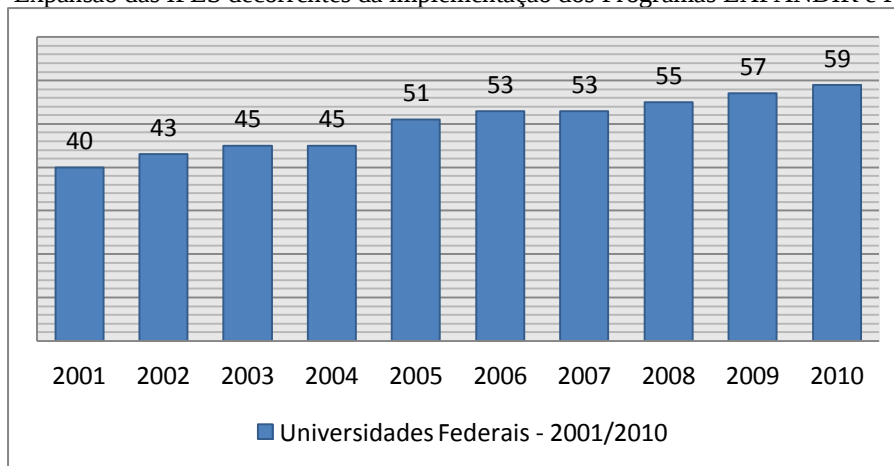
IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, 274)

Quando proposto, o REUNI conseguiu a adesão das 54 universidades federais ou a totalidade das federais existentes em dezembro de 2008. Nos diversos planos propostos pelas IFES previa-se: a implantação de 111 novos *campi* universitários até 2010 e a expansão de cursos em 53%, o aumento das vagas presenciais em 73% e o aumento das matrículas em 66% até 2012 (BRASIL, 2009).

Gráfico 1- Expansão das IFES decorrentes da implementação dos Programas EXPANDIR e REUNI



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Brasil; Ministério da Educação (2009).

O gráfico acima apresenta o avanço na expansão da rede universitária federal após a criação de novas universidades subsidiadas pelos recursos dos programas EXPANDIR e REUNI.

b) Abordagem teórica

A fim de compreendermos melhor nosso objeto de estudo, abordamos a Universidade Federal do Pará enquanto organização, pois é no campo organizacional que é possível compreender as decisões tomadas no âmbito desta IES no que se refere a sua política de expansão e, no interior deste programa maior, a política de composição/organização dos quadros docente de seus *campi* do interior. Deste modo, recorreremos ao apoio da Teoria Organizacional, da Teoria Geral da Administração e da Teoria da Decisão, a partir da visão de autores como Hall (2004) e Jones (2010), Bernardes e Marcondes (2003), Mintzberg (1979) e Yu et al. (2011).

Hall (2004) conceitualiza as organizações nos seguintes termos:

Uma organização é uma coletividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa (regras), níveis de autoridade (hierarquia), sistemas de comunicação e sistema de coordenação dos membros (procedimentos); essa coletividade existe em uma base relativamente contínua, está inserida em um ambiente e toma parte de atividades que normalmente se encontram relacionadas a um conjunto de metas; as atividades acarretam consequências para os membros da organização, para a própria organização e para a sociedade (HALL, 2004, p.30).

Deste modo, ao estudarmos a universidade como organização, precisamos definir o que seja uma organização universitária, nesta tarefa nos auxilia a visão de Rizzatti e Rizzatti Júnior (2004), segundo os quais,

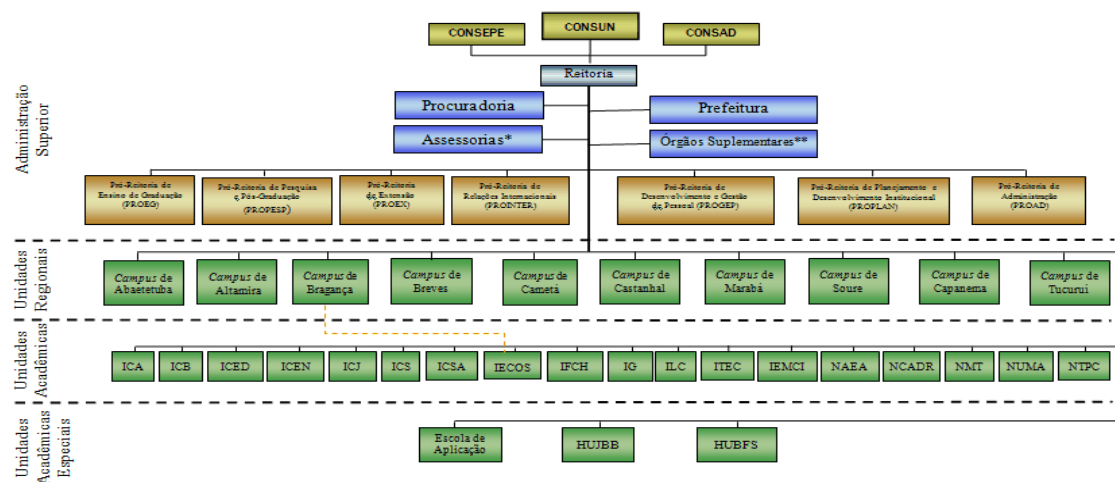
As organizações universitárias são instituições difusoras do ensino superior que, em geral, compreende faculdades ou escolas em número variável, agrupadas em escolas profissionais e centros de ciências humanas, sociais e científico-tecnológicas, com autoridade para conferir títulos de graduação e pós-graduação. Centro disseminador dos valores da cultura nacional e universal, a universidade tem, além das atividades propriamente educativas, a de realizar tarefas de pesquisa pura e aplicada de grande abrangência (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004, p. 2).

Na visão dos autores citados acima as “organizações universitárias são sistemas sociais altamente dinâmicos e complexos, resultado de muitos conflitos gerados por grupos internos e externos, que nela atuam e agem em conformidade com seus próprios interesses” e que os conflitos gerados em seu interior são oriundos da “complexidade de sua estrutura social e acadêmica” e dos “objetivos e valores complexos desses grupos divergentes” (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004, p. 2). Para estes autores a

característica da organização complexa encontra-se no seu organograma, pois é este que representa como “os papéis formais foram estruturados, apresenta os diferentes níveis hierárquicos e delinea os limites de cada unidade” (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004, p. 2).

Apresentamos abaixo o organograma da UFPA a fim de observarmos as características organizacionais complexas desta IFES.

Figura 2 – Organograma da Universidade Federal do Pará
ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



Elabora da DIPLAN/PROPLAN.

*Assessorias: ASCOM; AEDI.

**Órgãos Suplementares: Biblioteca; CTIC; Museu; Editora; Gráfica; Arquivo Central; CIAC; Agência de Inovação Tecnológica; CEPS; CMA.

--- IECOS - Situa do no *Campus* de Bragança.

Obs.: A unidade de Coordenadoria de Auditoria Interna – AUDIN, está vinculada ao CONSUN.

Fonte: Universidade Federal do Pará (2010).

No organograma visualiza-se que a UFPA apresenta quatro espaços de estruturação, por sua vez organizados sob a forma piramidal: a Administração Superior, as Unidades Regionais, as Unidades Acadêmicas e as Unidades Acadêmicas Especiais.

No topo encontram-se os Conselhos Deliberativos Superiores e a Reitoria, os primeiros representam os órgãos máximos de deliberação e decisão e a segunda representa o Órgão Diretor máximo nesta organização. Os Conselhos Superiores são formados pelos membros da Reitoria (Reitor e Vice-Reitor) e das Pró-reitorias (Pró-reitores), pelos representantes das Unidades Acadêmicas (Diretores de Institutos), pelos representantes das Unidades Regionais (Coordenadores de *Campi*) e pelos representantes das Unidades Acadêmicas Especiais, além dos representantes do corpo técnico, do corpo discente, dos sindicatos (Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará - ADUFPA e Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará - SINDTIFES) e o Prefeito.

Percebe-se, pois, que a distribuição do poder é diluída em diferentes espaços. Os indivíduos que compõem a Administração Superior, são, em sua maioria, membros

do corpo docente (o Reitor, o Vice-reitor, os Pró-reitores, os Diretores de Institutos, Núcleos, Hospitais, Escola de Aplicação e Coordenadores de *Campi*), assim a administração (e o exercício do poder) desta IES pauta-se na ação de um grupo de profissionais formado eminentemente por “professores-pesquisadores” (DAGNINO, 2003) que se organiza para gerir e definir as estratégias de ação dessa organização.

Analizamos, pois, neste trabalho a organização universitária UFPA balizados sobre dois conceitos, que, em nossa opinião, ajudam a compreender melhor esta instituição: os conceitos de *organização complexa* e de *burocracia profissional*.

Assim, a ideia de universidade como *organização complexa*, conforme Rizzatti e Rizzatti Júnior (2004, p. 3), permite compreender aspectos ligados a sua estrutura de poder e seus objetivos organizacionais, além de sua relação com a sociedade, pois, para estes autores, “as universidades são organizações notadamente complexas” porque “constroem seus modelos organizacionais a partir de características culturais próprias”, “apresentam uma diversidade de objetivos cuja mensurabilidade é extremamente limitada”, possuem relacionamento complexo com a sociedade, “pois por um lado, dela depende legal e economicamente, mas, de outro, está protegida em virtude de seu prestígio e importância”, além do fato de que “a difusão de autoridade em zonas de poder e influência que se sobrepõem parcialmente, provoca acentuadas fragmentações internas, resultantes de uma elevada autonomia baseada na tradição, na especialização e na própria natureza das atividades” (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004, p. 3).

A complexidade de uma organização, segundo Lima (2011), refere-se a presença de fatores como: o grau de diferenciação (grau de especialização ou divisão do trabalho), o número de níveis hierárquicos e a dispersão geográfica. Deste modo, a complexidade da estrutura organizacional da UFPA é dada pela presença de todos esses fatores, pois sobre ela se pode dizer que o trabalho é altamente especializado, possui vários níveis hierárquicos e está amplamente dispersa no território paraense.

Analismo-la, ainda, tendo como base o conceito de organização estruturada como *burocracia profissional*, proposto por Mintzberg (1979). Escolhemos analisar a UFPA também como uma *burocracia profissional*, tendo em vista que, conforme proposto por Bernardes e Marcondes (2003), as universidades são organizações que se encaixam neste tipo de estrutura básica.

Hall (2004, p. 47) assevera, ainda, que as estruturas organizacionais executam três funções básicas: (1) “produzir resultados organizacionais e atingir metas organizacionais” ou “ser eficazes”; (2) “minimizar ou, ao menos, regular a variação das

influências individuais na organização”, ou seja, “são impostas para assegurar que os indivíduos se adaptem às exigências das organizações e não o contrário”; (3) “as estruturas são os cenários nos quais o poder é exercido” (elas também fixam ou determinam que posições possuem o maior poder), “as decisões são tomadas (o fluxo de informações para uma decisão é, em grande parte, determinado pela estrutura) e as atividades são realizadas (a estrutura é o espaço para as ações organizacionais)”.

Quanto a esta questão, Mintzberg (1995, p. 21), ao analisar como as organizações funcionam, propõe a existência de alguns “elementos fundamentais da estrutura”, os quais se constituem em “mecanismos de coordenação” pelos quais “as organizações coordenam o seu trabalho”, sendo eles: *ajustamento mútuo*, *supervisão direta*, *standardização dos processos de trabalho*, *standardização dos resultados*, *standardização da qualificação dos trabalhadores*. Este autor também apresenta e discute a relação entre as cinco partes básicas das organizações contemporâneas: “o centro operacional, o vértice estratégico, a linha hierárquica média, a tecnoestrutura e o pessoal de apoio” (MINTZBERG, 1995, p. 31).

Para Bernardes e Marcondes (2003) cada uma das partes básicas das organizações podem se destacar em conformidade com o tipo de serviço prestado, ou ainda, pela fase de desenvolvimento da organização. Estes autores também destacam os cinco tipos primários de estruturas organizacionais propostos por Mintzberg (1995), a saber: a *estrutura simples*, a *burocracia mecanizada*, a *burocracia profissional*, a *burocracia divisionalizada* e a *adhocracia*. Tais estruturas ou tipos, de certa forma, respondem as necessidades do ambiente onde estão inseridas, assim respondem ou são afetadas por fatores ambientais. A figura abaixo representa a de estrutura organizacional de Mintzberg:

Figura 3 - Estrutura Organizacional de Mintzberg



Fonte: Duarte (2006)

Consideramos importante, pois, no âmbito deste trabalho discutir o conceito *burocracia profissional*. Tal conceito foi criado por Mintzberg (1995) que propôs uma

“tipologia de cinco formas primárias” (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p. 163), citadas acima, para explicar a estrutura das organizações contemporâneas. Ele organizou esta tipologia utilizando os seguintes critérios: *fatores ambientais*, *parte-chave* e *tipo principal de coordenação*. O modelo *burocracia profissional* aplica-se aos casos de organizações que atuam num “ambiente que pode ser estável pela mudança lenta e variável de tecnologias, porém os clientes exigem atendimento personalizado” (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p. 166), como, por exemplo, as áreas de saúde, educação, assistência social etc.

Neste tipo de estrutura organizacional os *fatores ambientais* são, “ao mesmo tempo **variáveis e complexos**”, portanto, exigem que as organizações estruturem-se para atender pessoas que precisam conhecer detalhadamente os serviços que demandam, por conseguinte, tais operações precisam “ser levadas a efeito por especialistas com habilidades e conhecimentos adquiridos por anos de estudo e prática” (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p.166).

Por conta deste tipo de ambiente e para responder as especificidades deste meio, a *parte-chave* deste modelo organizacional é o **núcleo operacional**, o qual deve ser composto por “especialistas de alto nível”, ou seja, especialistas com diploma universitário (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p. 166). A variedade de tecnologia empregada exige que as atividades desenvolvidas sejam classificadas e/ou rotuladas em “profissões e, dentro dessas, em especialidades”, como medicina, docência, advocacia; também

[...] criam-se técnicas padronizadas para cada tipo de necessidade [e], por escolha do cliente ou determinação profissional, as necessidades a serem satisfeitas são encaixadas em algum dos rótulos previamente determinados para, de acordo com a designação atribuída, iniciar os atendimentos (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p. 166).

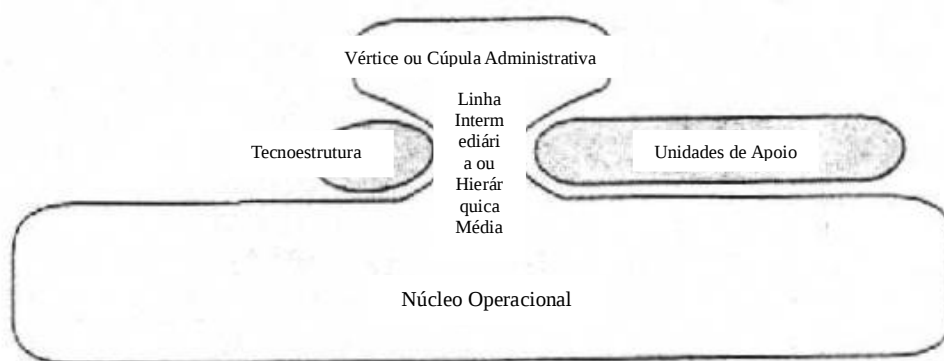
Quanto ao tipo de **coordenação** exigido por arranjos organizacionais como a *burocracia profissional*, Bernardes e Marcondes (2003, p.166) afirmam que não é necessário *standardizar* o trabalho e “sim as habilidades” para levar a efeito as atividades a serem desenvolvidas, destacam, ainda, ser por essa razão que

[...] as universidades adicionam às habilidades e aos conhecimentos adquiridos pelos seus professores em cursos específicos de graduação a aprendizagem em programas de mestrado e doutorado adequados às especialidades com o fim de padronizar ainda mais o docente. (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p.166)

Assim, a standardização das habilidades dos profissionais, basta para garantir “a **coordenação** do que devem fazer, motivo pelo qual não precisam que alguém os

gerencie para a execução das tarefas” (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p.166). Mas os autores supra citados, destacam a existência de certa fragilidade na *burocracia profissional* pela possibilidade de resistência à coordenação por parte dos profissionais em nome da sua autonomia ou pode surgir devido ao corporativismo, pois na *Linha Intermediária* estão profissionais que “deixaram (em parte) suas especialidades para tornarem-se administradores” e, em muitos casos, foram eleitos por seus pares para a função e ao fim do mandato podem vir a tornar-se “subordinados de quem foi seu inferior hierárquico” (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p.166). A figura abaixo representa a estrutura de uma organização do tipo burocracia profissional.

Figura 4 - Representação figurativa de Burocracia Profissional



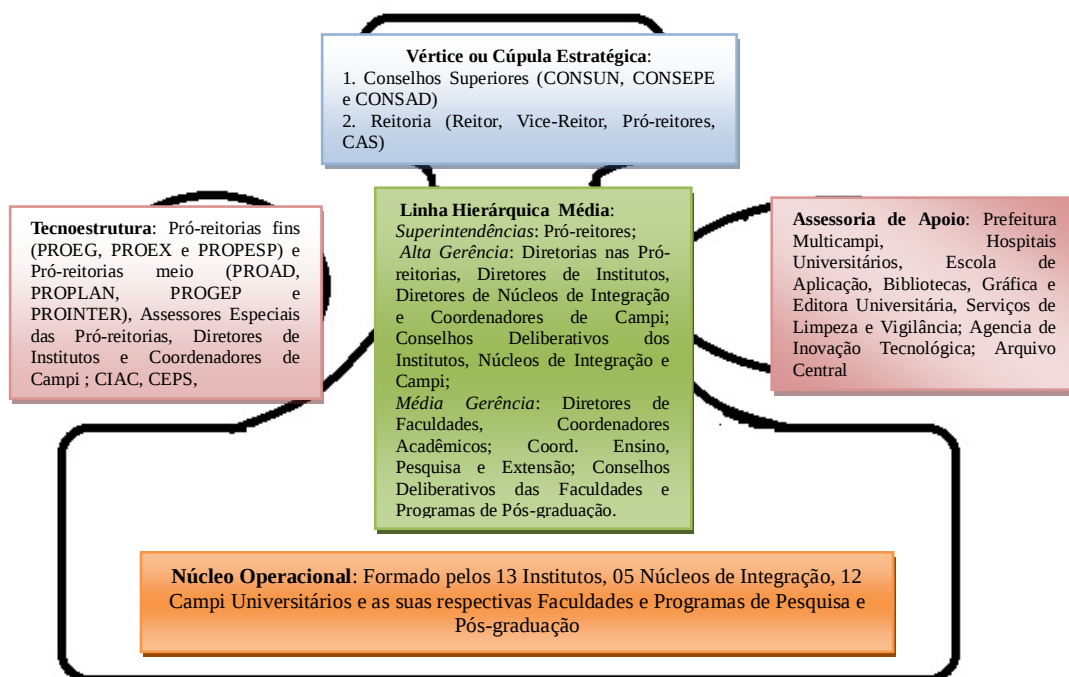
Fonte: Duarte (2006)

Nessa representação observa-se como Mintzberg descreveu a estrutura de uma burocracia profissional. Nela se vê que o **Núcleo Operacional** é a área mais importante da estrutura uma vez que constitui a *parte-chave* deste tipo de organização. A principal característica deste tipo de estrutura organizacional é “a dependência nas competências e no elevado grau de conhecimento dos profissionais que atuam no nível operacional para a entrega dos bens e serviços” (LIMA, 2011, p.32). Isto acontece porque “o conhecimento e as competências dos profissionais são parte integrante das operações da organização, aplicadas a diferentes situações e auxiliadas por um *staff*; enfatiza-se a autoridade da natureza profissional, o poder da *expertise*” (LIMA, 2011, p.32).

Lima (2011, p. 33), destaca que “a estrutura profissional é marcada pela descentralização”, consequência do fato de grande parte do poder decisório encontrar-se

[...] na base da estrutura com os profissionais de nível operacional. Eles tem condições de controlar seu próprio trabalho, além de desempenharem um controle coletivo das decisões administrativas que os afetam: como contratação, promoção e distribuição de recursos. [...] Além disso verifica-se a união dos profissionais em torno do aprendizado recíproco, uma vez que cada qual trabalha individualmente, sujeito apenas ao controle coletivo de seus colegas (LIMA, 2011, p. 33-34).

Figura 5 - Representação da Estrutura da UFPA conforme o Modelo Burocracia Profissional



Fonte: Elaborado pela autora a partir do modelo de estrutura burocrática profissional de Mintzberg (1995).

A figura acima nos mostra a estrutura organizacional da UFPA, a qual, por conta dos seus objetivos (missão) e metas e por conta do tipo de serviço que presta a sociedade (a oferta de educação superior pública pautada sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão) estrutura-se como uma *burocracia profissional*. Esta estrutura decorre do tipo de produto (conhecimento) desenvolvido por esta organização, pois a produção de conhecimento exige mão de obra altamente qualificada. Por conta disso, o *núcleo operacional* é o elemento mais desenvolvido.

No *núcleo operacional* da UFPA estão localizados os “centros de produção” de conhecimento configurados nos seus institutos, núcleos e *campi* e as “linhas de produção” traduzidas nas faculdades e programas de pesquisa e pós-graduação. São nesses locais que os trabalhadores do conhecimento - pessoas altamente especializadas - desenvolvem suas atividades laborais, é lá que eles produzem.

Outro aspecto que a pesquisa precisou cobrir foi a questão do processo decisório e da decisão no âmbito da UFPA. Para isto obrigamo-nos a buscar compreender o que é processo decisório e decisão em organizações, afinal, a UFPA enquanto organização também precisa decidir, aliás, compreende-se que a administração desta IFES pressupõe decisões. A cada passo os administradores precisam definir quais caminhos seguir a fim de alcançar os objetivos e as metas organizacionais, ou seja,

precisam decidir.

Acreditamos que abordar a tomada de decisão ou o processo decisório no estudo que ora empreendemos é fundamental, pois, para darmos conta de discutir o objeto em estudo precisa-se antes compreender: *(1) como a UFPA enquanto organização pública decide e (2) quais mecanismos e processos utiliza para decidir*. Este exercício é necessário para se entender como a administração da UFPA faz para implementar a partilha das vagas docentes entre seus *campi*, e também, porque opta por uma estratégia de partilha como a que utilizou nos últimos 10 anos para fazer a distribuição destas vagas entre tais unidades acadêmicas. Compreendemos que a ação efetivada na distribuição de vagas e na composição dos quadros docentes dos *campi* do interior pressupõe a tomada de decisões.

O processo decisório pode ser definido de uma forma bem simples como o caminho que leva a tomada de uma decisão. As organizações decidem e, com muita frequência precisam deliberar sobre a partilha de recursos escassos. O processo decisório seria, então, o mecanismo utilizado pelas organizações para implementar a tomada de decisão. Diversos autores tem se preocupado com questões relativas ao processo decisório, tais como Freitas e Kladis (1995), Jones (2010) e Yu et al. (2011).

Para Jones (2010, p. 276) a organização além de ser “uma máquina de criação de valor” é também “uma máquina de criação de decisão”. Este autor afirma que “tudo que se passa em uma organização envolve uma decisão de alguma espécie”. Freitas e Kladis (1995, p. 4), por sua vez, defendem que a “atividade de tomar decisões é crucial para as organizações. Esta atividade acontece todo o tempo, em todos os níveis, e influencia diretamente a performance das organizações.” Deste modo, conclui-se, então, que qualquer ação (ou inação) pressupõe decisão, pois, conforme defendem os autores supracitados, as decisões são tomadas diante de problemas que possuem pelos menos duas soluções possíveis e, como se age, normalmente, quando se está diante de problemas, então ações pressupõem decisões.

Na visão de Jones (2010, p. 176) a “tomada de decisão organizacional é o processo de responder a um problema buscando e escolhendo uma solução ou curso de ação que irá criar mais valor para os stakeholders organizacionais.” Esta definição também faz relação entre tomada de decisão e resolução de problemas organizacionais, mas neste caso o objetivo da decisão é escolher “cursos de ação” ou “soluções” que criem “mais valor para os stakeholders”.

Jones (2010, p. 276), a partir da teoria de Simon (1977), aponta, também, a

existência de pelo menos dois tipos de decisão que os gestores organizacionais precisam tomar para “fazer as melhores escolhas”: a **tomada de decisão programada** e a **tomada de decisão não-programada**. A primeira o autor define como uma ação que “envolve escolher os procedimentos operacionais eficazes - fáceis, repetitivos e rotineiros – para tratar das contínuas atividades de criação de valor de uma organização.” Geralmente tais procedimentos rotineiros são “previamente formalizados nas regras e nos procedimentos de operação padrão” e “são refletidos nos valores e normas” da organização. O segundo tipo de tomada de decisão “envolve o esforço para criar e implementar as soluções mais eficazes – criativas, novas e não-estruturadas – para permitir que uma organização se adapte a condições incertas e mutáveis. Para este tipo o autor defende que “as soluções precisam ser encontradas após os problemas terem surgido”.

Complementando as asserções anteriores depreende-se a existência de uma relação bastante próxima entre organização e decisão. Freitas e Kladis (1995) corroboram com esta visão ao atestarem que a “[...] intimidade da decisão com a organização é bastante estreita. A organização é um local onde as decisões são frequentemente tomadas e é este processo que constantemente reorienta seus objetivos (FREITAS; KLADIS, 1995, p. 5).

Tais autores complementam este raciocínio afirmando ainda que a “relação é tão estreita que é impossível pensar a organização sem considerar a ocorrência constante do processo decisório” (FREITAS; KLADIS, 1995, p. 6).

Daí concluirmos, também, que a administração superior da UFPA, ao implementar uma política interna, através de uma ação como a distribuição de vagas docentes entre seus *campi*, atua como um importante decisor organizacional. Porém, deve-se destacar que este *macrodecisor*, no âmbito da UFPA, é formado por outros agentes de decisão que se encontram distribuídos ao longo da sua estrutura organizacional.

Agora são postas as seguintes questões: a) *quem são os atores do processo decisório, ou seja, quem decide em organizações como a UFPA?* Sobre a primeira indagação Sabbadini (2005, p. 199) pondera que decidir “pela melhor ação ou deixar de tomar determinada decisão, constitui uma das principais atribuições sob a responsabilidade do corpo gerencial” de uma organização. Da assertiva anterior depreende-se a existência de pelo menos um decisor: o corpo gerencial. *Mas é apenas o corpo gerencial que detém o poder de decidir nas organizações ou existem outros atores*

no processo decisório? Quem é o decisor? Mintzberg (2000) assevera que o decisor é aquele ator (ou grupo de atores) munido de poder institucional para ratificar uma decisão.

Na UFPA, a observação da configuração de sua estrutura decisional, que em princípio é eminentemente colegiada, aponta para a existência de um grupo de decisores, o qual é formado pelos representantes das diversas categorias profissionais que a constituem, reunidos nos diversos Órgãos Deliberativos Colegiados, aos quais cabem as funções deliberativas e consultivas. Estes, por sua vez, dividem-se em: *Órgãos Colegiados de Instância Superior*, *Órgãos Colegiados de Instância Intermediária* e *Órgãos Colegiados de Primeira Instância*, espalhados ao longo da estrutura da organização.

Assim, em nossa visão, uma decisão cabe a uma instância colegiada superior quando se refere à decisões estratégicas para a organização; competem às instâncias colegiadas intermediárias quando se referem a decisões táticas e cabem às primeiras instâncias quando se tratam de decisões operacionais.

O Art. 6º do Regimento Geral da UFPA determina que os órgãos colegiados da UFPA são os seguintes:

Art. 6º São órgãos colegiados da UFPA:

I – Em instância superior:

- a) o Conselho Universitário (CONSUN);
- b) o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- c) o Conselho Superior de Administração (CONSAD).

II – Em instância intermediária:

- a) os Conselhos dos *Campi*;
- b) as Congregações dos Institutos;
- c) as Congregações dos Núcleos;
- d) os Conselhos dos Hospitais Universitários;
- e) o Conselho da Escola de Aplicação.

III – Em primeira instância:

- a) os Conselhos das Faculdades;
- b) os Conselhos das Escolas;
- c) os Colegiados dos Programas de Pós-Graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i, p. 5-6) (Grifos da autora)

Portanto, na Universidade Federal do Pará, devido a sua estrutura organizacional, as decisões são efetivadas em diversas instâncias e, conforme a abrangência do problema em apreço, podem ocorrer desde os órgãos colegiados de instância superior até os órgãos colegiados de primeira instância, numa ação que caracteriza a complexidade da decisão nesta IES.

Cada órgão colegiado tem uma função e uma composição orgânica distinta e complementar. O Conselho Universitário (CONSUN) é formado pela reunião dos

membros do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e do Conselho Superior de Administração (CONSAD). Este conselho é “**o órgão máximo de consulta e deliberação da UFPA e sua última instância recursal**”. Já o CONSEPE é “**o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica**” e, conforme o Art.14 do Estatuto da UFPA, tem a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
 - II. o Vice-Reitor;
 - III. os Pró-Reitores;
 - IV. o Prefeito;
 - V. os representantes docentes das Unidades Acadêmicas, da Escola de Aplicação e dos *campi* do interior;
 - VI. os representantes dos servidores técnico-administrativos;
 - VII. os representantes discentes da graduação e da pós-graduação;
 - VIII. os representantes do Diretório Central dos Estudantes;
 - IX. os representantes sindicais.
- § 1º Os representantes de que tratam os incisos V a VII serão eleitos por seus respectivos pares.
- § 2º Os representantes de que tratam os incisos VIII e IX não terão direito a voto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d, p. 4).

Por sua vez, o CONSAD é “**o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira**”. Sendo composto pelos seguintes membros:

- Art. 17. Compõem o CONSAD:
- I. o Reitor, como presidente;
 - II. o Vice-Reitor;
 - III. os Pró-Reitores;
 - IV. o Prefeito;
 - V. os Coordenadores de *campi* do interior;
 - VI. os Diretores-Gerais de Unidades Acadêmicas e de Unidades Acadêmicas Especiais;
 - VII. os representantes dos servidores técnico-administrativos;
 - VIII. os representantes discentes da graduação e da pós-graduação;
 - IX. os representantes da sociedade civil.
 - X. os representantes do Diretório Central dos Estudantes;
 - XI. os representantes sindicais;
- § 1º Os representantes de que tratam os incisos VII e VIII serão eleitos pelas respectivas categorias.
- § 2º Os representantes de que trata o inciso IX serão escolhidos pelo CONSAD, dentre as várias entidades da sociedade civil paraense, conforme critérios definidos no Regimento Geral.
- § 3º Os representantes de que tratam os incisos X e XI não terão direito a voto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d, p. 5).

Cada colegialidade destas possui órgãos denominados Câmaras, que são responsáveis por decisões primárias sobre determinados assuntos, assim no CONSUN existem uma **Câmara de Legislação e Normas**, com oito (8) membros, e uma **Câmara de Assuntos Estudantis**, com seis (6) membros; no CONSEP existe a **Câmara de Ensino de Graduação**, a **Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação**, a **Câmara de Extensão** e a **Câmara de Educação Básica e Profissional**, sendo que cada uma destas câmaras possui seis membros; e no CONSAD existem a **Câmara de**

Assuntos Administrativos; e a **Câmara de Assuntos Econômico-financeiros**, tais câmaras são presididas pelo Pró-reitor de Administração e possuem seis membros

Deve-se ressaltar que boa parte das decisões dos Conselhos Superiores baseiam-se nos **pareceres** das câmaras ou das comissões especiais, o que significa afirmar que a decisão sobre qualquer assunto submetido à apreciação destes conselhos é realizada em dois momentos distintos e complementares.

No primeiro momento a decisão fica a cargo de um grupo restrito (**as câmaras ou as comissões especiais**), o qual se responsabiliza pela avaliação e deliberação sobre a matéria em apreço, emitindo, ao término do processo, um parecer que reflete a decisão final deste grupo sobre o assunto, o qual, posteriormente, é submetido à apreciação do grupo maior (os demais membros dos Conselhos Superiores). Neste primeiro momento a decisão tem como parâmetros os conhecimentos técnico-científicos e as preferências dos membros das câmaras sobre o tema. A decisão é levada a termo após discussões, acordos/barganhas e ajustes entre os membros do grupo, numa ação que, tipicamente, configura as decisões políticas (SOUSA; SHIBATA, 2011) e o parecer reflete apenas a decisão final dos trabalhos, não ficando explícito o conflito que permeou o processo decisório.

As decisões políticas caracterizam-se pelo “uso de táticas e de jogos de poder que vão desde o debate ou confronto de ideias, a coerção, até a manipulação total da informação e o uso encoberto ou escancarado do poder” (SOUSA; SHIBATA, 2011, p. 132). Estes autores afirmam ainda que os problemas mais complexos, como as decisões estratégicas, envolvem fatores múltiplos e as decisões podem afetar inúmeros atores. Deste modo, se forem afetados positivamente (ou se a decisão atende aos seus interesses pessoais ou organizacionais) apoiarão, mas se forem atingidos negativamente (ou se considerarem a decisão prejudicial aos seus interesses) serão contrários a implementação da decisão e até mesmo usarão estratégias políticas para protelar a tomada de decisão.

O segundo momento decisório nestes órgãos deliberativos colegiados ocorre quando o parecer das câmaras ou comissões especiais chega para a apreciação dos demais membros do Conselho (o grupo maior). Neste momento, após a leitura do parecer pelo relator da câmara ou comissão, os membros dos Conselhos Superiores podem discutir e mais uma vez deliberar sobre o assunto, mas, tradicionalmente, acatam e referendam a decisão do grupo menor, pois baseiam sua decisão na confiança depositada sobre parecer exarado por seus pares que formam a câmara ou a comissão.

Aqui é possível observar melhor o conflito que envolve o processo decisório, pois os membros podem discordar do parecer da câmara ou comissão responsável e solicitar *vistas* ao processo. Assim, a decisão do grupo maior é realizada pelo voto dos membros do CONSUN no parecer (que reflete a decisão) emitido pelo grupo menor. A maioria simples de votos da Plenária garante a decisão final dos Conselhos Superiores.

Existem, ainda, os Órgãos Colegiados de Instância Intermediária formados pelas Congregações dos Institutos, Congregações dos Núcleos, Conselhos dos *Campi*, Conselho da Escola de Aplicação e Conselhos dos Hospitais Universitários. Estes decidem sobre os seguintes aspectos:

Art. 66. Compete aos Órgãos Colegiados de instância intermediária:

- I - elaborar o Regimento Interno da Unidade e submetê-lo à aprovação do CONSUN, assim como propor sua reforma, pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros;
- II - propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de qualquer órgão vinculado à respectiva Unidade Acadêmica;
- III - definir o funcionamento acadêmico e administrativo da Unidade, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor;
- IV - supervisionar as atividades das Subunidades acadêmicas e administrativas;
- V - apreciar a proposta orçamentária da Unidade, elaborada em conjunto com as Subunidades acadêmicas e administrativas e aprovar seu plano de aplicação;
- VI - deliberar sobre solicitação de concursos públicos para provimento de vagas às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, ouvidas as Subunidades acadêmicas interessadas;
- VII - compor comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor;
- VIII - manifestar-se sobre pedidos de remoção ou movimentação de servidores;
- IX - avaliar o desempenho e a progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela UFPA;
- X - aprovar relatórios de desempenho de servidores para fins de acompanhamento dos estágios probatórios e de progressões na carreira;
- XI - manifestar-se sobre afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou prestação de cooperação técnica;
- XII - praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;
- XIII - julgar os recursos que lhe forem interpostos;
- XIV - instituir comissões, especificando-lhes expressamente a competência;
- XV - organizar o processo eleitoral para nomeação do Diretor Geral e do Diretor Adjunto da Unidade Acadêmica, respeitado o disposto no Estatuto, neste Regimento Geral e na legislação vigente;
- XVI - propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição dos dirigentes da Unidade;
- XVII - apreciar as contas da gestão do dirigente da Unidade;
- XVIII - apreciar o veto do dirigente às decisões do órgão colegiado da Unidade;
- XIX – decidir sobre matéria omissa, na esfera de sua competência.

Art. 67. O funcionamento dos Órgãos Colegiados de instância intermediária obedecerá ao disposto no Estatuto, neste Regimento Geral e nos respectivos Regimentos Internos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i, p. 25).

Os Órgãos Colegiados de Primeira Instância também decidem sobre questões relacionadas a sua área de competência e, na estrutura da UFPA, são os seguintes: os Conselhos das Faculdades, os Conselhos das Escolas, os Colegiados dos Programas de Pós-Graduação.

Art. 69. Compete aos Órgãos Colegiados de primeira instância:

I - elaborar, avaliar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos sob sua responsabilidade;

II - planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e avaliar os Planos Individuais de Trabalho dos docentes;

III - estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do curso vinculado à Subunidade;

IV - criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade;

V - propor a admissão e a dispensa de servidores, bem como modificações do regime de trabalho;

VI - opinar sobre pedidos de afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou cooperação técnica, estabelecendo o acompanhamento e a avaliação dessas atividades;

VII - solicitar à direção da Unidade Acadêmica e à Congregação ou Conselho concurso público para provimento de vaga às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor;

VIII - propor à Unidade Acadêmica critérios específicos para a avaliação do desempenho e da progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade;

IX - manifestar-se sobre o desempenho de servidores, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório progressão na carreira;

X - elaborar a proposta orçamentária e o plano de aplicação de verbas, submetendo-os à Unidade Acadêmica;

XI - indicar ou propor membros de comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor, em conformidade com a legislação vigente e as normas da UFPA;

XII - manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da Subunidade, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua realização se dê em observância às normas pertinentes;

XIII - decidir questões referentes à matrícula, opção, dispensa inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecidas a legislação e normas pertinentes;

XIV - coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;

XV - representar junto à Unidade, no caso de infração disciplinar;

XVI - organizar e realizar as eleições para a direção/coordenação da Subunidade;

XVII - propor, motivadamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição do Diretor e do Vice-Diretor ou do Coordenador e do Vice-Coordenador;

XVIII - cumprir outras atribuições decorrentes do prescrito no Estatuto e neste Regimento Geral.

Parágrafo único. Pelo menos uma (1) vez por ano letivo, cada Subunidade promoverá uma reunião plenária ou seminário destinados especificamente à avaliação da execução dos seus programas de ensino, pesquisa e extensão, elaborando relatórios que serão encaminhados às instâncias superiores correspondentes.

Art. 70. Os Órgãos Colegiados de primeira instância das Unidades

Acadêmicas Especiais serão regidos pelos respectivos Regimentos Internos. Art. 71. O funcionamento dos Órgãos Colegiados de primeira instância obedecerá aos dispositivos gerais deste Regimento Geral e dos respectivos Regimentos Internos, no que couber. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i, p. 26).

Entretanto, a decisão não ocorre apenas nos Órgãos Deliberativos Colegiados da UFPA, ela também acontece nos **Órgãos Executivos de Direção Superior, Intermediários e de Primeira Instância**, daí deriva parte da complexidade desta organização, ou seja, da diversidade de espaços decisórios.

São Órgãos Executivos e de Direção Superior a **Reitoria** (composta pelo Reitor e Vice-Reitor) e as **Pró-reitorias** (a Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROEG; a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP; a Pró-reitoria de Extensão – PROEX; a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLAN; a Pró-reitoria de Administração – PROAD; a Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – PROGEP e a Pró-reitoria de Relações Internacionais - PROINTER) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i).

O Reitor conta ainda com o assessoramento da **Coordenação da Administração Superior (CAS)** para decidir sobre as ações a serem executadas. A CAS, conforme o Art. 81 do Regimento Geral da UFPA, é presidida pelo Reitor e constituída dos seguintes membros: o Vice-reitor, o Secretário-Geral, os Pró-reitores, o Prefeito e os Assessores especiais, a critério do Reitor, e configura-se como um órgão consultivo e de assessoramento ao Reitor, sem função deliberativa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i).

Constituem-se Órgãos de Direção Intermediária as Coordenadorias dos *Campi* (Coordenador e Vice-Cordenador eleitos pela comunidade acadêmica local), as Diretorias dos Institutos e dos Núcleos (Diretor-Geral e Diretor-Adjunto eleitos pela comunidade acadêmica local), as Diretorias da Escola de Aplicação (Diretor-Geral e Diretor-Adjunto eleitos pela comunidade acadêmica local) e as Diretorias dos Hospitais Universitários (Diretor-Geral e por um Diretor-Adjunto nomeados pelo Reitor) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i).

Os Órgãos de Direção de Primeira Instância são as Direções das Faculdades e Escolas (Diretores e Vice-Diretores), as Coordenações dos Programas de Pós-graduação (Coordenador e Vice-Cordenadores), os quais devem ser eleitos como disposto nos Regimentos Internos das Unidades e Subunidades acadêmicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i).

Notamos que, como disposto no Estatuto e no Regimento da UFPA, os cargos de direção dos diversos Órgãos de Direção cabem sempre aos profissionais docentes que formam as suas divisões, ou o seu *Núcleo Operacional*. Isto é reflexo do tipo de estrutura adotado por esta organização, que, conforme afirmamos, estrutura-se como uma *burocracia profissional* (MINTZBERG, 1995).

Como tal, nesta organização, os decisores são, em sua maioria, os seus profissionais docentes. São os representantes desta categoria profissional que, ao longo da estrutura organizacional, e espalhados nos diversos órgãos - tanto nos Órgãos Colegiados Deliberativos (Superiores, Intermediários e de Primeira Instâncias) quanto nos Órgãos Executivos de Direção (Superior, Intermediários e de Primeira Instância) - que se posicionam para decidir os rumos, os caminhos, as estratégias de ação, as políticas e partilha dos recursos nessa organização pública.

Retomando o dito anteriormente, a complexidade da distribuição do poder neste tipo de organização pode ser observado ao se verificar que são os profissionais no *núcleo operacional*, que municiados de poder (a eles delegados por eleição ou nomeação), que formam as instâncias decisórias máximas neste tipo de organização, por conseguinte, sua administração cabe, em última instância, a uma *burocracia profissional* formada eminentemente por membros do corpo docente.

c) Procedimentos Metodológicos

A estruturação do corpo docente é fundamental nessa ação organizacional desde que este representa parte indispensável das atividades meio e fins de uma universidade: ensino, pesquisa, extensão e ainda gestão de novos cursos e novas unidades. Neste trabalho procede-se a responder as seguintes questões: *Como foram compostos os quadros docentes dos campi do interior da UFPA, no âmbito da política de gestão Universidade Multicampi, ao longo do período compreendido entre 2001 e 2010, tendo como subsídio os recursos de programas federais de expansão e democratização do ensino superior?*

Desta decorrem outras questões: *a) Como, no período 2001-2010, a UFPA organizou a composição dos quadros docente dos seus campi no interior? b) Porque ocorreu assimetria na composição dos quadros docente dos campi nesse intervalo, mesmo havendo subsídios e recursos oriundos de pelo menos dois programas federais de expansão da educação superior pública via interiorização? c) Quais foram os principais fatores que interferiram/influenciaram no processo de composição dos*

quadros docentes dos campi do interior na UFPA? d) É o processo decisório na administração superior e intermediária da UFPA uma variável para explicar o fenômeno da composição dos quadros docente dos campi do interior?

Tais questões orientam para o objetivo geral de *analisar e compreender de que forma os quadros docente dos campi do interior da UFPA foram sendo estruturados no interior da universidade multicampi a partir dos subsídios de programas federais de expansão, bem como verificar quais fatores mais influenciaram/interferiram na referida composição, entre 2001 e 2010*. E como objetivos específicos, definimos: a) analisar e compreender como a UFPA conduziu a política de composição dos quadros docentes dos *campi* do interior no âmbito do modelo de gestão *universidade multicampi* no interstício citado; b) explicar porque houve assimetria na composição dos quadros docente dos *campi* do interior da UFPA no período; c) verificar quais foram os principais fatores que interferiram e/ou influenciaram no processo de composição dos quadros docente; d) discutir o processo decisório da UFPA como fator preponderante para a composição dos quadros docente dos *campi* do interior desta IES.

A dinâmica das universidades federais sob os planos e programas de expansão federais é o foco dos procedimentos metodológico, pois por meio de uma série de estratégias de pesquisa buscou-se compreender essa dinâmica. O conjunto de informações disponíveis podem ser descritos conforme explicitado abaixo.

Os programas e planos nacionais de expansão citados foram analisados com o objetivo de compreender-se as políticas e as visões de educação superior contidas nos mesmos e também para relacionar o proposto neles (normas para implementação e avaliação) e o efetivado nas universidades federais brasileiras. Assim, além da análise destes foi necessário recorrer a dados e estudos de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do próprio MEC que atestassem os resultados destes programas, a exemplo do Censo da Educação (INEP) e os relatórios e dados oficiais de execução destes programas.

A fim de compreender a implementação de tais políticas no âmbito da UFPA procedeu-se a analisar os planos, programas, projetos, legislações (estatuto, regimento, resoluções) elaborados por esta IFES no período de análise e que estiveram diretamente relacionados com o processo de composição/estruturação do quadro docente dos *campi* do interior no período de abrangência da pesquisa.

Entre os principais documentos institucionais analisados destacam-se: a Resolução CONSAD nº 1.111 de 28 de fevereiro de 2000 (autonomia dos *campi*), o

Programa de Melhoria da Oferta dos Cursos de Graduação no Interior do Estado do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001g), o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA – 2001-2010 (legalmente instituído pela Resolução CONSUN nº 604/2002), a Resolução CONSEP nº 3.211/2004 (regulamentou a *Universidade Multicampi*), a Resolução CONSUN n.º 609/2004 (aprovou a participação no CONSUN de representantes dos *campi* do interior do Estado), o Projeto UFPA: uma *Universidade Multicampi* – Proposta para o Fortalecimento do Modelo e Abertura de Novos Cursos no Interior do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c), o projeto Proposta para o Fortalecimento dos Cursos de Licenciatura dos *Campi* do Interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006h), o Plano de Gestão da Universidade Federal do Pará – 2005-2009 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006e), o Estatuto da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d), o Regimento da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006i) e o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA: 2008-2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008b).

Através de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes máximos (Reitor e ex-Reitor, ex Vice-Reitores, Pró-reitores e ex Pró-reitores) e intermediários (Coordenadores atuais e ex-Cordenadores de *Campi*), enquanto atores principais na condução e implementação das propostas dos programas de expansão nesta IES, foi possível cotejar as experiências de estruturação interna desta organização universitária no que concerne a sua política de interiorização.

Enquanto procedimento metodológico, ressaltamos que as entrevistas foram pautadas sobre dois roteiros de entrevista (modelos em anexo), conforme se dirigissem aos dirigentes máximos ou aos dirigentes intermediários, e as questões foram formulados objetivando extrair o maior número possível de informações referentes a composição dos quadros docente dos *campi* do interior e sobre a implementação dos programas de expansão do MEC na UFPA.

A escolha da entrevista semi-estruturada, como estratégia de pesquisa e coleta de dados, é justificada por ser a técnica que melhor se coadunava aos objetivos da pesquisa, ou seja, pelo fato da mesma permitir “mapear e compreender o mundo da vida do respondente” e por fornecer “os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL, 2008, p. 65).

Os informantes foram selecionados de forma a permitir a construção de amostra representativa do corpo gerencial mais influente na implementação da política

de expansão da UFPA ou que detivessem maior poder de decisão nas escolhas organizacionais, ou seja, a amostra precisava conter elementos-chave na proposição e efetivação desta política, ou seja Reitores, Vice-Reitores, Pró-reitores e Coordenadores de *Campi* em atuação ou que estiveram em atuação no período coberto pela pesquisa.

Deste modo, encaminhou-se carta-convite (modelo-base em anexo), através dos endereços eletrônicos institucionais (por meio do correio eletrônico da UFPA), a 32 possíveis informantes, a saber: para os 16 coordenadores de *campi* (ex e atuais), para o ex Reitor (Prof. Alex Fiúza de Mello), para as suas duas ex Vice-reitoras (prof.^a Marlene Freitas⁶ e prof.^a Regina Feio⁷), e também para alguns dos ex Pró-reitores que atuaram durante as duas gestões do prof. Alex Fiúza, além de cartas-convite para o atual Reitor da UFPA⁸ (prof. Carlos Edilson de Almeida Manesky), para o Vice-reitor (prof. Horácio Schneider) e aos Pró-reitores de Gestão de Pessoas, Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento e Pró-reitora de Ensino de Graduação da atual gestão da UFPA.

Entretanto, nem todos os convidados responderam a solicitação de entrevista e conseguimos a colaboração de apenas 07 Coordenadores de *Campi*, de 04 membros da Reitoria da UFPA na gestão 2001-2009 e 2005-2009 (Reitor, Vice-Reitora e dois Pró-reitores) e 02 membros da Reitoria na gestão 2009-2013 (Reitor e Pró-reitor de Planejamento), perfazendo um total de 13 entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente organizacional, no período compreendido entre 03 de maio a 10 de junho de 2011.

Nesta construção de dados recorreu-se ainda a leitura e análise de documentos institucionais, tais como Atas dos Conselhos Superiores e dos Conselhos Intermediários, relatórios dos fori de Coordenadores de *Campi*, ofícios, memorandos, exposições de motivos, bem como os discursos dos dirigentes da UFPA veiculados no Jornal “Beira do Rio”.

As informações reelaboradas constituíram-se em dados que dão a dimensão da adequação da UFPA e de seus *campi* às proposições contidas nos planos nacionais de expansão, bem com demonstram como ocorreu a execução dos mesmos naquela IES. Estas ações permitiram elaborar uma série de tabelas que retratam, quantitativamente, os seguintes itens:

- a expansão e/ou retração do desenvolvimento dos *campi* no que concerne as suas

⁶ Gestão 2001-2005.

⁷ Gestão 2005-2009.

⁸ Gestão 2009-2013.

missões organizacionais por consequência da implementação das políticas nacionais no nível local. Este fenômeno, por sua vez, se traduz na expansão ou diminuição dos seus quadros docentes e na expansão ou na redução da oferta de cursos nos locais onde desenvolvem suas atividades;

- respondem a indagação de porque ocorreram determinadas decisões, ou seja, porque esses rumos foram tomados, os motivos das opções, tais como a política das vocações regionais e porque esta privilegiou apenas alguns *campi*;

Descrevem-se, a partir de documentos institucionais, as decisões (formuladas nos conselhos deliberativos superiores e intermediários, nos órgãos executivos de direção superior e intermediária e nos diversos fori de proposição) referentes à política de composição dos quadros docente dos *campi* do interior, balizadas sobre a noção de *vocação regional* e sobre o modelo de gestão acadêmico-administrativa *Multicampi*.

Completa-se a análise quantitativa com um conjunto de dados qualitativos que retratam a visão dos dirigentes (superiores e intermediários) desta IES e explicitam aquilo que os mesmos expõem como justificativa/legitimação das suas decisões no que diz respeito a questão investigada. Os dirigentes máximos e os dirigentes intermediários foram selecionados tendo em vista que, dentro da estrutura hierárquica organizacional da UFPA, foram/são os atores que mais decisões tomaram sobre os rumos e caminhos da implementação dos programas federais citados no âmbito desta universidade.

Os informantes foram divididos em dois grandes grupos: **Gestores Máximos**⁹, classificados como GM, subdivididos em GM-A e GM-B conforme se tratem, respectivamente, de dirigentes máximos atuais ou de ex-dirigentes máximos; e **Gestores Intermediários**¹⁰, classificados como GI, subdivididos em GI-A e GI-B, sendo que o primeiro código refere-se a dirigentes intermediários em atuação em 2010 e o segundo a ex-dirigentes, mas que atuaram no período da análise.

Os critérios principais para a escolha dos informantes recaiu sobre as variáveis tempo de gestão, período de gestão e poder de decisão na hierarquia organizacional. Por exemplo, o informante GI-A1 foi escolhido porque atuou como Coordenador de *Campus* entre 2001 e 2010, assim é um informante que teve poder de decisão durante todo o período da análise tendo participado de todas as etapas da implementação das políticas de expansão na UFPA; por sua vez, o informante GM – B1 foi selecionado

⁹ Aqueles gestores que na hierarquia da UFPA atuam nos Órgãos Executivos de Direção Superior (Reitores, Vice-Reitores e Pró-reitores).

¹⁰ Gestores que na hierarquia da UFPA atuam nos Órgãos Executivos de Direção Intermediária (Coordenadores de *Campi*).

porque atuou como Reitor da UFPA entre 2005 e 2009, sendo o mais importante decisor da organização neste período.

A pesquisa documental envolveu um período de quatro meses (março a junho de 2011) nos quais foram consultados o Arquivo Central da UFPA, o Arquivo Setorial da Reitoria, o Arquivo Setorial da PROGEP, o Arquivo Setorial da PROEX, o Arquivo Setorial da SEGE e o Arquivo Setorial do *Campus* Universitário de Soure com o objetivo de coletar os principais documentos relativos a política de expansão da UFPA no período da análise.

A pesquisa foi limitada principalmente pelo fator tempo, pelo grande volume de documentos a serem consultados e pela dificuldade de acesso aos documentos e de realização das entrevistas. O primeiro fator refere-se ao tempo exíguo, a partir da qualificação do projeto de pesquisa (dezembro de 2010), para dar conta de realizar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo (coleta de documentos e entrevistas), a análise dos dados coletados e a escrita da dissertação. O tempo foi prejudicado ainda pela dificuldade de acesso, especialmente ao Arquivo da Reitoria e Arquivo da PROGEP¹¹, e pela dificuldade de agenda de alguns informantes; alguns informantes selecionados deixaram de ser entrevistados por conta de agenda ou porque não responderam as solicitações de entrevista.

d) Estrutura da Dissertação

Para darmos conta dos objetivos da pesquisa e a fim de apresentarmos análises circunstanciais para as questões propostas, organizou-se a dissertação em cinco (05) capítulos, contando-se como primeiro a Introdução e como quinto as Considerações Finais.

A Introdução é utilizada para fazer uma apresentação geral do trabalho. Nela estão expostas as linhas teóricas principais, a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo aborda-se a questão da expansão da educação superior no território nacional realizando a discussão em torno das ações, configuradas nos atos legais, planos e projeções, dos governos do Brasil, ao longo dos últimos 30 anos, que diretamente afetaram a política educacional, particularmente a educação superior. Entre tais políticas destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da

¹¹ Houve um interstício de mais de um mês entre a solicitação de acesso aos Arquivos citados e a autorização final para acesso e consulta. Eram importantes espaços de pesquisa, pois lá encontravam-se documentos fundamentais para a compreensão da política de expansão da UFPA. Também solicitamos acesso aos Arquivos da PROEG e da Vice-Reitoria, mas nos foi negado.

Educação Nacional (LDBEN), o Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e os Programas EXPANDIR e REUNI. Discute-se em seguida a *universidade multicampi* como política, modelo de gestão e filosofia institucional da UFPA, pois é esta visão que baliza todas as decisões implementadas nesta organização ao longo do período de abrangência da pesquisa. Nessa linha primeiramente é discutido o modelo de gestão e a configuração organizacional da IES para podermos compreender as decisões tomadas por seus gestores (os decisores organizacionais) em relação à composição dos quadros docentes dos *campi* do interior ao implementar no nível local as macro políticas educacionais para a expansão e democratização do acesso ao ensino superior.

Este capítulo foi subdividido em três sessões complementares. Na primeira sessão apresenta-se o quadro das principais discussões em torno do processo de expansão da Educação Superior no território nacional nos últimos 30 anos. Na segunda apresenta-se e discute-se a UFPA e seu processo de expansão no território paraense, numa visão que considera esta expansão em fases. E, a partir da visão de Fialho (2005) discute a configuração *multicampi* da UFPA, na tentativa de construir um conceito que nos ajude a compreender este fenômeno recente na história da organização universitária nacional. Já, na terceira sessão, realizamos uma análise do percurso político, acadêmico e administrativo envidado pela UFPA no esforço organizacional de construção de uma filosofia de gestão acadêmico-administrativa *multicampi*. Este exercício é necessário por dois motivos: 1) para desvendar o/os significado/s que o termo *multicampi* assume na UFPA na atualidade; 2) para verificar como tal mudança de filosofia de gestão organizacional influenciou/influencia na política de composição dos quadros docente de seus *campi* no interior.

O terceiro capítulo interpreta a política atual de composição dos quadros docente da UFPA sob a égide do modelo de gestão *multicampi* adotado a partir de 2001. Assim debatemos as estratégias produzidas e implementadas por esta universidade federal para **organizar a composição do quadro docente efetivo dos seus *campi*** universitários situados no interior do Estado, tendo como subsidio as políticas nacionais para a expansão da educação superior pública, tais como os programas EXPANDIR e REUNI.

Este capítulo está estruturado em sessões. Na primeira discute-se a **Política de Composição de Quadros Docente Efetivo para os *Campi* do Interior** a partir de uma metodologia de divisão em Fases a fim de facilitar a análise e explicação dos dados,

traduzidos em informações, sobre cada passo dado pela UFPA na construção da *intelligentsia* de seus *campi*, *locii* principais de produção de conhecimento desta IES no interior do Pará. Assim, o percurso foi dividido em cinco (05) Fases que abrangem um período que vai de 1986 a 2010 e que são organizados para dar conta de retratar as políticas, as estratégias e a visão dos gestores em cada momento do processo de expansão da UFPA. Na última sessão apresenta-se um quadro com os resultados das ações e estratégias de composição de quadro docentes dos *campi* do interior, bem como explicitam-se as consequências práticas que tais decisões trouxeram à política *multicampi* da UFPA.

No quarto capítulo descreve-se como as políticas expansionistas do MEC incidiram sobre o programa de expansão da UFPA, especificamente, como as mesmas foram utilizadas pela UFPA para financiar a consolidação dos seus *campi* localizados no interior, por meio da oferta de novos cursos e contratação de docentes efetivos para estes locais, também se descreve de que maneira esta organização universitária efetuou a partilha dos recursos oriundos dos programas federais de expansão (EXPANDIR e REUNI) coadunando a implementação destas macro políticas com sua filosofia interna de expansão consubstanciada sobre as noções de *multicampismo* e *vocações regionais*.

Para tanto, está subdividido em duas sessões complementares. A primeira apresenta-se como um quadro da política organizacional da UFPA que balizou a distribuição dos recursos dos Programas EXPANDIR e REUNI no que tange ao seu programa de expansão e, especificamente, como utilizou tais recursos para compor os quadros docente dos seus *campi* situados no interior do Estado do Pará. Assim, analisa-se o impacto e as consequências da implementação destas macro políticas no programa de expansão da UFPA. A sessão seguinte objetiva demonstrar as trajetórias diferenciadas dos *campi* nos seus processos de consolidação nos espaços onde estão inseridos no Estado do Pará, trajetória que em nossa visão foi mais diferenciada em consequência das políticas organizacionais de condução do seu processo de expansão.

CAPÍTULO 2 - EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BRASIL – PARÁ

Este capítulo constitui a compreensão sobre como a Universidade Federal do Pará organizou seu processo de expansão em direção ao interior do Estado do Pará, particularmente, após a adoção do modelo de gestão universidade *multicampi* a partir de 2001. Fizemos isto pesquisando sobre um importante elemento constitutivo deste processo: a política de composição dos quadros docente de suas unidades regionais (os *campi* do interior), pois, no nosso entendimento o corpo docente constitui-se na base principal de suporte as ações acadêmicas desta IES nos locais onde a mesma encontra-se implantada.

Para tanto, primeiramente, precisamos compreender o papel da Universidade no contexto atual e os motivos que levaram a necessidade de expansão das ações desta instituição. Assim, a visão de autores como Lundval (2001), Santos (2010), Trigueiro (2003), dentre outros, norteiam nossas reflexões nesta tarefa.

2.1 A UNIVERSIDADE E A QUESTÃO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Lundval (2001) considera que a universidade, enquanto instituição responsável pela educação formal em nível superior, no contexto atual da chamada economia do conhecimento, é uma das principais organizações responsável por promover o desenvolvimento científico, econômico e social dos povos e nações. Tendo, portanto, neste contexto, um papel social e econômico preponderante que não pode ser negligenciado ou ignorado por nenhum Estado que pretende se desenvolver ou continuar se desenvolvendo.

Seguindo esta filosofia, Lundval (2001, p. 210) acredita que “a função maior da universidade é treinar alunos e professores em habilidades que são cruciais para o desenvolvimento, a absorção e o uso de tecnologias”, ou seja, para tal autor, esta instituição tem papel fundamental neste novo momento da economia mundial, por ser a fornecedora/geradora por excelência de novos saberes e tais saberes são o combustível deste novo paradigma de desenvolvimento econômico ou desta chamada sociedade do conhecimento. Necessitou-se pois, neste estudo, compreender o conceito de universidade a partir da sua função social, indagando-se: *por que a universidade foi inventada e para o que serve na sociedade?*

A Universidade, enquanto instituição social e *locus* privilegiado de produção e disseminação do conhecimento desde o seu surgimento, por volta do século XII, até a

atualidade, sofreu, ao longo deste período, inúmeras transformações e passou por processos de mudanças significativas a fim de se adaptar aos contextos socio-político-cultural e econômicos de cada período histórico e contribuir para o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de produção e reprodução das sociedades humanas, particularmente das elites/grupos de poder destas sociedades no mundo ocidental.

Ao longo do século passado¹² e início deste século, a universidade foi impelida a realizar um processo de reajustamento a fim de se adaptar as exigências de produção e reprodução do capital, passando a ser vista por diversos teóricos como fundamental para o desenvolvimento e reprodução da sociedade capitalista neste século XXI. Sendo que o produto gerado no interior da Universidade, **o conhecimento científico** sobre as mais variadas áreas do saber, passou a constituir-se num **ativo** importantíssimo para as organizações e instituições no contexto atual, fato que levou alguns teóricos a proporem o termo **Era do Conhecimento**¹³ para se referir ao atual período da história humana e **Sociedade do Conhecimento**¹⁴ para se referir a sociedade desta época.

A transformação do conhecimento em fator preponderante para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade atual e a elevação do mesmo a um paradigma, é decorrente de vários fatores, entre os quais destacamos a crise do capitalismo nos anos 70 e o posterior processo de globalização da economia decorrente da necessidade de expansão do capitalismo. Neste sentido, a Universidade, enquanto instituição responsável por produzir e disseminar conhecimento tornou-se alvo de políticas públicas nos diversos países do *centro* do capitalismo e, conseqüentemente, nos países da *periferia* do capitalismo, objetivando sua transformação em uma organização orientada pela racionalidade capitalista e pelo mercado.

O exposto acima também é expresso na Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998) quando afirma que a educação superior, ao longo dos séculos, tem dado provas de sua capacidade de transformar-se, e nesse transformar, propiciar a mudança e o progresso da sociedade e, considerando o ritmo das transformações neste século numa sociedade que tende cada vez mais em “fundarse en el conocimiento”, considera serem, a educação superior e a pesquisa científica, partes fundamentais “del desarrollo cultural, socioeconómico y económicamente sostenible de

¹² Particularmente a partir da crise capitalista dos anos 20-30 e 70-80 do século XX.

¹³ Nominção dada a este novo século, por pensadores, filósofos e sociólogos, cuja base produtiva encontra-se na inovação, na tecnologia, na comunicação e, principalmente no conhecimento.

¹⁴ A nova sociedade que está se formando na denominada Era Pós-industrial e que tem por base o capital humano ou intelectual, baseada principalmente nas ideias do sociólogo Anthony Giddens.

los individuos, las comunidades y las naciones” (ARAGÓN, 2001, p. 98-99).

Santos (2010) nos permite uma compreensão melhor da universidade no contexto atual, quando defende que, para se entender o contexto da universidade (enquanto locus de oferta de educação superior) no século XXI, necessita-se ter compreensão das crises que esta instituição enfrentou e ainda enfrenta: a *crise da hegemonia*, a *crise de legitimidade* e a *crise institucional*.

A *crise da hegemonia*, na visão de Santos (2010), é derivada da contradição entre a necessidade de produzir cultura e conhecimentos científicos e humanísticos necessários a formação das elites e entre as exigências de produzir padrões culturais médios, conhecimentos instrumentais úteis na formação de mão de obra exigida pelo capitalismo. Assim, por não conseguir atender a contento as exigências do mercado este busca, fora da universidade, meios alternativos para suprir suas demandas e esta deixa de ser o único agente de produção de conhecimento e pesquisa, ou seja, a universidade perde hegemonia.

O autor considera, ainda, que a *crise de legitimidade* é derivada da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, caracterizada pela restrição do acesso e pelo credenciamento das competências, e as exigências sociais por políticas de democratização da universidade que garantam a igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares. Por último, Santos afirma que a *crise institucional* seria resultante da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão para submetê-la a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou responsabilidade social.

Destaca, ademais, que a *crise institucional* é “um fenômeno estrutural decorrente da perda de prioridade da universidade pública entre os bens públicos produzidos pelo Estado” (SANTOS, 2010, p. 18) o que, por sua vez, decorreu das duas outras crises: a de hegemonia e a de legitimidade, sendo que a perda de prioridade da universidade pública nas políticas públicas estatais foi resultado “da perda geral de prioridade das políticas sociais” (SANTOS, 2010, p. 18), no contexto do paradigma de desenvolvimento econômico conhecido como neoliberalismo ou globalização neoliberal que se impôs internacionalmente a partir da década de 1980 (SANTOS, 2010, p.18).

É neste contexto de crises no interior da universidade que as políticas públicas para a educação superior ocorrem no Brasil nas últimas três décadas. Deste modo, depreende-se que o processo de privatização dos serviços universitários é oriundo das três crises citadas acima, pois as debilidades da universidade foram consideradas

insuperáveis e usadas para justificar a “abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial” (SANTOS, 2010). Em que pese ser, a necessidade de expansão da educação superior, uma exigência deste estágio da civilização e uma demanda legítima da sociedade brasileira, o processo de expansão via mercado, foi realizado de forma desordenada em relação ao quesito qualidade no Brasil, uma vez que efetivou-se apenas a massificação deste nível de ensino, centrada sobre as chamadas universidades de ensino, nas faculdades isoladas e nos institutos de educação superior.

Tais crises da universidade, por não terem sido superadas, culminaram no processo de agudização da privatização ou *mercadorização* da educação superior, as quais Santos (2010, p. 20) divide em duas fases: na primeira fase “expande-se e consolida-se o mercado nacional universitário” (do início dos anos 80 até meados da década de 90); na segunda fase “ao lado do mercado nacional, emerge com grande pujança o mercado transnacional de educação superior e universitária” (de meados dos anos 90 até o presente).

Este autor destaca também que, a partir do final da década de 90, a transnacionalização do ensino superior passa a ser vista e defendida pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio, através de mecanismos como o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), como a “solução global dos problemas da educação”, iniciando-se aquilo que o autor chama de “a globalização neoliberal da universidade” (SANTOS, 2010, p. 22).

As universidades brasileiras foram grandemente afetadas pelas crises explícitas por Santos (2010), em especial as universidades públicas federais, que durante boa parte dos anos 1980, 1990 e 2000 foram freadas em seu desenvolvimento institucional e expansão por mecanismos oriundos dos já citados organismos financeiros internacionais tais como: a redução do investimento público nos serviços sociais tidos como não-exclusivos do Estado (educação, saúde, cultura), conforme proposto por Bresser-Pereira (1998), incentivando a entrada da iniciativa privada nestes setores através de subsídios e financiamentos, e o processo de privatização dos referidos serviços.

As *universidades públicas federais*, enquanto principais instituições a oferecer educação superior pública no país¹⁵, do ponto de vista jurídico, são autarquias (pessoas jurídicas de direito público) cujos objetivos e função consistem em ofertar,

¹⁵ O Censo da Educação de 2008 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009) aponta que estas IFES ainda são as maiores responsáveis pela matrícula no setor público no país, sendo responsáveis por **169.502** vagas na graduação presencial de um total de **344.038** vagas ofertadas pelo setor público, também foram as IFES que registraram o maior aumento na oferta de vagas (14.462) neste ano.

gratuitamente, à população *ensino* superior em nível de graduação e pós-graduação (*latu e stricto sensu*), além de realizar *pesquisas* (nas diversas áreas do conhecimento) e promover a *extensão* dos conhecimentos e tecnologias desenvolvidos em seu interior para a comunidade. Têm como principal mantenedor o governo federal.

Tais instituições tem sido alvo de pesquisas por parte de diversos autores no Brasil, os quais se dedicam a enfocar aspectos diversos destas IES, tais como Schwartzman (2003), Corbucci e Marques (2003) e Amaral (2008) que abordam a questão do aporte financeiro; Batista (2006) que discute a questão da gestão do conhecimento nas áreas de planejamento e administração nas IFES; Peixoto e Braga (2008) que refletem sobre a ampliação do acesso à educação superior pública no pós-LDB; e Paula (2009) que discute a implementação do REUNI nas universidades federais como forma de submeter tais instituições às demandas do capital.

Por *expansão do ensino superior* entendemos ser o processo pelo qual este nível de ensino, passou e passa, no sentido da criação de uma política de educação superior cujo objetivo é proporcionar a ampliação do atendimento através do aumento de oferta de instituições (IES), cursos e vagas neste nível de ensino, conforme as demandas da sociedade. Santos (2010) contribui nesta discussão pois no seu entender, no Brasil e no mundo este processo se dá em dois sentidos: a massificação e a privatização/mercadorização deste nível de ensino, ocorrendo tal processo pela ação estatal via macro políticas educativas que afetam a educação superior brasileira, qual seja: as LDBN's (Leis 5692/1971 e 9394/1996); Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e os Programas EXPANDIR e REUNI.

Outros teóricos também se referem às influências exógenas e decorrentes de mudanças macroestruturais ocorridas em âmbito mundial a partir de meados do século XX, tais como o neoliberalismo e o processo de globalização do capital (em especial o financeiro), nas políticas macroeconômicas e sociais no território nacional, destacando aquelas que influenciaram a política para a educação superior, como, por exemplo, Silva Jr. (2003); Leher (2003); Catani, Dourado e Oliveira (2003), Oliven (2003), Pinto (2004), Trigueiro (2003), Dourado (2002), Chaves, Lima e Medeiros (2008), Severino (2009).

Seus discursos destacam, resumidamente, que apesar da expansão da oferta de vagas no ensino superior ser uma demanda legítima da sociedade brasileira, as políticas para a educação superior brasileira sofreram forte influência de organismos internacionais, - tais como o Acordo MEC/United States Agency for International

Development (USAID) e o Consenso de Washington, além de políticas demandadas por órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e agências da Organização das Nações Unidas - e foram pautadas pela *diversificação* e *diferenciação* neste nível de ensino. Políticas caracterizadas pelo caráter excludente e instituidor de espaços diferenciados, oriundas de mudanças no âmbito jurídico que proporcionaram a privatização desse nível de ensino, a subordinação deste às demandas do mercado e viabilizaram o crescimento do *mercado educacional superior* no Brasil.

Entre os ajustes estruturais efetivados pelo Estado brasileiro destacam-se as chamadas Reformas da Educação Superior. Nesta direção, Trigueiro (2003) afirma que as reformas da educação superior empreendidas durante os últimos 60 anos, em decorrência do pouco tempo de existência institucional do sistema de educação superior no Brasil, não podem ser classificadas como reformas, “talvez o mais adequado não seja falar-se em reforma universitária, porém em sua consolidação e (re)fundação, dependendo do alcance das mudanças propostas” (TRIGUEIRO, 2003, p.7). Para este autor as mudanças empreendidas no âmbito do sistema nacional de educação superior têm um componente contextual e histórico-social que não pode ser ignorado ao se abordar tal assunto.

Por conseguinte, Trigueiro (2003, p. 9) acredita que “a reforma universitária consiste em mudanças profundas no ambiente universitário” (tanto nas universidades quanto nas demais organizações relacionadas ao ensino superior) “que venham atingir o aparato jurídico-normativo mais abrangente” (normas que dão sustentação legal às instituições universitárias em sua estrutura e em seus processos internos, tais como as Leis de Diretrizes e Bases, as Constituições e os Planos Nacionais de Educação) “bem como as mudanças que atingem localmente, uma ou mais dessas instituições, por suas próprias iniciativas”.

Neste último caso, as mudanças a serem consideradas como parte da noção de reforma universitária devem afetar aspectos importantes e fundamentais da estrutura e dos processos organizacionais, como: a dimensão normativa ou formal, em sua concepção mais abrangente; a gestão da organização; a concepção relativa à organização dos saberes (caráter disciplinar ou interdisciplinar das várias áreas do conhecimento, estrutura curricular e concepção pedagógica, mais ampla, entendimento e funcionamento da relação entre teoria e prática e assim por diante); e o que se pode chamar de *modus operandi* da articulação entre a instituição e seu ambiente externo, que inclui as relações com o setor produtivo e com demais organizações da sociedade civil (TRIGUEIRO, 2003, p. 9).

Para o autor acima citado a ideia de reforma universitária, abarca dois níveis de análise: um **nível macro** de alcance geral (análise das leis, decretos, portarias e planos federais que atingem e modificam significativamente o ambiente universitário) e um **nível local** de alcance intermediário (as instituições é que são foco de análise privilegiado a partir da análise do impacto das reformas de nível macro nestas instituições e em seus processos internos). Sendo que, segundo Trigueiro (2003), para compreensão da reforma universitária (que provoca a expansão ou retraimento deste nível de ensino), a análise de um e de outro nível,

[...] condicionam-se reciprocamente na realidade concreta, sendo sujeitos a fatores oriundos tanto da base sócio-material local – da realidade brasileira –, quanto de forças e influências produzidas no âmbito internacional, o que envolve o comércio, o intercâmbio acadêmico e pressões políticas geradas nas relações entre os Estados e os organismos internacionais. (TRIGUEIRO, 2003, p.10)

A análise das reformas da educação superior deve enfocar também o **nível local**, pois é neste nível que se pode verificar os processos de mudanças oriundas do nível macro, é onde ocorreram os embates, as resistências às novas diretrizes e onde ocorrem as reorientações na estrutura e no funcionamento das instituições, “o que envolve jogo complexo, em ambiente repleto de tensões e de disputas de interesses os mais variados” (TRIGUEIRO, 2003, p.10). Destaca, ainda, que as mudanças e reformas estruturais na educação superior também podem ser oriundas do *nível local*, pois as IES, no nível local, podem ser condicionadas e impelidas a realizar mudanças a partir das demandas da sociedade onde está inserida. Daí podem decorrer mudanças significativas que posteriormente podem ser ratificadas e institucionalizadas pelo nível macro.

Assim, o enfoque de Trigueiro (2003) destaca que, no nível macro de análise as reformas empreendidas na educação superior brasileira tiveram o seguinte caráter: a Constituição Federal de 1961 já chegou ultrapassada, pois ainda previa um antigo modelo de universidade, enquanto que na prática já se adotava outro modelo (ensino-pesquisa); a Reforma da educação superior de 1968 atrelava-se em diversos pontos ao acordo MEC/USAID, e estava prenhe dos ideais e objetivos desenvolvimentistas e modernizantes do governo militar “modernizar a universidade para que esta passasse a formar mão de obra qualificada, controlar os anseios da classe média e do Movimento Estudantil e fomentar a Ciência e Tecnologia em busca de um desenvolvimento nacional com segurança interna”; apesar desse contexto, porém as reformas aconteceram principalmente no que se refere ao modelo único de universidade (indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão), fim das cátedras e criação de novos cursos para formar técnicos de nível superior, cientistas e profissionais liberais¹⁶, este cenário manteve-se quase inalterado até a década de 80 do século XX, quando começaram novos movimentos reformistas.

A Constituição Federal de 1988 tornou-se, conforme este autor, em vetor dos ideais reformistas oriundos do início da década e balizados por uma nova conjuntura internacional centrada sobre o paradigma neoliberal na condução da economia e na definição de novos papéis para o Estado (fim do *welfare state*). Os países centrais, tais como E.U.A e Inglaterra, através dos organismos financeiros internacionais, passaram a intervir mais incisivamente na elaboração e condução das políticas públicas dos países periféricos e dependentes, inclusive nas políticas e instituições educacionais, propondo que as mesmas se tornassem mais eficientes (no uso de verbas públicas) e mais próximas das organizações empresariais, além de mudanças na natureza da orientação dos estudantes em relação a escolha de suas carreiras (mais estudantes nas carreiras científicas, na engenharia e na tecnologia).

Sendo proposto por estes países, segundo Trigueiro (2003), às universidades, “uma administração empresarial, com autogestão, controlada indiretamente pelo governo, com avaliação unificada. Utilizando este método, o governo deveria definir prioridades para destinar as verbas alocadas nas universidades federais” (TRIGUEIRO 2003, p. 15-16). Estando presentes, portanto, nas várias propostas de reforma a adoção de

[...] currículos mínimos que permitiriam à universidade adaptar-se à sua realidade e ao mercado de trabalho, a complementação orçamentária a partir do financiamento originado no setor privado, a extinção do princípio da universalidade e a racionalização dos recursos. (TRIGUEIRO, 2003, p. 16)

Nesta direção, Dourado (2002) afirma que, nos anos 90 do século XX, diversos ajustes de cunho estrutural foram postos em prática nos países do *centro e periferia* do capitalismo, os quais terminaram por influenciar de alguma maneira na expansão da educação superior no Brasil. Para Dourado,

[...] das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural. (DOURADO, 2002, p. 238)

¹⁶ OLIVEN (2002, p. 39) destaca que esta reforma contribuiu para a expansão do sistema privado de ensino superior, pois, apesar de se dirigir às IFES, o sistema privado adaptou-se as novas regras e, diante da pressão da sociedade por mais vagas no ensino superior, surgiram as faculdades isoladas nas regiões onde havia maior demanda: na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio no interior dos estados mais desenvolvidos.

Os tais programas de ajustes estruturais referidos acima foram adotados pelos países em desenvolvimento, como o Brasil e outros países da América Latina. Deste modo, destaca-se que as reformas estruturais empreendidas pelo governo FHC entre 1995 e 2002 seguiram no sentido de atender as proposições e exigências do BM e de outros organismos internacionais. Isto é verificado ao se observar que o discurso oficial brasileiro, neste período, passa a pregar a *reforma do Estado* como uma estratégia para se alcançar a retomada do desenvolvimento econômico e social. Entre os teóricos da *Reforma do Estado* filiam-se Peter Spink e Bresser-Pereira, entre outros.

Este último, num de seus textos (BRESSER-PEREIRA,1998), defende e justifica a adoção do ideário da Reforma do Estado, durante o governo FHC, e particularmente a *Reforma da Administração Pública*. Deste modo, apresenta a Reforma do Estado como uma **questão central** da agenda governamental brasileira nos anos 90 e afirma que a *Administração Pública Gerencial* era imprescindível para “melhorar” a máquina estatal nacional, permitindo e proporcionando, assim, uma *reforma na estrutura do Estado* brasileiro e, conseqüentemente, o ajuste do mesmo aos cânones da conjuntura internacional e ao paradigma do neoliberalismo, fato que é atestado pelo próprio autor quando afirma que

A reforma passa a ser vista como necessidade crucial, não apenas interna, mas **exigida** também pelos **investidores estrangeiros** e pelas **agências financeiras multilaterais** (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 22) (Grifo nosso).

Este teórico entende ser a administração pública gerencial a estratégia ideal para reformar a estrutura do Estado brasileiro, a qual objetivará transformar a administração pública brasileira, de burocrática em gerencial. Assim, Bresser-Pereira (1998) ensina que a reforma administrativa gerencial deve concentrar-se nas estruturas básicas do estado moderno: *núcleo estratégico* – centro onde se definem as leis e as políticas e o modo de efetivá-las (Legislativo, Executivo e Judiciário); *atividades exclusivas* – envolvem o poder extroverso do Estado, são atividades que garantem que as leis e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas (Forças Armadas, polícia, agências de arrecadação de impostos, agências reguladoras, agências de financiamento, fomento e controle de serviços sociais e seguridade social); *serviços não-exclusivos* - serviços que o Estado provê, mas que também podem ser oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal (educação, saúde, cultura e pesquisa científica); *setor de bens e serviços*: formado pelas empresas estatais.

Entre as diversas estratégias para reformar a estrutura do Estado Bresser-

Pereira (1998) propõe para os *serviços não-exclusivos* (lugar da estrutura do Estado onde se localiza a educação) que a administração deve ser autônoma na condição de propriedade pública não-estatal, configuradas na criação de Organizações Sociais ou de OSCIP's, o que, em termos mais claros, significaria a privatização destes serviços, os quais passam a ser vistos como bens de consumo individual (carecendo, portanto, de financiamento privado) e não como direitos sociais públicos.

Chaves, Lima e Medeiros (2008), discutem a reforma da educação superior brasileira no pós-LDB (1996), abrangendo em suas pesquisas os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, também apontando neste período a implementação de políticas de *expansão, diversificação e privatização* da educação superior brasileira. Mais recentemente, no octênio do governo Lula, Paula (2009) percebe as macro políticas empreendidas neste governo como formas de submeter a educação superior pública aos ditames do mercado educacional, entre tais políticas discute a criação e implementação do REUNI¹⁷ como instrumento para reformar a educação superior pública ofertada nas IFES e torná-las mais próximas do modelo *universidade de ensino* requerido pelo mercado mundial.

O estudo que realizamos precisou situar a UFPA no contexto educacional amazônico no sentido de buscar definir sua atuação neste espaço. Em tal empresa utilizamos a contribuição de Brasil (2007) a qual realizou uma reflexão sobre a questão da pertinência social (via pertinência científica) da universidade para a região amazônica. Esta autora defende a tese “de que as universidades na Amazônia devem desenvolver pesquisas que sejam pertinentes para o desenvolvimento da região” (BRASIL, 2007, p. 9). Nesse sentido a autora compreende, a partir do conceito proposto pela Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI (UNESCO, 1998), ser a pertinência científica constituída pelas “relações institucionais que podem ser estabelecidas pelas universidades, pautadas no intermédio entre as expectativas sociais e o que as universidades realizam” (BRASIL, 2007, p. 9).

É exatamente neste sentido que investigamos a UFPA, distinguindo e analisando a contribuição desta IFES para o desenvolvimento regional a partir da sua expansão (interiorização) para o interior do estado do Pará, particularmente após a

¹⁷ Decreto federal n. 6096/07, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) se propõe financiar planos de reestruturação e expansão das universidades federais entre 2008 e 2012. Tem por objetivo ampliar o acesso aos cursos de graduação, reduzir o tempo de permanência neles, promover melhorias na estrutura física das instituições e prover recursos humanos para o cumprimento dessas metas.

adoção da política de gestão acadêmica denominada universidade *multicampi* e, no âmbito desta política, da adoção de uma filosofia de expansão centrada sobre o conceito de *vocações regionais*.

Sobre a questão da universidade na Amazônia Mello (2007) afirma a necessidade de construção de uma universidade *na Amazônia, da Amazônia e para a Amazônia*, a fim de dar conta de seu principal desafio nesta *região periférica*, qual seja o desenvolvimento cognitivo do povo da região, derivando daí uma *re-invenção da Amazônia* no sentido desta, no devir, alcançar a superação de sua condição de *periferia da periferia*.

2.2 A UFPA E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ

Por conta do exposto acima, consideramos importante, no âmbito da investigação, apresentar uma breve contextualização sócio-histórica da trajetória da Universidade Federal do Pará na Amazônia.

Esta universidade federal, há mais de 50 anos, “faz” ciência na Amazônia: promovendo a pesquisa científica, literária, filosófica, artística e cultural, bem como tem proporcionado a criação e/ou aperfeiçoamento de métodos e técnicas de ensino e investigação científica no espaço amazônico. Também concorre para formação de mão de obra qualificada na região a partir da promoção de cursos de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento. Hoje, a UFPA é a maior instituição superior de ensino e pesquisa da região Norte e, em número de estudantes, uma das maiores do país ¹⁸.

A UFPA foi criada através da Lei 3.191 de 02 de julho de 1957 (BRASIL, 1957), mas somente foi oficialmente instalada em 31 de janeiro de 1959, após 18 meses de sua criação, em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek. Porém, desde 28 de novembro do mesmo ano, estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (novembro de 1957 a dezembro de 1960) (FONTES, 2007).

Executou, em 2010, um orçamento de R\$ 821.432.990,12. Também possuía uma população universitária da ordem de 52.419 pessoas. Tais pessoas distribuíam-se conforme organizado na tabela abaixo:

¹⁸ Segundo dados do Censo da Educação Superior 2010 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010) a UFPA continua sendo a maior universidade brasileira em número de alunos na graduação com 32.169 alunos matriculados.

Tabela 3 - População Universitária da UFPA em 2010

População			Quantidade	
Docentes	Professores do 3º Grau	Doutores/Pós-Doutores	1.030	2.154
		Mestres	874	
		Especialistas/Aperfeiçoamento	176	
		Graduados	74	
	Professores do 2º Grau	Doutores	31	235
		Mestres	80	
		Especialistas/Aperfeiç.	89	
		Graduados	34	
		Ensino Médio	1	
		Capital	18.891	32.169
Discentes	Graduação	Interior	13.278	
	Pós-Graduação	Doutorado	833	7.102
		Mestrado	3.179	
		Especialização	2.957	
		Residência Médica	133	
	Educação Básica	Educação Infantil	110	1.886
		Ensino Fundamental	1.140	
		Ensino Médio	636	
	Outros	Cursos Técnicos de Ens. Médio	380	6.431
		Cursos Livres	6.051	
Técnicos	Doutores		4	2.309
	Mestres		48	
	Graduados		1.113	
	Ensino Médio		856	
	Ensino Fundamental		117	
POPULAÇÃO TOTAL			52.419	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Universidade Federal do Pará (2011c).

No que se refere ao **ensino**, esta universidade federal ofertou, em 2010, um total de 513 cursos de graduação, sendo 116 cursos na Capital e 397 no Interior. Nestes cursos foram ofertadas **8.103** vagas nos diversos processos seletivos (PS, PSE, MOBIN, MOBEX,¹⁹) desta IES. Também possuía 45 programas de Pós-graduação Stricto Sensu, nos quais são oferecidos: 22 Cursos de Doutorado, 44 cursos de Mestrado (42 acadêmicos e 2 profissionais) e 20 Residências Médicas e além de 68 cursos de Especialização (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011c).

Em relação a **pesquisa**, em 2010, dispunha de 958 projetos em execução os quais envolviam 1.500 docentes e 70 técnicos. No que se refere à **extensão**, a UFPA realizou diversas ações, traduzidas em 40 programas, 97 projetos, que atenderam um total de 184.912 pessoas; nestes projetos encontravam-se envolvidos 500 docentes, 528 discentes e 277 técnicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011c).

Suas atividades acadêmicas são desenvolvidas em 13 Institutos, 05 Núcleos, 11 *Campi* e 55 Polos de Ensino no interior do Estado do Pará. Possui ainda 01 Escola de Aplicação (Educação Básica) e 02 Hospitais Universitários.

¹⁹ Processo Seletivo, Processo Seletivo Especial, Processo Seletivo à Mobilidade Acadêmica Interna e Processo Seletivo à Mobilidade Acadêmica Externa.

O *multicampismo* foi a estratégia utilizada pela Universidade Federal do Pará para expandir suas ações acadêmicas para o interior do estado do Pará, sua região de atuação. Esta organização fez isto por meio de um arrojado *projeto de interiorização* que institucionalizou-se definitivamente a partir de 1986.

Neste estudo adotou-se a visão em fases do processo de expansão (interiorização) da UFPA, como proposto por Freitas (2005), porém definimos como fase inicial o período compreendido entre 1986 e 1989, que compreende o interstício de implementação do *Projeto de Interiorização da UFPA – 1986-1989*. Apresenta-se a seguir uma contextualização resumida do processo de expansão dessa IES pública.

No sentido de atender aos imperativos da necessidade de expansão da oferta de ensino superior no seu espaço de atuação (estado do Pará), esta universidade federal envidou esforços para garantir o direito à educação superior pública à população desta região. Fez isto através de um programa de interiorização de suas ações universitárias a partir da década de 70 do século passado, indo de encontro, de certa forma, a política federal de expansão da educação superior naquele momento, que, como explicitado anteriormente, preconizava e incentivava a expansão da oferta de vagas neste nível de ensino via iniciativa privada e vinha reduzindo gradativamente os recursos financeiros destinados a educação superior pública.

Entre os muitos entraves à tarefa de expandir a oferta de vagas no ensino superior público no estado do Pará através do projeto de interiorização da UFPA, destacam-se aqueles relacionados à necessidade de consolidar e institucionalizar seus *campi* localizados no interior do estado. Entre as ações e mudanças necessárias para levar a cabo esta empreitada, destaca-se a preponderante necessidade de **compor, estruturar e fixar quadro docente** nas suas Unidades Regionais do interior. Neste sentido a tarefa da UFPA necessitou (e ainda necessita) de muitos esforços.

Na **primeira fase** de sua expansão efetiva (1986-1992)²⁰ o esforço destinou-se a sensibilizar os professores, lotados na capital, a ministrar aulas nos *campi* do interior e/ou administrar estas unidades (na primeira etapa de realização dos cursos de licenciatura no interior foram enviados 89 professores ao interior do estado: 13 para Abaetetuba, 08 para Altamira, 12 para Bragança, 09 para Cametá, 14 para Castanhal, 11 para Marabá, 12 para Santarém e 10 para Soure)²¹.

Freitas (2005, p. 18) considera este período como a 2ª Fase da Interiorização da

²⁰ Adotamos neste trabalho o esquema de Fases do processo de Interiorização da UFPA propostas por Freitas (2005).

²¹ Arquivo Setorial da PROEX, documentos da extinta Coordenadoria de Interiorização da UFPA.

UFPA e também o momento em que se inicia “a história da agora denominada Universidade *Multicampi*”. Para esta autora o apoio e o comprometimento das prefeituras locais, ao doarem prédios para a instalação das sedes dos *campi*, ceder servidores para o apoio administrativo, vigilantes e motoristas, foi fundamental para o sucesso da implementação do programa de interiorização naquele momento, uma vez que não havia apoio do MEC para tal ação.

Como explicitado acima as ações de expansão do MEC, no momento em que a UFPA inaugurou seu Projeto de Interiorização, centravam-se sobre a ideia da privatização da educação superior e, deste modo, o *multicampismo* de IFES era algo que não era pensado nem apoiado pelo Governo Federal, que naquele momento ainda estruturava-se para sair de um longo período de ditadura militar.

Nos anos seguintes a continuidade deste processo, também foi prejudicada, posto que o ideais neoliberais continuaram a se fortalecer e a balizar as políticas sociais do Governo Brasileiro, como apontam Dourado (2002) e Trigueiro (2003), segundo tais autores a Constituição de 1988, organizou ainda mais o sistema educacional brasileiro para atender os preceitos neoliberais e fortalecendo o trinômio que caracteriza a educação superior brasileira nos últimos 30 anos: *privatização, diversificação e diferenciação*.

Na **segunda fase (1993-1997)** o esforço concentrou-se em buscar consolidar as ações do projeto de interiorização e ampliar e diversificar os cursos ofertados no interior através da implantação de cursos de Biologia, Química e Física, porém, para cumprir este propósito, necessitava aumentar seu contingente docente, entretanto, por não conseguir autorização do MEC para realizar o concurso para docentes, precisou fazê-lo via Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), mediante convênio com o Estado (via SEDUC), contratando docente em nível equivalente a **auxiliar** para ministrar aula no interior.

Outra vez se percebe a força do neoliberalismo na condução das políticas nacionais de educação. Neste período foi promulgada a nova LDB para atender ao texto constitucional que referenciava a criação deste instrumento legal. Num estudo sobre os efeitos deste documento sobre o sistema educacional superior, Ristoff (2008, p. 41-42) enumera 10 características da educação superior brasileira entre os anos de 1996 e 2004, a saber: “a) Expansão; b) Privatização; c) Diversificação; d) Centralização; e) Desequilíbrio regional; f) Ampliação do acesso; g) Desequilíbrio de oferta; h) Ociosidade de vagas; i) Corrida por titulação; j) Lento incremento na taxa de

escolarização superior”. Constituindo-se, segundo este autor, nos principais efeitos da LDB sobre a educação superior nacional.

Nesta fase Freitas (2005) destaca que, apesar das IFES amazônicas terem proposto ao MEC o *II Projeto Norte de Interiorização* objetivando obter recursos necessários a continuidade do programa e mesmo não havendo muito sucesso no pleito, a UFPA continuou avançando nas suas ações de interiorização, como expresso no trecho a seguir:

Registre-se que, a despeito das adversidades e negativas do MEC ao atendimento daqueles pleitos, as ações da UFPA no interior do Estado foram se ampliando, ininterrupta e sucessivamente. Além disso, a partir das sedes dos *Campi* Universitários começou a se irradiar a realização de cursos para a formação de professores dos municípios do seu entorno e sob sua incidência geográfica, constituindo-se, a partir de então, os chamados Núcleos Universitários. (FREITAS, 2005, p. 20)

No trecho acima a autora destaca a criação dos Núcleos Universitários, naquele momento uma estrutura nova na organização, para a qual esta IES não se preparou. Os Núcleos Universitários surgiram atrelados necessariamente a um dos *campi* e constituem-se no menor elemento dos Polos Universitários. Nele são ofertados o ensino, a pesquisa e a extensão, de caráter contínuo ou temporário, porém não possuem corpo docente próprio.

O surgimento dos Núcleos trouxe ainda mais problemas a já combatida situação do Programa de Interiorização, uma vez que, a partir de então, a UFPA precisou garantir não somente a oferta de curso e manutenção dos *campi*, mas também a oferta de cursos e a infraestrutura mínima de funcionamento dos Núcleos com um quadro docente reduzido e sem previsão, por parte do governo federal, de abertura de novas vagas para contratação de docente, mesmo que temporários.

Na **terceira fase (1998 -2000)**, o objetivo continuou sendo o de fortalecer e institucionalizar os *campi* do interior e, agora, atender as determinações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) que preconizava a extinção da figura do professor leigo na educação básica. Tarefa que desafia as IES do estado pelo fato do contingente de professores leigos nas redes de ensino estadual e municipal atuando na zona rural ser de aproximadamente 75% e alcançar os 16,4% entre os professores atuando na zona urbana (OLIVEIRA, 2006).

Deste modo, a partir de 1999, a UFPA, através de parcerias/convênios com Prefeituras Municipais e Governo do Estado, passou a ofertar cursos de Licenciatura Plena em regime de contrato especial em seus 09 *campi* do interior (SILVA, 2007), fato

que segundo este autor ajudou a financiar parte do programa de interiorização da UFPA; destaca-se nesta fase a realização dos primeiros concursos específicos para contratação de docentes efetivos para os *campi* do interior, porém o quantitativo de vagas não foi dividido igualmente entre tais unidades, sendo priorizadas aquelas localizadas nas regiões mais dinâmicas economicamente e considerados “maiores” em termos quantitativos.

Na **quarta fase (2001 aos dias atuais)** a tarefa consiste em levar adiante a proposta do novo modelo de gestão proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA 2001-2010, **modelo Universidade Multicampi**, que preconiza a instituição de uma “verdadeira Universidade- Rede” que articule, acadêmica e administrativamente, os seus atuais 12 *campi*; proposta que ao longo desta década, em que pese os percalços e obstáculos do caminho, permitiu a consolidação de vários *campi* no interior do estado do Pará e mesmo a transformação de um deles (Santarém) na mais nova universidade federal da região Norte, a UFOPA, localizada na cidade de Santarém e criada através do desmembramento do *Campus* da UFPA e da Unidade descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), por meio do Decreto Lei nº 12.085, de 05 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009).

Neste período, destaquem-se também as mudanças oriundas das políticas educacionais do MEC em relação à educação Superior (decorrentes, por sua vez de mudanças no campo político nacional) a partir de 2003, que permitiram à UFPA (e as demais IFES do país) realizar concursos para técnicos e docentes para os *campi* do interior, regularizando a situação de várias destas unidades na área acadêmica e também na área administrativa, pois diversos deles atuavam com pessoal técnico cedido pelas prefeituras, pelo estado ou contratados pela FADESP.

O **AVALIA: Programa de auto-avaliação da UFPA** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006c) aponta, nesta fase, o seguinte direcionamento político-estratégico desta IFES: a partir de 2005 a UFPA passou a priorizar e investir em alguns *campi*, eleitos como estratégicos para o desenvolvimento regional a partir do ponto de vista econômico, ofertando cursos e realizando concursos para efetivação de docentes para atuar nestes locais, desenvolvendo a graduação e a pós-graduação:

- *Campus* de Marabá: cursos de Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais e Geologia;
- *Campus* de Bragança: curso de Engenharia de Pesca;

- Núcleo de Tucuruí²²: cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil; com previsão do curso de Engenharia Mecânica futuramente;
- *Campus* de Santarém²³: Física Ambiental;
- *Campus* de Belém: Engenharia Naval.

O referido relatório deixa clara a necessidade de fomentar, também, os setores produtivos Animal e Agrícola do Estado (através dos cursos de **Medicina Veterinária e Agronomia**, concentrados nos *campi* de Castanhal e Santarém). Neste relatório não há qualquer menção a alguma proposta de política para o “desenvolvimento estratégico” dos demais *campi*, tais como os do Marajó ou os do Baixo Tocantins e da região onde os mesmos se localizam.

Devemos destacar que o direcionamento dado pela UFPA neste fase ao seu programa acadêmico de desenvolvimento é consequência direta da adoção da filosofia de expansão baseada nas *vocações regionais* e da implementação, por esta IES, de pelo menos dois programas do governo federal para a educação superior pública: o Programa EXPANDIR (2003 – 2006) e o Programa REUNI (2007-2012).

O estudo aqui exposto sobre a Universidade, em sua configuração *multicampi*, que é condição reconhecida da Universidade Federal do Pará, organizada política e administrativamente em 12 *campi*, dos quais o *campus-sede* (Cidade Universitária José da Silveira Neto) está localizado em Belém, capital do Estado do Pará, e 11 *campi* estão situados em municípios do interior deste Estado (Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá, Santarém²⁴, Soure e Tucuruí). Para avançar na compreensão dessa estrutura é introduzido neste capítulo o que constitui uma *universidade multicampi* a fim de dar significado a este termo relativo à organização universitária e a concepção subjacente.

O termo *universidade multicampi* deve ser compreendido como um conceito ainda em construção, conforme defende Fialho (2005). Esta autora assinala que a universidade em sua configuração *multicampi* é fenômeno recente na história da universidade brasileira. Entretanto, tal exercício exige antes expor o que é um *campus universitário*.

Fialho (2005) estuda, analisa e propõe o *campus* universitário em duas acepções: a) “o *campus* como indicador físico-espacial (unidade de assento de uma dada estrutura universitária e unidade de referência para indicar o distanciamento dos centros

²² Campus Universitário de Tucuruí, desde junho de 2009.

²³ Atual Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

²⁴ O Campus Universitário de Santarém tornou-se a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), porém como era *campus* da UFPA até aquele ano o mesmo está incluído na pesquisa.

urbanos); e b) *campus* como indicador acadêmico (unidade de localização de uma determinada base da produção intelectual)”. Na primeira acepção ressalta-se “a localização geográfica como modo de ocupação do território, de produção do espaço e construção da paisagem”. Já na segunda, explicita-se a “sua condição como fator de organização da força de trabalho, remetendo-nos à história que toma ‘[...] o ‘universitário’ como a figura do ‘trabalhador intelectual’ (CHARLE; VERGER, 1996, p. 31). Dessa forma, a dimensão acadêmica qualifica tanto o resultado do que se produz naquele lugar, isto é, caracteriza a sua natureza (produto *intelectual*), como caracteriza o *lugar* como espaço de produção (diretamente subordinado, portanto, às “leis da produção e reprodução social” (FIALHO, 2005, p. 54).

A universidade *multicampi*, nas palavras da autora citada acima, constitui-se num fenômeno ainda em estudo, um objeto em vias de construção, sendo dado ao pesquisador da temática o desafio de desvendar os seus aspectos mais peculiares. Assim, para ela:

É preciso, então, buscar as características peculiares desse fenômeno identificado como universidade *multicampi*, não como um conceito já construído, mas como um fenômeno e, portanto, reconhecendo possível a sua travessia nos caminhos da própria processualidade científica, ou seja, como um objeto em vias de construção (FIALHO, 2005, p. 22).

A autora supracitada desenvolveu um importante estudo sobre a universidade em sua configuração *multicampi*. Sua pesquisa debruçou-se sobre a constituição *multicampi* das universidades públicas estaduais, tendo como referencial empírico a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), além de outras universidades de outros estados, por conseguinte, constitui-se numa das principais referências teóricas sobre a temática do *multicampismo* universitário. Deste modo, é que, tendo por base a visão de Fialho (2005), empreenderemos a tarefa de tentar compreender a configuração *multicampi* da UFPA e com isto dar mais uma contribuição à construção deste conceito.

Fialho (2005) inicialmente procura fazer uma distinção entre os termos *pluricampi* e *multicampi* em referência a universidade, pois, para esta autora:

É possível sugerir, então, que o termo *pluricampi* [...] possa vir a ser utilizado para designar a pluralidade de *campus* dispersamente distribuídos em vários lugares, reservando-se o termo *multicampi* para o caso em que a essa pluralidade de *campus*, será exigido um certo grau de integração, como algo intrínseco a todo o seu conjunto. Esse ensaio, de natureza figurativa faz destacar que a designação *multicampi* comporta algo mais que o número de *campus* ou a localização territorial dos mesmos. Ou seja, na configuração *multicampi* o sentido de organicidade torna-se imprescindível (FIALHO, 2005, p. 52).

Depreende-se daí que para se definir uma universidade como *multicampi* não basta à mesma estar dispersa em vários locais, antes é necessário que os *campi* que formam esta universidade tenham um *sentido de organicidade*, ou seja, que, apesar das peculiaridades e idiossincrasias de cada *unidade* e apesar da dispersão físico-espacial, os mesmos estejam imbricados de tal forma a tornarem-se um organismo único, isto é, que possuam organicidade.

Diante de tal definição nos chegam algumas indagações: *a UFPA constitui-se realmente uma universidade multicampi ou é apenas uma universidade pluricampi? Qual o significado que o termo **universidade multicampi** adquire na UFPA?*

Inicialmente podemos asseverar que a UFPA é uma universidade que se encontra estruturada, desde 1986, em diversos *campi*, sendo que atualmente organiza-se em 12 *campi* distribuídos no território paraense. Cada uma destas unidades possui estruturas físicas e de pessoal distintas, bem como história de formação diferenciada, também se localizam em espaços regionais bastante distintos. Alguns estão situados em grandes e dinâmicos municípios paraenses (Belém, Castanhal, Marabá, Santarém) e outros estão sediados em pequenos municípios localizados em regiões que se mostram menos dinâmicas tais como a região marajoara. A distância físico-geográfica entre os *campi* do interior e o *campus-sede* da capital também varia, indo de 70 a 850 Km.

Mas, ao se tomar como referência a definição proposta aqui, chega-nos a dúvida quanto ao tipo de estruturação organizacional adotada pela UFPA e é preciso se preocupar em responder as questões propostas acima. Na sessão seguinte discutiremos estas questões e tentaremos dar respostas, mesmo que parciais, a estas indagações.

2.2.1 Construção da *universidade multicampi* na UFPA

O Estatuto da Universidade Federal do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d), em seu Artigo 1º, § 2º, caracteriza esta universidade federal como uma “universidade *multicampi*”, conforme transcrito abaixo:

Art. 1º A Universidade Federal do Pará – UFPA é uma instituição pública de educação superior, organizada sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 4 de abril de 1978.

§ 1º A UFPA goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei e do presente Estatuto.

§ 2º A UFPA caracteriza-se como universidade *multicampi*, com atuação no Estado do Pará e sede e foro legal na cidade de Belém (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d) (Grifos da autora).

Assim, nesta sessão passar-se-á a analisar e discutir os processos e caminhos que levaram a UFPA a enxergar-se como *universidade multicampi* e qual sentido atribui a tal termo, bem como se averiguará como tal movimento influenciou/influencia na composição dos quadros docente dos seus *campi* no interior.

Ressalta-se que é somente a partir da **terceira fase** de interiorização da UFPA (1998-2000) que se começa a pensar esta IES como uma *universidade multicampi*, pois, até então, parecia haver um entendimento tácito que os *campi* do interior eram meras extensões do *campus* de Belém, concorrendo para isto às seguintes situações: (1) inexistência de colegiado dos próprios *campi*; (2) os *campi* não dispunham de representação com direito a voto nos Conselhos Superiores da UFPA; (3) os Coordenadores de *Campi* eram assessores “de confiança” do Reitor e por ele nomeados para exercer o cargo por tempo indeterminado. Portanto, correspondia a um processo decisório da alçada da autoridade máxima desta IES, desta forma, os *campi* não dispunham de nenhuma instância deliberativa colegiada.

As situações descritas acima se coadunavam para manter os *campi*, até então, numa dependência total do *campus-sede*, tanto na área acadêmica como na área administrativa. Tais situações são evidenciadas nos autos do **processo nº 015791/98** no qual consta o documento **Proposta de Institucionalização dos Núcleos Universitários da UFPA**, documento elaborado pela Pró-reitoria de Extensão da UFPA e encaminhado ao Reitor, em 08/10/98, para submetê-la ao Conselho Superior de Administração (CONSAD), com o objetivo de “regulamentar os Núcleos Universitários da UFPA [*Campi*] no interior do Estado”. Ao encaminhar a proposta, o Pró-reitor de Extensão à época, prof. José Carlos Fontes, ressalta que a mesma foi

[...] o resultante de reuniões que mantivemos com o Fórum de Planejamento Ampliado, com os Coordenadores de *Campi*, com várias comunidades do interior e com a equipe da Administração Superior sobre a matéria. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b).

No referido documento são evidenciados os seguintes pontos relativos à situação dos *campi* do interior naquele momento:

A **Resolução 549/85-Consum**, que aprovou o Regimento da Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 09 de dezembro de 1985, em seu Art. 167, diz que “Os **Núcleos Universitários**, coordenados por um professor designado pelo Reitor, ficam integrando a estrutura da Reitoria”. O Art. 168 diz que “Os Coordenadores de Núcleos Universitários equiparam-se para todos os fins de direito aos Coordenadores de Núcleo de Integração”. O

Regimento da Reitoria, então, primeiro estabelece que os Núcleos Universitários já existem na estrutura da UFPA, ligados a Reitoria. Daí os *campi* estarem afetos a Reitoria. Segundo que estes Núcleos devem equiparar-se aos Núcleos de Integração, mas não são a mesma coisa. Como os *campi*, inicialmente não foram criados como Núcleos Universitários e, posteriormente, não foram transformados nos mesmos, **nunca conseguiram se estabelecer como estruturas definitivas da Universidade e seus Coordenadores sempre foram assessores de confiança do Reitor**, exercendo funções às vezes bastante semelhantes às de diretores e de outros coordenadores, mas sem o controle, nestes últimos, exercidos pelos Conselhos (de Centro e de Núcleos). Para estes o mandato é limitado a 4 (quatro) anos; para os do interior não há limites, havendo *campus* que sempre contou com o mesmo coordenador desde sua implantação. Por outro lado, **o Coordenador de Campus não tem representação nos Conselhos**, pois o Regimento da Reitoria fala em Coordenador de Núcleo Universitário e não de *Campus*. **Consequentemente, os interesses dos *campi* nunca são tratados diretamente nos Conselhos com os responsáveis diretos, mesmo após 12 anos de existência.** Alguns além de mais antigos, ainda contam com infraestrutura física e humana maior que alguns Núcleos e Centros da UFPA. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b)

A primeira situação era justificada como sendo inerente ao tipo de política de interiorização adotada pela UFPA até aquele momento (1998), pois apesar de já existirem alguns cursos ofertados de forma ‘regular’²⁵ nos *campi* do interior, inclusive alguns bacharelados, ainda persistia, essencialmente, a política da oferta de cursos de licenciatura em “regime intervalar” com professores lotados nos Centros e Departamentos Acadêmicos da capital, fato que dispensava a necessidade de existência de quadro docente nos *campi* para garantir a oferta dos cursos, uma vez que o corpo docente de Belém ainda conseguia garantir tal oferta, mesmo que de forma precária, àquela altura.

A segunda situação justificava-se pelo fato dos *campi* não serem integrantes oficiais da organização administrativa da UFPA, posto que não fossem unidades previstas no Estatuto desta IFES, o qual datava de 1978²⁶ e vigorou até 2006. Deste modo os *campi* permaneceram sem representação nos Conselhos Superiores até 2004, quando, após pressão da comunidade acadêmica dos *campi*, é editada **Resolução CONSUN n.º 609**, de 16 de novembro de 2004, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004i), a qual determinou a representatividade dos *campi* neste Conselho Superior.

A terceira situação justificava-se pelo fato dos *campi* serem unidades acadêmicas diretamente ligadas a Reitoria, sendo, pois, sua direção deixada a cargo de um **assessor** do Reitor. Tal situação também passou a ser questionada pela comunidade

²⁵ Cursos ofertados no mesmo período letivo de Belém.

²⁶ Em 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após a aprovação da **Resolução nº 549/85**, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985.

dos *campi* do interior e somente começou a mudar após a edição da **Resolução CONSAD nº 1.111**, de 28 de fevereiro de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f) a qual estabelece a necessidade de eleições diretas para a Coordenação dos *campi*, bem como a criação dos Conselhos Deliberativos dos *Campi*, conforme determinam os Artigos 6º e 8º desta resolução:

Art.6º A **administração, coordenação e supervisão das atividades desenvolvidas no Campus, caberão a um coordenador eleito pela comunidade universitária**, de acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, com a **co-responsabilidade do Conselho Deliberativo**.

.....
Art.8º Em **cada Campus haverá um Conselho Deliberativo**, integrado pelo conjunto de coordenadores acadêmicos, o coordenador do *Campus* e as representações docente, técnico-administrativa e discente, ao qual compete tomar decisões acadêmicas e administrativas para posterior operacionalização ou encaminhamento aos órgãos superiores, de acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f, p. 3).

Deste modo, quando se iniciam as discussões sobre a constituição ou organização *multicampi* da UFPA, a participação dos representantes legais dos *campi* no processo decisório desta IES era mínima e se restringia as discussões em reuniões nos gabinetes da administração superior, em reuniões de dirigentes e, posteriormente, em suas participações como **convidados** (com direito a voz) nos Conselhos Superiores da UFPA, uma vez que não tinham direito a voto.

Um dos primeiros e o principal documento institucional a trazer inscrito o termo *universidade multicampi* em referência à condição acadêmico-administrativa da UFPA foi o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2001-2010 (FREITAS, 2005). Neste plano de desenvolvimento encontra-se oficialmente exposta a predisposição desta IFES em ver-se e atuar como *universidade multicampi*, e não mais como uma *universidade pluricampi*, tanto é que um de seus **eixos estruturantes** denomina-se *Universidade Multicampi*.

Destaca-se aqui que na sessão de discussão e julgamento do PDI no CONSUN não havia nenhum representante dos *campi* participando, nem mesmo como ouvinte, dos debates e contribuindo na elaboração do PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a). No entanto, Freitas (2005, p. 9) afirma que o PDI “resultou de ampla discussão no meio acadêmico e administrativo da UFPA, tanto na capital quanto dos *Campi* Universitários situados no interior do Estado”.

O PDI 2001-2010 da UFPA começou a ser concebido logo nos primeiros meses da gestão do Prof. Alex Fiúza de Melo como Reitor da UFPA, iniciada em julho

de 2001 (FREITAS, 2005, p. 9). Porém, por conta de greves na UFPA e depois por fechamento temporário dos Conselhos Superiores da UFPA por ordem da Justiça no ano de 2002, o texto do PDI que havia sido finalizado em agosto de 2002, somente pode ser apresentado e ir a julgamento no CONSUN em novembro daquele ano.

O documento foi elaborado pela equipe da PROPLAN e submetido à análise dos dirigentes da UFPA em um encontro de dirigentes ocorrido em Mosqueiro em 2002. A proposta também foi disponibilizada na *home page* da UFPA na internet, sendo que poderia, virtualmente, ser acessada por qualquer outro membro da comunidade acadêmica e da sociedade que se interessasse pelo assunto.

Um importante documento que nós dá testemunho deste evento é a **Ata da 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário**, realizada no dia 21 de novembro de 2002 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a). Nesta sessão o CONSUN se reuniu para deliberar sobre Plano de Desenvolvimento da UFPA 2001-2010 (Processo nº 014506/2002).

A proposta do Presidente do CONSUN era pela dispensa de interstício dos processos, assim poderiam apresentar, apreciar e julgá-los naquela mesma sessão. Porém a conselheira Suelene Pavão (da Adufpa) não aceitou tal proposta, pois não ocorria reunião do CONSUN há algum tempo e havia um número considerável de novos conselheiros, assim propunha apenas a apresentação do plano. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 119-128).

Porém o Presidente justificou que a solicitação de dispensa de interstício se dava em função da necessidade da UFPA ter um plano institucional, porque “em todos os lugares, a começar pelos fundos setoriais, era exigida a aprovação de um plano institucional, porque as universidades precisam ter uma política definida” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 128-131). Em seguida passou a defender a proposta do plano e a estratégia de elaboração do mesmo nos seguintes termos

O Plano não era uma “camisa de força”, isto é, nele tinham-se diretrizes que podiam ser alteradas. Disse que o fato de fazerem reuniões para montar um Plano e disponibilizá-lo para discussão na Universidade não tinha nada de antidemocrático, ao contrário, construir-se um projeto para depois discuti-lo era algo muito salutar. [...] Quando se criava uma proposta e a colocava em discussão se tinha algum resultado de crítica, rejeição, aperfeiçoamento etc. Então, quando reuniram diretores e coordenadores de *campi* numa reunião em Mosqueiro, chamaram os dirigentes legítimos para criticar uma proposta que seria disponibilizada em *rede* para toda a universidade e que fora debatido nos vários setores: movimento estudantil, técnico-administrativos, nos diversos Centros. Isso vinha comprovar que aquele não era um plano que não recebera nenhuma contribuição, pois estava há meses disponibilizado,

sendo, inclusive, alterado em alguns tópicos. Portanto, podiam adiar sim a aprovação, mas a cada adiamento a Instituição poderia ser penalizada. [...] A proposta do Plano era um referencial, pois se depois algum Centro resolvesse não segui-lo, que fizesse isso. Porém, como já dissera, era ruim para a UFPA não ter um plano para apresentar em todos os *fori* e que ela tinha que apresentar para poder conseguir recursos, disputar editais e assim por diante (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 131-149).

Assim, da leitura deste discurso depreende-se que o Presidente do CONSUN entendia que a proposta do PDI já havia sido ampla e democraticamente discutida pela comunidade universitária uma vez que foi debatida pelos representantes legítimos das unidades acadêmicas (diretores e coordenadores de *campi*) e também disponibilizada em *rede* (na internet) para que os demais segmentos da comunidade universitária também pudessem conhecê-la e discuti-la, não havendo, pois, necessidade de mais discussões. Entretanto, no CONSUN, havia vozes dissonantes em relação a este posicionamento da Presidência, conforme veremos nos trechos a seguir:

O Conselheiro Apolinário Alves [...] Disse que fazia aquela comparação não por ser contrário a aprovação do Plano, mas no sentido de que os conselheiros tivessem determinadas prudências, pois se fosse perguntar ali quem conhecia integralmente o Plano, poucos responderiam afirmativamente. Era por isso que, de certa maneira, o Magnífico Reitor até adiantara-se quando dissera que os Centros implementariam ou não o Plano, porque o desconheciam (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 170-174).

A Cons.^a Eliana Felipe disse que, em primeiro lugar, não havia nada de antidemocrático em se apresentar um documento de referência. No entanto, a preocupação que tinham era de que, efetivamente, a comunidade universitária pudesse se apropriar daquela informação. Então, o Reitor colocara dois pressupostos que mereciam uma discussão: o primeiro, de que o Plano de Desenvolvimento da UFPA fora disponibilizado em rede. Existia toda uma discussão em cima daquilo: se o fato de ser disponibilizado em rede era por si só uma referência para se pensar que uma informação estava sendo democratizada [...] Em relação ao fato daquele documento ter sido discutido pelos diretores de Centro, sabiam que aquele era um procedimento normal da Instituição, isto é, existia um *fórum* de diretores que tinham a responsabilidade institucional de aperfeiçoar discussões. No entanto, se entendiam que o fato de um documento e de uma matéria daquela natureza tivessem sido submetidos a uma discussão preliminar e isso, por si só, fosse uma referência para se pensar que aquele fosse um campo básico de democratização daquelas informações, que votassem aquela matéria naquele momento, mas se, no entanto, entendessem que os diretores de Centro tivessem sido eleitos pela comunidade universitária e que, portanto, precisavam remeter aquelas discussões ao seu grupo, que não deliberassem, pois, particularmente no Centro de Educação, pelo menos no seu departamento, aquela matéria nunca fora apreciada. Sabia que fora apreciada no Conselho de Centro, mas se fosse perguntar aos seus quase quarenta colegas de departamento acerca do plano, eles diriam que não conheciam aquele documento. [...] Aquela era uma matéria de extrema relevância, então era importante que tivessem o comprometimento ético, político e social, que estava na proposta daquele documento, de fazer com que um maior número de pessoas pudessem se apropriar e entender aquele Plano [...]. Portanto acreditava que deveriam seguir os trâmites legais que significava apresentar a matéria naquele dia e somente após trinta dias votá-la (UNIVERSIDADE

FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 181-209).

O Cons. Antonio Neto disse que, como o Prof. Alex Fiúza observara, representavam ali um coletivo de estudantes e reconhecia que houve um seminário em Belém para discutir aquele Plano com estudantes e Centros acadêmicos. No entanto, gostaria de levantar um ponto quanto ao calendário que fora exposto aos conselheiros, observando que no período em que fora apontado como tendo sido discutido o referido Plano nos *campi*, a Universidade estava em greve e, inclusive, tendo seus *campi* paralisados. Então, havia uma pequena contradição na informação. [...] Observou que estar ali naquela reunião e ter a oportunidade de discutir com profundidade não só o plano, mas também o Parecer, parecia fundamental a si para formar uma opinião consequente e emitir uma crítica também consequente a respeito do Plano, porque os estudantes tinham uma limitação em relação a algumas questões que diziam respeito à Universidade. Dessa forma, para aquele caso específico, para que pudessem qualificar suas intervenções e terem firmeza na hora de votar, aquele momento seria extremamente válido e importante. Em contrapartida, quando se dizia respeito à questão de deliberar sobre aquela pauta ele não se sentia a vontade, enquanto representante discente, em votar aquele plano. Assim sendo, propôs que naquele dia discutissem o Plano e o Parecer, mas que não deliberassem sobre aqueles documentos ainda (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 344-371).

Havia, então, duas propostas a serem consideradas pelos conselheiros, a dispensa de interstício para julgamento do processo do PDI (do Presidente) e a proposta da Conselheira Suelene Pavão, apoiada por outros conselheiros, de apresentação e apreciação do PDI e do Parecer da Câmara de Legislação e Normas naquele dia e votação na próxima reunião. Colocadas em votação, a primeira proposta venceu.

Após a discussão do primeiro item da pauta, cuja deliberação foi breve, passou-se a leitura do Parecer CLN nº 01/02. O referido Parecer inicia afirmando que o PDI da UFPA “reflete um exercício de gerenciamento integrado de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, alicerçado numa ampla discussão entre os setores da comunidade acadêmica.” (Linhas 452 a 454). Afirmando também que o mesmo foi resultado

[...] de um planejamento que se impôs pela necessidade de racionalizar recursos e implementar ações eficazes, o Plano ora apresentado constitui-se um apontar caminhos e de alternativas que superem as limitações impostas às instituições federais de ensino e, ao mesmo tempo satisfaçam a comunidade universitária e a sociedade em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 458-462).

O Parecer ressalta, ainda, que o PDI trará algumas vantagens comparativas à UFPA, pois, de posse de um diagnóstico das “realidades” de sua área de atuação consubstanciadas nos cenários, permitirá que

Com base na previsibilidade de interferência dessas ‘realidades’ no contexto institucional as decisões deverão ser tomadas e as ações executadas, eliminando-se o caráter improvisado do gerenciamento da instituição pública (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 466-468).

No referido documento se faz uma apresentação geral da proposta do PDI,

avaliando-se os sete (07) Eixos Estruturantes propostos ali e apontando-se alguns problemas que devem ser observados pelos conselheiros com mais atenção no julgamento da matéria. Neste estudo nos interessa particularmente a parte do Parecer que se refere ao Eixo Universidade *Multicampi*, transcrito abaixo:

*1) Universidade Multicampi – A presença da UFPA em vários municípios do Estado do Pará, através de cursos de graduação, reforça o projeto de implantação de um novo modelo de Universidade Multicampi, cujo compromisso deverá ser a ampliação desse bem social pelo território paraense. As ações relacionadas para a consecução desta meta têm por base a interação entre os diversos “territórios” institucionais, de modo que a **universidade-rede** a se concretizar torne-se um aglutinador das ações didático-científicas. Contudo, chamamos a atenção ao fato de que mesmo que se construa um “espírito solidário e cooperativo entre os campi” a instituição não poderá desconhecer a prevalência didático-científica dos departamentos acadêmicos, assim reconhecida pelo seu Regimento Geral. Por outro lado, **a Universidade Multicampi não deverá priorizar a criação de um programa que incentive a transferência de recursos humanos da capital para o interior.** Mais adequado e consoante com esta meta será a **consolidação de uma política de ampliação de um corpo docente qualificado, tanto na sede como nos campi de modo que seja possível o estabelecimento de uma política de intercâmbio.** Assim poderemos ter efetivamente uma Universidade Multicampi, caso contrário, será apenas um arremedo de universidade de vanguarda. Entretanto, o cenário institucional que ora se apresenta, com a escassez de verbas refletida na carência do seu quadro docente, sugere cautela na aplicação deste modelo se quisermos manter a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a, linhas 471- 488).*

Nesse trecho percebe-se a preocupação dos pareceristas quanto à natureza e a dinâmica do modelo Universidade *Multicampi* proposto naquele documento. Uma das preocupações é justamente quanto aos recursos humanos necessários para garantir a viabilização do modelo proposto, uma vez que expressam seu temor de que a Universidade *Multicampi* enseje a criação de um programa “que incentive a transferência de recursos humanos da capital para o interior”. Assim, propõem que se crie, para implementar o modelo, ‘uma política de ampliação de um corpo docente qualificado’ para a capital e para o interior que possa subsidiar a construção de “uma política de intercâmbio acadêmico”. Também, por conta de problemas relativos a escassez de verbas, refletida na dificuldade de liberação de vagas docentes pelo MEC, recomendam “cautela” na “aplicação do modelo”, pois a não observação disto poderá incidir sobre a qualidade dos serviços educacionais e de pesquisa ofertados pela IFES.

A Ata da 4ª Sessão Extraordinária do CONSUN/2002 , reporta ainda as demais discussões em torno dos princípios da UFPA e que, após mais alguns debates sobre o PDI, o Presidente submeteu o Plano e o Parecer a aprovação da Plenária e o “respectivo parecer foi aprovado, obtendo, ainda, cinco votos em contrário e três abstenções”

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a). Sendo definido ainda que a PROPLAN seria responsável por uma agenda para continuação dos demais ajustes que seriam posteriormente encaminhados a SEGE.

Da análise do PDI da UFPA, homologado em 2002, percebemos que o Eixo Estruturante Universidade *Multicampi* é proposto como uma estratégia para se implementar um novo modelo de gestão acadêmico-administrativa cujo objetivo é superar o modelo de interiorização adotado pela UFPA até aquele momento e traz o seguinte discurso:

Por se tratar de uma única Universidade, embora estruturada em vários espaços – na capital e em nove municípios-polo – não se pode estabelecer, a rigor, ordem de importância para qualquer dos *campi*. As políticas para o ensino, para a pesquisa e para a extensão adotadas no interior não podem, em seu arcabouço fundamental, ser dissociadas daquelas do *campus* de Belém ainda que reconhecidas as singularidades de cada espaço. Há que se pensar a Universidade a partir do Pará como um todo, **considerando as potencialidades e as vocações locais**, em vista da **formação de quadros profissionais comprometidos com os rumos do desenvolvimento do Estado e da região** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.72) (Grifos da autora).

Acima se observa o discurso das “potencialidades e vocações locais” fundamentando as ações do novo modelo de gestão que se propunha. Deste discurso se deduz que as ações a serem criadas para garantir a formação de quadros profissionais devesse organizar-se para garantir a exploração das tais potencialidades e vocações regionais. Assim, os cursos a serem ofertados nestes espaços deveriam de certa forma estar atrelados “as vocações locais”, o que, pelo PDI, significava cursos estratégicos em áreas como mineração, novos materiais, produção, pesca, pecuária, agricultura e energia.

Entretanto, somos impelidos a ponderar sobre o que teoricamente significa a expansão da UFPA pautar-se, a partir do PDI, sobre a filosofia de *vocação regional ou vocação local*. O ideário das vocações regionais remonta as chamadas teorias da regionalização ligadas principalmente a estudos da economia sobre o desenvolvimento regional. As principais teorias clássicas regionalistas são as teorias da causação circular (MYRDAL, 1957), da base de exportações (NORTH, 1990;1973) e da polarização (PERROUX, 1977), porém mais recentemente surgiram outras teorias tais como a teoria das etapas de crescimento, a teoria do centro-periferia, a teoria do desenvolvimento endógeno, e a teoria dos sistemas de inovação, todas dando o enfoque do desenvolvimento a partir das vocações locais ou vocações regionais.

Vocação local, segundo Benitez (2003), pode significar as vantagens competitivas propostas por Myrdal (1957), traduzidas em condições favoráveis oferecidas por certas regiões, como, por exemplo, a existência de um porto, de uma estrada, de recursos minerais, de mão de obra barata ou matéria-prima abundante naquele local. Assim, uma região ou local que tivesse alguma dessas vantagens competitivas teria a vocação de atrair o investimento de capital naquela região.

Assim, compreende-se como o discurso e a filosofia de expansão baseada nas vocações regionais afetou o processo de expansão da UFPA por meio de sua política de interiorização, uma vez que esta filosofia de gestão fez com que a organização investisse prioritariamente nos *campi* localizados em regiões que apresentavam as tais vantagens competitivas, criando cursos e fortalecendo o quadro docente destas unidades em detrimento daquelas localizadas em regiões desprovidas de vantagens competitivas.

Consideramos que esta filosofia e discurso de expansão foi prejudicial a alguns *campi* do interior, pois aqueles que não dispunham de “vocações”, ou que não tinham as potencialidades exploradas pelo grande capital, não tiveram ações específicas organizadas pela administração superior no sentido de garantir a oferta de novos cursos nestes locais ao longo do período estudado.

Este eixo Estruturante Universidade *Multicampi* tem apenas uma meta que se traduz em: “**1 – Definir e implantar um modelo de Universidade *Multicampi***” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 73). Tal meta é subdividida em três (03) Estratégias, as quais, por sua vez, são subdivididas em Linhas de Ação, conforme transcritas abaixo:

1.1 – promover a melhoria da infraestrutura e modernização da gestão acadêmica e administrativa dos *Campi*

1.1.1 – discutir e implementar um conceito de **polo regional de formação acadêmica;**

1.1.2 – promover e implantar **novos cursos de Graduação no interior** do estado e reavaliar a oferta dos cursos atuais, **conforme as necessidades e demandas do desenvolvimento econômico** e social;

1.1.3 – criar e implantar programas de Pós-Graduação modulares e/ou intervalares, prioritariamente nos polos do interior, para atendimento de forma mais efetiva, aos docentes da UFPA;

1.1.4 – criar um programa de incentivo a transferência de recursos humanos da capital para o interior;

1.1.5 – **priorizar a contratação de pessoal (docente e técnico-administrativo) através de concurso público, a partir da matriz de necessidades, visando à consolidação de um quadro permanente de recursos humanos da UFPA nas várias localidades;**

1.1.6 – formular política de contratação de professores visitantes para viabilizar necessidades específicas;

1.1.7 – definir prioridades para implantar laboratórios básicos nos *Campi* do interior;

1.1.8 - dotar os *campi* de infraestrutura física e de equipamentos adequados,

garantindo a sua manutenção.

1.2 – estabelecer novas relações institucionais entre os *Campi*

1.2.1 – criar e implementar um fórum permanente, de caráter propositivo, formado pela administração superior e intermediária para o planejamento das ações institucionais;

1.2.2 – definir projetos didático-pedagógicos para cursos permanentes e temporários, com grau elevado de compatibilização, de forma a facilitar a regência de disciplinas nos vários *Campi*, bem como o trânsito de professores;

1.2.3 – **criar a representatividade dos *Campi* nos Conselhos Superiores da UFPA.**

1.3 – instituir um novo arcabouço legal-institucional, que defina e regule a Universidade Multicampi (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 73) (Grifos da autora).

Nos trechos acima se observa a preocupação com a organização ou estruturação do modelo proposto, preocupação que se traduz na criação de mecanismos como a melhoria da infraestrutura dos *campi*, na implantação de laboratórios básicos, modernização da gestão, produção de arcabouço legal-institucional para definir a *universidade multicampi*, estruturação de quadro docente e técnico administrativo (por meio de concursos e também pela contratação de professores visitantes), além da oferta de cursos em consonância com as “necessidades e demandas do desenvolvimento econômico e social” da região onde os *campi* estão instalados.

Contudo, apesar desta predisposição de estruturação enquanto *universidade multicampi*, a UFPA ainda precisou (e precisa) trilhar um longo percurso a fim de consolidar e institucionalizar este modelo de gestão acadêmico-administrativo, pois o que é proposto no PDI é a implementação de um “modelo de gestão acadêmica” (FREITAS, 2005) como uma forma de superar o já anacrônico Projeto de Interiorização, o qual, a partir de meados da década de 90, começou a demonstrar sinais de esgotamento e incoerência com as demandas e necessidades dos *campi* localizados no interior do estado.

Além deste documento, a configuração *multicampi* da UFPA volta a ser discutida durante o processo de elaboração do atual Estatuto desta universidade, que havia sido iniciado nos últimos anos da década de 90 e que somente em 2003 voltava à pauta de discussões da administração superior e da comunidade acadêmica.

Em diversos momentos do processo de elaboração do Estatuto os conselheiros precisaram debater o significado do termo *multicampi* enquanto configuração organizacional desta universidade. Ocorre que, apesar do termo já figurar nos documentos institucionais e nos discursos dos dirigentes da UFPA desde o processo de formulação do PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002a;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d), quando reiniciam as discussões sobre a formulação do ‘novo’ Estatuto, no primeiro semestre de 2003, havia ainda grande discordância e desconhecimento por parte dos conselheiros do CONSUN sobre a significação do termo.

Isto pode ser atestado ao se analisar os textos de algumas atas das reuniões do CONSUN ocorridas em 2003, cujo objetivo era exatamente a elaboração do Estatuto, particularmente, a **Ata da 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário**, ocorrida no dia 28 de maio de 2003 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a), a **Ata da 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário**, ocorrida no dia 24 de junho de 2003 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b) e a **Ata da 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário**, ocorrida no dia 26 de agosto de 2003 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c), as quais analisamos a seguir.

A Ata da 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário é um documento importante para nós por que retrata o momento de retomada dos trabalhos de elaboração do Estatuto da UFPA, os quais haviam iniciado no Congresso Estatuante (em 1998), mas que, por motivos diversos, não haviam prosseguido. Nesta pode ser constatada, talvez pela primeira vez na história da interiorização da UFPA, a participação, na condição de convidados da Reitoria com **direito a voz**, de representantes dos *campi* do interior no Conselho Universitário, posto que não eram membros deste Conselho, entretanto sem direito a voto. Sobre a reformulação do Estatuto, nela pode ser lido o seguinte trecho:

O Sr. Presidente disse que o presente dia era de extrema importância para a Instituição, pois estavam iniciando uma agenda que, de certa forma, dependeria do próprio Conselho na sua duração, uma vez que os trabalhos para a construção de uma nova legislação para a Universidade Federal do Pará, necessitariam, certamente, além do trabalho técnico bastante exigente, de uma delicadeza política por parte de todos. Assim era difícil, *a priori*, prever qual seria o tempo de duração de todo aquele processo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 113-119).

Em seguida as discussões iniciais sobre a dinâmica de encaminhamento dos trabalhos de elaboração do novo Estatuto, um dos conselheiros (Sr. Clemente Ferreira – representante discente no CONSUN) lembrou que se havia acordado na reunião anterior a participação de representante dos *campi* nas discussões sobre o Estatuto, mas que os estudantes do interior não podiam participar das discussões por conta de problemas relacionados à falta de condições financeiras para deslocamento deste para Belém. Então queria saber “o que estava sendo feito para que pudessem, de fato, contar com a presença daquela comunidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 152-157).

Em resposta a este questionamento o Presidente pronunciou-se dizendo que “não havia nenhum convite oficial da Reitoria aos estudantes dos *campi*, mas apenas uma abertura à participação destes”. Porém esclareceu que

quanto à participação dos representantes dos *campi*, havia realmente um convite oficial, sendo que se faziam presentes os professores Georges Alberto Silva Pinheiro, representante do *Campus* de Abaetetuba; Miguel Ramos da Silva, representante do *Campus* de Cametá e Dário Azevedo dos Santos, representante do *Campus* de Castanhal. Então, se os estudantes [dos *campi*] quisessem participar das reuniões, poderiam, mas teriam que se deslocar por iniciativa própria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 161-167).

Diante destas palavras, o Conselheiro Clemente Ferreira pediu que se registrasse seu lamento pela não participação dos estudantes do interior e sugeriu ainda que se tentasse buscar parceria junto às prefeituras ou com os coordenadores de *campi* para que viabilizassem a participação de “pelo menos uma representação discente de cada um dos *campi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 167-171). O Presidente concluiu o assunto dizendo “que poderiam conversar sobre aquilo em um outro momento, objetivando encontrarem alguma forma de viabilização da sugestão do conselheiro” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 171-173).

Na continuidade da reunião passou-se a discutir os procedimentos a serem empregados nas discussões sobre a elaboração do Estatuto, nesta oportunidade um representante dos *campi* manifestou-se nos seguintes termos:

O Cons. Georges Pinheiro disse que participou do Congresso Estatuinte como delegado e que retornava àquela rediscussão do Estatuto como representante temporário do *Campus* de Abaetetuba, tendo apenas direito a voz. Então, ao mesmo tempo em que ficava feliz, ficava também preocupado, pois, como Vice-coordenador do *Campus* de Abaetetuba, sabia da situação de penúria, de falta de recursos e de estrutura por que passavam os *campi* do interior. Em seguida, citou algumas questões que defendiam como, por exemplo, o princípio da Universidade *Multicampi*; a questão da reestruturação da Universidade, partindo para uma organização mais colegiada; a prestação de serviços. Quanto aos procedimentos, propôs que aquela discussão retornasse à comunidade universitária, incluindo os *campi*, para que pudessem fazer uma discussão, de fato, democrática (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a, linhas 329-341).

Os trechos citados acima são representativos do tipo de política empreendido pela UFPA em relação aos seus *campi* do interior no que se refere à participação da comunidade universitária destas unidades no processo decisório desta IFES. A eles, que naquele momento representavam mais ou menos 40% da população universitária da UFPA, era negado o direito a participação no processo decisório desta IFES.

No primeiro trecho se lê que a UFPA encontrava-se num momento crucial de sua organização política e administrativa, a construção de seu ‘novo’ Estatuto, porém de

certa forma estava excluindo parte significativa de sua população acadêmica deste processo, pois, conforme se lê no segundo trecho, a participação dos representantes dos *campi*, resumia-se nas figuras de seus administradores (Coordenadores e/ou Vice-coordenadores), “convidados oficiais” da Reitoria com direito apenas a voz, e que não havia qualquer iniciativa “oficial” no sentido de garantir a participação dos representantes dos docentes, técnicos ou discentes destas unidades na elaboração do Estatuto.

No terceiro trecho percebe-se a preocupação dos representantes dos *campi* quanto à condição e qualidade de sua participação no processo de decisão e escolhas relativas à elaboração do ‘novo’ Estatuto no Conselho Superior. Preocupação compreensível na medida em que sua participação neste Conselho era limitada (apenas direito a voz) e ‘provisória’ numa matéria tão importante para o futuro da UFPA e, conseqüentemente, de seus *campi*, uma vez que significava mudanças. Uma das mudanças previstas era justamente a proposição de um modelo *multicampi* de gestão desta IFES.

Na ata da 3ª Sessão Extraordinária do CONSUN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b) a temática do *multicampismo* da UFPA é calorosamente discutida pelos conselheiros. Logo no início deste documento (linhas 45 a 50) chama a atenção o fato de haver mais representantes dos *campi* na sessão. Deste modo, nesta sessão estavam os seguintes representantes dos *campi*: Georges Alberto Pinheiro (*Campus* de Abaetetuba), Raimundo Wanderley Padilha (*Campus* de Altamira), Miguel Ramos da Silva (*Campus* de Cametá), Dário Azevedo dos Santos (*Campus* de Castanhal) e José Pedro Martins (*Campus* de Marabá).

Discutia-se nesta Sessão a elaboração do Artigo 1º do Estatuto o qual versa sobre a definição e caracterização da UFPA. A discussão e a construção do primeiro artigo deste instrumento legal abrangeram todo o período da sessão e teve como epicentro a configuração *multicampi* desta IES. Havia, inicialmente, pelo menos três propostas de texto em debate: a proposta do Núcleo de Artes (NUAR), a proposta do Congresso Estatuinte de 2001 e a proposta dos Técnicos Administrativos, duas das quais são transcritas abaixo:

- Proposta do NUAR:

Art. 1º. – A Universidade Federal do Pará – UFPA – é uma instituição pública, organizada sob a forma de autarquia especial, mantida pela União, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957 e estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 04 de abril de 1978.

§ 1º. – A UFPA caracteriza-se como universidade *multicampi* com foro jurídico na cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

§2º. – A UFPA goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da Lei e do presente Estatuto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 189 - 199).

No documento analisado pode-se ler, ainda, que o representante do NUAR, explicou que na redação do § 1º da proposta “evitou-se o termo “sede”, haja vista que a legislação do Ministério da Educação impedia a criação de cursos superiores fora de sua sede. Então para privilegiar, inclusive, a realidade *multicampi* atual da Instituição, o referido termo fora evitado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 194 - 197).

- Proposta do Congresso Estatuante:

Art. 1º - A Universidade Federal do Pará é uma Instituição Federal de educação pública e gratuita, *multicampi*, organizada sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, e estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificada pelo Decreto nº 81.520, de 04 de abril de 1978.

§ 1º - A Universidade Federal do Pará, com sede no *Campus* Universitário do Guamá, na cidade de Belém, capital do estado do Pará, goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com o Art. 207 da Constituição Federal e do presente Estatuto, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, a pesquisa e a extensão, cabendo à União o financiamento de suas atividades.

§ 2º - A Universidade Federal do Pará poderá criar novos *campi*, além dos já existentes, obedecendo à política geral da Instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 202 a 216).

Na ata analisada não há transcrição literal da proposta dos técnicos administrativos, porém há referências sobre a mesma. Entre as linhas 216 a 227 encontra-se disposto que sua proposta aproxima-se da proposta do NUAR, porém discordavam em alguns itens, pois “havia algumas características da Universidade que precisavam ser reforçadas”. Uma das diferenças que apontam entre as duas propostas é sobre o caráter *multicampi* da UFPA, como pode ser observado abaixo:

Outra diferença era que **entendiam que não era necessário colocar a característica “*multicampi*” já na personalidade jurídica** porque esse caráter começava, primeiramente, pelas estruturas e depois, pela sua atuação em todo o Estado do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 225 – 227).

Nas linhas seguintes (240 - 492) desta ata ainda se pode ler que os conselheiros passaram a discutir sobre as três propostas, particularmente sobre o caráter “*multicampi*” da UFPA, até chegar a um consenso sobre a elaboração do referido artigo. Os posicionamentos que mais chamam a atenção são aqueles buscaram estabelecer um conceito para definir o termo, cujos trechos transcrevemos abaixo:

A Cons.^a Maria Evangelina Silva disse que quando começaram a discutir o conceito de “*multicampi*”, buscaram, primeiramente, a definição de *campus*, que era um grupo de edifícios que poderia estar localizado somente na mesma cidade. Então se **definiram a Universidade como “*multicampi*”, poderiam não caracterizar que ela podia se estender a todos os municípios do Estado.** Assim substituíram a palavra “*multicampi*” por “e atuação em todo o Estado do Pará”. O Cons. Wilson Barroso pontuou que o **conceito *multicampi* incidia sobre a autonomia da Universidade**, não se delimitando, portanto, apenas ao conceito de prédios, de funcionamento de cursos, mas a **uma estrutura política, didática, administrativa e autônoma em relação à sede.** O Cons. Georges Alberto Pinheiro disse que considerava a proposta dos Servidores Técnico-Administrativos pertinente, mas não era suficiente para os *campi* do interior. Acreditava que deveriam manter a ideia de “*multicampi*” presente no primeiro artigo do Estatuto, porque a entendia **referindo-se a questão administrativa, isto é, com autonomia didático-científica** e com a possibilidade de expansão para os *campi* pudessem até ser considerados futuramente como faculdades independentes, levando-se em consideração o desenvolvimento da Universidade e também do próprio Estado do Pará. Disse que poderiam conciliar a ideia de “*multicampi*”, acrescentando “e atuação em todo o Estado do Pará, pois, a seu ver, não ficaria redundante, ao contrário, explicitaria ainda mais a identidade da Instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 240 - 257).

O Cons. Wanderley Padilha disse que a discussão sobre “*multicampi*” não era só conceitual, pois precisariam saber se existia alguma normatização dentro do MEC que já construía uma caracterização para a constituição de instituições universitárias. Isso porque seria necessário incluir no Estatuto aquela caracterização, haja vista que não poderiam partir de subjetividades. Outra questão que achava contraditória **era quando definiam a Universidade como *multicampi*, mas diziam que ela tinha sede em Belém. Então se a UFPA era *multicampi*, cada um dos *campi* deveria ter a sua própria sede** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 293 – 299).

A Cons.^a Marlene [Freitas] fez algumas considerações acerca do parágrafo quinto do artigo terceiro, na proposta dos Servidores Técnico-Administrativos. Observou que em: “a Universidade adota um regime de administração descentralizada pelos seus diversos *campi*”, isso não configurava a natureza de uma *universidade multicampi*, **pois na administração descentralizada havia uma sede em determinado lugar e dali a irradiação de várias de suas ações. Na *universidade multicampi*, ao contrário, poderia e deveria haver uma sede nos vários *campi* onde ela, porventura estivesse.** Disse que concordava com o Cons. José Pedro Martins quando este mencionara sobre a importância de se ter definido o que era *campus* ou qual o conceito de *multicampi* que, apesar de não ter chegado ainda aos Conselhos Superiores, já havia um conceito que fora discutido e aprovado junto aos dirigentes das unidades. **Informou que o MEC não tinha conceito formulado sobre o que era uma *universidade multicampi*, pois só trabalhava com a ideia de sede, centralizada em uma determinada localidade.** Nessa questão, certamente, a Universidade avançaria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 316-328).

Da leitura dos trechos acima se depreende que não havia entre os conselheiros um conceito formado sobre o significado do termo *universidade multicampi* e que os mesmos encontravam-se naquele momento decidindo algo sobre o qual não dispunham de informações suficientes ou mesmo desconheciam. Alguns acreditavam que ao se

caracterizar a UFPA como *multicampi* excluir-se-ia a possibilidade de existência de um *campus* ‘sede’ para a mesma; outros, ao contrário, que por ser *multicampi* deveria ter várias ‘sedes’ ou que cada *campus* deveria ser uma sede. Outros, ainda, acreditavam se tratar de algo que restringiria a área geográfica de atuação da UFPA.

Por fim, mesmo sem chegar a uma conceitualização para o termo *multicampi* e após mais discussões em torno do termo os conselheiros conseguiram definir o Art. 1º do Estatuto com seus dois parágrafos, o qual foi redigido²⁷ da seguinte forma:

Art.1.º - A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia especial, mantida pela União, criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, e estruturada pelo Decreto nº 65.880, de 16 de dezembro de 1969, modificado pelo Decreto nº 81.520, de 04 de abril de 1978

§ 1.º - A UFPA goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da Lei e do presente Estatuto.

§ 2.º - A UFPA caracteriza-se como universidade *multicampi*, com foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b, linhas 489 – 492) (Grifos da autora).

Ao cotejar-se o texto do Art. 1º do Estatuto da UFPA e seus dois parágrafos, apresentados no início desta sessão, e o Art. 1º deste Estatuto e seus parágrafos 1º e 2º, (discutidos e definidos na 3ª Sessão Extraordinária do CONSUN de 24/06/03 e votados e aprovados por unanimidade²⁸ na 4ª Sessão Extraordinária do CONSUN, realizada no dia 26/08/03), pode-se verificar que houve uma mudança na redação do § 2.º. Assim, fica patente que este artigo e seus parágrafos voltaram a ser discutidos nas sessões posteriores do CONSUN que trataram da elaboração do Estatuto e que a questão relativa ao caráter *multicampi* da UFPA voltou à pauta novamente.

Isto pôde ser confirmado ao analisar-se as atas do CONSUN realizadas em 2005²⁹ e no primeiro semestre de 2006. Precisamente na Ata da 6ª Sessão Extraordinária do CONSUN, realizada no dia 28 de junho de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006b) há um trecho que esclarece o motivo que levou a mudança na redação do § 2º do Estatuto.

Esta sessão destinou-se a “tratar das recomendações que o Ministério da Educação fez acerca das propostas de modificações e inclusões na proposta do novo Estatuto” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006b, linhas 83 a 85). Entre as recomendações do MEC, constava uma relativa à questão da **sede** e do **foro** da

²⁷ O texto deste Art. 1º não pode ser votado e aprovado nesta sessão por falta de *quorum*, ficando os mesmos a serem aprovados na sessão seguinte do CONSUN, a qual ocorreu no dia 26/08/03.

²⁸ Linhas 113 a 124 da Ata da 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da UFPA.

²⁹ Algumas atas deste ano não puderam ser consultadas, pois há uma lacuna no Arquivo Setorial da SEGE no que se refere às Atas deste Conselho Superior.

universidade, conforme transcrito abaixo:

O Sr. Presidente acrescentou que, por uma questão conceitual, inclusive definida nas resoluções do CNE, obriga que sejam definidos a sede e o foro da Instituição. Disse ainda que era necessário definir os territórios de atuação, ou seja, devem ser explicitados quais são os locais onde a universidade terá *campus* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006b, linhas 87 - 90).

Por conta disto, novamente especificamente o **caráter *multicampi*** da UFPA voltou a ser discutido, uma vez que na redação deste artigo, aprovado (por unanimidade) em 2003, constava que “A UFPA **caracteriza-se como universidade *multicampi*, com foro na cidade de Belém**, capital do Estado do Pará” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003b) e no texto do Estatuto pode-se ler “A UFPA **caracteriza-se como universidade *multicampi*, com atuação no Estado do Pará e sede e foro legal na cidade de Belém**” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d). A inserção da expressão **com atuação no Estado do Pará** e do termo **sede** na redação do Estatuto denota que os Conselheiros acataram a recomendação do MEC e inseriram tais termos na redação do referido artigo.

Ao retomarmos a definição de *universidade multicampi* proposta aqui, a qual implica num “sentido de organicidade” (FIALHO, 2005) entre os diversos *campi* que a compõe, concluímos que nas discussões que culminaram na definição do caráter *multicampi* da UFPA ou na adoção de um modelo de gestão *multicampi* este “sentido de organicidade” parece não ter sido levado em conta. A leitura das atas do CONSUN e a leitura do Eixo Universidade *Multicampi* do PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d) nos informam sempre sobre a discussão em torno da área físico-geográfica de atuação (atuação no Estado do Pará), sobre um modelo de gestão acadêmica e sobre um modelo de administração (uma sede única ou várias sedes acadêmico-administrativas) para esta universidade federal.

Retomando a questão da participação da comunidade acadêmica dos *campi* do interior na definição da política *multicampi* da UFPA, retomamos mais uma vez a **Ata da 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário**, pois neste documento há ainda uma fala importante de uma das conselheiras referente ao tipo de política de integração/participação *multicampi* que a UFPA vinha adotando até ali, conforme discutimos alguns parágrafos acima. Nas linhas 502 a 515 constam os seguintes trechos transcritos abaixo:

A Cons.^a Celina Magalhães **disse que gostaria de socializar uma preocupação sua, pois resolveram convidar, excepcionalmente, os representantes dos *campi* do interior, sendo que a incomodava o fato**

deles não terem direito a voto. Então, que se abrisse uma discussão na próxima reunião, objetivando ceder àqueles conselheiros o direito, não só de opinarem, mas também de poderem votar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a) (Grifos da autora).

Este discurso levou o Presidente do CONSUN a responder e explicar que

[...] poderia até submeter a sugestão da Conselheira a Câmara de Legislação e Normas do CONSUN, mas acreditava que, como não estavam em um processo revolucionário, mas de reforma, teriam que, primeiramente, reformar o Estatuto, uma vez que a legalidade do momento os impedia, realmente de votar. Então para evitar questionamentos jurídicos os conselheiros só poderiam ter direito a voz (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a).

Em resposta, a supracitada conselheira, argumentou que “a Resolução 1.111/CONSAD equivalia os *campi* aos núcleos, sendo que estes (os núcleos) tinham assento com direito a voto naquele Conselho” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a). A esta argumentação o Presidente respondeu esclarecendo “que a referida Resolução equivalia um ao outro, mas somente no que dizia respeito ao seu funcionamento interno, não perante aos Conselhos Superiores” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003a).

A ata da 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada em 26/08/2003, também é elucidativa sobre a questão da construção da política de gestão *multicampi* na UFPA. Nela já se pode observar que havia um número maior de representante dos *campi* participando das discussões; desta vez fizeram-se presentes: Adelino Ferranti e Georges A. Pinheiro (Coordenador e Vice-coordenador do *Campus* de Abaetetuba), Rainério M. da Silva (Coordenador do *Campus* de Altamira), Mauro Araújo (Coordenador do *Campus* de Bragança), Dário A. dos Santos (Coordenador do *Campus* de Castanhal), Erivan Cruz (Coordenador do *Campus* de Marabá) e Elinei P. dos Santos (Coordenador do *Campus* de Santarém) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 44 a 48). Observe que estes indivíduos representavam ali também a instância executiva máxima daquelas unidades, sendo, pois, importantes elementos do processo decisório naqueles locais, mas que, por sua vez, se encontravam excluídos dos órgãos máximos de decisão (Conselhos Superiores) da UFPA até aquele momento.

Nesta sessão pode-se verificar que os representantes dos *campi* não adotaram a postura de meros expectadores, ao contrário exigiram participar ativamente das comissões de elaboração do Estatuto que estavam sendo montadas naquela sessão, conforme o trecho abaixo:

O Prof. Elinei Santos [Coordenador do *Campus* de Santarém] falou que, apesar da importância que os *campi* do interior do Estado tinham para a

UFPA, representando quase quarenta por cento da sua comunidade universitária, ficava preocupado em referendar algo sem prévia discussão. Então gostaria de saber de que forma os *campi* seriam representados naquelas comissões, uma vez que não tinham direito a voto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 184 - 188).

Diante do questionamento o presidente do Conselho Universitário, prof. Alex Fiúza de Mello, posicionou-se nos termos abaixo:

O Sr. Presidente respondeu que as comissões teriam que considerar que a UFPA era uma universidade *multicampi* e que, portanto, as consultas e os repasses de informações e dos textos deveriam circular pelos *campi*, objetivando-se permitir a eles que tivessem também condições de propor e de discutir o Estatuto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 188 a 191).

As discussões não prosseguiram por muito tempo e novamente voltou-se a discutir a montagem de comissões para elaboração do Estatuto e desta vez o representante de Abaetetuba, prof. Georges Pinheiro, tomou a palavra e pediu a inclusão de representante dos *campi* nas comissões, solicitando:

[...] que nas comissões fossem incluídas uma representação dos *campi*, uma vez que já aprovaram no artigo primeiro (do Estatuto) que a UFPA era uma universidade *multicampi* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 247 a 249).

Diante de mais este questionamento o Presidente dirigiu-se a Plenária e “perguntou se algum membro do Conselho era contrário à participação de representantes dos *campi* nas comissões. Nenhum conselheiro posicionou-se contrário a referida participação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 249 - 251). Em seguida o Presidente propôs que as comissões fossem estratificadas, ou seja, que “em cada comissão houvesse um representante de *campi* do interior, um representante discente, um técnico-administrativo, um representante dos professores, um representante de unidade, um diretor de unidade e um pró-reitor” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 252 a 255).

Entretanto, esta decisão não agradou a todos os conselheiros e o representante discente, Conselheiro Antonio Neto, questionou a legalidade de tal participação nas comissões alegando que os representantes dos *campi* não eram membros do CONSUN. Questionando que se os representantes dos *campi*, que não eram do CONSUN, podiam participar das comissões qualquer estudante também poderia. A isto o Presidente respondeu que os representantes de *campi* estavam nas comissões por não serem membros do Conselho. O representante dos estudantes, porém solicitou que a decisão fosse submetida à apreciação da Plenária, ameaçando, inclusive, recorrer judicialmente da decisão, caso fosse favorável aos *campi*, por que a participação destes infringia o

regimento dos Conselhos Superiores. Sua solicitação foi atendida e submeteu-se a matéria a votação na Plenária e os conselheiros votaram favoravelmente a participação dos representantes dos *campi nas* comissões (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003c, linhas 264 a 282).

Outro documento que nós traz importantes informações sobre a construção da política *multicampi* na UFPA é a **Ata da 2ª Sessão Ordinária do CONSUN, realizada em 19 de dezembro de 2003** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d), nela é cobrada a finalização do trabalho das comissões que haviam sido montadas em agosto daquele ano e é informado que a partir da 1ª sessão ordinária do CONSUN, em janeiro de 2004, retomariam as deliberações sobre o Estatuto (Linhas 66 a 68). Na ata referida acima se encontra também uma informação referente às ações da ADUFPA³⁰ em relação a discussão sobre a política *multicampi* da UFPA, conforme pode ser lido no trecho abaixo:

A Cons.^a Vera Jacob informou que a Adufpa estava realizando o “Encontro de Interiorização” com a participação de todos os *campi* do interior, sendo que estavam discutindo, dentro desse programa, as questões da universidade *multicampi* e também da reforma universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 170 - 172).

Tal trecho nos informa que as discussões sobre o *a Universidade Multicampi* ocorriam em outros espaços além dos Conselhos Universitários Superiores e que nestes espaços a participação da comunidade dos *campi* era muito mais ampla. Assim deduz-se que havia insatisfação por parte da comunidade dos *campi* em relação a essa questão e que, portanto, mobilizavam-se fora da esfera decisória formal da UFPA para realizar tal discussão.

Nesta ata pode-se verificar, ainda, que alguns representantes dos *campi* acreditavam que a discussão em torno da Universidade *multicampi* ainda não tinha sido suficientemente debatida e buscavam inserir a discussão de forma mais aprofundada sobre a matéria na pauta dos Conselhos Superiores da UFPA, legítimos espaços de debates e decisões nesta IES. Os trechos abaixo ilustram muito bem esta situação:

A Cons.^a Suelene Pavão disse que, como a Adufpa estava realizando uma atividade com os professores dos *campi* do interior, havia uma proposição que seria feita pelo prof. Evandro, representante de um desses *campi*. O Prof. Evandro, do *Campus* de Marabá, informou que a proposição era a de que fosse inserida na agenda de debates do Consun a questão da Universidade *Multicampi*, pois acreditavam que a Universidade não poderia adiar aquele debate, uma vez que os seus desafios só seriam superados se realizassem certas discussões. Dessa forma como havia sido anunciada uma proposta feita pela própria administração superior sobre a Universidade *Multicampi*,

³⁰ Associação Sindical dos Docentes da UFPA

solicitavam que fosse agendada uma reunião extraordinária do Consun, com a presença de representantes da comunidade acadêmica dos *campi* do interior do estado (docente, discente e técnico-administrativo), para que fizessem um grande debate sobre aquela questão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 241 - 252).

Diante desta proposição o Presidente do CONSUN manifestou-se dizendo que

[...] a Universidade *Multicampi* não era uma proposta da administração superior, pois estava aprovada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Inclusive, na discussão do Estatuto, aquela questão já estava presente, pois, no artigo primeiro (já aprovado), homologou-se a ideia da Universidade *Multicampi*. Já estavam, portanto, em fase de resolução do seu funcionamento, que seria encaminhada ao Consep, visto que era matéria de sua competência e não do Consun. Dessa forma assim que a matéria chegasse à pauta do Consep, teriam oportunidade para mais uma discussão, pois, como dissera, o princípio da Universidade *Multicampi* já estava consagrado tanto no Estatuto como no PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 252 - 260).

O discurso acima levou o representante do interior a manifestar-se novamente afirmando que para a comunidade dos *campi* a matéria ainda precisava ser mais e melhor discutida, como pode ser verificada neste trecho:

O Prof. Evandro disse que, por mais que o Magnífico Reitor achasse que a Universidade *Multicampi* fosse uma matéria já discutida, para as comunidades dos *campi* ela ainda merecia muita discussão, principalmente porque não havia envolvido aqueles que estavam diretamente interessados nela (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 260 - 263).

Novamente o Presidente do CONSUN manifestou-se e respondeu ao argumento do professor nos seguintes termos:

O Sr. Presidente disse que, ao contrário do que afirmava o Prof. Evandro, a referida matéria já havia sido amplamente debatida em diversos *fori* tanto nos *campi* do interior quanto em Belém. Inclusive, se o Consun chegou a incorporar a ideia da Universidade *Multicampi* já no Estatuto e no PDI, fora porque já havia um consenso sobre a matéria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 263 - 267).

Diante desta situação o Cons. Jorge Pinheiro “sugeriu que antes de a matéria ser encaminhada a Câmara de Ensino de Graduação, houvesse uma reunião extraordinária do Consep para discuti-la, visando subsidiar mais ainda o próprio parecerista da CEG” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 267 - 269). Também a Cons.^a Marlene Freitas manifestou-se afirmando que estivera presente no evento promovido pela ADUFPA e adiantara uma cópia da minuta de resolução (para a organização da Universidade *Multicampi*) àquela entidade e também sua predisposição em disponibilizar aquela proposta “na *home page* da UFPA para que toda a comunidade universitária tomasse conhecimento de seu conteúdo, podendo contribuir

com sugestões de aperfeiçoamento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 270 - 275). Diante destas propostas o Presidente comprometeu-se a

fazer com que a matéria fosse disponibilizada antes do julgamento da Câmara de Ensino de Graduação (CEG) para que pudessem encaminhar sugestões a CEG e que, após isso, realizariam uma sessão extraordinária do Consep, aberta a toda a comunidade universitária, em cuja pauta seria discutida a “Universidade *Multicampi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003d, linhas 275 - 279).

Os discursos contidos nos trechos acima demonstram claramente que havia discordância quanto à matéria. O entendimento, pelo menos da Presidência do CONSUN, era de que a matéria já havia sido amplamente discutida (nos *fori*, nos *campi* do interior e em Belém) e, inclusive, já estava “consagrada” em dois de seus instrumentos legais e administrativos: o artigo primeiro do Estatuto e no PDI, portanto significava que já “havia um consenso sobre a matéria”. No entendimento da comunidade dos *campi*, do qual o citado professor era porta-voz, ao contrário, a matéria ainda deveria ser objeto de um amplo e intenso debate envolvendo a comunidade universitária dos *campi* do interior, representada por seus docentes, discentes e técnicos administrativos.

Para uma organização do tipo universidade, movimentar-se rumo a mudanças constitui-se numa ação que pode ser muito problemática do ponto de vista da gestão e principalmente do processo decisório. Realizar uma mudança no âmbito da cultura e da estrutura organizacional (adotar a visão e o modelo *multicampi*) é - sob a ótica da Teoria Organizacional - uma das tarefas mais difíceis que uma organização complexa como a UFPA, cujo processo de decisão é eminentemente colegiado e político, pode se propor. A administração desta IFES optou por enfrentar este desafio, que posteriormente condicionou as escolhas e decisões da organização no que se refere a sua política de expansão.

Tais mudanças por sua vez foram condicionadas por circunstâncias ambientais, tanto externas (necessidade de atender as demandas do mercado e da sociedade no que se refere a expansão da educação superior para o interior do Estado), como por circunstâncias internas (um grupo de gestores que via necessidade de modificar o modelo de gestão da expansão que a organização adotara até 2001).

O desafio perpassa em promover a mudança de visão em toda a estrutura da organização e certamente consistirá em enfrentar resistências de toda ordem à nova proposta de organização e evidenciará a necessidade de se criar novas institucionalidades a fim de se garantir a mudança. Este movimento rumo à mudança

exigirá ampla modificação no *modo de ser* da organização, pois atingirá desde o sistema de comunicação até os recursos humanos, passando pela questão financeira, legal e pelas questões relativas às atividades fins (ensino, pesquisa, extensão) e função social da organização universitária.

Aqui é preciso destacar que quando a UFPA se propõe a pensar e instituir um novo modelo de gestão a partir do PDI e, antes mesmo desta ação, ao propor a “autonomia” acadêmica dos *campi*, ainda se encontrava sob a égide de um marco legal (Estatuto e Regimento) que já não comportava a estrutura organizacional que a IFES tinha adotado desde 1986, ou seja, um *campus* na capital e nove *campi* no interior, bem como tal legislação não previa ou comportava todos os problemas oriundos deste arranjo organizacional. Daí que muitas ações acadêmico-administrativas relativas aos *campi* do interior eram efetivadas através da emissão de Resoluções, sempre em caráter provisório (até a elaboração de novos Estatuto e Regimento).

Assim, um dos desafios a ser superado a fim de implementar o novo modelo de gestão consistiu em elaborar e aprovar no Conselho Superior os “novos” Estatuto e Regimento da UFPA, tarefa que, conforme adiantamos acima, se iniciou ainda no final dos anos 90 e se estendeu até o ano de 2006, quando finalmente foram aprovados tais instrumentos legais. Esta ação proporcionou legitimidade aos *campi* do interior, pois até mesmo o reconhecimento destes por parte do MEC era comprometido pelo fato de não serem unidades legalmente instituídas desta IES.

Apesar do PDI-UFPA 2001-2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e) prever a adoção do modelo de gestão *multicampi*, inclusive, tendo como uma de suas metas a instituição de “*um novo arcabouço legal-institucional, que defina e regule a Universidade Multicampi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 74) e do tema já ter sido objeto de debate durante a retomada dos trabalhos de elaboração do ‘novo’ Estatuto em 2003, é somente em novembro de 2004 que efetivamente o CONSEP homologa a **Resolução CONSEP n.º 3.211**, de 03 de novembro de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h), na qual são definidas algumas questões relativas à gestão da *Universidade Multicampi*, entre as quais destacamos: a) os princípios da gestão acadêmica dos polos de atuação da UFPA; e b) que a “gestão acadêmica da Universidade *Multicampi* pressupõe um sistema solidário e cooperativo entre os *Campi*, da capital e do interior, na perspectiva de Universidade-Rede” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ 2004h, Art.2º).

Definem-se, ainda, o que sejam: 1) *Polo*: o território de atuação da

Universidade e pode se constituir por *Campus(i)* e/ou Núcleo(s), caracterizados como Unidades Universitárias distintas, vinculadas à Reitoria da Universidade ou a outra Unidade acadêmico-administrativa, por delegação do Reitor; 2) *Campus Universitário*: unidade regional permanente e a sua instalação implica a realização do ensino universitário, de graduação e/ou pós-graduação, na realização de pesquisa e de extensão, com corpo docente e técnico-administrativo próprio, possuindo autonomia acadêmica e administrativa, uma coordenação a cargo de um servidor lotado no *campus* e Regimento Interno próprio (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h, Art. 4º, § 1º e 2º); e 3) *Núcleo Universitário*: unidade onde realizar-se-ão atividades de ensino, pesquisa e extensão, em caráter contínuo ou temporário, sem corpo docente próprio, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h, Art.5º).

Definem-se, também, neste instrumento legal as condições para ofertas de cursos de graduação e pós-graduação, os quais somente poderão ser aprovados após criteriosa análise da PROEG ou da PROESP as quais considerarão as condições de demanda loco-regionais, a existência de condições mínimas de oferta referentes a instalações físicas, equipamentos, biblioteca, recursos humanos e, conforme o caso, da existência de convênios e parcerias com instituições locais.

Destaque-se que quando se iniciou a discussão e elaboração desta Resolução ainda não havia representação dos *campi* no CONSEP, ou seja, os *campi* não puderam efetivamente participar no processo de decisão relativo à construção deste instrumento legal, pois sua participação se restringia ao direito de voz. Consultou-se três atas do CONSEP, realizadas no primeiro semestre de 2004, que trataram da proposta de Resolução sobre a Universidade *Multicampi* (Processo nº 023278/2003) e em nenhuma das sessões havia representantes dos *campi* participando.

Na ata da 2ª Sessão Ordinária do CONSEP, realizada em 29 de abril de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004d) há dois trechos que fazem referência a condição de participação de representantes de *campi* neste Conselho Superior. No item 3. Leitura de Expediente da referida ata consta:

2) MEMO Nº 041- SEUM: “ *Caro Professor, Estamos encaminhando a Vossa Magnificência, conforme deliberação do VI FÓRUM DE COORDENADORES, o nome dos coordenadores designados para participarem como ouvintes no CONSAD, os professores Adelino Ferranti e José Eduardo Pastana da Silva, do mesmo modo para o CONSEP os coordenadores Dário Azevedo dos Santos e Miguel Ramos da Silva. Atenciosamente, Afonso Welliton de Souza Nascimento, Coordenador de Interiorização* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004d, linhas 60 - 66). (Grifos da autora)

Mais adiante, no item 4. Comunicações, se pode ler o trecho transcrito abaixo:

A Sr.^a Presidente comunicou que, por sugestão da Reitoria, em deliberação no último Fórum de Coordenadores de *Campi*, alguns professores foram indicados para representar nos conselhos a comunidade universitária dos *campi*, ainda que sem direito a voto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004d, linhas 79 - 82).

Estes dois trechos nos informam que os coordenadores de *Campi*, por meio do Fórum de Coordenadores de *Campi*, haviam conseguido sensibilizar ou pressionar politicamente a administração superior no sentido da mesma apoiar o seu pleito relativo a assento nos Conselhos Superiores. A concretização disso é atestada nesta ata, porém a vitória é parcial, pois conseguiram apenas o direito a voz de quatro representantes, dois em cada Conselho. O que nas circunstâncias em que se encontravam os *campi* do interior (sem direito a nenhum tipo de participação na instância decisória superior) já era algo bastante significativo.

Na ata da 3ª Sessão Ordinária do CONSEP, realizada em 09 de maio de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004c) nota-se a ausência dos representantes dos *campi* na sessão, os quais também não participaram desta reunião ainda que na condição de ouvintes. Nesta sessão, entre outros assuntos encontrava-se em fase de julgamento o Processo nº 023278/03, porém devido ao grande volume de trabalho neste dia (e talvez por falta de alguém interessado em defender a proposta) o processo deixou de ser apreciado.

Entretanto, é somente na 4ª Sessão Ordinária do CONSEP, realizada em 03 de novembro de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004b), que o referido processo vai a julgamento. Nessa reunião, novamente, não há nenhum dos representantes dos *campi* indicados na ata da 2ª Sessão Ordinária citados acima. Não podemos compreender o motivo destas ausências uma vez que se discutia uma política e um instrumento legal tão importante para os *campi* do interior. Esta atitude, em nossa visão, é incoerente uma vez que os coordenadores de *campi* tinham se empenhado em conseguir o direito a participação nos Conselhos Superiores, porém deixaram de participar quando tiveram a oportunidade.

Nesta sessão a Resolução de regulamentação da Universidade *Multicampi* foi a julgamento, sendo finalmente aprovada e homologada. Recebeu o nº 3.211/2004 e passou a nortear as ações dos *campi* do interior até a homologação do Estatuto e do Regimento da UFPA, em 2006. Esclarecemos que não tivemos acesso a outras atas de sessões do CONSEP (ordinárias ou extraordinárias), ocorridas em 2004, que fizessem

referência a esta discussão³¹.

Outro instrumento legal utilizado para garantir a institucionalização do modelo *Universidade Multicampi* na UFPA foi a **Resolução CONSUN n.º 609**, de 16 de novembro de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004i), a qual visou garantir, provisoriamente, a representatividade legal dos representantes dos *campi* nos Conselhos Deliberativos Superiores da UFPA, representatividade que já vinha sendo debatida desde 2002, como abordado anteriormente aqui. Transcrevemos abaixo o seu Artigo 1º e Parágrafo Único:

Art. 1º Fica aprovada a participação, **com direito a voto**, no Conselho Universitário (CONSUN), **de representantes docentes dos campi universitários** da Universidade Federal do Pará localizados no interior do Estado do Pará.

Parágrafo único. **Cada campus terá direito a 1 (uma) representação – titular e suplente** – com mandato de 2 (dois) anos, indicada por meio de procedimentos definidos pelo próprio *campus* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004i) (Grifos da autora).

Este instrumento legal foi mais uma das formas encontradas para tentar conciliar os interesses diversos entre atores organizacionais desta IFES. Como já relatado ao abordarmos a discussão no CONSUN sobre a elaboração do “novo” Estatuto, em 2003, discutia-se naquele momento o fato dos representantes dos *campi* participarem das discussões com direito apenas a voz, fato que de certa forma precarizava tal participação, uma vez que não tinham direito a voto por não serem membros daquele Conselho Superior. Assim, a discussão em torno desta questão da política acadêmica era um interesse legítimo da comunidade dos *campi*, cujos representantes eram, em última instância, os administradores destas unidades, ou seja, os coordenadores dos *campi* do interior.

Deste modo, tais elementos, que já se articulavam em torno do Fórum de Coordenadores de *Campi* desde 2002, assumiam que a construção da *universidade multicampi* passava pelo direito de voz e voto nos conselhos superiores desta IFES. Direito legítimo destas unidades (que comportavam àquela altura mais de 40% da comunidade universitária), mas que aos mesmos era negado pelos instrumentos legais vigentes na época. Esta luta dos coordenadores de *campi* por direito a assento nos Conselhos Superiores e, conseqüentemente, por maior projeção e poder de barganha política no interior desta IFES, pode ser constatada ao se analisar um documentos

³¹ O Arquivo Setorial da SEGE apresenta algumas lacunas no que se refere a documentação, principalmente de atas, das reuniões dos Conselhos Superiores, por conta disso não foi possível o acesso a algumas atas.

daquele período: o **Relatório Simplificado do VII Fórum dos Coordenadores de Campi** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004g).

Este Fórum foi realizado no *Campus* Universitário do Marajó-Soure nos dias 01, 02 e 03 de setembro de 2004 e contou com a participação dos seguintes coordenadores de *campi*: Adelino Ferranti (*Campus* Abaetetuba), Carlos Elvio Paes (*Campus* de Breves), Dário A. Santos (*Campus* de Castanhal), Eliney P. dos Santos (*Campus* de Altamira), Erivan Cruz (*Campus* de Marabá), João Batista da Silva (*Campus* de Cametá), Maria Luizete Carliez (*Campus* de Soure) e Rainério M. da Silva (*Campus* de Altamira) e também de membros da Administração Superior da UFPA (Prof. Alex Fiúza de Melo, Reitor; Prof.^a Marlene Freitas, Vice-reitora; Prof. Francisco Matos da PROPLAN; Prof. Murilo Morhy da PROAD; Prof. Roberto Barreto da PROEG; e o Sr. Paulo Gorayeb, Diretor do Departamento de Pós-graduação da PROESP), além do Coordenador da Secretaria da Universidade Multicampi Prof. Afonso Wellington Nascimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004g).

Neste documento, entre as principais deliberações, constam ações que claramente ensejavam garantir maior participação dos coordenadores de *campi* nos processos decisórios da UFPA e mais espaço nas esferas de poder:

- a) **agendar a participação dos coordenadores nas reuniões da CAS**, com a agenda de participação na seguinte ordem: Santarém em setembro, Castanhal em outubro, Abaetetuba em novembro e Breves em dezembro;
- b) **agendar a participação dos coordenadores nas reuniões dos Conselhos Superiores, a saber: CONSEP – representantes Soure e Abaetetuba; CONSAD – representantes Multicampi e Castanhal;**
- c) **apresentação, na próxima reunião do CONSUN, de uma proposta para garantir assento nos Conselhos Superiores aos representantes dos campi** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004g).

Depreende-se, pois que havia ali a intenção de construção de alianças ou coalizões políticas mais sólidas entre estes atores.

A construção do conceito *multicampi* ou do modelo *multicampi* continuou sendo objeto de cuidados por parte da administração superior da UFPA. Tal preocupação é expressa por meio de projetos, como **“UFPA: uma Universidade Multicampi – Proposta para o Fortalecimento do Modelo e Abertura de Novos Cursos no Interior do Pará”** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c), e livros, como a obra **“Universidade Multicampi: conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005”**, de autoria da Prof.^a Marlene Freitas, Vice-reitora da UFPA no período 2001-2005.

O projeto “UFPA: uma Universidade *Multicampi* – Proposta para o Fortalecimento do Modelo e Abertura de Novos Cursos no Interior do Pará” foi elaborado especificamente para garantir a obtenção de recursos oriundos do Programa EXPANDIR do MEC. Assim, este projeto tinha por objetivos:

Ampliar a oferta de cursos de graduação e de educação continuada nos *Campi* Universitários, visando à formação de profissionais qualificados em áreas do conhecimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do Estado e região;

Consolidar o modelo Universidade *Multicampi* por meio da contratação de professores para o quadro permanente dos *campi* do interior;

Dotar os *Campi* Universitários da UFPA de infraestrutura física e de equipamentos capazes de garantir o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão com qualidade acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, p. 7) (Grifos da autora).

Nota-se, pois que um dos objetivos do projeto era consolidar o modelo Universidade *Multicampi* por meio da contratação de professores para o quadro permanente dos *campi* do interior. Por conta disso no projeto é feita uma defesa do modelo Universidade *Multicampi* como um novo modelo de atuação na interiorização desta IES e nele é proposto o seguinte:

A Universidade *Multicampi* – O futuro e o presente, de certa forma, já se entrelaçam. O modelo Universidade *Multicampi* em consolidação visa implantar o funcionamento da UFPA dentro da visão de Universidade-Rede, que preconiza a sinergia entre os 10 *campi* instalados no Estado a partir de um sistema solidário e cooperativo, de forma a potencializar a utilização dos recursos humanos, físicos e materiais [...] (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, p. 50).

O projeto referido acima foi encaminhado ao MEC e, subsidiado pelos recursos do Programa EXPANDIR, possibilitou o fortalecimento e/ou a criação de novos cursos em quatro (04) dos *campi* do interior da UFPA³² a partir da contratação de docentes efetivos e criação de infraestrutura física nestes locais.

Por sua vez, o livro “Universidade *Multicampi* – conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005” apresenta e defende o modelo Universidade *Multicampi* adotado pela IES. Nesta obra, Freitas (2005) sintetiza a ideologia adotada pela UFPA na implementação do modelo de gestão acadêmico-administrativo adotado por essa universidade desde a elaboração do PDI UFPA 2001-2010, nos seguintes termos:

Ademais, esta pequena obra se propõe especialmente a traduzir e divulgar a peculiaridade do significado acadêmico de Universidade *Multicampi*, uma vez que ele ultrapassa o sentido meramente literal que a expressão pode revelar, bem como demonstrar, ao final, os procedimentos acadêmicos e os regulamentos administrativos já efetivados para esse fim na tentativa de

³² Os Campi Universitários de Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém.

sensibilizar a comunidade universitária a traçar novos projetos e a (re)definir estratégias e rumos que venham decisivamente contribuir, no alvorecer deste século XXI, para o desenvolvimento regional e da gente amazônica. (FREITAS, 2005, p. 10)

Por conta disso, a obra estrutura-se objetivando demonstrar os avanços do modelo *multicampi* em relação ao modelo adotado anteriormente (Programa de Interiorização). Inicialmente (no 1º Capítulo) é realizado um histórico da interiorização da UFPA dividindo-se o processo em três fases (1ª Fase: Os Núcleos de Educação - 1971 à 1985; 2ª Fase: 1986 à 1989; 3ª Fase: 1994 à 2001) e, em seguida, (2º Capítulo) passa-se a discorrer sobre o modelo Universidade *Multicampi*, adotado a partir de 2001.

Logo no início deste capítulo pode-se ler o seguinte texto “UNIVERSIDADE MULTICAMPI Um Modelo Alternativo para a Gestão Acadêmica da UFPA em favor do desenvolvimento do Estado do Pará” (FREITAS, 2005, p. 30). A autora discorre sobre o modelo *Universidade Multicampi* e o apresenta como “um novo pacto institucional”. Para tanto, defende que para o modelo efetivar-se devem ser observadas algumas questões, conforme abaixo:

Um pressuposto básico que deve fundamentar a renovação do fazer acadêmico para a implantação da Universidade *Multicampi* é a formalização de um pacto institucional a ser firmado por dirigentes, professores, técnico-administrativos e alunos da Universidade, da capital e do interior (FREITAS, 2005, p. 30).

Sendo necessário, portanto “fundar-se prioritariamente no consenso institucional”, cuja finalidade seria possibilitar “reelaborar concepções e formas alternativas de gestão universitária, na perspectiva da manutenção da missão institucional e da efetividade de suas ações em favor da comunidade paraense” (FREITAS, 2005, p. 31). Ressaltado, também, que a UFPA passou a adotar estratégias para alcançar garantir a efetividade do modelo, tais como:

- a) A criação de uma “Coordenação central para a organização deste novo modelo com o objetivo de promover a aproximação e a interação entre todos visando a identificação das situações comuns e das especificidades de cada qual, na perspectiva da formulação de políticas e elaboração de projetos integrados” (FREITAS, 2005, p. 31).
- b) Criação do Fórum de Coordenadores de *Campi*, “para sediar as discussões sobre essa nova conjuntura acadêmica” (p. 31);
- c) Elaboração e homologação da Resolução CONSEP nº 3.211, contendo os “princípios e critérios” para nortear a “Universidade *Multicampi*” (p. 31)

A primeira estratégia foi implementada através da criação da Coordenação e da Secretaria da Universidade *Multicampi*. A Coordenação da Universidade *Multicampi* coube a Vice-reitoria da UFPA, a quem os dirigentes dos *campi* deveriam reportar-se primeiramente para discutir seus problemas e que atuaria como uma espécie de elo

mediador entre estes e a administração superior. Enquanto que a Secretaria da Universidade *Multicampi* efetivou-se como um espaço de “acolhida” das demandas dos *campi*. Lá foi disponibilizada uma infraestrutura mínima de atendimento³³ para o pessoal dos *campi* que precisava desenvolver atividades e resolver pendências na capital.

A segunda estratégia foi efetivada em 2002 e o Fórum de Coordenadores de *Campi* tornou-se o principal espaço de diálogo conjunto dos representantes dos *campi* do interior. Tornou-se, ao longo do período em análise, num espaço de negociação, proposição, debate e deliberação, enfim, tornou-se o principal espaço político de atuação dos dirigentes do interior. É a partir do Fórum que os coordenadores articulam-se para pleitear suas demandas junto à administração superior.

A terceira estratégia também foi implementada e a Resolução CONSEP nº 3.211/2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h) tornou-se o principal instrumento legal referente à universidade *multicampi* e norteou as ações dos *campi* do interior até a promulgação dos novos Estatuto e Regimento da UFPA em 2006. Freitas (2005, p. 31) afirma que a referida resolução “traduz na forma legal a natureza e os princípios que devem orientar o novo modelo para a Universidade *Multicampi*, estabelecendo princípios e definindo critérios para a classificação e a gestão acadêmica dos *Campi* Universitários”.

Esta autora destaca ainda os princípios que deveriam nortear a gestão da Universidade *Multicampi* (Art. 1º), resumidos em quatro grandes eixos: a) oferta de ensino público, gratuito e de qualidade; b) flexibilidade curricular; c) integração com a sociedade civil e cooperação institucional; d) atenção às especificidades regionais. Além disso, Freitas (2005) destaca o principal conceito do modelo que é a **Universidade-Rede** (Art. 2º). Este conceito é assim expresso pela autora:

Os vários *Campi* Universitários do interior deverão estabelecer entre si e entre o *Campus*-sede um sistema de permanente comunicação e integração para a realização das atividades acadêmicas. A exiguidade de recursos para o pronto e satisfatório atendimento de demandas comuns a todos eles expressadas na falta de professores, nos acervos bibliográficos reduzidos e carência de equipamentos de porte médio e pequeno, pode resolver-se mediante um regime de solidariedade e cooperação visando à solução imediata das questões surgidas, por meio da cessão temporária de uns e de outros, por exemplo (FREITAS, 2005, p. 32).

³³ Traduzida na disponibilidade de uma sala equipada com mobiliário, telefones, fax, computadores, etc, além de pessoal técnico-administrativo para atender as necessidades do pessoal dos *campi*.

O próximo passo no sentido de forjar a Universidade *Multicampi* na UFPA ocorreu após a homologação dos “novos” Estatuto e Regimento. Neles são expressos legalmente a condição *multicampi* desta IES pública, fato que, conforme vimos discutindo ao longo deste capítulo, foi forjado em meio a debates e conflitos que envolveram as diversas instâncias decisórias e executivas da UFPA.

Neste processo o palco dos principais embates foram os Conselhos Deliberativos Superiores e os Órgãos Executivos de Instâncias Superiores e Intermediária, além das instâncias propositivo-deliberativas como o Fórum de Coordenadores de *Campi*, o Fórum de Dirigentes e a CAS Ampliada. Instuições formais, como o Fórum de Coordenadores de *Campi*, tornaram-se, ao longo do processo, um dos principais espaços políticos de negociação e proposição de ações visando institucionalizar os *campi* do interior no sentido de buscar garantir uma verdadeira participação dos representantes destas unidades no processo decisório da UFPA e consequentemente das demais ações organizacionais desta IFES.

Defende-se, ademais, que a construção do conceito *multicampi* e, consequentemente, da política *multicampi* na UFPA foi/é fruto de muitos debates e disputas entre os diversos atores organizacionais desta universidade. Os debates ocorrem dentro das instancias deliberativas e executivas formais (como os Conselhos Superiores e nos Órgãos Executivos de Administração Superior e Intermediária) e também nas instâncias deliberativas ou propositivas informais ou apenas instituídas, mas não formalmente legalizadas, tais como os diversos *fori*, congressos, seminários e encontros que tem discutido tal temática nesta IFES.

Assim, o resultado dos debates, discussões e disputas propiciam a criação de estratégias ou instrumentos legais-institucionais visando conciliar os interesses diversos a fim de que, ao se dirimir tais disputas, possa haver maiores possibilidades de governabilidade desta organização pública.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS DE COMPOSIÇÃO DE QUADRO DOCENTE PARA OS CAMPI DO INTERIOR DA UNIVERSIDADE *MULTICAMPI*: 2001 - 2010

A UFPA, na condição de organização universitária pública, ao implementar uma mudança no seu ‘modus operandi’ acadêmico-administrativo proporcionado pela adoção do modelo de gestão Universidade *Multicampi* a partir de 2001, precisou criar e implementar estratégias (planos, projetos, leis e políticas), ou seja, precisou promover decisões nos níveis estratégico, tático e operacional, que garantissem ou pelo menos tentassem garantir a efetividade e a institucionalidade do modelo, conforme discutimos no capítulo anterior.

Entre tais estratégias, nos interessam desvendar e discutir neste capítulo as políticas implementadas por esta universidade federal para **organizar a composição do quadro docente efetivo dos seus *campi*** universitários situados no interior do Estado, pois compreendemos que tais políticas são fundamentais para garantir o sucesso do modelo *multicampi* adotado por esta IFES, uma vez que consideramos ser o quadro docente efetivo um dos elementos fundamentais para consolidar tais unidades acadêmicas da UFPA.

De acordo com a linha argumentativa deste trabalho insistimos que a descrição do percurso de interiorização/expansão da UFPA antecede aos processos que levaram à atual configuração do quadro docente dos seus *campi* situados no interior do Estado do Pará. Deste modo, a fim de embasarmos qualitativamente nossa análise, obrigamo-nos a descrever e analisar as políticas e as circunstâncias antecedentes ao atual modelo de interiorização desta organização universitária. Fizemos isto a partir de uma divisão do percurso em fases, das quais passamos a tratar na próxima sessão, retomadas para destacar como foi encarada a questão de formação do corpo docente, entendida como uma política, objeto de deliberações, conflitos, tensões e resultados.

3.1 - PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DE QUADROS DOCENTE EFETIVOS PARA OS CAMPI DO INTERIOR VISTO EM FASES

Nesta sessão se discorre sobre os momentos ou etapas de expansão da UFPA e como seus movimentos e decisões influenciaram neste processo. A disposição das datas que compõem as Fases referem-se a períodos nos quais determinados tipos de política foram implementados no que concerne à composição dos quadros docentes dos *campi* do interior no âmbito da política de expansão da UFPA.

3.1.1 1ª Fase: de 1986 a 1989

No **Projeto de Interiorização da UFPA: 1986-1989 (PI)**, formalizado através da **Resolução CONSEP nº 1.355**, de 03 de fevereiro de 1986 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986b), constava a criação dos 08 *campi* no interior do Estado “nos quais serão desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986b, p. 3), previa-se a oferta de cursos e a necessidade de construção de infraestrutura física (salas de aulas, aquisição de acervo bibliográfico) e a composição do corpo técnico administrativo (constituído por um Coordenador local, um secretário geral, um agente administrativo, um auxiliar de biblioteca e um servente), mas não havia qualquer menção a criação de quadro docente efetivo para estes *campi*, uma vez que no texto do PI se encontra disposto o seguinte sobre o quadro docente:

- Docentes:

O corpo docente para execução dos cursos será constituído de professores pertencentes ao quadro funcional da Universidade Federal do Pará e indicados pelos respectivos departamentos. Em caso de impedimento destes, os docentes deverão ser indicados dentre o pessoal habilitado e disponível na comunidade, e seus currículos deverão ser submetidos à apreciação dos colegiados competentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986a, p. 16).

Ressalta-se que, para a composição do corpo Técnico Administrativo dos *campi* do interior, o PI determinava que os mesmos, a exceção dos Coordenadores de *Campi* os quais seriam professores residentes da UFPA, “serão admitidos através de concurso público e passarão a integrar o quadro de pessoal da Universidade Federal do Pará” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986a, p.16).

A estratégia utilizada pela Administração Superior quanto ao corpo docente para os *campi* naquele momento atendia aos pressupostos do projeto supracitado, posto que o mesmo previa apenas a oferta de cursos de licenciatura em período de ‘recesso escolar’, pois tinha como principal público alvo os professores da rede pública sem a formação adequada (professores leigos), os quais somente podiam estudar no período em que não estivessem trabalhando, ou seja, nas férias escolares. Deste modo, aquela altura, a IFES não precisava dispor de quadro docente efetivo nos *campi*, uma vez que utilizaria os docentes dos cursos sediados em Belém ou os contrataria temporariamente para atender as necessidades pontuais dos cursos durante as ‘etapas’ da interiorização.

Destaque-se que nesta Fase foi proposto o **Projeto Norte de Interiorização** cujas propostas seguiam quase que as mesmas diretrizes e propósitos do Projeto de Interiorização da UFPA, ou seja expansão para o interior por meio da oferta de cursos

de licenciaturas nos períodos de recesso escolar para atender prioritariamente aos *professores leigos* da rede pública estadual e municipal dos estados da região norte.

3.1.2 2ª Fase: de 1990 a 1993

A construção dos quadros docentes efetivos dos *campi* do interior começa a ser efetivamente articulada na primeira metade da década de 90 e é fruto da ação política de diversos atores, tais como a sociedade civil organizada e os gestores dos municípios-sede, alguns Centros da UFPA como o Centro de Educação da UFPA (CED), o Centro Ciências Jurídicas (CCJ), o Centro de Ciências Agrárias (CCA), o Centro de Letras e Artes (CLA), o Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN) e os coordenadores de *campi* do interior, entre outros, os quais começaram a exercer pressão sobre a administração superior da UFPA para que a mesma comesse a ofertar cursos em período regular³⁴ (atual período extensivo) e também cursos de bacharelado nestes locais.

Os primeiros cursos a serem ofertados em período regular fora de Belém foram os cursos de Letras e Matemática (1992) no *campus* de Abaetetuba; Letras (1992) Altamira; Letras (1992) e Matemática (1993) em Bragança; Letras (1993) Cametá; Letras (1993) Castanhal; Letras (1992) e Matemática (1993) em Marabá; Letras (1993) e Matemática (1993), Ciências Sociais (1991) em Santarém; Letras (1993) em Soure.

Um dos Centros pioneiros, no sentido de implantar curso em **caráter permanente** em **todos** os *campi* do interior, foi o Centro de Educação (atual Instituto de Ciências da Educação – ICED) através do Colegiado de Pedagogia, o qual, por meio do **Processo nº 003373/1993** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993c), instaurado a partir do **Ofício nº 20/93**, de 02 de fevereiro de 1993 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993a), encaminhou ao Reitor à época, professor Nilson Pinto de Oliveira, o **“Projeto de Implantação do Curso de Pedagogia em Caráter Permanente nos Campi de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Marajó: Núcleos de Breves e Soure”** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993d). Tal projeto previa a **oferta permanente e regular** do curso de Pedagogia nos *campi* com o objetivo de:

1. Melhorar a qualidade do ensino.
2. Formar o Pedagogo para atuar na rede de ensino da área de abrangência dos *Campi* e nos diversos setores da sociedade.

³⁴ Até este período a maioria dos cursos era ofertada somente no período de recesso escolar, na modalidade intervalar (atual período intensivo) de oferta.

3. Tornar mais democrático o acesso ao ensino superior do estudante dos demais municípios do estado do Pará.

4. **Implantar o Curso de Pedagogia em caráter permanente**, durante o ano letivo, nos *campi* de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Marajó: Núcleos de Breves e Soure (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993c, fls. 5-6).

O projeto tinha por meta implantar o curso de Pedagogia e ofertar 3.200 vagas ao longo do período de implantação (2º semestre de 1993 a 1997). Previa que a grade curricular do curso a ser ofertado nos *campi* do interior seria mesma usada em Belém (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993c, fls. 6-7), além de prever a necessidade de contratação de docentes para atuar nos *campi*, sendo que cada uma das unidades deveriam ser contempladas com a contratação de 37 docentes, a serem “admitidos por concurso público feitos pela UFPA e contratados ou por convênio ou pela própria Universidade Federal do Pará caso tenha havido expansão das vagas docentes” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993c, fls. 08). Trata-se de um dos primeiros projetos a prever a contratação de docentes para os *campi* do interior da UFPA, apesar destes já estarem implantados desde 1986.

A proposta foi submetida ao CONSEP e encaminhado a Câmara de Ensino de Graduação (CEG), a qual exarou o **Parecer CEG 056/9**, de 15 de março de 1993 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993b), favorável a implantação do curso de Pedagogia em caráter permanente nos *campi* do interior e, levado novamente ao CONSEP, lá “O egrégio Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, em reunião realizada no dia 03.05.93, por unanimidade VOTOU com o Parecer nº 056/93-Câmara de Ensino de Graduação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993c, fl. 21).

A partir desta decisão emitiu-se a **Resolução CONSEP nº 2.087**, de 03 de maio de 1993 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1993e) autorizando a implantação em caráter permanente do Curso de Pedagogia nos *campi* do interior. Note-se que, além do interesse do Curso de Pedagogia e do Centro de Educação, parecia haver grande interesse da administração superior em implantar cursos permanente nos *campi* do interior, posto que, entre o encaminhamento do projeto e a apreciação do Reitor, em 02 de fevereiro de 1993 e a emissão da Resolução CONSEP nº 2.087/93, decorreram menos de três meses.

Ocorre que ofertar cursos em caráter permanente nos *campi* do interior implicava em aumentar o contingente de docentes efetivos da UFPA, porém neste período o MEC não autorizou a realização de concursos para docentes efetivos, conforme pode ser constatado ao se analisar os termos da Exposição de Motivos GR-

007/92-UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1992) destinada ao MEC solicitando vagas. O reitor (à época) destaca a precariedade do quadro docente e informa ser esta a única estratégia para manter seu programa de interiorização, argumentando nos seguintes termos

Em 1980, a UFPA possuía 1.478 professores do 3º grau em seu quadro docente permanente, permanecendo o mesmo número em 1992. Em pouco mais de uma década, enquanto a oferta de vagas na graduação cresceu 50% aproximadamente, o quadro docente manteve-se o mesmo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1992).

Deste modo, por não conseguir autorização do MEC para realizar o concurso para docentes efetivos, precisou-se fazê-lo via Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), mediante convênio com o Estado, através da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA), contratando docentes, em nível equivalente a **auxiliar**, para ministrar aulas no interior, assim os cursos ofertados em caráter regular iniciaram suas ações quase que exclusivamente com professores temporários, conhecidos como “professores da FADESP”, e os *campi* passaram a contar com um quadro docente formado por tais elementos. Para finalizarmos as discussões em torno desta Fase considera-se importante ressaltar que, no período compreendido entre 1986 a 1993, a UFPA possuía 09 (nove) *campi* no interior e apresentava o seguinte quadro quanto à oferta de cursos nestes locais ao longo deste interstício:

Tabela 4 - Cursos de Graduação ofertados no período 1986-1993

Cursos de Graduação – Período 1986-1993												
Nº de <i>Campi</i>	Cursos de Licenciatura Plena				Cursos de Licenciatura Curta				Bacharelado			
	Recesso		Permanente		Recesso		Permanente		Recesso		Permanente	
	Nº de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Cursos	Nº de Vagas	Nº de Cursos	Nº de Vagas
09	57	2.850	29	1.450	12	600	-	-	-	-	-	-

Fonte: II Projeto Norte de Interiorização (1994-1997), p. 29. Tabela adaptada pela autora.

Destaca-se, também, que nesse período o fluxo de oferta de cursos obedeceu esquema proposto abaixo:

Tabela 5 - Cursos de Graduação por Ano, Modalidade e Regime de Oferta - Período 1986-1993

Modalidade/ Regime de Oferta	ANOS															
	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993	
	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos	Vagas
Recesso - ST/MT ³⁵	-	-	39 ST	1.950	08 ST	400	01 ST	50	17 ST	850	02 ST	100	-	-	02 ST	100
Regular - SP/MP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02 SP	100	14 SP	700	13 SP	650

Fonte: II Projeto Norte de Interiorização (1993, p. 30) Tabela adaptada pela autora.

³⁵ As siglas ST, MT, SP e MP significam o regime de oferta de cursos adotada: ST = Seriado Temporário; MT = Modular Temporário; SP = Seriado Permanente; MP = Modular Permanente

A partir da análise dos dados contidos nas tabelas acima, se depreende que até 1990 a UFPA baseou seu processo de interiorização sobre a oferta de cursos de licenciatura plena, ofertados, eminentemente, nos períodos de recesso escolar (período intervalar). Somente passou a ofertar cursos em regime de oferta regular e permanente de forma tímida em 1991 (apenas dois cursos), ampliando gradativamente a oferta de cursos e vagas nos anos posteriores; e, ao contrário das Universidades Federais do Maranhão e Mato Grosso, não ofertou nenhum curso de bacharelado no interior até 1993.

Assim, é pois, nesta Fase, que mesmo sem apoio significativo do MEC as suas ações de expansão da oferta de cursos e vagas e ampliando seu leque de atuação para além do que previa o I PNI, que a UFPA ousa dar mais um passo rumo ao seu processo de interiorização e inicia a oferta de cursos em regime de oferta regular permanente nos *campi* do interior. Tal fato incidiria diretamente sobre a sua organização interna uma vez que demandaria a necessidade de criar novos arranjos político-acadêmicos e infraestruturais a fim de dar conta desta nova tarefa a que se propunha.

Uma das ações que a IFES obrigou-se a empreender foi criar estratégias de financiamento para tal empreitada e, uma vez que não dispunha de apoio do governo federal para levar a cabo e a contento a tarefa, buscou apoio junto às esferas estadual e municipal de poder, firmando convênios com as prefeituras a fim de conseguir alojamento para docentes, espaço físico para a consecução das atividades acadêmicas, recursos para alojamento e deslocamento de estudantes) e com o governo estadual (com a finalidade de pagamento de diárias, passagem e bolsas-trabalho aos docentes e técnicos que atuavam nas atividades acadêmicas, compra de materiais de consumo e permanente etc).

3.1.3 - 3ª Fase – de 1994 a 1999:

Esta Fase caracteriza-se por marcar um período de implantação de mais cursos em caráter permanente nos *campi* do interior agora em consonância com a proposta do **II Projeto Norte de Interiorização 1994-1997 (II PNI)**, cuja proposta de atuação da UFPA define que, neste período, deveriam ser implantados de forma permanente mais cursos nos *campi* do interior. Isto significa dizer que a universidade pretendia dar continuidade ao seu processo de expansão, conforme explicitado nas tabelas abaixo:

Tabela 6 - Metas da Universidade Federal do Pará para o II PNI

Especificação das Metas por Campus		1994 – 1997									
		Abaetetuba	Altamira	Bragança	N. de Breves	Cametá	Castanhal	Marabá	Santarém	Soure	Total
Cursos de Graduação	RGPS ³⁶	19	07	23	--	04	29	26	39	04	161
	RCST	04	07	04	05	06	03	06	03	04	42
Pós-Graduação	Espec.	09	06	08	02	06	12	12	12	03	82
	Mestrado	--	--	--	--	--	03	01	03	--	07
Extensão	Reciclagem	22	19	26	11	19	27	30	31	14	199
	Capacitação	22	15	23	13	16	29	29	43	17	207
	Projetos Comunitários	24	13	24	14	16	25	28	31	20	195
Projetos de Pesquisa		07	04	10	08	07	12	12	13	06	79

Fonte: II Projeto Norte de Interiorização, 1993, p. 163. Tabela adaptada pela autora.

Tabela 7 – Especificação das Metas por Campus e Ano

Campus / Meta		Especificação das Metas por Campus e Ano							
		1994		1995		1996		1997	
		Curso	Modal. / Qtd	Curso	Modal. / Qtd	Curso	Modal./Qtd	Curso	Modal./Qtd
Abaetetuba	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGSP 1 - RCST	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RCST
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST	História	1 - RGST	Direito	1 - RGSP	História	1 - RGSP
						História	1 - RGSP	Geografia	1 - RGSP
						Geografia	1 - RGSP	Química	1 - RGST
						Física	1 - RGSP		
						Química	1 - RGSP		
	Pós-Graduação	Especializ.	02	Especializ.	02	Especializ.	03	Especializ.	02
Altamira	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RCST	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGST	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RCST	Pedagogia	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGSP 1 - RGST	Pedagogia	1 - RGSP	História	1 - RCST	Química	1 - RGST
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST			Geografia	1 - RCST		
	Pós-Graduação	Especializ.	02	Especializ.	01	Especializ.	01	Especializ.	02
Bragança	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP 1 - RGST	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP
		Biologia	1 -	Biologia	1 -	Direito	1 - RGSP	Biologia	1 - RGSP

³⁶ As siglas RGSP e RGST referem-se ao sistema de oferta dos cursos da UFPA no interior do Estado e significam, respectivamente, Regime de Oferta Seriado Permanente e Regime de Oferta Seriado Temporário

			RGST		RGST				
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST			História	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP
						Geografia	1 - RGSP	C. Contábeis	1 - RGST
						Física	1 - RGSP	História	1 - RGSP
						Química	1 - RGSP	Geografia	1 - RGSP
								Química	1 - RGSP
	Pós-Graduação	Especializ.	02	Especializ.	02	Especializ.	02	Especializ.	02
Núcleo de Breves	Graduação	--	--	--	--	Letras	1 - RCST	Letras	1 - RGST
						História	1 - RCST	Física	1 - RGST
								Química	1 - RGST
	Pós-Graduação	--	--	--	--			Especializ.	02
Cametá	Graduação	Pedagogia	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RCST	Pedagogia	1 - RGSP
				Matemática	1 - RGSP	C. Sócio-Políticas	1 - RCST	Física	1 - RGST
						História	1 - RCST	Química	1 - RGST
						Geografia	1 - RCST		
	Pós-Graduação	Especializ.	01	Especializ.	02	Especializ.	01	Especializ.	02
Castanhal	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGSP 1 - RGST	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGST	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST	Lic. C. Agrárias	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP
						C. Contábeis	1 - RGSP	C. Contábeis	1 - RGSP
						Tec.Proc.Dados	1 - RGSP	Tec.Proc.Dados	1 - RGSP
						História	1 - RGSP	História	1 - RGSP
	Pós-Graduação					Geografia	1 - RGSP	Geografia	1 - RGSP
						Física	1 - RGSP	Física	1 - RGSP
						Química	1 - RGSP	Química	1 - RGSP
						Lic. C. Agrárias	1 - RGSP	Lic. C. Agrárias	1 - RGSP
						Especializ.	03	Especializ.	03
						Mestrado	01	Mestrado	01
Marabá	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGSP 1 - RGST	Matemática	1 - RGSP 1 - RGST	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGSP 1 - RGST	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGST	Pedagogia	1 - RGST
		Direito	1 - RGSP	História	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP	C. Contábeis	1 - RGSP
						C. Contábeis	1 - RGSP	História	1 - RGSP
						História	1 - RGSP	Geografia	1 - RGSP
						Geografia	1 - RGSP	Física	1 - RGSP
	Pós-Graduação					Física	1 - RGSP	Química	1 - RGSP
						Química	1 - RGSP	Lic. C. Agrárias	1 - RGSP
						Lic. C. Agrárias	1 - RGSP		
						Especializ.	03		
						Mestrado	01	Especializ.	03

	o								
Santarém	Graduação	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP
		Matemática	1 - RGSP 1 - RGST	Matemática	1 - RGSP 1 - RCST	Matemática	1 - RGSP	Matemática	1 - RGSP
		Pedagogia	1 - RGSP 1 - RGST	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGSP
		Biologia	1 - RGST	Biologia	1 - RCST	Biologia	1 - RGSP	Biologia	1 - RGSP
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST	Tec. Proc.Dados	1 - RGSP	C. Sócio-Políticas	1 - RGSP	C. Sócio-Políticas	1 - RGSP
		Direito	1 - RGSP	História	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP	Direito	1 - RGSP
				Educ.Física	1 - RGSP	C. Contábeis	1 - RGSP	C. Contábeis	1 - RGSP
						Tec. Proc. Dados	1 - RGSP	Tec. Proc. Dados	1 - RGSP
						História	1 - RGSP	História	1 - RGSP
						Geografia	1 - RGSP	Geografia	1 - RGSP
						Física	1 - RGSP	Física	1 - RGSP
						Química	1 - RGSP	Química	1 - RGSP
						Lic. C. Agrárias	1 - RGSP	Lic. C. Agrárias	1 - RGSP
	Pós-Graduação	Especializ.	03	Especializ.	03	Especializ.	03	Especializ.	03
				Mestrado	01	Mestrado	01	Mestrado	01
Soure	Graduação	Pedagogia	1 - RGSP	Letras	1 - RGSP	Pedagogia	1 - RGST	--	--
		C. Sócio-Políticas	1 - RGST	Matemática	1 - RGSP	História	1 - RGST		
				Pedagogia	1 - RGSP	Geografia	1 - RGST		
	Pós-Graduação	Especializ.	01	Especializ.	01	Especializ.	01	Especializ.	01

Fonte: II Projeto Norte de Interiorização (1993). Tabela adaptada pela autora

Na proposta da UFPA previa-se a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* nos *campi* do interior: Especialização em Docência do Ensino do 3º Grau, Especialização em História da Amazônia, Especialização em Linguística, Especialização em Língua Portuguesa, Especialização em Matemática, Especialização em Física, Especialização em Química, Especialização em Biologia, Especialização em Ciências Socio-políticas, Especialização em Geografia Regional e Especialização em Educação Ambiental, cada uma ofertaria um total de 25 vagas. O objetivo das especializações era atender aos egressos dos primeiros cursos ofertados no interior.

A proposição e implementação do II PNI representou um avanço significativo no esforço institucional das IFES amazônicas de interiorizar a universidade pública na região. O discurso do professor Nilson Pinto de Oliveira³⁷ no texto de apresentação do II PNI dá a dimensão do processo de interiorização universitária na Amazônia e

³⁷ Reitor da UFPA à época e Coordenador da Equipe de Elaboração do II PNI.

sintetiza a situação do projeto de interiorização universitária neste espaço socio-regional até aquele momento (1993), conforme transcrito a seguir:

[...] diferentemente do que tem acontecido com a maioria dos grandes projetos executados na Amazônia, este *não* derivou de uma determinação governamental, *não* tem sido mantido com recursos oriundos de programas federais específicos e *não* se constitui em enclave observado com desconfiança pela população. Ao contrário surgiu na própria região por demanda de sua sociedade e é sustentado por uma rara e voluntária articulação que integra esforços de Universidades, Estados, Municípios e segmentos da sociedade civil (II PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1993, p. 1).

Ressaltando, porém, que o esforço institucional empreendido pelas IFES da região na consecução deste projeto já havia ultrapassado os limites “de sua capacidade operacional, de tal forma que elas, hoje não podem mais prescindir do apoio de um programa governamental específico para o prosseguimento desta ação relevante e necessária para a região” (II PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1993, p. 2).

A situação dos cursos permanentes no interior agravou-se tanto que, em setembro de 1996, ocorreu o **1º Grito da Interiorização**, como uma reação dos estudantes dos *campi* do interior às condições precárias de oferta dos cursos, especialmente dos regulares permanentes nestes locais. Foi uma ação articulada pelos estudantes do interior, sob a organização do Diretório Central dos Estudantes da UFPA (DCE), e teve como principal reivindicação a realização de concursos para professores efetivos para os *campi* e infraestrutura física, tais como construção de espaço para as Bibliotecas. Este movimento contou com a participação de estudantes dos *Campi* de Abaetetuba, Bragança, Castanhal, Soure e Cametá.

Os professores dos *campi* (em sua maioria contratados pela FADESP) não podiam apoiar abertamente o movimento por conta da sua situação funcional, porém, segundo depoimento de uma das delegadas dos *campi*³⁸, eles orientavam os estudantes quanto às ações a serem efetivadas. Segundo esta informante alguns coordenadores de *campi* também apoiaram o movimento, tal como o coordenador de Soure que teria doado passagens para os delegados discentes se deslocarem até Belém. Este movimento dos estudantes do interior culminou na invasão e ocupação do prédio da Reitoria da UFPA por uma noite. Este ficaram acampados lá e no dia seguinte foram recebidos pela Reitora em exercício³⁹, para quem apresentaram as suas reivindicações e propostas.

³⁸ Depoimento da Sr^a. Alice R. de Freitas, estudante do Curso de Pedagogia da 1ª turma permanente do curso no Campus de Soure (1994) e Delegada deste *campus* no 1º Grito de Interiorização.

³⁹ Prof. Marlene R. de Freitas.

Conseguiu-se averiguar que, em 1997, alguns dos Centros responsáveis pela oferta de cursos no interior começaram a destinar **vagas** para **docente efetivo (nível auxiliar)** nos concursos com **lotação exclusiva para os campi do interior**, conforme publicado no Edital nº 100 de 23/10/97, publicado no D.O.U de 10/11/97 e no Edital nº 112 de 27/11/97 publicado no D.O.U. nº 233 – seção 3, de 02/12/97.

No primeiro edital, o Centro de Biologia destinou uma vaga para a Matéria Biologia Geral, Ênfase em Ecologia ao *Campus* de Santarém; o Centro de Filosofia e Ciências Humanas destinou uma vaga para a Matéria Antropologia Cultural também a Santarém; o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) alocou uma vaga para a Matéria Introdução ao Estudo do Direito ao *Campus* de Marabá; o Centro Agropecuário destinou uma vaga para a Matéria Educação Rural e Desenvolvimento Agrícola à Altamira; e o Centro de Letras e Artes destinou uma vaga para a Matéria Linguística à Abaetetuba. No segundo, o CCJ alocou 04 vagas para professor auxiliar, sendo 02 para Marabá (Direito Civil e Direito Constitucional) e 02 para Santarém (Direito Civil e Direito Constitucional).

Os fatos expostos denotam a existência de um esforço organizacional em consolidar os cursos permanentes no interior, porém a questão da necessidade de contratação de docentes efetivos para estas unidades não parece ter seguido a proposição do II PNI, pois, ao analisarmos o Anuário Estatístico da UFPA 1998, ano base 1997 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998a), percebe-se que a maioria dos *campi* do interior, à época, dispunham de poucos docentes em seus quadros efetivos, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 8 - Docentes Efetivos do 3º Grau por Classe e Titulação - 1997

Unidade	Titular				Adjunto				Assistente				Auxiliar				Total				Geral
	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	
C.A. ABAETETUBA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	4	0	0	2	4	1	0	7
C.A. ALTAMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	0	0	2	5	0	0	7
C.A. BRAGANÇA	0	0	0	0	1	1	0	4	0	0	4	0	4	5	0	0	5	6	4	4	19
C. A. CASTANHAL	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	3	0	0	2	3	1	1	7
C.A. CAMETÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2
C.A - MARABÁ	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	10	7	0	0	10	7	1	0	18
C. A- SANTARÉM	1	0	0	0	0	1	2	1	0	0	14	0	8	13	0	1	9	14	16	2	41
C. A - SOURE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	3
TOTAL TÍTULOS	1	0	0	0	1	2	3	6	0	0	21	0	31	38	0	0	33	39	24	7	
TOTAL GERAL DOCENTES DO INTERIOR																					120

Fonte: Universidade Federal do Pará (1998a)

Da análise da tabela acima percebe-se que, em 1997, os *campi* do interior da UFPA possuíam um total de 120 docentes em seu quadro de professores efetivos, dos quais a maioria eram auxiliares (33 graduados e 39 especialistas), atuando basicamente no ensino da graduação, 24 eram mestres e apenas 7 eram doutores, ou seja, representavam, mais ou menos, 7,5% do total de docentes efetivos do quadro geral desta IFES (1.628)⁴⁰ naquela data.

Tais docentes encontravam-se distribuídos desigualmente entre os diversos *campi* tanto em termos quantitativos quanto em termos de titulação, caracterizando, já naquele momento, uma distorção na distribuição das vagas para docentes efetivos entre tais unidades, conforme pode ser verificado na tabela acima. Nela pode ser constatado que os *campi* com maior corpo docente efetivo eram Santarém (41), Bragança (19) e Marabá (18), os quais concentravam conjuntamente 78 docentes; e os menores *campi* eram Abaetetuba (7), Altamira (7), Castanhal (7), Soure (3) e Cametá (2), concentrando apenas 26 docentes efetivos.

Deve-se ressaltar que a maioria dos docentes lotados nos *campi* até 1997 haviam sido removidos de Belém para estes locais, também, como visto anteriormente, alguns Centros começaram a destinar vagas nos concursos para o interior.

Neste mesmo ano, o **Relatório Anual da UFPA 1998** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1999d) aponta que todos os *campi* ofertavam cursos regulares e intervalares (cursos em período de recesso escolar), tanto licenciaturas como bacharelados em seis grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias. A tabela abaixo explicita a situação de oferta de cursos nos *campi* por área, no ano de 1998.

Tabela 9 - Situação da Oferta de Cursos nos *Campi* do Interior em 1998

<i>Campus</i>	Áreas	Cursos	Situação da Oferta	Implantação
Abaetetuba	Ciências Humanas	Pedagogia	Regular – Colegiado do <i>Campus</i>	1994
		Ciências Sociais	Intervalar – C. Belém	1994
		História	Intervalar – C. Belém	1997
		Geografia	Intervalar – C. Belém	1997
	C. Exatas e da Terra	Matemática	Regular – C. Belém	1992
	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar – C. Belém	
	Letras e Artes	Letras	Regular – Colegiado do <i>Campus</i>	1992
Altamira	Ciências Humanas	Pedagogia	Regular – Colegiado do <i>Campus</i>	1994
		Ciências Sociais	Intervalar – C. Belém	1995
		História	Intervalar – C. Belém	1995
		Geografia	Intervalar – C. Belém	1995
	C. Exatas e da Terra	Matemática	Intervalar – C. Belém	1997

⁴⁰ UFPA – Anuário Estatístico 1997, Ano Base 1997.

	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar – C. Belém	
		Ciências Biológicas	Regular – Colegiado do Campus	1996
	Ciências Agrárias	Lic. Plena em Ciências Agrárias	Regular – Colegiado do Campus	1997
	Letras	Letras	Regular – Colegiado do Campus	1992
Bragança	Ciências Humanas	Pedagogia	Regular - Colegiado do Campus	1994
		História	Intervalar - Colegiado de Belém	1997
		Geografia	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
	C. Exatas e da Terra	Matemática Núcleo de Capitão Poço Matemática	Intervalar - Colegiado de Belém	1993
	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar - Colegiado de Belém	
		Ciências Biológicas	Regular - Colegiado do Campus	1997
	Letras e Artes	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1992
Breves	Ciências Humanas	Ciências Contábeis	Intervalar - Colegiado de Belém	1994
		História	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
		Geografia	Intervalar - Colegiado de Belém	1993
	C. Exatas e da Terra	Pedagogia	Regular - Colegiado do Campus	1995
Cametá	Ciências Humanas	Matemática	Intervalar - Colegiado de Belém	1993
		Capitão Poço - Matemática	Intervalar - Colegiado do Campus	
		Ciências do 1º Grau	Intervalar - Colegiado de Belém	
	Ciências Biológicas	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1993
	Letras e Artes	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1993
Castanhal	Ciências Humanas	Pedagogia (Regular)	Regular - Colegiado do Campus	1997
		História	Intervalar - Colegiado de Belém	
		Geografia	Intervalar - Colegiado de Belém	
		Matemática	Intervalar - Colegiado de Belém	
	C. Exatas e da Terra	Matemática	Regular - Colegiado do Campus	1994
		Capitão Poço - Matemática	Intervalar - Colegiado do Campus	
	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar - Colegiado de Belém	
	Letras e Artes	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1993
Marabá	Ciências Humanas	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1993
		Administração	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
		Pedagogia	Regular - Colegiado do Campus	1994
		Ciências Sociais	Regular - Colegiado do Campus	1994
		História	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
		Geografia	Intervalar - Colegiado de Belém	1996
		Óbidos – Pedagogia	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
	C. Exatas e da Terra	Parauapebas - Pedagogia	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
		Rondon do Pará - Pedagogia	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
		Matemática	Regular - Colegiado do Campus	1993
	Ciências Biológicas	Núcleo de Itaituba – Matemática	Intervalar - Colegiado do Campus	
		Ciências do 1º Grau	Intervalar – Colegiado Belém	
	Letras e Artes	Ciências Biológicas	Regular - Colegiado do Campus	
		Letras	Regular - Colegiado do Campus	1992
		Itaituba Letras	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
		Monte Alegre - Letras	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
		Rondon do Pará - Letras	Intervalar - Colegiado do Campus	1994
Santarém	Ciências Humanas	Pedagogia	Regular - Colegiado do Campus	1994
		Direito	Regular - Colegiado do Campus	1994
		Ciências Sociais	Intervalar – Colegiado Belém	1991
		História	Intervalar – Colegiado Belém	1993
		Geografia	Intervalar – Colegiado Belém	1996
	C. Exatas e da Terra	Física	Intervalar – Colegiado Belém	1997
		Química	Intervalar – Colegiado Belém	1997
		Matemática	Regular - Colegiado do Campus	1993
		Tecnólogo em Processamento de Dados	Regular - Colegiado do Campus	1994

	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar – Colegiado Belém	
		Ciências Biológicas	Intervalar – Colegiado Belém	1994
	Letras e Artes	Letras	Regular - Colegiado do Campus	1993
Soure	Ciências Humanas	Pedagogia	Regular e Intervalar – Colegiado de Soure	1993
		Ciências Sociais	Intervalar - Colegiado de Belém	1994
		História	Intervalar - Colegiado de Belém	1997
		Geografia	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
	C. Exatas e da Terra	Matemática	Intervalar - Colegiado de Belém	1995
	Ciências Biológicas	Ciências do 1º Grau	Intervalar - Colegiado de Belém	
	Letras e Artes	Letras	Regular e Intervalar – Colegiado de Campus	1993

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica da UFPA.

Analisando-se a tabela acima constata-se que a maioria dos cursos ofertados no interior, até aquele momento, eram cursos intervalares, cujos colegiados pertenciam aos centros sediados em Belém e, em sua maioria, constituíam licenciaturas. Assim, certamente havia, ainda, uma forte demanda reprimida por cursos de bacharelados no interior.

Pode-se perceber ainda que todos os *campi* já dispunham de cursos permanentes com colegiados próprios, entretanto o *Campus* de Breves ofertava apenas Pedagogia, pois era um núcleo atrelado à Soure; os *campi* de Abaetetuba, Cametá e Soure dispunham, respectivamente, de dois cursos regulares permanentes: Letras e Pedagogia; o *campus* de Castanhal possuía os cursos de Letras, Matemática e Pedagogia; o *Campus* de Bragança ofertava Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia; o *Campus* de Altamira possuía os cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia; o *Campus* de Marabá dispunha de Ciências Biológicas, Direito, Letras, Matemática e Pedagogia; o *Campus* de Santarém ofertava Direito, Letras, Matemática, Tecnólogo em Processamento de Dados e Pedagogia.

Isto demonstra, outra vez, que naquele ano já se percebia uma certa assimetria no que se refere à oferta de cursos nos espaços onde os *campi* estavam instalados, fato que provavelmente decorria da demanda, que em alguns municípios era maior, por estarem em regiões mais desenvolvidas e, que, portanto, possuíam população maior, mas também poderia ser decorrente de fatores ligados a política organizacional de desenvolvimento para os *campi* do interior efetivada por esta IFES.

Dando prosseguimento às ações de expansão da educação superior pública, no ano de 1998, a UFPA, em conjunto com as demais IFES da região norte, propôs ao MEC o **III Projeto Norte de Interiorização 1998-2001** (III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1998). Neste documento esta IFES se propõe a

[...]continuar seu programa de interiorização no quadriênio 1998-2001 com

as finalidades de (1) consolidar os cursos já implantados e (2) ampliar o atendimento às novas demandas, levando em consideração **a vocação regional, o mercado de trabalho e a vontade política da população local**, visando contribuir efetivamente para o incremento do desenvolvimento regional (III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1998, p. 97) (Grifos da autora).

Para dar conta desta tarefa essa IFES elaborou 06 “Linhas de Ação” ou “Programas” a serem efetivados durante o período de implementação do supracitado projeto, a saber:

Programa de Licenciaturas, Bacharelados e Educação Continuada: a ser efetuado em todas as regiões onde havia *campi* e núcleos implantados (III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1998, p. 97-103);
Programa Agropecuário a ser desenvolvido nas regiões Nordeste, Sudeste e Oeste do Pará (Idem, p.104);
Programa Tecnologia de Alimentos, a ser efetivado através da oferta de cursos lato sensu e instalação de laboratórios no *Campus* de Santarém (p.105);
Programa Mínero-Metalúrgico, a ser desenvolvido nas regiões Oeste, Nordeste e Sudeste (Idem, p.106);
Programa Educação Ambiental, a ser implementado em todos os *campi* através de Cursos de Pós-graduação lato sensu (Idem, p. 108);
Programa Sistemas Estuarinos e Costeiros, tendo como polo a região Bragantina (Idem, p.109)

Ainda em 1998 a UFPA - através da PROPLAN - a fim de implementar as propostas do III PNI, idealizou, elaborou e encaminhou ao MEC o projeto **Revitalização da Infraestrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos *Campi* da Universidade Federal do Pará** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998c) e elegeu entre suas linhas de ação os seguintes programas referentes aos *campi* do interior:

- a) **Consolidação do Programa de Licenciaturas, Bacharelados e Educação Continuada nos *Campi* do Interior**, sob a responsabilidade direta do Reitor à época, prof. Cristovam Diniz;
- b) **Implantação do Polo de Desenvolvimento da Biologia Costeira no *Campus* de Bragança**, sob a responsabilidade do prof. Horácio Schneider;
- c) **Implantação do Polo de Genética Animal no *Campus* de Castanhal**, cuja responsabilidade cabia a prof. Maria Paula Schneider;
- d) **Implantação do Programa de Engenharia de Produção no *Campus* de Marabá**, sob a responsabilidade do prof. José Pedro Martins;
- e) **Consolidação do Programa Agropecuário no *Campus* de Altamira**, tendo como responsável a prof. Juliete M. Alves;
- f) **Consolidação do Programa de Biociências e Impacto Ambiental no *Campus* de**

Santarém, sob a tutela do prof. Aldo Queiroz.

Consideramos que foi a partir do III PNI que a UFPA começou efetivamente a construir sua filosofia de expansão pautada sobre a noção de *vocação regional*. Note-se que os programas idealizados para serem implantados ou fortalecidos em alguns *campi* do interior traziam subjacentes a ideia de gerar mão de obra especializada e conhecimento científico pertinente (BRASIL, 2007) que possibilitassem, no devir, explorar economicamente as vocações regionais e, supostamente, garantir o desenvolvimento endógeno da região onde tais *campi* estavam implantados.

Chama a atenção o fato dos programas terem sido destinados a apenas alguns *campi*, (Altamira, Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém) exatamente para aqueles localizados nas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico e/ou que já possuíam uma infraestrutura mais sólida em termos de quadro docente. Ou seja, percebe-se que na proposição do projeto supracitado levou-se em consideração aquilo que, no III PNI, é denominado de “vocação regional” e “mercado de trabalho”. Assim os programas foram idealizados para os locais que apresentavam “vocação” econômica em áreas estratégicas como mineração, agropecuária, pesca, exploração madeireira e produção.

Note que a proposta do programa caminhava ao encontro daquilo que Altmann (2002) aponta como sendo uma das tarefas que os Estados, por meio de seus gestores e seguindo as orientações neoliberais, deveriam incentivar, ou seja, a definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica.

Destes projetos todos apenas o primeiro previa em seu cronograma de atividades, como primeira ação, nos seis meses iniciais, a “realização de concurso público para a contratação de professores para os cursos de Licenciaturas, Bacharelados e Especializações” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998c, p.43). Isto ocorria porque o mesmo foi elaborado para englobar e apoiar as ações dos demais programas. Entretanto, no projeto não são expressas quantas vagas docentes seriam necessárias para atender as demandas da implementação dos programas previstos.

Avaliando-se esta estratégia de ação do ponto de vista organizacional, percebe-se que esta foi resultado de decisões estratégicas, porém deve-se destacar que a prioridade de investimento nos *campi* que possuíam as tais vocações regionais representou desvantagens e até prejuízo aos demais *campi* localizados em regiões sem as “vocações e vantagens” econômicas que pudessem atrair o grande capital, uma vez que para tais unidades não se pensou nenhuma ação de desenvolvimento e estes

permaneceram sem esperanças de crescimento efetivo tanto em termos de pessoal e infraestrutura, quanto em termos de diversificação na oferta de novos cursos e/ou aumento da oferta de vagas nos cursos que já possuíam. Tal escolha, ao longo do tempo, resultou na existência de assimetrias (tanto em termos administrativos quanto em termos acadêmicos) entre os *campi*, havendo alguns que conseguiram avançar academicamente e outros que permaneceram quase que estáticos.

No final de 1998, a UFPA abriu concurso para os *campi* do interior, através do **Edital nº 14/98**, de 30 de dezembro de 1998⁴¹. Neste edital foram disponibilizadas 56 vagas para a realização de concursos para professores do nível auxiliar para os *campi* e uma vaga para professor auxiliar para o *campus* de Belém, totalizando 57 vagas, distribuídas conforme a tabela abaixo:

Tabela 10 - Demonstrativo da distribuição das vagas constantes do Edital nº 14/98

Edital 14/98 - de 30 de dezembro de 1998	
CAMPUS	VAGAS
ABAETETUBA	02
ALTAMIRA	09
BELÉM	01
CAMETÁ	05
CASTANHAL	11
MARABÁ	13
SANTARÉM	12
SOURE	04
TOTAL	57

Fonte: Brasil (1999) (Diário Oficial da União de 01/01/1999) - Tabela criada pela autora

Outra vez se percebe que os *campi* contemplados com a maioria da vagas foram Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém e isto explica o acréscimo no quadro docente destas unidades percebido no ano 2000.

Destaque-se também neste período as discussões em torno da questão da autonomia dos *campi* universitários, que apesar de ser reivindicação antiga, toma forma mais concreta a partir de 1998. Deste período consta a elaboração de uma **Proposta de Institucionalização dos Núcleos Universitários da UFPA no Interior do estado**, de 08 de outubro de 1998 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b), a qual foi encaminhada pelo Pró-reitor de Extensão e Coordenador da Comissão de Interiorização, à época, prof. José Carlos S. Fontes, ao Reitor a fim de que a mesma fosse submetida à apreciação do egrégio Conselho Superior de Administração da UFPA.

No documento de envio da proposta e no corpo da proposta consta que o esta

⁴¹ Prorrogado através do Edital nº 09/99 de 18/02/1999.

seria fruto de discussões em “reuniões mantidas com o Fórum de Planejamento Ampliado, com os Coordenadores de *Campi*, com várias comunidades do interior e com a equipe da Administração Superior sobre a matéria” e que

[...] a proposta é de se reorganizar os *Campi* em Polos regionais visando a definição de projetos acadêmicos que otimizem o quadro docente existente e justifiquem a alocação de novas vagas. Também se espera acelerar as condições para a institucionalização dos *campi*. Este processo foi gradualmente definido após reuniões da PROEX e da PROEG com os Coordenadores dos *Campi* em 11 e 12 de maio de 98; com as comunidades dos *campi* em Cametá (PROEX), Soure (PROEX), Castanhal (PROEG e PROEX), Abaetetuba (PROEG), Breves (PROEX e PROEG); e com o Fórum de Planejamento ampliado em 11 de agosto de 98 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b).

No documento supra referido consta a proposta de institucionalizar os Núcleos Universitários, propostos no Regimento da Reitoria da UFPA (de 1985), a partir da criação de **Polos**, os quais, por sua vez, seriam gerados pelo agrupamento dos *campi* existentes àquela altura, seguindo a linha do que já fora proposto no III PNI. Pela proposta os Núcleos Universitários constituiriam a melhor forma de organizar e institucionalizar os *campi* do interior, pois com isto esperava-se “garantir a viabilização de todos os *campi* atuais em termos de metas e necessidades regionais, otimizar os recursos humanos nos mesmos e reduzir o alto custo atual do programa” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b).

Em termos gerais o que se propunha era que os *campi* menos dinâmicos, como Soure, Cametá e Abaetetuba, tornassem-se um único polo regional, e os demais *campi* comporiam Polos pela agregação dos diversos Núcleos Universitários existentes em suas áreas de abrangência. Havia inclusive a ideia de que *campi* como Cametá e Soure tornassem-se Núcleos do *Campus* de Abaetetuba, o qual se tornaria o Polo Tocantins-Marajó.

No documento referido acima, se justificava que, desta maneira, se poderia ter maior controle sobre os docentes concursados para tais unidades, pois, conforme o documento, havia certo descontrole na alocação de carga horária para estes nos *campi*, referindo, inclusive a existência de um “quadro virtual de professores” nestas unidades, como transcrito aqui:

O quadro docente efetivo de cada *Campus* se encontra em anexo. É óbvia a extrema diferença entre os mesmos e a necessidade de investimento em todos eles. Uma primeira análise crítica requerida é sobre a utilização que está sendo feita desta força de trabalho. De outro modo será difícil justificar a alocação de vagas, se o *Campus* não tem carga horária suficiente para ocupar seus docentes. Neste sentido o Edital para a distribuição das vagas no interior previu, entre outras coisas, um planejamento da utilização dos docentes

segundo a Resolução 1.664/88 CONSEP, que trata de planos departamentais e distribuição de carga horária docente semestral.

Este é um dos principais motivos para propormos a reorganização dos *Campi* em Polos Regionais, permitindo a melhor utilização da força de trabalho, a otimização dos recursos aplicados e, ainda, proporcionar o desenvolvimento integral dos docentes e alunos no interior. Apenas para exemplificar, **hoje os Campi contam com um quadro virtual de professores, pois não tem o menor controle sobre os mesmos**. Em geral, dificilmente podem programar suas cargas horárias, de tal modo que seus docentes possam ser utilizados integralmente no próprio *campus*. Este quadro docente resulta em que há grande mobilidade docente, as vezes totalmente desnecessárias, resultando em um alto custo para a Instituição manter os cursos no interior. Também torna-se difícil monitorar a produção acadêmica e, portanto, a avaliação do trabalho efetuado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b) (Grifos da autora).

No ano de 1999 a UFPA foi convidada pelo MEC a atuar no esforço conjunto das IES paraenses no sentido de garantir a oferta de ensino superior aos professores da rede pública do Estado conforme preconizava a LDB (Lei 9394/96). Assim, por meio de convênios entre as IES (entre as quais a UFPA) e as Prefeituras dos municípios e o Governo do Estado, financiados pelos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF), iniciou-se a oferta de cursos de licenciatura plena em diversos municípios do interior, mesmo naqueles onde não havia *campi* desta IFES. Ressaltamos que, naquele momento, a UFPA, atirou-se a esta tarefa sem ter alterado o quantitativo de seu quadro docente. Assim, como a UFPA ofertou um número considerável de cursos nos municípios do interior isto causou sérios problemas à oferta dos cursos regulares e intervalares da UFPA.

Alguns problemas evidentemente foram consequências diretas da política implementada por esta IES em relação aos seus *campi* situados no interior, particularmente aquelas relacionadas à composição dos quadros docentes de tais unidades. Porém, não podemos desconsiderar que a organização implementava seu Programa de Interiorização sem apoio significativo do MEC as suas ações acadêmicas, assim muitas de suas escolhas e decisões organizacionais em relação aos *campi* foram determinadas por circunstâncias externas e alheias a sua vontade. Deste modo, a oferta das chamadas “turmas do FUNDEF” foi condicionada por uma macro política educacional federal que desconsiderou os limites de quadro docente e os limites orçamentários desta IFES.

Internamente a UFPA começou a enfrentar sérios problemas para manter seu programa de Interiorização, entre os quais a impossibilidade orçamentária de continuar pagando ‘bolsas-trabalho’ aos docentes da capital que se deslocavam para atuar nos cursos do interior, assim foi obrigada a pensar em alternativas administrativas para sanar

tais problemas, pois uma das estratégias utilizadas pela administração superior para garantir a participação dos docentes da capital no Programa de Interiorização era o pagamento de uma “bolsa-trabalho” com recursos da rubrica orçamentária para **gastos eventuais com cursos e concursos**, porém em 1999 tal estratégia teve que ser abandonada por conta de restrições orçamentárias impostas pela LDO daquele ano.

O **Ofício Circular 003/99 – PROPLAN**, de 15 de junho de 1999 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1999b), testemunha as condições precárias do Programa de Interiorização naquele momento. Este documento foi emitido pelo Pró-reitor de Planejamento (Prof. Renato Borges Guerra), com visto do Prof. Cristovam Wanderley P. Diniz, Reitor à época, e direcionado aos Dirigentes da UFPA. Nele são expressos os principais problemas enfrentados pelo referido programa e são propostas alternativas de ação que poderiam ser efetivadas para minorar tais problemas, como pode ser conferido a seguir:

Senhores Dirigentes,

O programa de interiorização da UFPA não conta com orçamento próprio, tendo sobrevivido até o momento através do orçamento geral da UFPA e, sempre que possível, de emendas orçamentárias propostas por nossos parlamentares e da ajuda do Governo do Estado, cujos financeiros nunca estão em sintonia com as necessidades dos programas. É obvio que os alunos dos *Campi* do Interior, que hoje representam 30% do total de alunos da UFPA, garantem uma melhor participação da UFPA no bolo do MEC e, portanto, teriam sua parte *per capita* garantida, no entanto tal participação está restrita a verba de custeio que no caso é traduzida basicamente em consumo, diárias e passagens não cabendo o pagamento de pessoal. Para isso, contamos com recursos para a contratação de prof. substitutos, sendo a UFPA a instituição com maior orçamento para este fim.

Como pode ser observado, a princípio, não há problemas para a execução do Programa de Interiorização, mas na prática, como sabemos, os problemas ocorrem como em todos os programas da UFPA: os recursos são insuficientes e agravados nesse caso pela especificidade de **pagamento das atividades de ensino a professores do quadro através de recursos de pessoal para as atividades eventuais de cursos e concursos**.

Infelizmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 estabelece limite para gastos com pessoal para cada Instituição, garantindo apenas o pagamento de folha normal e, como consequência disso, todos os pagamentos de características eventuais foram “bloqueados” no sistema de pessoal do Ministério de Orçamento e Gestão (MOG), e em particular limitando o pagamento na rubrica cursos e concursos a R\$ 0,01, o que inviabiliza qualquer pagamento de cursos do programa em questão.

Assim, está claro que não é possível o pagamento de atividades de ensino através de cursos e concursos bem como não é possível pagamento de pessoal com verbas de custeio. Desse modo, estudamos alternativas outras considerando a priori que está assegurado a todos o pagamento de diárias e passagens. As alternativas estudadas foram:

- a) **Incluir as atividades do Programa de Interiorização no plano departamental.**
- b) **Garantir através das prefeituras alimentação e hospedagem para os professores.**
- c) **Estabelecer de fato o Programa de Interiorização como um Projeto de Desenvolvimento Institucional de Extensão e a partir desse**

projeto buscar financiamentos externos, inclusive do Governo do Estado.

A primeira alternativa decorre da observação de que as atividades dos planos departamentais, para um número expressivo de docentes, não são cumpridas já que os mesmos encontram-se frequentemente afastados – durante o ano letivo – para ministrar cursos nos *Campi* do Interior. Assim a inclusão das atividades nos *Campi* revelará que de fato as atividades desenvolvidas pelo docente já estão contempladas pelo salário. Convém observar que durante o período regular, deve-se contratar professores substitutos para atuarem nos cursos regulares, evitando o deslocamento dos docentes do *campus* de Belém em detrimento de suas atividades na sede.

Quanto a segunda alternativa, temos observado, ao longo dos anos que, embora algumas prefeituras tenham cumprido seus compromissos, não raro outras não cumprem e para evitar isso tem sido realizadas ações da UFPA junto às Prefeituras e Câmaras de Vereadores para formalizar convênios mais seguros. Nessa situação os docentes poderão ter assegurado, além das passagens e das diárias, hospedagem e alimentação.

Finalmente, estudamos a última alternativa já tanto a primeira quanto a segunda não resolvem o problema de todo, ou seja, o estímulo docente de participação não pode ser assegurado. Ao estabelecer o Programa de Interiorização como um Projeto de Desenvolvimento Institucional de Extensão é possível perante a legislação justificar os investimentos e ao mesmo tempo o estímulo de participação através de bolsas, com intermediação da FADESP.

Assim, legalmente o problema é resolvido quanto ao pagamento de pessoal e, é obvio, restando a Administração Superior envidar esforços para obter financiamento para o projeto juntos aos agentes financeiros, Prefeituras e Governo do Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1999b, íntegra) (Grifos da autora).

Porém, as alternativas propostas pela administração superior não agradaram a todos os docentes que atuavam na interiorização. Ocorre que sem o pagamento da ‘bolsa-trabalho’, alguns docentes da capital deixaram de se interessar em viajar para dar aulas nos cursos dos *campi* do interior, pois passariam a receber apenas os valores referentes ao pagamento de diárias e passagens e, por conta do quadro docente reduzido dos *campi*, isto acarretaria sérios problemas à oferta dos cursos no interior. Também, o fato dos ‘cursos do FUNDEF’ pagarem um valor significativo em ‘bolsa-trabalho’ para os professores, estes interessavam-se em atuar nestas turmas em detrimento das turmas regulares e intervalares da UFPA.

Tal fato pode ser comprovado ao se analisar o conteúdo do **Ofício Circular nº 004/1999-DLLV**, de 01 de julho de 1999 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1999c), emitido pelo Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV) e endereçado ao Pró-reitor de Extensão da UFPA na época⁴², no qual são expressos os principais motivos da recusa deste departamento em participar da 24ª Etapa de Interiorização da UFPA, entre os quais alegam: 1) a notícia de que receberiam apenas diárias e passagens naquela etapa; 2) a redução ‘drástica’ no valor a ser pago aos

⁴² Prof. José Carlos Fontes

professores em relação ao valor pago nas etapas anteriores; 3) a falta de diálogo entre os professores envolvidos na etapa e os condutores do processo (PROEG e PROEX).

Some-se a isto o fato de alguns cursos já serem ofertados em regime regular (no mesmo período letivo de Belém) na maioria dos *campi*, fato que dificultava o deslocamento dos docentes da capital, pois, além de serem poucos, encontravam-se ministrando aulas no *Campus* de Belém. Acrescente-se também o fato de haver poucos concursos para professores efetivos no período. Isto levou a sérias crises no Programa de Interiorização da UFPA, o qual precisou ser reformulado, culminando na proposição da chamada ‘Autonomia dos *Campi*’ levada a cabo em 2000.

Apesar dos problemas, a consolidação de alguns *campi* do interior avança neste período e, em Bragança, em decorrência das ações implementadas para fortalecer este *campi* nos períodos anteriores, particularmente das parcerias e projetos envolvendo o Cursos de Biologia Costeira, cria-se o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Este *campus* já detinha desde 1998 um total de 04 (quatro) doutores e 04 (quatro) mestres em seu quadro docente efetivo, o que representava uma vantagem em relação aos chamados ‘grandes *campi*’ (Marabá, Santarém) que, apesar de deterem um quadro docente maior, este era pouco qualificado. Esta vantagem facilitou a criação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* no interior. Ressalta-se, porém, que o corpo docente melhor qualificado do *Campus* de Bragança ligava-se ao curso de Biologia e não foi formado a partir de concurso *público*, mas por conta do deslocamento voluntário de um grupo de professores do Centro de Biologia do *Campus* de Belém para aquela unidade.

Esta conjuntura favorável permitiu, em 1999, a criação do **Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental**, com ênfase em **Ecologia de Ecossistemas Costeiros**. Este curso trazia uma proposta de caráter multidisciplinar visando a formação de recursos humanos capazes de desenvolver estudos sobre a dinâmica dos ecossistemas costeiros e suas formas de preservação e manejo, no sentido de se construir uma visão integrada da problemática pertinente ao uso e degradação dos ecossistemas costeiros amazônicos e de seus recursos naturais⁴³.

A tabela abaixo retrata a situação do corpo docente efetivo nos *campi* em 2000 e evidencia a existência de assimetrias, fato que, aparentemente, se agravou após a execução dos projetos citados acima.

⁴³ Fonte: Site do Campus Universitário de Bragança <www.ufpa.br/braganca>..

Tabela 11 – Docentes Efetivos do 3º Grau por Unidade / Classe e Titulação - 2000

Unidade CAMPUS	Titular		Adjunto				Assistente				Auxiliar				Total				Total Geral
	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	G	E	M	D		
ABAETETUBA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	6	0	2	6	2	0	10	
ALTAMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	12	0	3	12	2	0	17	
BRAGANÇA	0	0	0	1	0	4	0	0	6	0	3	6	0	3	7	6	4	20	
CASTANHAL	0	0	0	0	0	1	0	0	7	0	8	4	0	8	4	7	1	20	
CAMETÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	0	1	2	2	0	5	
MARABÁ	0	0	0	0	1	0	0	0	6	0	9	10	0	9	10	7	0	26	
SANTARÉM	0	0	0	0	3	1	1	1	24	0	10	18	0	11	19	27	1	58	
SOURCE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3	0	3	3	1	0	7	
TOTAL GERAL DE DOCENTES DOS CAMPI														40	63	54	6	163	

Fonte: Universidade Federal do Pará (2001a)

Nota-se nela que, em relação a 1998, quando o quadro docente dos *campi* perfazia um total 121 professores efetivos, houve um acréscimo de 42 docentes no interior. Provavelmente este acréscimo deveu-se a política traçada no projeto “Revitalização da Infraestrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos *Campi* da Universidade Federal do Pará” e no III Projeto Norte de Interiorização, pois notamos que os *campi* que mais receberam docentes foram Altamira que passou de 07 para 17 docentes, Castanhal passou de 07 para 20 docentes, Marabá passou de 18 para 26 docentes e Santarém que passou de 41 para 58 docentes efetivos. O *Campus* de Bragança foi o único entre os *campi* beneficiados por estes programas que não recebeu investimento em termos de docentes, passando de 19 para 20 docentes.

Enquanto houve aumento significativo no quadro docente dos *campi* beneficiados pelas ações estratégicas previstas nos projetos citados acima, os demais *campi* (não diretamente atingidos pelas ações destas políticas) tiveram um aumento irrisório no número de professores. Deste modo o *Campus* de Soure aumentou de 03 para 07 professores em seu quadro; o *Campus* de Cametá viu seu quadro docente passar de 02 para 05 professores efetivos e o *Campus* de Abaetetuba teve um pequeno acréscimo em seu quadro, passando de 07 para 10 professores.

3.1.4 - 4ª Fase – de 2000 a 2003

Esta fase é importantíssima para o estudo que ora empreendemos, pois é a partir daqui que se inicia a política de gestão acadêmica denominada *Universidade Multicampi* na UFPA. Tal política começa a ser gestada ainda na fase anterior, mas

começa a se concretizar com a elaboração do **PDI UFPA - 2001-2010**, legalmente instituído pela **Resolução CONSUN nº 604/2002**, no qual são traçadas as principais diretrizes do modelo de gestão *multicampi*, do qual nos ocuparemos mais adiante.

A situação do quadro docente dos *campi* no início do novo século (2000) era tão grave que estava comprometendo a qualidade dos cursos ofertados nestes locais, conforme apresentamos na 3ª Fase. Por conta disso a administração superior foi obrigada mais uma vez a recorrer ao Governo do Estado para conseguir financiamento para manter seu Programa de Interiorização.

Deste modo encaminhou ao governador do Estado o **Ofício GR nº 160/2000**, de 22 de fevereiro de 2000, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000c) no qual explicitava a situação do Programa de Interiorização da UFPA naquele momento e solicitava apoio financeiro para o mesmo. Apoio que deveria concretizar-se, entre outras ações, por meio do pagamento de ‘bolsa-auxílio’ aos docentes que precisavam deslocar-se entre os *campi* e núcleos para conseguir dar conta da oferta de disciplina nos diversos locais onde a UFPA estava instalada.

No ofício citado encontra-se disposta a seguinte proposta:

Para continuar atuando com mais eficiência na solução destes problemas, solicitamos de Vossa Senhoria as seguintes parcerias:

1. Financiamento das bolsas dos professores dos cursos intervalares ainda em funcionamento, de responsabilidade da Universidade, até seu progressivo esgotamento em 05 anos. Para este ano teríamos a necessidade de R\$ 1.200.000.
2. Financiamento de 100 alunos do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância, perfazendo R\$ 100 mil no ano.
3. Implantação das Licenciaturas em Física, Química, História, Geografia e Ciências Sociais no *Campus* de Santarém, de Física, Química, Biologia, História, Geografia e Ciências Sociais no *Campus* de Marabá, e de Química e Biologia no *Campus* de Altamira, de modo permanente, completando a rede de Licenciaturas no Estado. O Estado financiaria a contratação de professores até o repasse de vagas do MEC para a UFPA, assim como a infraestrutura laboratorial mínima necessária. Para o ano de 2001 envolveria R\$ 1.200.000,00 na contratação de professores e R\$ 350 mil em equipamentos de laboratório em 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000c).

O encaminhamento deste ofício gerou o Processo 2000/32014, de 22/02/2000, do Governo do Estado a fim de averiguar a possibilidade de apoio do Estado ao Programa de Interiorização da UFPA. Porém o convênio com o Estado somente foi assinado em 2001.

O marco institucional inicial desta fase é o surgimento de um instrumento legal que iria auxiliar na institucionalização e consolidação dos *campi* do interior da UFPA, pois, apesar do aparente interesse da administração superior da UFPA em consolidar tais

campi, é somente no ano 2000 (15 anos após a criação dos mesmos pela **Resolução CONSUN nº 549/85**) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1985) que é homologada pelo Conselho Superior de Administração (CONSAD) a **Resolução nº 1.111, de 28 de fevereiro de 2000**, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f) também conhecida como ‘Resolução de Autonomia dos *Campi*’, a qual dispunha “sobre a Administração Acadêmica dos *Campi* da Universidade Federal do Pará”, em caráter provisório⁴⁴ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f). Nesta resolução, há um artigo relativo à questão da composição dos quadros de docentes efetivos para os *campi*, no qual se lê:

Art. 3º. Os docentes e técnico-administrativos admitidos por concurso público para o *Campus*, ou que nele solicitarem lotação, passam a integrar o quadro de servidores do *Campus*.

Parágrafo Único – Os docentes serão lotados nos *campi* vinculados acadêmica e pedagogicamente aos cursos nos quais desempenham suas atividades (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f).

A análise desta resolução nos leva a concluir que a instituição permitia uma autonomia relativa aos *campi* do interior, mesmo que parcial, pois não dispunha sobre a autonomia financeira destas unidades. Em relação ao aspecto acadêmico, o documento equipara os *campi* aos Núcleos de Integração “submetendo-se a todas as normas institucionais pertinentes a essas Unidades” e prevê a possibilidade de criação de novos cursos, além de definir questões relativas à gestão administrativa destas unidades acadêmicas, tais como: eleição para Coordenador de *Campus*; criação dos Colegiados de Cursos, eleição para Coordenador de Colegiado e criação dos Conselhos Deliberativos dos *Campi*.

Ressalte-se, porém, que este instrumento legal não assegurou a participação de representantes dos *campi* nos Conselhos Deliberativos Superiores, precarizando, assim, a participação dos *campi* no processo decisório da UFPA e, conseqüentemente, sua participação efetiva na construção dos processos político-acadêmicos que norteavam as ações desta organização naquele momento.

A institucionalização dos elementos administrativos citados acima significou realmente um avanço rumo à autonomia acadêmica dos *campi*, pois a criação de Colegiados de Cursos no interior significava, em tese, o fim da dependência dos Centros, Departamentos e Colegiados de Cursos da capital no que se refere à oferta de cursos e novas turmas para o interior, além de significar avanços no que se refere à

⁴⁴ Teria validade até a promulgação dos novos Estatuto e Regimento da UFPA, pois no Estatuto em vigência a época (de 1979) a existência dos *campi* não era prevista.

política de composição do corpo docente destas unidades, uma vez que a partir daí os *campi* precisariam compor seus próprios quadros docentes, inclusive sendo contemplados com vagas na Matriz de Distribuição de Vagas docente da UFPA.

Em que pese os avanços que a supracitada resolução trouxe aos *campi* do interior, aponta-se que a implementação da mesma tornou evidente os diversos problemas que estes enfrentavam, alguns diretamente relacionados às políticas de composição dos quadros docentes para os *campi* do interior adotados nas fases anteriores. Os problemas evidenciados pela implementação da Resolução CONSAD 1.111/2000, são assim descritos por Freitas (2005)⁴⁵

A par disto, a Resolução nº 1.111, do Consad, de 28 de fevereiro de 2000, aparentemente um instrumento de agilização e melhoria das condições de exequibilidade acadêmica e administrativa dos *Campi* do Interior, trouxe à evidência contradições que passaram a reclamar soluções urgentes, na medida em que a suposta autonomia conferida àquelas unidades deixou às escâncaras a incapacidade financeira da IES em suportá-las, vez que, **sem orçamentos próprios e sem quadros docente e técnico-administrativo necessário** afigurou-se, desde logo, a inocuidade do proposto na mencionada resolução. Essas contradições afetaram muito a administração dos *Campi* do Interior e repercutiram negativamente na resolução de questões e no encaminhamento de problemas cuja competência está regimentalmente reservada aos Conselhos Superiores da Instituição (FREITAS, 2005, p. 22-23) (Grifos da autora).

No ano de promulgação da Resolução CONSAD nº 1.111/2000 os *campi* do interior contavam com um quadro docente estruturado conforme explicitado abaixo.

Tabela 12 – Docentes Efetivos do 3º Grau por Unidade / Classe e Titulação - 2000

Unidade CAMPUS	Titular		Adjunto				Assistente				Auxiliar			Total				Total Geral
	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	G	E	M	D	
ABAETETUBA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	6	0	2	6	2	0	10
ALTAMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	12	0	3	12	2	0	17
BRAGANÇA	0	0	0	1	0	4	0	0	6	0	3	6	0	3	7	6	4	20
CASTANHAL	0	0	0	0	0	1	0	0	7	0	8	4	0	8	4	7	1	20
CAMETÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	0	1	2	2	0	05
MARABÁ	0	0	0	0	1	0	0	0	6	0	9	10	0	9	10	7	0	26
SANTARÉM	0	0	0	0	3	1	1	1	24	0	10	18	0	11	19	27	1	58
SOURE	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3	0	3	3	1	0	07
TOTAL GERAL DE DOCENTES DOS CAMPI														40	63	54	6	163

Fonte: Universidade Federal do Pará (2001a)

⁴⁵ Vice-Reitora da UFPA no período de gestão 2001-2005 atuou como Coordenadora da Universidade Multicampi sendo responsável pelas ações relativas aos *campi* do interior.

Observe-se que os dados tabulados na tabela acima refletem o resultado das políticas empreendidas pela UFPA ao longo do período anterior, havendo um acréscimo significativo (42 novos docentes) no quadro geral de docente dos *campi*, passando de 121 (em 1998) para 163 naquele ano. Mas se percebe a disparidade existente entre o corpo docente de cada *campi*, pois os chamados “grandes” *campi* (Bragança, Marabá, Santarém e agora Altamira e Castanhal) conjuntamente receberam 35 novos docentes e os “pequenos” (Abaetetuba, Cametá e Soure) receberam juntos apenas 9 professores.

Os problemas oriundos da implementação da Resolução CONSAD nº 1.111/2000, traduziam-se principalmente na escassez de docentes para dar conta dos cursos permanentes dos *campi*, uma vez que em alguns deles havia cursos sem colegiado formado e/ou com pouquíssimos professores integrando o colegiado, e isto dificultava sobremaneira a oferta das disciplinas durante os semestres, ficando algumas turmas sem aulas durante um semestre inteiro, pois os departamentos do *campus-sede* deixaram de apoiar os cursos do interior.

A situação descrita acima é ilustrada no **Ofício Cabra/Coord. nº 03/2000**, de 15 de março de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000b), encaminhado pelo Coordenador do *Campus* de Bragança (Prof. Horácio Schneider) ao Pró-reitor de Planejamento da UFPA (com cópia para o Magnífico Reitor), transcrito abaixo:

Exm.º Sr. Pró-reitor de Planejamento da UFPA,
 Como é do conhecimento de V. S.ª o *Campus* de Bragança tem apenas três professores para o Curso de Letras. É humanamente impossível levar um curso com este reduzido número de docentes. **Com a autonomia dos Campi os departamentos da sede deixaram de se preocupar com os cursos regulares.** Esta situação é perfeitamente compreensível já que os *Campi* agora são autônomos. Entretanto o processo deveria ser gradual, já que a retirada instantânea do apoio deixa os *Campi* em situação delicada. Aliás, delicado em um termo suave, pois o Curso de Letras de Bragança está em situação desesperadora. Precisamos urgentemente de professores de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa. Recentemente (antes da autonomia) o Departamento de Métodos e Técnicas e Orientação de Educação realizou seleção de Prof. Substituto de Prática de Ensino em Português para o Campus de Bragança. Foram aprovados dois candidatos: Francisco Aurení de A. Mendes (3,75 – Regular) e João Beneilson M. Gatinho (3,50 – Regular). Em função da situação crítica do Curso, entrei em contato telefônico com ambos os professores para consultá-los sobre as disciplinas que poderiam assumir. O segundo colocado poderá assumir Prática de Ensino, Língua Portuguesa e Língua Inglesa, enquanto que o primeiro poderia trabalhar com Língua Portuguesa e Prática de Ensino. Ocorre que o Departamento alega que o *Campus* solicitou apenas uma vaga e, portanto a segunda vaga seria usada para a capital. Tendo em vista a situação dramática do Curso de Letras, solicito a V.S.ª **contratação imediata** (para começar na próxima segunda-feira) dos dois aprovados no concurso para o *Campus* de Bragança. **Enfatizo que a contratação do segundo colocado é vital** para o *Campus*, pois irá resolver o problema de três disciplinas do Curso de Letras nas diferentes turmas do curso em Bragança e Capitão Poço (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000b).

Situações semelhantes também são experimentadas por outros *campi*, conforme se verifica ao examinarmos o **Ofício 134/2000-CUBT**⁴⁶, de 23 de março de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000e) encaminhado pelo coordenador do *Campus* (Prof. Adelino Ferranti) ao Magnífico Reitor. Neste ofício o Coordenador expõe ao Reitor a situação da administração do *Campus* quanto a implementação da Resolução 1.111/2000 e, após a explanação das ações, alerta que ainda existem:

Muitas dúvidas, muito a aprender, muito a construir e a receber. **Só não podemos ficar órfãos dos Centros, Colegiados, Pró-reitorias etc., pois sozinhos sabemos que seremos rebaixados para a exclusão.**

Quem nomeia os coordenadores dos Colegiados e Centros e do Conselho e quem paga os primeiros? São dúvidas que solicito a Vossa Magnificência esclarecer. Se for de vossa competência, solicito a nomeação dos escolhidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000e).

No documento, o Coordenador sugere, ainda, uma reunião com a administração superior para dirimir as principais dúvidas levantadas no ofício quanto a condução da autonomia dos *campi*:

Sugiro uma reunião da administração Superior com coordenadores, diretores de Centro e outros para resolvermos as dúvidas e mesmo conhecer nossos limites e vãos, resoluções, portarias, leis que não possuímos nos *Campi* e que não podemos desconhecer etc etc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000e).

O envio de correspondências deste teor à administração superior da UFPA denota que o pessoal dos *campi* sentia-se bastante inseguro em implementar nesses espaços as ações previstas na Resolução CONSAD 1.111/2000, e, assim, apelavam para a Reitoria no sentido de buscar auxílio para dirimir as dúvidas e também para garantir que a Pró-reitorias e os Centros da capital continuassem dando-lhes o apoio necessário para executar as atividades que agora lhes era exigida.

Em resposta, a Reitoria, atendendo a sugestão do coordenador do *Campus* de Abaetetuba, agendou reunião a fim de tratar das questões levantadas no ofício transcrito acima, como atesta o **Ofício GR 290/2000**, de 31 de março de 2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000d) encaminhado pelo Reitor aos coordenadores de *campi*, no qual agendava reunião a ocorrer na SEGE no dia 07 de abril “para tratar dos assuntos referidos no Ofício 134/2000-CUBT”, o qual havia sido encaminhado aos coordenadores anteriormente; neste documento também são convocados os coordenadores dos cursos ministrados no interior para estarem presentes na reunião.

Situações semelhantes às descritas nos ofícios acima agravaram-se tanto que

⁴⁶ Campus Universitário de Abaetetuba.

ainda no final do ano 2000, a comunidade acadêmica dos diversos *campi* do interior reuniu-se, e com o apoio da ADUFPA e do Diretório Central dos Estudantes da UFPA (DCE), organizou o **Encontro 2000 de Interiorização** “Educação Direito de todos e dever do Estado”, ou **Grito da Interiorização 2000**, com a finalidade de pressionar a Administração Superior da UFPA a agir no sentido de resolver os problemas dos *campi*, particularmente aqueles relacionados à falta de professores nos diversos cursos.

Este evento ocorreu no período de 13 a 15 de dezembro de 2000 e contou com a participação de estudantes, professores e técnicos de todos os *campi* do interior. Entre as principais reivindicações, conforme depoimento de um delegado discente do *Campus* de Soure⁴⁷, constavam: 1) realização de concursos para docentes para garantir a formação dos colegiados dos cursos ofertados em regime permanente no interior; 2) melhoria das condições de infraestrutura dos *campi*, tal como construção ou melhoria das bibliotecas, aquisição de acervo bibliográfico, construção de salas de aulas, etc; e c) oferta de novos cursos no interior.

No primeiro semestre de 2001 o governo federal apresentou propostas às IFES de liberação de algumas vagas para contratação de professores efetivos do 3º grau. Tal proposta foi concretizada por meio da Portaria MPOG nº 163, de 02 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001d) e das Portarias MEC nº 1.724⁴⁸, de 03 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001b) e nº 1.890, de 06 de setembro 2001 (BRASIL, 2001c), mas antes mesmo da oficialização da liberação dessas vagas a UFPA organizou a distribuição entre suas unidades das possíveis vagas a serem liberadas.

Desse modo, das 56 vagas previstas para UFPA, a administração superior deliberou fazer a distribuição baseada nos seguintes critérios sugeridos pela PROPLAN através do **Ofício Circular nº 012/2001 - PROPLAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001e)** encaminhado aos Dirigentes dessa IFES: “1) Interior – Garantir 50% do quadro efetivo para os *Campi*; 2) Cursos Novos – Garantir 50% do quadro para cursos novos; 3) Pós-graduação – Promover expansão da Pós-graduação *stricto sensu*, alocando-se 20% das vagas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001e). Também esclarecem que a alocação das vagas baseou-se no “produto da relação Aluno/Docente pela nota do curso” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001e).

O **Ofício Circular nº 013/2001 – PROPLAN**, de 22 de junho de 2001,

⁴⁷ Depoimento do Sr. Waldeci P. Miranda, estudante do Curso de Pedagogia – Turma 2000 - e delegado discente no Encontro 2000 de Interiorização.

⁴⁸ O Governo Federal, por meio destas portarias, liberou um total de 2.000 vagas para a realização de concursos e nomeação de professores efetivos do 3º Grau para as IFES, em 2001.

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001f) encaminhado aos Coordenadores de *Campi*, explica o critério de distribuição das 44 vagas destinadas a estes e propõe que tais critérios também sejam observados na distribuição internas das vagas entre os colegiados, conforme explicitam os trechos transcritos abaixo:

Informamos que as vagas destinam-se a Concursos para Prof. Assistente ou Adjunto, conforme sejam destinadas para Graduação ou Pós-graduação, respectivamente.

As vagas foram alocadas de forma a minimizar as mais severas carências de docentes efetivos nos Cursos ofertados, tomando por base o número de alunos matriculados. Dessa forma recomendamos observar este critério quando na distribuição das vagas no seu *Campus* procurando promover o equilíbrio do número de docentes entre os cursos ofertados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001cf).

O ofício citado acima trazia como anexo o quadro de distribuição das vagas entre os *campi*, no qual se pode observar como tais vagas foram distribuídas entre as unidades acadêmicas:

Tabela 13 - Distribuição de Vagas Docentes entre os *Campi* do Interior em 2001

<i>Campus</i>	Vagas
Abaetetuba	4
Altamira	4
Bragança	6
Breves	3
Cametá	6
Castanhal	8
Marabá	8
Santarém	3
Soure	2

Fonte: Universidade Federal do Pará (2001f)

A realização dos concursos para as vagas de docentes do 3º Grau previstas nas portarias citadas acima somente pode ser realizado em 2002, pois dependia de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Deste modo encerrou-se a gestão e a operacionalização deste processo foi repassada para a próxima gestão da UFPA.

A partir de meados do ano de 2001 o governo da UFPA foi renovado, sendo empossado como Reitor o professor Alex Bolonha Fiúza de Melo para gerir a universidade no quadriênio 2001-2005⁴⁹. Os meses iniciais do seu governo foram basicamente utilizados para concluir ações pendentes deixadas pela administração anterior e uma delas foi dar prosseguimento ao concurso relativo as 56 vagas disponibilizadas pelo MEC no semestre anterior.

A distribuição das vagas previstas para a UFPA foi bastante polêmica e

⁴⁹ O primeiro mandato do Reitor Alex Fiúza de Melo iniciou em julho de 2001 e estendeu-se até julho de 2005.

elemento de discórdia entre a administração superior e os coordenadores de *campi*. Ocorre que a distribuição das 56 vagas liberadas pelo MEC para a UFPA havia sido realizada na gestão anterior (11 vagas para a pós-graduação do *Campus* do Guamá, 44 vagas para os *campi* do interior e 01 vaga para atender determinação judicial) e a nova gestão entendeu que deveria reorganizar esta distribuição e retirar duas vagas dos *campi* em favor de novos cursos na capital.

Para isto o Reitor convocou uma reunião de dirigentes, ocorrida no dia 26/09/01, para discutir a redistribuição das vagas, mas não houve acordo entre os coordenadores quanto a cessão das vagas. Entretanto, mesmo diante do impasse, a Administração Superior, através do **Ofício Circular PROPLAN nº 05/2001** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001d), realizou a redistribuição retirando as duas vagas do *Campus* de Castanhal em troca da possibilidade de transferência de 03 professores do Departamento de Educação Física para o curso de Educação Física de Castanhal. Esta ação obrigou o Coordenador do *Campus* de Castanhal⁵⁰ a manifestar-se, por meio do **Ofício Circular nº 007/01 – CCt, de 01 de outubro de 2001** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001c), repudiando a decisão unilateral da Reitoria e manifestando a não aceitação da proposta e sua insatisfação diante da mesma e argumentando nos seguintes termos:

Ocorre que a Coordenação deste *Campus* foi surpreendida com a veiculação na Rede, através da *Home Page* da PROPLAN, do **Ofício Circular nº 5/2001**, que traz em anexo o **Resumo das Deliberações** da reunião dos dirigentes ocorrida no dia 26/09/01, onde aparece uma redistribuição de vagas em que este *Campus* em vez de 08 conta com apenas 06 vagas. No item 04 do mesmo anexo, lê-se algo que de fato não ocorreu: “Os coordenadores dos *Campi*, reuniram-se separadamente e **decidiram que as duas vagas a serem reduzidas do interior devem ser retiradas do Campus de Castanhal**”. Os Coordenadores jamais decidiram isso na citada reunião. E o que é pior, esse **equivoco** foi divulgado na Internet, sem que a PROPLAN apresentasse ao *Campus* de Castanhal nenhuma posição oficial sobre a possível alternativa, pensada, repita-se, após a decisão dos Coordenadores de não ceder vagas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001c).

O Coordenador finaliza o texto manifestando sua indignação diante da decisão da Reitoria e reafirmando o seu compromisso “com o fortalecimento das Unidades de Ensino Superior da UFPA radicadas no interior do Estado” e conclui expressando que:

A comunidade universitária desta Unidade de Ensino Superior espera que, após os devidos esclarecimentos, a Administração Superior da UFPA, através da Pró-Reitoria de Planejamento possa reparar tal equívoco e não legitimar tal injustiça (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001c).

Convocados novamente a negociar, o Coordenador do *Campus* de Breves

⁵⁰ Prof. Adriano Sales dos Santos Silva

acabou cedendo duas de suas vagas em troca de mais vagas nas próximas distribuições a serem realizadas no futuro, ação que até onde conseguimos averiguar não se efetivou, posto que Breves somente recebeu uma (01) vaga em 2004 e três (03) vagas entre 2005 e 2007.

Logo no início de sua gestão o novo Reitor (gestão 2001-2005) e sua equipe de Pró-reitores, balizados sobre o ideal da Reforma Administrativa, lançaram a proposta de fazer um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A partir desta iniciativa a Reitoria articulou-se para levar a diante a ideia de elaborar um “Plano [de desenvolvimento] Estratégico Institucional de médio e longo prazos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e). Este plano trouxe em seu bojo “o Plano de Gestão da atual Administração”. O texto de Apresentação anuncia o objetivo do PDI de construir uma nova visão da universidade:

Celebra-se, ademais, a construção de uma universidade *multicampi*, verdadeira universidade-rede – certamente uma das mais importantes conquistas da trajetória histórica da UFPA – mercê das adversidades e distâncias de espaço geográfico de sua atuação, fato que não a impede de perseguir o objetivo de firmar-se como referência nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.13)

A elaboração e aprovação deste PDI arrastou-se de 2001 ao final de 2002, quando foi finalmente aprovado por meio da **Resolução CONSUN nº 604/2002**, de 21 de novembro de 2002. Enquanto instrumento norteador da gestão da UFPA para a década, o PDI traçou as principais linhas de ação a serem seguidas pelos administradores dessa organização educacional no sentido de garantir o cumprimento de sua missão institucional. Nele volta-se a referenciar o desenvolvimento estratégico organizacional dos *campi* a partir de uma relação direta com as áreas de conhecimento ligadas às chamadas ‘vocações regionais’, ou, em outros termos, vocações econômicas regionais.

Assim, mais uma vez, na história da organização, um plano de desenvolvimento é elaborado no sentido de atender as demandas do mercado, inclusive as principais áreas com possibilidade de exploração comercial são privilegiadas e utilizadas como justificativa para a oferta de novos cursos. Com isso, privilegiam-se ainda mais áreas como mineração, metalurgia, energia, agronegócios, pecuária, agronomia, pesca e aquicultura, produção, novos materiais, biogenética e geologia. Acreditamos que, a partir da elaboração deste plano estratégico de desenvolvimento institucional, a UFPA, por meio da ação de seus gestores, aprofundou mais o discurso

da expansão para o interior referenciada sobre a noção de *vocação regional*.

Este conceito se conecta às teorias do desenvolvimento regional ou teorias regionalistas que buscam explicar o desenvolvimento econômico das regiões a partir da existência de vantagens competitivas (MYRDAL, 1957, apud. BENITEZ, 2001) traduzidas na existência de elementos capazes de atrair o grande capital, tais como a existência de minérios, estradas ou portos, mão de obra barata ou mais qualificada, matéria-prima abundante e barata, terras férteis, enfim qualquer elemento que possa atrair e garantir a reprodução do capital. Também se conecta as mais recentes teorias do desenvolvimento regional, tal como a teoria do desenvolvimento endógeno, que também percebe o desenvolvimento econômico como fruto da relação entre as vocações econômicas locais e as competências dos atores sociais em explorar economicamente tais vocações.

Autores como Silva Filho e Carvalho (2001) afirmam que, para que haja o crescimento endógeno de determinada região é necessário eliminar “a tendência de retornos decrescentes do capital”, sendo que para isto são necessários a presença de alguns fatores, conforme descrito no trecho abaixo:

Neste sentido, fatores como inovação tecnológica endógena (que surgem como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (ou seja, o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico. (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001, p. 471)

Deste modo, a decisão de ofertar cursos, prioritariamente, nos *campi* localizados em regiões portadoras de vocações econômicas e em áreas que propiciem a exploração econômica dos recursos disponível naquelas regiões - por meio da criação de mão de obra qualificada através das ações de ensino e de conhecimento científico pertinente por meio da pesquisa - constituiu-se, no nosso entender, na principal política acadêmica estratégica de expansão da UFPA no período em análise e, portanto, a adoção desta política foi um dos fatores que interferiu na composição dos quadros docente efetivo de suas unidades regionais.

Deduziu-se isto ao analisar-se os principais documentos organizacionais, configurados nas legislações, planos e programas, elaborados por esta universidade federal a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA 2001-2010 e os discursos de seus gestores máximos no interstício 2001-2010. Na visão do informantes **GM-B1**, a distribuição de vagas para docentes entre os *campi*

universitários ao longo de sua gestão atrelou-se também as nominadas vocações regionais, conforme atesta o trecho abaixo:

Havia. Primeiro havia o critério geral de que a universidade deveria se pensar a partir do conjunto: *multicampi*. O segundo critério é que nós temos [...], teríamos que **pensar as prioridades em cada microrregião, em cada local em função das vantagens comparativas e das tendências econômicas locais.** (....). E havia uma estratégia de planejamento que estava focada na criação de fóruns coletivos com a presença de todos os dirigentes, representando as suas comunidades pra pactuação desse planejamento⁵¹ (Informante GM-B, entrevista realizada em 06/05/11) (Grifos da autora).

Este informante completa o discurso acima esclarecendo ainda mais a visão das vocações locais na construção da política de expansão da UFPA, a partir do elemento quadro docente, nos seguintes termos:

Então, nestes fori, nos fomos construindo, pouco a pouco, todas as diretrizes de planejamento, **com os critérios pra esta distribuição, calcado na ideia de universidade *multicampi*, calcado nas vocações locais e econômicas e, em função disso, calcado nos conceitos das prioridades.** É por isso que hoje, por exemplo, você tem em Marabá Geologia, Marabá que é uma província mineral – a mais importante do estado – você tem lá investimentos em Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia de Materiais, Química, Física etc. É por isto que tem, hoje, em Bragança, que é [...] uma cidade que tá na beira do mar, que tem um rio e que tem o maior mangue da América do Sul, que lá nós temos [...] Biologia Ambiental e Marinha, Engenharia de Pesca e assim por diante. É por isso que numa zona [...]de... floresta como Altamira, né, nós temos hoje uma Engenharia Florestal e temos Engenharia Agrônômica. Por isso que em Tucuruí, que é um polo de produção de energia e assim por diante, onde temos uma grande hidrelétrica, lá nós.... e que tem problemas ambientais no entorno, nós construímos Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Ambiental, né. Castanhal, que está ligado a um polo produtor de gado, [...] Medicina Veterinária, Zootecnia e assim por diante, ou seja: **toda a expansão para o interior foi calcada numa visão de desenvolvimento econômico e social, de vocação local, com planejamento pactuado entre os coordenadores, dentro de um espírito de interiorização em que tudo era considerado importante em função do contexto de cada local** (Informante GM-B1-Entrevista realizada no dia 06/05/11) (Grifos da autora).

Além das áreas do conhecimento relacionadas às vocações econômicas regionais havia outras, como cultura, linguagem, história, artes e bem estar social, apontadas como estratégicas para o desenvolvimento amazônico, porém, nos projetos e programas de desenvolvimento e expansão da oferta de ensino superior propostos ao longo da década por esta universidade federal, principalmente aqueles voltados para os seus *campi* do interior, percebe-se que os *campi* localizados em regiões dotadas de ‘vocações’ relacionadas às áreas citadas no parágrafo anterior foram melhor aquinhoados na partilha dos recursos, tanto financeiros como humanos.

⁵¹ Resposta a questão número 2 do Roteiro de Entrevista aos Gestores Máximos : 2 – **Havia alguma política específica da administração superior para compor o quadro docente dos *campi* do interior? Se sim, qual?**

A UFPA, no processo de tomada de decisão que culminou na adoção da política de expansão balizada sobre as vocações econômicas regionais, agiu enquanto organização que cogita e almeja firmar-se no mundo contemporâneo do capital e com necessidade de caminhar em sintonia com as demandas do mercado e da sociedade. A forma como realizou esta tarefa foi investindo incisivamente nas unidades detentoras de ‘vocações’ em detrimento daquelas desprovidas das tais ‘vocações’ ou que ainda não tem suas ‘vocações’ exploradas pelo grande capital. Nesse sentido, seguiu uma lógica de adequação com interesses e pressões que partem de segmentos do sistema político e econômico. E essa lógica oferece resistência a qualquer ruptura.

Outro fato importante do ponto de vista da administração organizacional ocorrido em 2001, foi a criação do *Campus* Universitário de Breves a partir do desmembramento do *Campus* Universitário do Marajó, que era formado pelos Núcleos de Breves e Soure. Esta ação era demanda antiga do Núcleo de Breves e coadunava fatores políticos e administrativos. Esta ação foi deliberada na Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do *Campus* Universitário do Marajó, ocorrida no Núcleo de Soure, e foi uma ação decidida conforme os termos da **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do *Campus* Universitário do Marajó – Núcleos de Breves e Soure**, realizada em 30 de agosto de 2001, transcritos abaixo:

Com relação ao desmembramento do *Campus* Universitário do Marajó, diante de fatos como: o Núcleo de Breves já possui curso regular de Pedagogia, o que obrigatoriamente o torna *Campus*; possui orçamento próprio totalmente desmembrado de Soure; há interesses políticos e culturais visivelmente diferenciados; existe dificuldade de transporte entre os Núcleos; o Conselho de *Campus* votou em favor de encaminhar a Reitoria a comunicação de que a partir desta data não mais se justifica a existência de um *campus* com dois núcleos, considerando o Núcleo de Breves, *Campus*. (UNIVERSIDADE FEDERA DO PARÁ, 2001b)

Esta ação foi ratificada pela administração superior da UFPA naquele mesmo ano e, a partir de então, passou a existir mais uma unidade acadêmica regional: o *Campus* Universitário de Breves. Tal *campus* nasceu com sérios problemas, uma vez que apesar do mesmo já dispor do curso regular permanente de Pedagogia, este não dispunha de quadro docente, pois até então o curso funcionava com professores do quadro docente efetivo do *Campus* Universitário do Marajó, o qual a partir do desmembramento passou a constituir o quadro docente do *Campus* Universitário de Soure, ficando o *Campus* de Breves sem nenhum professor.

A criação do *Campus* Universitário de Breves foi fruto da ação decisória dos gestores da UFPA, porém também parece ter se relacionado aos interesses da população

dos municípios da microrregião dos Furos de Breves, grandemente afetados pelas dificuldades de se deslocarem daquela região para a microrregião do Arari onde estava sediado o então *Campus* Universitário do Marajó – Núcleos de Soure e Breves, numa logística de transporte que incluía uma viagem de barco ou navio de até 12 horas até Belém e depois outra viagem (em navio) de, pelo menos, mais 4 horas até Soure.

Em nossa visão a decisão de desmembrar o *Campus* do Marajó em dois *campi* foi acertada, apesar dos problemas que acarretou à administração desta organização, uma vez que a criação de um novo *campus* na mesorregião do Marajó obrigou a UFPA a desenvolver estratégias para dar conta da oferta de educação superior naquele espaço, numa ação acadêmica para além daquilo que vinha fazendo até ali, ou seja, apenas a oferta de um curso (Pedagogia).

Deve-se reconhecer, também, que mesmo tendo permanecido durante vários anos com um quadro docente efetivo inexpressivo para dar conta do seu único curso permanente e ofertando quase que exclusivamente cursos intervalares, esta unidade regional conseguiu atender significativamente a demanda daquela região, pois entre 2004 e 2010 conseguiu ofertar 940 vagas em 06 cursos (Pedagogia, Letras – Hab. Língua Portuguesa, Ciências Naturais (Licenciatura), Serviço Social, Ciências Sociais e Matemática).

Um dos primeiros projetos elaborados pela nova equipe de gestão da UFPA para os *campi* do interior foi o **Programa de Melhoria da Oferta dos Cursos de Graduação no Interior do Estado do Pará** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001g), este programa foi elaborado em 2001, ainda no âmbito do III PNI, com a finalidade de dar condições objetivas de funcionamento dos cursos de graduação nos *campi*. Entre os principais objetivos constavam:

O objetivo geral do [...] projeto é **aprimorar as condições de oferta dos cursos de graduação nos *campi* da UFPA**, visando o desenvolvimento econômico e sociocultural do estado, mediante a projetos inovadores que requerem para seus fins:

- incentivar a implementação de currículos que tenham no rigor científico e na flexibilidade curricular seus eixos norteadores;
- **modernizar a infraestrutura acadêmica dos cursos de graduação através da implantação e/ou ampliação de laboratórios, aquisição de acervo bibliográfico, de recursos audiovisuais e de softwares;**
- superar deficiências identificadas nos processos de avaliação dos cursos de graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001g, p. 5).

Neste projeto consta ainda o discurso segundo o qual “o cenário atual da política de interiorização requer a parceria com o setor produtivo como estratégia de fortalecimento institucional e desenvolvimento regional” (UNIVERSIDADE

FEDERAL DO PARÁ, 2000g, p. 6). Neste discurso perpassa a ideia daquilo que Santos (2010) refere como sendo a lógica de *privatização ou mercadorização* da educação superior no território nacional, numa ação que impele as universidades públicas a buscarem parcerias com o setor produtivo no sentido de que estes possam financiar as suas ações acadêmicas, porém, em contrapartida, as universidades devem ofertar aqueles cursos que interessam ao setor produtivo. A política de interiorização/expansão desta IES no território paraense, por conta das restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, pautava-se naquele momento sobre a “venda” dos “cursos de contrato” às prefeituras e ao Estado financiados pelos recursos do FUNDEF, como bem retrata Silva (2007).

Na história da Interiorização da UFPA e no processo de consolidação do modelo de gestão *multicampi* nesta IFES, um fato interessante foi a criação do “Fórum Permanente dos Coordenadores de *Campi* do Interior”, como previsto no Eixo Estruturante Universidade *Multicampi* do PDI-UFPA, item 1.2.1, que propunha: “criar e implementar um fórum permanente, de caráter propositivo, formado pelas administração superior e intermediária para planejamento das ações institucionais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 73)

Assim, no sentido de concretizar esta ação estratégica, nos dias **12 e 13 de dezembro de 2002** ocorreu, em Castanhal, a **I Reunião Ordinária** deste **fórum**, que ao longo de sua existência passou a constituir-se numa das principais estratégias dos dirigentes dos *campi* do interior para garantir a institucionalização e a consolidação das unidades que representam, uma vez que o Fórum de Coordenadores tornou-se uma instância colegiada de proposição (e por que não dizer de decisão), espaço privilegiado de discussão sobre os problemas afetos aos *campi* e de diálogo entre os dirigentes dos *campi* e os representantes da administração superior da UFPA, ou seja, um território político-acadêmico estratégico para a construção da política *multicampi* da UFPA.

Historicamente, este evento marca a passagem para um novo patamar da relação entre os *campi* do interior e o *campus-sede* da UFPA. Segundo Faria (2002), em reportagem para o **Jornal Beira do Rio**⁵²,

O encontro teve o apoio da administração superior da UFPA. A principal pauta do encontro foi o Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará, aprovado pelo Consun mês passado. A primeira reunião teve a participação dos coordenadores dos *campi* de Castanhal, Abaetetuba, Bragança, Santarém, Altamira, Marabá, Cametá, Breves e Soure, além do

⁵² O “Beira do Rio” é o jornal oficial da UFPA e constitui-se num veículo das informações institucionais: nele são noticiados os principais fatos e eventos ocorridos nesta organização pública. É editado mensalmente desde 1985.

Reitor Alex Fiúza Bolonha de Melo; a Vice-Reitora Marlene Freitas; o Pró-reitor de Planejamento, Francisco Matos; os diretores do Derca e do DAC/Proeg; a coordenação da Ação Comunitária/Proex, além de representantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Adufpa e do Movimento Estudantil (FARIA, 2002).

Ainda segundo Faria (2002), pela proposta original, o Fórum deveria obedecer a uma agenda bimestral, preferencialmente, e ser sediado em cada *campus*, entretanto, hoje, o Fórum de Coordenadores obedece a uma agenda semestral de reuniões. Sobre a realização e caráter do Fórum o jornalista destaca o discurso do professor Adriano Sales dos S. Silva⁵³ que afirmou, naquele momento, que o Fórum de Coordenadores: "é um espaço de debate e proposição, no sentido de assessorar as políticas institucionais, desencadeadas pela atual administração superior" (FARIA, 2002).

O jornal supracitado também informa que a primeira reunião do Fórum de Coordenadores teve como resultado concreto a formulação de um documento com propostas a serem encaminhadas à Administração Superior, destacando as principais, as quais transcrevemos abaixo:

- Promover a melhoria e modernização da gestão acadêmica e administrativa e da infraestrutura dos *campi*;
- Propor ações no sentido de equiparar o status dos Coordenadores de *Campi* a dos Diretores de Centro, inclusive com a mudança de denominação;
- Dotar de FG's os *Campi*, a partir da demandas administrativas;
- Garantir a partir da demandas de 2003 dos *Campi*, a cota mínima de 30% (trinta) das bolsas estágio;
- Avaliar a implantação de novos cursos de Graduação - regulares ou intervalares - a partir de julho de 2003 atendendo as demandas de cada região, com base no documento Universidade *Multicampi* de cada mesorregião.
- Implementação de ofertas flexíveis, temporárias ou não, na sede ou fora, a partir do 1º semestre de 2003;
- Criar e implantar programas de Pós-Graduação modulares e/ou intervalares, prioritariamente nos polos do interior, para atendimento, de forma principal, aos docentes da UFPA;
- Implementar programa de Pós-Graduação para capacitação preferencial do corpo docente e técnico-administrativo dos *campi*;
- Criar um programa de incentivo à transferência de recursos humanos da capital para o interior;
- Priorizar a contratação de pessoal (docente e técnico-administrativo) através de concurso público, a partir de matriz de necessidades, visando a consolidação de um quadro permanente de recursos humanos da UFPA nas várias localidades;
- Formular política de contratação de professores visitantes para viabilizar necessidades específicas;
- Definir prioridades para implantar laboratórios básicos nos *Campi* do interior;
- Dotar os *Campi* de estrutura física e equipamentos adequados, garantindo a sua manutenção;
- Garantir aos *campi* condições mínimas de infraestrutura para realização dos cursos lá instalados;

⁵³ Coordenador do Campus Universitário de Castanhal à época.

- Elaborar um programa de infraestrutura para os próximos 03 anos para atender prioritariamente as condições de funcionamento exigidas pelo MEC.
- Inclusão na Matriz Orçamentária de variável relacionada ao atendimento de demandas específicas de manutenção dos *campi*.
- Estabelecer novas relações institucionais entre os *campi*.
- Criar e implementar um fórum permanente, de caráter propositivo, formado pelas administrações superior e intermediária para o planejamento das ações institucionais;
- Definir projetos didático-pedagógicos para cursos permanentes e temporários, com grau elevado de compatibilização, de forma a facilitar a regência de disciplinas nos vários *campi*, bem como o trânsito de professores;
- Instituir um novo documento legal Institucional, que defina e regulamente a Universidade Multicampi;
- Criar a representatividade dos *campi* nos Conselhos Superiores da UFPA (FARIA, 2002, s.p.).

Depreende-se das reivindicações dos Coordenadores de *Campi* o desejo de garantir maior representatividade política nos círculos decisórios da UFPA, isto pode ser claramente notado ao se cotejar os itens (i) *criar e implementar um fórum permanente, de caráter propositivo, formado pelas administrações superior e intermediária para o planejamento das ações institucionais*; (ii) *criar a representatividade dos campi nos Conselhos Superiores da UFPA*; e (iii) *propor ações no sentido de equiparar o status dos Coordenadores de Campi a dos Diretores de Centro, inclusive com a mudança de denominação*;

Percebe-se que por meio dos itens (i) e (ii) os coordenadores cobravam a implementação de algumas das metas do Eixo Universidade *Multicampi* do PDI UFPA – 2001/2010. Tais metas já apontavam para uma maior participação destes na administração da organização, porém eles também granjeavam o *status* e os mesmos direitos e prerrogativas dos Diretores de Centro (item iii), o que denota a preocupação destes em, efetivamente, ter reconhecidos e instituídos os seus cargos na estrutura decisória da organização.

Em relação à política de composição dos quadros docentes para os *campi*, percebe-se que os coordenadores preocuparam-se também em garantir mais algumas metas do Eixo Universidade *Multicampi* do PDI por meio dos seguintes itens: criar um programa de incentivo à transferência de recursos humanos da capital para o interior; priorizar a contratação de pessoal (docente e técnico-administrativo) através de concurso público, a partir de matriz de necessidades, visando à consolidação de um quadro permanente de recursos humanos da UFPA nas várias localidades; formular política de contratação de professores visitantes para viabilizar necessidades específicas; avaliar a implantação de novos cursos de Graduação - regulares ou intervalares - a partir de julho de 2003 atendendo as demandas de cada região, com base no documento

Universidade *Multicampi* de cada mesorregião.

Através da análise destas propostas constata-se a preocupação dos coordenadores em pleitear a oferta de novos cursos de graduação e para os *campi*, porém mais afinados com a ideologia das tais “vocações regionais” para atender as demandas de cada região, tal como previsto no item “5.2.1.5 ofertar novos cursos de Graduação e Pós-Graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.87). Também se nota a preocupação em pleitear a implementação das linhas de ação do PDI relativa à oferta de pós-graduação *lato e stricto sensu* nos *campi*, tal como se percebe, nos itens abaixo:

1.1.3 criar e implantar programas de Pós-Graduação modulares e/ou intervalares, prioritariamente nos polos do interior, para atendimento, de forma principal, aos docentes da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.73).

.....
5.2.1.6 promover estudos visando a ampliação da oferta de vagas em cursos de Pós-Graduação nos Campi do interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 87).

Para finalizar-se a análise desta fase destacamos ainda que o Fórum de Coordenadores cobrava da administração superior da UFPA a implementação de uma ação política e legal que daria mais legitimidade aos *campi* do interior e a política *multicampi* que a organização vinha tentando implementar, ou seja, “instituir um novo arcabouço legal-institucional, que defina e regule a Universidade *Multicampi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.74). Este documento começou a ser discutido ainda em 2003, porém, somente foi aprovado no CONSUN no final de 2004, conforme veremos na próxima fase.

3.1.5 5ª Fase: 2004 a 2010

Destacam-se nesta fase os seguintes eventos que, direta ou indiretamente, contribuíram, interferiram ou influenciaram na política de composição dos quadros docentes efetivos dos *campi* do interior, a saber: a criação da Resolução de Estruturação da Universidade *Multicampi* (2004) e da Resolução de Participação dos Coordenadores de *Campi* nos Conselhos Superiores (2004); implementação da política do MEC **Programa EXPANDIR** na UFPA (2005) que resultou na expansão dos *campi* de Castanhal, Bragança, Marabá e Santarém e na criação de novos cursos nestes locais; elaboração dos Novos Estatutos e Regimento da UFPA (2006); adesão ao **Programa REUNI** na UFPA, resultando na expansão de todos os *campi*, criação de dois novos *campi* (Tucuruí e Capanema) e na oferta de novos cursos no interior a partir de 2008.

Na história do processo de expansão da UFPA, por meio do seu programa de interiorização, uma luta constante do pessoal dos *campi* ocorreu no sentido de buscar alcançar a institucionalização e a consolidação destas unidades acadêmicas nos locais onde estavam instaladas; para isto lançaram mão de várias estratégias para defender sua posição, ou melhor, para garantir sua inserção na arena da política acadêmica desta organização universitária. Entre os principais atores dos *campi* destaca-se sempre a atuação dos Coordenadores de *Campi*, os quais, como legítimos representantes e dirigentes máximos destas unidades, são os responsáveis diretos por levar as demandas e negociá-las junto à administração superior.

Deste modo, como destacado na fase anterior, estes atores passaram a organizar-se num fórum permanente com a finalidade precípua de coadunar esforços com vistas a pressionar e negociar as demandas comuns dos *campi* com os representantes da administração superior da UFPA (Reitor, Vice-reitor, Pró-reitores) os quais, por seu turno, são os principais decisores organizacionais por serem os legítimos portadores do poder nesta organização.

Entre suas principais demandas comuns, destacou-se desde a primeira reunião do Fórum de Coordenadores (em 2002), a elaboração de legislação específica para a organização da Universidade *Multicampi* em conformidade com o previsto na Estratégia 1.3 do Eixo Universidade *Multicampi* do PDI UFPA – 2001-2010, isto é: “instituir um novo arcabouço legal-institucional, que defina e regule a Universidade *Multicampi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p.74).

Entretanto, tal legislação somente é editada no final de 2004 e se concretiza por meio da **Resolução CONSEP nº 3.211/2004** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h), aprovada na 4ª Sessão Ordinária do CONSEP, ocorrida no dia 03 de novembro de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004b). Para Freitas (2005),

A Resolução nº 3.211/2004 – Consep – traduz na forma legal a natureza e os procedimentos que devem orientar o novo modelo para a Universidade *Multicampi*, estabelecendo princípios e definindo critérios para a classificação acadêmica dos *Campi* Universitários (FREITAS, 2005, p. 31).

Esta autora ressalta, ainda, quatro (4) dos princípios norteadores da Universidade *Multicampi*, expressos no Artigo 1º da aludida resolução, reproduzidos a seguir: a) oferta de ensino público, gratuito e com qualidade; b) flexibilidade curricular; c) integração com a sociedade civil e cooperação interinstitucional; d) atenção às especificidades regionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004b).

Aqui refletiremos sobre o significado dos princípios c) e d) e como os mesmos

puderam interferir no processo de oferta de cursos e na composição de quadros docentes nos *campi*. O primeiro refere-se, segundo Freitas (2005, p. 32), ao fato do programa de expansão da UFPA para o interior pressupor “um regime de cooperação com toda a sociedade civil, por intermédio das suas diversas organizações e representações, assim também com o setor produtivo e com os poderes públicos, local e regional”.

A cooperação, neste caso, traduzia-se na assinatura de convênios e contratos, cessão de mão de obra, doação ou construção de infraestrutura física etc. Quanto ao segundo, ainda segundo Freitas (2005), refere-se à necessidade desta IFES, na condução do seu programa de expansão para o interior, pautar suas ações e investimentos acadêmicos (oferta de ensino, pesquisa e extensão) considerando as especificidades regionais dos territórios nos quais os *campi* estão instalados, o que, em outras palavras, significa considerar as “vocações regionais”, como proposto no PDI UFPA – 2001/2010.

Elucidamos melhor as proposições acima ao analisar-se os termos dos Art.6º e 7º, que tratam dos critérios para a instalação de cursos nos *Campi* e Núcleos do interior. No Art. 6º lê-se que a instalação de cursos de graduação ou de pós-graduação em *Campus* ou Núcleo Universitário seria precedida de

[...] criteriosa análise das demandas loco-regionais e sempre dependerá da existência de condições mínimas de oferta referentes a instalações físicas, equipamentos, biblioteca, recursos humanos e, conforme o caso, da **existência de convênios e parcerias com instituições locais**. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h)

O supra citado artigo trazia também um Parágrafo Único que dispunha sobre a questão dos contratos e convênios com outras instituições para viabilizar a oferta de cursos de interesse destas instituições, conforme abaixo:

Parágrafo único. A UFPA poderá firmar convênios e contratos com instituições locais interessadas na realização de cursos ou outros programas acadêmicos, especificando-se os encargos e os custos respectivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h).

Os elementos contidos neste artigo reforçam o ideal das “vocações regionais” que afirmamos ter sido perverso, enquanto política acadêmica, a alguns dos *campi* do interior, pois, mais uma vez, condicionava-se a oferta de cursos no interior a critérios como “demanda loco-regionais”, condições objetivas de oferta e a existência de parcerias, por meio de contratos e convênios com instituições públicas ou privadas. Numa clara referência `aquilo que Altmann (2002) refere como sendo o papel do Estado Neoliberal, através de seus agentes: o incentivo a busca de parcerias da iniciativa privada na consecução dos objetivos das organizações públicas.

Compreendemos que a conjuntura política e econômica do país naquele momento obrigava a UFPA a recorrer a convênios e contratos como forma de garantir a oferta de cursos no interior, uma vez que o MEC disponibilizava poucas vagas para contratação de docentes efetivos e esta organização já operava no limite de sua força de trabalho. Entretanto, consideramos que a estratégia causou alguns danos e comprometeu o desenvolvimento efetivo de alguns de seus *campi*, particularmente, daqueles situados em regiões pouco dinâmicas do ponto de vista econômico e desprovidas de ‘vocações’, tais como os *Campi* Universitários de Abaetetuba e Cametá (situados na mesorregião Tocantina) e Breves e Soure (situados na Mesorregião Marajoara), regiões historicamente pouco dinâmicas, cuja economia ainda gira basicamente em torno de extrativismo animal e vegetal, agricultura (familiar) e pecuária extensiva e cujo maior empregador são as Prefeituras locais.

Assim, tais unidades foram prejudicadas por esta política, tendo-se em vista que não havia, nestes locais, instituições (públicas ou privadas) fortes o suficiente e/ou carente de mão de obra qualificada dispostas a pagar pela oferta de cursos nestes locais. Situação que, em outros polos da UFPA no interior, era diferente, pois em *Campi* como Marabá e Castanhal e Núcleos como Tucuruí, havia empresas⁵⁴ e mesmo as Prefeituras locais, que tinham interesses na oferta de determinados cursos e dispunham-se a pagar pela oferta dos mesmos naqueles locais, inclusive garantindo a construção de salas de aula, laboratórios, compra de equipamentos, pagamento de pessoal de apoio, pagamento de bolsa-trabalho para docentes etc.

Por sua vez, o Art. 7º dispunha sobre a competência quanto à avaliação das condições de oferta e quanto à decisão final sobre a oferta de cursos, sendo que as Pró-reitorias de Ensino de Graduação (PROEG) e/ou à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) eram responsáveis pela avaliação e cabia ao CONSEP a decisão sobre a implantação no *Campus* ou Núcleo.

Além do disposto nos artigos analisados acima, verificamos que, por meio dos § 1º e 2º do Art. 8º, inaugura-se uma nova modalidade de oferta de cursos através do mecanismo administrativo denominado “flexibilização de vagas”. Freitas (2005, p.35) defende a adoção deste mecanismo como uma forma de garantir a expansão de cursos e vagas no interior (comprometida pelo reduzido corpo docente), pois o mecanismo possibilitava a mobilidade dos professores “permitindo-lhes a redução da jornada a ser

⁵⁴ Vale do Rio Doce, Eletronorte e outras.

cumprida no Curso de origem para destinar o tempo remanescente de trabalho a outro *Campus* ou Núcleo”. Transcrevem-se abaixo os parágrafos citados acima:

§ 1º Para atender às demandas e necessidades oriundas das microrregiões do Estado, o Colegiado de Curso de Graduação instalado no *Campus* da capital ou do interior poderá propor ao CONSEP a redução, temporária ou não, do número de vagas ofertadas na sua sede para destiná-las aos municípios demandantes, observados os requisitos contidos nos artigos 6º e 7º desta Resolução.

§ 2º A flexibilização de vagas prevista no parágrafo anterior poderá dar-se de forma alternada ou por rodízio em relação aos cursos e aos municípios demandantes, possibilitando-se, assim, com maior equidade, o acesso ao ensino superior e à formação de quadros profissionais em todo o interior do Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h).

Nestes parágrafos se percebe que o mecanismo de flexibilização de vagas coaduna-se aos Art. 6º e 7º, sendo que as ações previstas nos parágrafos citados condicionam-se a observação dos requisitos contidos nesses artigos. Assim, a “flexibilização de vagas” foi usada como forma de expandir cursos e vagas no interior, porém sem o ônus da contratação de docentes efetivos para atuar nestes locais.

Este mecanismo foi importante pois permitiu levar para o interior cursos que, de outro modo, não poderiam ser ofertados ali por conta do reduzido corpo docente nos cursos da capital, tal como o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Música, ofertado no *Campus* de Soure em 2005. Entretanto, acreditamos que, por outro lado, foi uma política perversa para os *campi*, pois, de certo modo, dispensava a necessidade de oferta de novos cursos permanentes e, conseqüentemente, a contratação de docentes efetivos para tais unidades acadêmicas. Assim o *campus* poderia diversificar a oferta de cursos e aumentar o número de vagas e ter a impressão de efetivo crescimento, uma vez que o número de alunos significa maior participação do *campus* na matriz orçamentária, porém este crescimento era ilusório, pois, na verdade, ele mantinha efetivamente os mesmos cursos e mesmo corpo docente de que já dispunha anteriormente.

A estratégia da flexibilização de vagas foi uma forma que a organização encontrou para garantir o aumento da oferta de vagas no interior, num momento de transição política no governo federal que havia limitado a autorização de abertura de concursos para a contratação de professores efetivos e temporário, inclusive, conforme depoimento de um dos gestores da UFPA, naquele período, nem mesmos as vagas decorrentes de morte, aposentadoria ou exoneração de docentes eram repostas, como explicita o informante **GM-B2** no trecho abaixo:

[...] as vagas já não nos pertenciam, elas pertenciam ao Ministério do Planejamento. Então, a aposentadoria, a morte ou alguma coisa de um docente não nos dava a garantia de que aquela vaga seria repostas. E, com

isto, a universidade diminuiu muito a quantidade de docentes e isso, essa distribuição de vagas ela era muito complicada porque nós não tínhamos a garantia, por exemplo, de que um curso que tinha aposentado cinco (5) professores e que nós iríamos contratar cinco (5) professores (Informante GM-B2 - Entrevista realizada em 06/05/11).

Nesta fase destacamos um elemento considerado fundamental para a institucionalização dos *campi* do interior: a **Resolução CONSUN n.º 609/2004**, de 16 de novembro de 2004, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004i) que aprovou “a participação no Consun de representantes dos *campi* do interior do Estado”.

Transcrevemos abaixo o seu Artigo 1º e Parágrafo Único:

Art. 1º Fica aprovada a participação, **com direito a voto**, no Conselho Universitário (CONSUN), **de representantes docentes dos *campi* universitários** da Universidade Federal do Pará localizados no interior do Estado do Pará.

Parágrafo único. **Cada *campus* terá direito a 1 (uma) representação – titular e suplente** – com mandato de 2 (dois) anos, indicada por meio de procedimentos definidos pelo próprio *campus* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004i) (Grifos da autora).

Por meio deste instrumento legal os Coordenadores de *campi* alcançaram a almejada oportunidade de participação efetiva no processo decisório da UFPA, pois lhes foi concedido o assento com direito a voz e voto nos Conselhos Deliberativos Superiores desta organização e passaram efetivamente participar no processo de condução da política acadêmica e nas decisões que a partir dali seriam tomadas para definir os rumos desta IES.

Os passos seguintes na política de expansão da UFPA ocorreram principalmente a partir do momento que esta IES acessou os recursos de dois programas federais de expansão implementados durante o Governo Lula. As escolhas e destinos dados por esta IFES aos recursos destes programa serão explicitados e analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4 – MACROPOLÍTICAS FEDERAIS DE EXPANSÃO E POLÍTICA DE COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DOCENTE DOS CAMPI DA UFPA

Neste capítulo descreve-se como as políticas expansionistas do MEC incidiram sobre o programa de expansão da UFPA, especificamente, como as mesmas foram utilizadas pela UFPA para financiar a consolidação dos seus *campi* localizados no interior, por meio da oferta de novos cursos e contratação de docentes efetivos para estes locais, também se descreve de que maneira esta organização universitária efetuou a partilha dos recursos oriundos dos programas federais de expansão (EXPANDIR e REUNI) coadunando a implementação destas macro políticas com sua filosofia interna de expansão consubstanciada sobre as noções de *multicampismo* e *vocações regionais*.

4.1 – IMPACTO DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO MEC SOBRE A COMPOSIÇÃO DO QUADRO DOCENTE DOS CAMPI: 2001 A 2010.

A primeira macro política de expansão da educação superior via interiorização das universidades federais implementada na UFPA no período da análise foi o **Programa de Expansão da Educação Superior Pública: 2003-2003 (EXPANDIR)** (BRASIL, 2003), o qual, para esta organização universitária, significou a oportunidade de investimento em seu programa de interiorização a partir de 2005, quando propôs ao MEC o Projeto “**UFPA: uma Universidade Multicampi – Proposta para o Fortalecimento do Modelo e Abertura de Novos Cursos no Interior do Pará**” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c), cujo objetivo era a expansão dos *campi* de Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém por meio da criação de novos cursos e/ou do fortalecimento do corpo docente e infraestrutura física de cursos já existentes nestes locais.

Tal projeto foi encaminhado ao Secretário de Educação Superior/SESu-MEC⁵⁵ através do **Ofício GR 192/2005**, de 22 de fevereiro de 2005 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005b). No texto do ofício expressava-se que a proposta visava a firmação de convênio entre a UFPA e a SESu/MEC, “em vista da implantação de cursos novos no interior do Pará e de sua infraestrutura correspondente nos termos acordados” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005b).

A proposta da UFPA, para obter recursos do EXPANDIR, visava o fortalecimento e/ou abertura de **cursos de bacharelado** nos chamados “grandes *campi*”,

⁵⁵ Sr. Nelson Maculan Filho.

portanto, solicitou-se vagas carimbadas exclusivamente para os referidos *campi* e dois (2) de seus Núcleos (Oriximiná e Tucuruí), como se verifica no quadro abaixo:

Tabela 14 – Demonstrativo do nº de professores p/ cursos novos e/ou recém criados nos *Campi* do Interior: 2005 a 2007

Município/Campus	Cursos de Graduação – novos e/ou recém criados	Corpo Docente Necessário			
		2005	2006	2007	Total
Bragança	Engenharia de Pesca	10	2	2	14
Sub-total		10	2	2	14
Castanhal	Medicina Veterinária	6	3	-	9
	Educação Física	4	2	2	8
Sub-total		10	5	2	17
Marabá	Engenharia de Minas e Meio Ambiente	5	4	-	9
	Engenharia de Materiais	5	4	-	9
	Geologia	3	3	4	10
	Sistema de Informação	2	-	-	2
	Agronomia	-	3	2	5
Sub-total		15	14	6	35
Santarém	Física Ambiental	5	2	1	8
	Engenharia de Alimentos	-	-	8	8
Sub-total		5	2	9	16
Núcleo de Oriximiná	Ciências Biológicas	-	-	6	6
Sub-total		-	-	6	6
Núcleo de Tucuruí	Engenharia Elétrica	-	4	4	8
	Engenharia Civil	-	4	4	8
Sub-total		-	8	8	16
Total		40	30	33	104

Fonte: Universidade Federal do Pará (2005c)

O projeto da UFPA trazia, em seu Item 5, a “Proposta para a Implantação e Implementação de Cursos Novos e/ou Recém Criados Frentes as Potencialidades e Vocações Loco-Regionais.” Neste item encontrava-se também os objetivos da proposta, expressos abaixo:

Ampliar a oferta de cursos de graduação e de educação continuada nos *Campi* Universitários, **visando à formação de profissionais qualificados em áreas do conhecimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do Estado e da região;**
consolidar o modelo de Universidade *Multicampi* por meio da contratação de professores para o quadro permanente dos *campi* do interior;
dotar os *Campi* Universitários da UFPA de infraestrutura física e de equipamentos capazes de garantir o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão com qualidade acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, p. 47) (Grifos da autora).

Também traz uma justificativa cujo título é: **Por que contratar professores para os *Campi* do Interior**, em cujo texto se faz um apanhado dos ciclos e estágios de inserção das atividades de ensino, pesquisa e extensão dessa universidade federal nos *campi* do interior. Na graduação, assevera-se que os cursos de formação de professor, principalmente as licenciaturas, “têm vasta distribuição” por serem cursos “cujos

suportes físicos para a sua implementação são de pouca monta” e por serem, historicamente, “o passo inicial de atuação da UFPA, sobretudo no interior” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, s.p.).

Ainda na graduação dizem que um ciclo consolidado em Belém, “mas que ainda não se completou nos demais *campi*, foi o da oferta de cursos voltados para atender ao segmento de serviços”, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, s.p.) tais como Administração, Economia, Direito, Educação Física, Ciências Contábeis, Tecnólogo em Processamento de Dados, dentre outros.

Um terceiro ciclo “iniciado há alguns anos, e que ganha expressão”, referia-se à implantação de cursos em diversas áreas “com conteúdos centrados fortemente em aspectos tecnológicos, a saber: nas Agrárias, Agronomia, e Veterinária, nas Engenharias (de Minas, Ambiental, de Materiais, Civil, Elétrica e de Pesca), e nas Geociências (Geologia)” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, s.p.). Complementam esse discurso solicitando ao MEC a abertura de concursos para docentes do 3º Grau para dar conta das demandas do interior, nos seguintes termos.

Diante desse quadro, para que a UFPA possa responder efetivamente às demandas regionais relativas às atividades de ensino, pesquisa e extensão torna-se imperativo que o Governo Federal autorize a realização de concurso público para a contratação de professores do Ensino Superior, principalmente para os *Campi* do Interior, onde a capacidade operacional da Instituição alcançou seu limite, tendo em vista que esses *Campi* ofertaram, em 2004, 176 cursos de graduação para 14.396 alunos matriculados. Em contrapartida, para atender a essa demanda, essas Unidades juntas dispõem, em seus quadros, de apenas 214 professores efetivos, gerando uma relação média aluno/docente de 67,3 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, p. 53).

Finaliza-se a justificativa afirmando-se esperar ter demonstrado “a inequívoca necessidade de contratação de professores para suprir a necessidade de **novos cursos de bacharelado**, absolutamente estratégicos ao desenvolvimento regional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c, p. 53-54).

Aqui, a administração da UFPA explicitou, outra vez, sua política de expansão para o interior baseada sobre a noção de vocações regionais, o que corroborou para que a organização decidisse reforçar os polos de desenvolvimentos em áreas estratégicas traçados e definidos ainda no III PNI: 1998-2001.

Apresenta-se, abaixo, sinteticamente, os quadros de distribuição de recursos humanos e financeiros entre os *campi*, conforme as **Atas das Reuniões de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I** dos *Campi* de Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém, todas ocorridas em Brasília, no dia 09 de outubro de 2007.

Tabela 15 - Pactuação Campus Universitário de Bragança⁵⁶

Tabela 15 - Faltados Campus Universitário de Bragança					
	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Docentes	15	06	04	-	25
TA*	13	02*1	-	-	15
Investimento	R\$ 756.380,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.119.000,00*57	R\$ 600.000,00	R\$ 3.625.380,00
Cargos em Comissão					
Cargos	2006		2007		
CD3	01		-		
CD4	01		-		
FG1	01		02		
FG2	01		-		
Nível Intermediário					
Cargos				2007*1	
Técnico de Laboratório/área				02	
Total NI				02	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior (2007a)

Ao cotejar-se o proposto no plano encaminhado pela UFPA ao MEC em 2005 e a Ata da Reunião de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – *Campus* de Bragança (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2007a) percebe-se que negociou-se mais vagas, pois na proposta inicial solicitava-se **14 vagas** para a criação do **Curso de Engenharia de Pesca**, mas, em 2007, foram pactuadas **25 vagas**.

Tabela 16 - Pactuação Campus Universitário de Castanhal⁵⁸

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Docentes	43*	04	05	-	52
TA	16	08*1	-	-	24
Investimento	R\$2.435.932,40	R\$350.000,00	R\$ 3.410.000,00**59	R\$4.400.000,00	R\$ 9.895.932,40
Cargos em Comissão					
Cargos	2006			2007	
CD3	01			-	
CD4	01			-	
FG1	05			06	
FG2	02			-	
Nível Superior					
Cargo				2007*1	
Administrador				02	
Contador				01	
Total NS				05	
Nível Intermediário					
Cargos				2007	
Técnico de Laboratório/área				03	
Total NI				03	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior (2007b).

⁵⁶ Os cursos permanentes até 2005 eram Biologia (40 vagas), Letras (40 vagas) e Pedagogia (40 vagas); em 2006 o curso novo ofertado e pactuado em Bragança foi Engenharia de Pesca (40 vagas); entrada anual de 160 alunos.

⁵⁷ * R\$ 919.000,00 referentes ao valor total de 2008 serão alocados por meio de um crédito suplementar a unidade orçamentária da instituição nos prazos estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária de 2008.

⁵⁸ Cursos permanentes até 2005: Letras (40 vagas), Matemática (40 vagas), Pedagogia (40 vagas), Educação Física (40 vagas) e Medicina Veterinária (30 vagas); os cursos pactuados para Castanhal em 2006: Educação Física e Medicina Veterinária, inseridos no EXPANDIR como cursos recém criados.

⁵⁹ ** Desse valor, R\$ 700.000,00 referentes ao valor total de 2008, serão alocados por meio de crédito suplementar à unidade orçamentária da instituição nos prazos estabelecidos pelo decreto de programação orçamentária de 2008.

Para Castanhal, a proposta era de consolidar dois cursos já existentes: Medicina Veterinária e Educação Física (os quais foram inseridos no EXPANDIR como cursos recém criados), por intermédio da alocação de 17 vagas para docente, sendo nove (9) para o primeiro e oito (8) para o segundo curso; mas, em 2007, foram pactuadas 52 vagas, ou seja, mais vagas do que as propostas inicialmente no projeto.

Tabela 17 - Pactuação Campus Universitário de Marabá⁶⁰

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Docentes	19	22	10	-	51
TA*	23	17*1	-	-	40
Investimento	R\$ 756.380,00	***	R\$ 1.500.000,00	R\$4.000.000,00	R\$ 6.256.380,00

Nível Intermediário	
Cargos	2007*1
Assistente em Administração	04
Técnico de Laboratório/área	08
Técnico em Segurança do Trabalho	01
Técnico em Agropecuária	01
Total NI	12

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ministério da Educação; Secretaria Especial de Educação Superior (2007c)

Pelo projeto da UFPA foram solicitadas 35 vagas para docente de 3º grau para expandir os cursos recém criados de Agronomia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais, Sistemas de Informação e Geologia, entretanto foram pactuadas 51, numa média de 10 professores para cada curso.

Tabela 18 - Pactuação Campus Universitário de Santarém⁶¹

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Docentes	07	09	-	-	16
TA*	14	-	-	-	14
Investimento	R\$ 567.400,00	-	1.070.000,00	R\$ 1.381.237,00	R\$ 3.018.637,00

Cargos em Comissão	
Cargos	2006
CD3	01
CD4	01
FG1	02
FG2	01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior (2007d).

Para Santarém foram pactuadas 16 vagas para docentes do 3º grau no EXPANDIR, configurando o único *campus* que recebeu o mesmo número de vagas

⁶⁰ Em 2005 havia os seguintes cursos permanentes no *campus*: Ciências Sociais (40 vagas), Direito (40 vagas), Letras (40 vagas), Matemática (40 vagas), Pedagogia (40 vagas), Química (40 vagas) Engenharia de Minas e Meio Ambiente (40 vagas), Engenharia de Materiais (40 vagas), Sistemas de Informação (40 vagas), Agronomia (40 vagas) Geologia (40 vagas); mas pactuou, como curso recém criados, no programa EXPANDIR, os cursos de Agronomia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais, Sistemas de Informação e Geologia, totalizando uma oferta anual de 440 vagas anuais.

⁶¹ Até 2005 o *Campus* de Santarém ofertava em caráter permanente os cursos de Matemática – Licenciatura (40), Sistemas de Informação (30), Ciências Biológicas – Licenciatura (40), Direito (40), Pedagogia (40) e Letras (50) e a partir de 2006 criou o curso novo de Física Ambiental (40 vagas) e conseguiu pactuar também o curso Ciências Biológicas como curso recém criado, a partir dos quais se objetivava, quando em plena implantação, alcançar uma entrada anual de 280 alunos.

solicitadas no plano encaminhado a SESu/MEC, com as quais criou o curso novo de Física Ambiental (40 vagas) e fortaleceu o quadro docente do curso Ciências Biológicas que entrou na expansão como curso recém criado.

A análise do Projeto referido acima e das atas de pactuação dos repasses do EXPANDIR , dá conta que mais uma vez a administração da UFPA retomava o discurso das *vocações regionais*, proposto no PDI, para justificar a implantação ou fortalecimento de cursos para atender apenas aos *campi* situados nas regiões mais dinâmicas do ponto de vista econômico, regiões que possuíam recursos suscetíveis de serem explorados pelo capital (madeira, pesca, minérios, agricultura, pecuária, energia e construção civil). Isto fica claro, ao constatar-se que a proposta da UFPA contempla apenas os *campi* estrategicamente situados nas tais regiões dotadas de vocação e ao lermos o primeiro objetivo do referido projeto, que traz o seguinte discurso:

Ampliar a oferta de cursos de graduação e de educação continuada nos *Campi* Universitários, **visando à formação de profissionais qualificados em áreas do conhecimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do Estado e da região** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2005c).

As tabelas acima referem, ainda, que o montante de recursos federais aplicados nestes *campi* chegou a R\$ 22.786.328,40 e que algumas unidades foram melhor aquinhoadas na partilha dos recursos, tanto humanos, como financeiros, tais como Marabá que recebeu um investimento de R\$ 6.256.380,00 e um total de 50 docentes e 40 técnicos administrativos e Castanhal que obteve R\$ 9.895.932,40, 52 docentes e 24 técnicos.

Esta distribuição de recursos entre os *campi* favorecidos pelo EXPANDIR parece ter seguido apenas o critério das *vocações regionais* e não um critério de equidade. Não dispomos de elementos para verificar efetivamente como tal partilha foi pactuada, e quais critérios nortearam as escolhas administrativas que culminaram nesta decisão organizacional, pois, por ter sido encaminhada como decisão administrativa, não envolveu decisão dos Conselhos Superiores, não havendo portanto nenhum documento que registre os critérios que nortearam a decisão final. Porém o depoimento do informante **GI-A5**⁶² explica como esta decisão foi encaminhada:

[...] nos primeiros anos do governo Lula o Ministério de Educação lançou um programa, chamado de Programa de Expansão do Ensino Superior **ele foi baseado [a distribuição das vagas] na própria visão da Universidade que definiu polos de desenvolvimento regional**. A ideia de que alguns *campi*

⁶² Trata-se de um informante do grupo dos gestores intermediários (Coordenadores de Campi) classificado como GI-A porque atuou como gestor entre 2001 e 2010.

tinham uma característica de atendimento regional, no caso seriam eles Castanhal, Bragança, Santarém, Marabá, num primeiro momento, e depois se tentou Altamira, mas não se chegou a ter aprovado pelo MEC. O Programa de Expansão foi uma ação de envolveu instituições federais [de ensino] de todo o país e a UFPA foi uma das contempladas. Lá estavam previstas vagas para docentes, técnicos, recursos de capital para construção e compra de equipamentos, e recursos de custeio e era um programa que tinha por meta aumentar o número de vagas em alguns cursos, não foi uma política pensada para os *campi*, mas para alguns cursos estratégicos. Teve duração de 2004 a 2010. Castanhal recebeu próximo de 30 vagas docente⁶³. (Informante GI-A5, entrevista realizada em 02/06/2011)

Na visão deste informante a determinação sobre quais cursos seriam expandidos e também em quais locais deveriam ser desenvolvidos não foi amplamente discutida pela comunidade universitária dos *campi* do interior, nem mesmo por aqueles contemplados pelas ações do EXPANDIR, como explicitado abaixo:

Não no sentido amplo. Ela foi discutida apenas com os dirigentes dos cursos que iriam ser contemplados e obviamente dos respectivos Coordenadores de cada *Campi* que iriam ser contemplados, mas foi dito que aquela ação não era pra toda a estrutura dos *campi*, apenas para aqueles cursos. Então foi discutido de forma mais restrita. Até porque o programa de expansão não tinha por objetivo consolidar cursos, era pra cursos novos, era pra novas vagas. A diretriz do MEC era atender cursos novos. Como estes cursos tinham pouco tempo de existência a universidade conseguiu convencer o MEC de que deveria considerar cursos novos, no caso de Castanhal, Medicina Veterinária e Educação Física que começaram suas atividades em 2000. Tinha esta restrição: a Expansão não financiaria cursos já existentes⁶⁴. (Informante GI-A5, entrevista realizada em 02/06/2011).

A partir da análise do plano e dos depoimentos se depreende que a decisão sobre a distribuição das vagas do EXPANDIR foi realizada por um grupo restrito de gestores organizacionais (integrantes dos Órgãos Executivos de Direção Superior e dos Órgãos Executivos de Direção Intermediária), aos quais coube definir os rumos da implementação desta macro política no âmbito da UFPA. A decisão não envolveu negociações com atores externos. Internamente a decisão sobre a distribuição dos recursos foi pautada sobre as noções de vocações regionais, polos de desenvolvimento regional e cursos estratégicos para o desenvolvimento regional, que, como explicitado, centravam-se sobre os *campi* que foram contemplados pelo programa.

Tal processo decisório remete ao modelo de decisão política, pois como visto coadunou interesses organizacionais expressos por meio da política dos polos de desenvolvimento e das vocações regionais e interesses de grupos como, por exemplo, os professores que estavam a frente dos cursos no interior. Entre eles a negociação ocorreu

⁶³ Resposta a questão 1: **Como a distribuição de vagas docente ocorria entre os campi da UFPA? Entre os campi e a administração superior? Como era feita esta distribuição de vagas: como era discutido, em que instâncias isto ocorria?**

⁶⁴ Resposta a questão 3: **As vagas da Expansão foram discutidas? Vocês puderam discutir, definir rumos?**

por meio de barganhas e ajustes de interesses.

Ressalta-se que a entrada de alguns *campi* da UFPA no Programa EXPANDIR resultou do esforço empreendido pela Reitoria, à época, no sentido de, insistentemente, solicitar do MEC mais vagas para docentes exclusivas para o programa de interiorização. O **Ofício GR 454/2004**, de 15 de abril de 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ; REITORIA, 2004e), é um exemplo desse esforço político-administrativo.

Nesse documento, endereçado ao Ministro da Educação, o Reitor expõe a situação do programa de interiorização até aquele momento, ressaltando o fato de já haver 13.000 estudantes no interior e poucos docentes lotados naqueles locais para dar conta dessa demanda crescente. Destaca, ainda, que a UFPA alcançou este patamar sem contar com apoio efetivo do MEC as suas ações e argumenta nos seguintes termos:

Fato é que, sr. Ministro, nesse íterim, a UFPA não obteve do MEC **nenhuma vaga a mais no seu quadro docente** pelo esforço empreendido, apesar das inúmeras demandas encaminhadas nesse sentido. Não é fácil para nós, da Amazônia, cidadãos como quaisquer outros brasileiros de outras regiões, vermos todo ano serem reservadas vagas especiais (fora da matriz de distribuição entre as federais) para novas Universidades que se abrem ou mesmo para antigas que se interiorizam (como Goiás que obteve 200 vagas n ano 2000), sem que o Pará – apesar da continentalidade de seu território e de suas distâncias – obtenha o mesmo direito – e por mérito de um esforço **já empreendido!**

13.000 vagas, sr. Ministro, representam uma nova (grande) Universidade! Ninguém fez isto no Brasil nos últimos anos! Temos no quadro 20 professores a menos que tínhamos em 1990, uma proporção de 1/20 professor/aluno, enquanto que há aquelas IFES que têm 1/9 e a média nacional é 1/15. Como se justificar tudo isso!?

[.....]

As 100 vagas docentes que ora reivindicamos a SESu, conforme pedido já remetido, **carimbadas integralmente para os campi do interior**, não apenas estarão fazendo justiça histórica a nossa Universidade e á região amazônica, como se constituem na questão mais importante dentre todas, na atual conjuntura, para nossa comunidade acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004e).

Deste modo, foram tais ações que propiciaram à UFPA aceder os recursos do EXPANDIR e, conseqüentemente, garantir a expansão de suas ações em alguns *campi* do interior, conforme explicitado acima.

No ano seguinte, 2006, a UFPA encaminhou ao MEC um outro projeto de expansão solicitando apoio aos cursos de licenciatura já implantados e para a implantação de novos cursos de licenciatura nos *campi* do interior. Este foi nominado **Proposta para o Fortalecimento dos Cursos de Licenciatura dos Campi do Interior** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006g) e trazia expresso os seguintes objetivos:

Geral

- fortalecer e ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura nos *Campi* Universitários do interior, visando a apoiar a formação de professores do ensino básico, principalmente das redes públicas estadual e municipais.

Específicos

- ampliar o número de vagas ofertadas nos cursos de licenciatura nos *Campi* do interior;
- criar as habilitações em línguas estrangeiras nos cursos de Letras em todos os *Campi* do interior;
- melhorar a qualidade dos cursos de licenciatura dos *Campi* do interior;
- reduzir os custos administrativos com deslocamento de professores da Capital para o interior e entre os *Campi*;
- consolidar o modelo de Universidade *Multicampi* por meio da contratação de professores para o quadro permanente dos *Campi* do interior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006g, p. 1)

Nos objetivos do projeto se percebe a preocupação da organização quanto ao fortalecimento do quadro docente permanente de suas unidades regionais, uma vez que isto incidia sobre todo o projeto de consolidação dos cursos de licenciatura ofertados nesses locais, bem como incidiria sobre a redução de custos financeiros com o item *diárias e passagens* do orçamento anual desta IES, extremamente onerado pelo uso no programa de interiorização.

Impactaria, também, diretamente sobre a qualidade das licenciaturas ofertadas no interior, as quais, em grande medida, funcionavam com os chamados “professores substitutos” ou professores temporários, tais como os nominados “colaboradores eventuais”. Este fato precarizava a oferta e a qualidade dos cursos, pois tais profissionais normalmente tinham toda a sua carga horária preenchida pelo ensino e não podiam atuar na pesquisa e na extensão, ações acadêmicas imprescindíveis ao fazer universitário. Diante dos objetivos do projeto, a administração superior da UFPA propôs o seguinte a SESu/MEC:

Tabela 19 - Recursos Humanos para a Implementação da Proposta, por *Campi*

<i>Campi/Município</i>	Cursos de Licenciatura	Oferta Anual de Vagas	Necessidade de Contratação Docente
Abaetetuba	Letras	40	9
	Matemática	40	2
	Pedagogia	40	6
Subtotal		120	17
Altamira	Letras	40	7
	Pedagogia	40	6
Subtotal		80	13
Bragança	Letras	40	8
	Pedagogia	50	8
Subtotal		90	16
Breves	Letras	40	12
	Pedagogia	50	13
Subtotal		90	25
Cametá	Letras	40	10

	Pedagogia	50	10
	Subtotal	90	20
Castanhal	Letras	40	6
	Matemática	40	4
	Pedagogia	40	5
	Subtotal	120	15
Marabá	Letras	40	8
	Matemática	40	7
	Pedagogia	40	2
	Subtotal	120	17
Santarém	Biologia	40	4
	Letras	40	3
	Matemática	30	3
	Pedagogia	40	-
	Subtotal	150	10
Soure	Letras	40	7
	Subtotal	40	7
	Total	900	140

Fonte: Universidade Federal do Pará, 2006g

Pela observação da tabela acima se depreende que a UFPA pretendia, caso o MEC atendesse a sua demanda, dotar os *campi* do interior de pessoal docente para atuar nas licenciaturas, as quais não haviam sido contempladas ainda com recursos do Programa EXPANDIR, pois a proposta enviada ao MEC em 2005 contemplava apenas os cursos de bacharelado.

Isto significaria um acréscimo de 140 novos professores efetivos para os *campi* e representaria um aumento significativo no quadro de docentes de alguns *campi* do interior, principalmente para os menores e que ofertavam apenas cursos de licenciatura. Em 2006, o quadro docente dos *campi* mantinha uma configuração que retratava a constante assimetria em termos tanto quantitativo como qualitativos entre tais unidades, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 20 - Docentes Efetivos Permanentes do 3º Grau por Unidade / Classe e Titulação - 2006

Unidade	Titular				Adjunto				Assistente				Auxiliar				Total				Total Geral
	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D	G	E	M	D				
CAMPUS DE ABAETETUBA																					
Colegiado de Letras	0	0	0	0	1	0	0	4	0	1	0	0	0	1	0	4	1	6			
Colegiado de Matemática	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	1	0	0	0	1	7	0	8			
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	1	0	2	4	0	1	1	0	0	1	3	4	1	9			
TOTAL CAMPUS DE ABAETETUBA	0	0	0	0	1	0	2	15	0	2	2	0	0	2	4	15	2	23			
CAMPUS DE ALTAMIRA																					
Colegiado de Ciências Agrárias	0	0	0	0	3	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5	3	8			
Colegiado de Ciências Biológicas	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	3	6			
Colegiado de Letras	0	0	0	0	1	0	0	4	0	2	1	0	0	2	1	4	1	8			
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	1	0	0	4	0	1	3	0	0	1	3	4	1	9			

TOTAL CAMPUS DE ALTAMIRA	0	0	0	8	0	0	0	16	0	3	4	0	0	3	4	16	8	31
CAMPUS DE BRAGANÇA																		
Colegiado de Ciências Biológicas	0	0	1	0	9	0	0	7	3	0	0	0	0	0	1	7	12	20
Colegiado de Engen. de Pesca	0	0	0	0	8	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	8	11
Colegiado de Letras	0	0	0	1	0	0	0	2	0	1	2	0	0	1	2	3	0	6
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	5	0	0	0	5	1	1	7
TOTAL CAMPUS DE BRAGANÇA	0	0	1	1	18	0	0	13	3	1	7	0	0	1	8	14	21	44
CAMPUS DE BREVES																		
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	1	4	0	5
TOTAL CAMPUS DE BREVES	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	1	4	0	5
CAMPUS DE CASTANHAL																		
Colegiado de Educação Física	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	5	0	0	0	5	4	1	10
Colegiado de Letras	0	0	0	0	3	0	0	4	0	2	0	0	0	2	0	4	3	9
Colegiado de Matemática	0	0	0	0	1	0	1	4	0	0	0	0	0	0	1	4	1	6
Coleg. de Medicina Veterinária	0	0	0	0	7	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	12	7	19
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	0	0	0	9	9	1	0	0	0	1	0	9	0	10
TOTAL CAMPUS DE CASTANHAL	0	0	0	0	12	0	1	33	0	3	5	0	0	3	6	33	12	54
CAMPUS DE CAMETÁ																		
Colegiado de Letras	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	2	3	0	5
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	2	5
TOTAL CAMPUS DE CAMETÁ	0	0	0	0	2	0	0	6	0	0	2	0	0	0	2	6	2	10
CAMPUS DE MARABÁ																		
<i>Campus Avançados - Marabá</i>	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Colegiado de Ciências Agrárias	0	0	0	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	3	7
Colegiado de Direito	0	0	0	0	0	0	0	4	0	2	0	0	0	2	0	4	0	6
Colegiado de Engenharia Civil	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Colegiado de Engenharia Elétrica	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Coleg. de Engen. de Materiais	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	4	8
Col. Eng. de Minas e Meio Amb.	0	0	0	0	4	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6	4	10
Colegiado de Geologia	0	0	0	0	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	5	6
Colegiado de Letras	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	2	6
Colegiado de Matemática	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	1	0	0	0	11	0	0	1	0	0	0	1	12	0	13
Col. de Sistema de Informações	0	0	0	0	2	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	12	2	14
TOTAL CAMPUS DE MARABÁ	0	0	0	1	22	0	1	55	0	2	1	0	0	2	2	56	22	82
CAMPUS DE SANTARÉM																		
<i>Campus Avançado - Santarém</i>	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Colegiado de Ciências Biológicas	0	0	0	1	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	5	4	9
Colegiado de Direito	0	0	0	0	0	0	1	7	0	0	1	0	0	0	2	7	0	9
Colegiado de Física Ambiental	0	0	0	0	6	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	7	8
Colegiado de Letras	0	0	0	0	3	0	0	5	0	0	3	0	0	0	3	5	3	11
Colegiado de Matemática	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	2	6
Colegiado de Pedagogia	0	0	0	0	1	0	2	8	0	1	2	0	0	1	4	8	1	14
Col. de Sistema de Informações	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	2	6
TOTAL CAMPUS DE SANTARÉM	0	0	1	1	18	0	3	33	1	1	6	0	0	1	10	34	19	64
CAMPUS DE SOURE																		
Colegiado de Letras	0	0	0	0	1	0	0	4	0	1	1	0	0	1	1	4	1	7
TOTAL CAMPUS DE SOURE	0	0	0	0	1	0	0	4	0	1	1	0	0	1	1	4	1	7
TOTAL GERAL																		320

Fonte: Universidade Federal do Pará (2007a) (Continuação)

Da leitura dos dados contidos acima se verifica o quanto o número de professores aumentou nos *campi* contemplados pelo EXPANDIR, já no final do ano seguinte a implementação deste programa. Em 2005, Bragança possuía 37 professores e, em 2006, passou para 44; Castanhal dispunha de 46 e passou para 54 docentes; Marabá saltou de 54 para 82 professores.

Qualitativamente, em comparação com 2005, também se observou uma melhoria geral na qualificação do corpo docente destes locais: Bragança passou a contar com 14 mestres e 21 doutores; Castanhal possuía 33 mestres e 12 doutores; Marabá dispunha de 56 mestres e 22 doutores e Santarém de 34 mestres e 19 doutores. Quanto aos demais *campi*, mantiveram praticamente o mesmo quadro docente que dispunham em 2005, situação que manteve-se quase inalterada até a implementação do REUNI.

A nova proposta de expansão da UFPA não alcançou receber recursos do EXPANDIR, porém a administração superior não abandonou a ideia e conseguiu, posteriormente, inserir a maioria dos cursos de licenciatura sediados no interior no Programa REUNI implementado a partir de 2008.

Para a UFPA, no que concerne a sua política de expansão, referenciada no modelo *Universidade Multicampi e nas vocações regionais*, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007) constituiu-se numa oportunidade única para corrigir as distorções ocorridas ao longo do percurso da interiorização de suas ações acadêmicas. Distorções que podem ser verificadas ao se cotejar a trajetória de cada um dos seus *campi*, particularmente no que se refere à oferta de cursos e vagas nestes locais e, consequentemente na

constituição dos quadros docentes efetivos destes. Entretanto, ao se analisar o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA: 2008-2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008b) verificou-se a não observância de uma política equitativa em relação à distribuição de vagas para técnicos e docentes entre os *campi* da UFPA.

A diferença principal entre o Programa EXPANDIR e o Programa REUNI era que este último não condicionava a expansão das universidades federais a uma política de interiorização como fazia o primeiro. Em segundo lugar o REUNI constituía um dos Programas no interior de uma macro política educacional do MEC no segundo governo Lula, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007), e apresenta-se como um plano de metas, imposto por meio do Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de (BRASIL, 2007) ao qual as IFES poderiam aderir ou não, pois a adesão a este plano de expansão atrelava-se ao cumprimento das metas propostas nele.

A Administração Superior da UFPA naquele momento - cujo Reitor havia participado ativamente da elaboração das Diretrizes do REUNI (BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007) na condição de membro do Grupo Assessor – viu no plano mais uma oportunidade de inserir seu programa de interiorização, agora dando destaque a oferta de licenciaturas por meio da criação e implantação de novos cursos e/ou fortalecimento das licenciaturas já implantadas naqueles locais.

Conforme depoimento do informante GM-B2⁶⁵ este direcionamento rumo ao interior e no sentido de contemplar as licenciaturas, por se tratar de uma decisão estratégica que envolvia um grande número de atores e interesses, necessitou ser acordado/pactuado externamente, com agentes como o Governo Estadual, através da SEDUC-PA, e também internamente, em reuniões dos Fórum de Dirigentes e Fórum de Coordenadores de *Campi* quando reuniram-se para elaborar o Plano de Expansão da UFPA, no sentido de formar coalizões de apoio a proposta da Reitoria, que, depois de elaborada, foi encaminhada ao CONSUN, onde, mesmo de forma polêmica⁶⁶, foi ratificada. No depoimento do informante aparece o seguinte discurso:

Quando nós fomos fazer o projeto nos pegamos, chamamos o Governo do Estado, chamamos a SEDUC; vimos a necessidade da SEDUC, né. E a SEDUC colocou pra gente, tanto que, quase em todas as licenciaturas, você tem línguas estrangeiras. Isso foi uma necessidade que a SEDUC deu pra nós,

⁶⁵ Tratasse de informante do grupo de Gestores Máximos da UFPA (Reitor/ex Reitor – Vice-Reitor/ex Vice-Reitor) com atuação no período de abrangência da pesquisa (2001-2010)

⁶⁶ Houve protestos de estudantes e do pessoal da ADUFPA que não concordavam com a implementação do REUNI daquela maneira como estava sendo conduzida, inclusive com a invasão do Auditório da SEGE, onde estava sendo realizada a sessão do CONSUN.

apontou: “precisamos de licenciaturas, assim, assim, assim, assim...” Agora qual foi a nossa... quando nós chegamos no Fórum [de Dirigentes] nós já chegamos assim: “entendemos que uma universidade no Norte precisa se interiorizar, por isso,...”. Ai é que foi o grande ganho dos *campi*. Eu acho que entre 70 a 80 por cento do REUNI foi dado aos *campi* do interior. Então essa foi uma política que nós colocamos e que foi aceita pelo Fórum de Dirigentes. E ai, bom, batemos. É isso que nós queremos: 80 por cento do REUNI vai pra consolidar os *campi* do interior. Porque tinha *campus* no interior que nem sequer tinha... não tinham proposta de consolidação, Soure é um caso. Que, se continuasse como estava, a tendência era que... talvez fosse melhor fechar o *Campus* de Soure. Ai, o que foi que aconteceu? Já levamos ai, a proposta foi essa. Tá bom. A comunidade universitária, os dirigentes da comunidade aceitaram... acataram: “não, eu acho que nós precisamos investir no interior”. A partir daí, coube a mim, que era Vice-reitora e que era responsável pelos *campi*. Eu sentei com todos os coordenadores e a partir daí nós traçamos os cursos que haveriam. Então, em nenhuma hora o REUNI foi uma coisa goela abaixo dos *campi*, né. Ele foi pactuado e ai, a partir daí nós começamos a fazer reuniões mais frequentes, o que é que nós queríamos para cada *campi* e aí nos levamos em consideração arranjos produtivos locais. Mais a nossa meta que era aumentar realmente os investimentos nas licenciaturas. Tanto que se você pegar o projeto do REUNI é.. são as licenciaturas. Porque nós queríamos formar professores para um estado que tem o menor IDEB, né. ⁶⁷ (Informante GM-B2 - Entrevista realizada em 06/05/2011)

O tipo de decisão implementado neste momento coaduna-se, segundo o entendimento de Façanha e Yu (2011), ao modelo político de decisão, posto que

[...] no modelo político de decisão existe a formação de alianças informais ou coalizões entre os gestores para apoiar determinado curso de decisão. Isso ocorre porque em ambientes de resultados não previsíveis, os gestores conseguem apoio por intermédio de negociações e barganhas (FAÇANHA; YU, 2011, p. 64).

Depreende-se, pois, que efetivamente a UFPA, quando da elaboração de sua política de expansão a partir dos recursos do REUNI, como visto acima, precisou recorrer a tomada de decisão política. Isto ocorreu porque, como os autores citados acima ensinam, a “[...] formação de coalizões entre os diferentes gestores pode contribuir para deixar o processo decisório mais robusto, na medida em que reforça o compromisso deles com a alternativa adotada” (FAÇANHA; YU, 2011, p. 64-65). Estes autores dizem também que no modelo político

[...] há a premissa de que os envolvidos têm objetivos distintos, muitas vezes conflitantes, entre si; daí a forte possibilidade de eles se envolverem em mecanismos de alinhamento e influências entre si; sendo que as preferências dos gestores mais influentes eventualmente predominam na tomada de decisão. (FAÇANHA; YU, 2011, p. 65)

Observe que a proposta de utilizar a maior parte dos recursos do REUNI (financeiros e humanos) para consolidar os *campi* do interior partiu da Reitoria da UFPA, mas a mesma precisou recorrer a uma tomada de decisão política para poder

⁶⁷ Resposta a questão nº 4 do Roteiro de Entrevista: **Quais critérios foram utilizados para realizar a distribuição das vagas do REUNI entre os *campi* do interior e como esta distribuição foi pactuada?**

implementar sua proposta, inclusive para garantir da maioria dos votos no CONSUN. Fez isto utilizando-se da estratégia política de pactuar o Plano REUNI UFPA por intermédio de reuniões nos *fori* de proposição (Fórum de Coordenadores de *Campi* e Fórum de Dirigentes) antes de levar o plano a votação no Conselho Universitário e deste modo garantiu a adesão dos demais gestores a sua proposta, pois, ao tornar-se uma proposta do grupo de gestores, conseguiu-se o comprometimento destes a alternativa adotada.

Desde o modo, o plano REUNI da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008b) foi elaborado tendo como parâmetros “três eixos estratégicos e fundamentais para a Instituição, atualmente”, a saber: a) consolidação de cursos de graduação já implantados no interior do estado e criação de novos, **principalmente licenciaturas** (com foco em Matemática, Ciências e Letras), com aumento significativo da oferta de vagas; b) criação de cursos de graduação na capital, em áreas de conhecimento ainda não atendidas; c) criação ou expansão de programas de pós-graduação em áreas estratégicas de interesse regional.

O discurso contido no texto do Plano REUNI-UFPA também revela a intenção da Reitoria, que desde a aprovação no CONSUN tornara-se uma política institucional, em garantir a expansão do ensino superior na região por intermédio da oferta de licenciaturas no interior do Estado do Pará, especialmente de cursos de Ciências Naturais, Matemática, e Letras (Línguas Estrangeiras) para atender as demandas e carências da educação básica, conforme transcrito abaixo:

[...] as proposições do REUNI vêm ao encontro das expectativas de aprimoramento da atuação da UFPA, sobretudo na consolidação dos cursos já estabelecidos; na abertura de novas turmas para suprir as carências atuais do sistema educacional do Estado; na ampliação do quadro de docentes lotados nos *Campi*, que implicará na diminuição da dependência de professores lotados em Belém (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008b, p. 48).

A tabela abaixo retrata a divisão das vagas do programa REUNI entre os *campi*.

Tabela 21 - Cursos de Graduação nos *Campi* do interior e a necessidade de contratação de docentes.⁶⁸

Município <i>Campus</i>	Cursos de Licenciaturas	Necessidade de contratação de Docentes				Total
		2008	2009	2010	2011	
Abaetetuba	Letras - Hab. Em Espanhol	4	3	3		10
	Matemática	4	2	1		7
	Pedagogia	4	2			6
	Engenharia Industrial		5	4	3	12
<i>Sub-total</i>		12	12	8	3	35
Altamira	Ciências Biológicas	5	2	2		9
	Letras - Hab. Em Língua Inglesa	4	3	2		9

⁶⁸ Quadro da proposta inicial de pactuação do REUNI UFPA, mas mudou-se a proposta final encaminhada ao MEC: Breves inseriu o Bacharelado em Serviço Social e Cametá inseriu o Bacharelado em Sistemas de Informações.

	Pedagogia	3	2	1		6
	Geografia		4	6		10
	Engenharia Florestal		2	2		4
	<i>Sub-total</i>	12	13	13	0	38
Bragança	Letras com hab. em Língua Inglesa	5	3	1		9
	Pedagogia	5	3			8
	Ciências		4	6		10
	História		5	5		10
	Matemática	6	4			10
	<i>Sub-total</i>	16	19	12	0	47
Breves	Letras - Hab. Em Português	5	3	2		10
	Matemática		4	6		10
	Pedagogia	6	5			11
	Ciências		4	6		10
	<i>Sub-total</i>	11	16	14	0	41
Cametá	Letras com hab. em Língua Inglesa	5	3	3		11
	Pedagogia	6	4			10
	Ciências		4	6		10
	História		4	6		10
	Matemática		4	6		10
	<i>Sub-total</i>	11	19	21	0	51
Castanhal	Letras - Hab. Em Espanhol	4	2	2		8
	Matemática	4	3	3		10
	Pedagogia	4				4
	Sistema de Informação		6	5	4	15
	<i>Sub-total</i>	12	11	10	4	37
Marabá	Geografia		4	6		10
	Física		4	6		10
	Letras - Hab. Em Inglês	4	3	3		10
	Matemática	5	4	2		11
	Química	4	3	3		10
	Educação do Campo		5	5		10
	Engenharia Sanitária e Ambiental		4	4	2	10
	Engenharia Mecânica	2	4	4		10
	<i>Sub-total</i>	15	31	33	2	81
Soure	Letras com hab. em Ling. Inglesa	5	4	2		11
	<i>Sub-total</i>	5	4	2	0	11
	Total	94	125	113	9	341

Fonte: Universidade Federal do Pará (2008b)

A distribuição das vagas foi pactuada entre os Coordenadores e a Administração Superior da UFPA e, segundo a maioria dos informantes, aquilo que foi proposto pelos *campi*, foi atendido, ou seja, aqueles que propuseram dez cursos receberam vagas para os seus dez cursos e aqueles que propuseram apenas um curso receberam vagas apenas este curso. Explica-se deste modo o porque da existência de desproporção na distribuição das vagas entre as unidades regionais, refletida no fato de haver *campus* que recebeu mais de 80 vagas e outro que recebeu apenas 12 (doze).

A fala do informante GM-B2 traduz o processo de definição do número de vagas por cursos a partir dos recursos do REUNI:

Olha isso foi de acordo com os cursos pactuados. A nossa... Nós tínhamos assim...O que nós tínhamos como meta era: todo curso vai ter 10 professores. Não se abre curso sem pelo menos 10 professores (Informante GM-B2, entrevista realizada em 06/05/2011).

Nos trechos seguintes estão explícitas as estratégias utilizadas para decidir sobre quais cursos ofertar nos *campi*, segundo as palavras do informante GM-B2:

Nós demos a possibilidade... , demos não! Os *campi* buscaram esta possibilidade já numa proposta de serem multiplicadores pra sua região, pra sua microrregião, entendeu? Por exemplo vou te dar como exemplo o *Campus* de Cametá, que faz muito bem isto. O *campus* de Cametá eles conseguiram através do REUNI...O *campus* de Cametá só tinha Letras e Pedagogia, como o REUNI abriu Matemática, História, Ciências e ainda tinha Letras e Pedagogia.

.....

Era aquilo que eu te digo. Nós fomos à SEDUC e a SEDUC mostrou a necessidade: “nós precisamos de professores no Estado. Não era a SEDUC, era o Estado. O Estado precisa de professores de Línguas, o Estado precisa de professores de Matemática... foi Matemática, Línguas e Ciências. Então o que foi que nós investimos? Basicamente nisso. Tanto que você vê que em quase todos os *campi*, eles têm cursos de Ciências, têm cursos de Matemáticas, têm cursos de Línguas. E não abandonamos a Pedagogia. Não dá pra não ter professores de 1ª a 4ª séries. Entendeu? Então o que foi que aconteceu? Isso foi uma coisa que nós colocamos (Informante GM-B2, entrevista realizada em 06/05/2011).

Pela proposta inicial do REUNI – UFPA, cada curso deveria receber o mínimo de 10 vagas, posto que o Regimento da UFPA estabelecia que nenhum curso poderia ser criado com menos de 08 professores em seu quadro docente. Este critério inicial conseguiu ser revertido por *campi* como Cametá e Breves que optaram por retirar algumas vagas dos cursos que haviam proposto inicialmente, os quais em sua maioria contavam com 10 docentes, como poder ser visto na tabela acima, e pactuaram a abertura de cursos novos com oito (oito) professores, em média, no quadro. O critério de abertura apenas de cursos de licenciatura também foi revertido e foram criados no interior também cursos de bacharelado com recursos do REUNI.

Todos os informantes oriundos da Direção Executiva Intermediária da UFPA (Coordenadores de *Campi*) consideram, em seus depoimentos, que a adesão da UFPA ao REUNI foi muito importante para a política de expansão desta organização, pois, permitiu a abertura de cursos novos no interior e a melhoria da oferta daqueles já existentes na medida em que: 1) os recursos permitiram a contratação de docentes; 2) a melhoria ou construção de infraestrutura física (construção de laboratórios, salas de aulas, espaços administrativos, salas de professores, bibliotecas, auditórios, salas de multimeios) para funcionamento destes cursos, assim como 3) garantiu o aumento da oferta de vagas na graduação no interior.

Mas, alguns informantes acreditam que o REUNI, ou melhor a condução das escolhas que culminaram no plano que foi pactuado com o MEC, deveria ter sido mais discutida com a comunidade universitária dos *campi* e com a comunidade dos

municípios onde atuam estas unidades regionais, como explicitam os trechos abaixo:

Esta discussão se deu de maneira, a meu ver, insuficiente. Do REUNI. Começa no início de 2007 no Fórum de Dirigentes da UFPA, em Mosqueiro, falando da intenção do governo em financiar uma reestruturação, devendo a universidade definir em que direção isto aconteceria. Aí com o consenso lá dos dirigentes e por indução do próprio REUNI, [definiu-se pelo] investimento maciço na área das licenciaturas. Era um programa onde as licenciaturas deveriam ser fortemente atendidas. Já que a Expansão⁶⁹ atendeu aos bacharelados (Informante GI-A 4. Entrevista realizada em 02/06/11).

No entanto, o depoimento do informante GM-B2 vai de encontro ao posicionamento do informante GI-A4, pois o primeiro afirma que o REUNI foi discutido nos municípios onde os *campi* estão implantados em Audiências Públicas durante as visitas da Administração Superior a estes locais em comemoração aos 50 anos de UFPA a as demandas destes municípios foram apresentadas como propostas de cursos a serem implementados com recursos do programa, sendo que tais demandas foram pactuadas com todos os dirigentes do interior nos Fori de Dirigentes. Portanto, para este dirigente, a condução do REUNI foi muito bem pactuada e todas as demandas apresentadas pelos Coordenadores de *Campi* foram atendidas. Nas suas palavras,

[...] ninguém questiona a maneira como nós fizemos o REUNI porque ele foi pactuado. Então ninguém pode dizer assim: “Ah, mais eu queria aquele curso e você não me deu”. Por que o próprio Fórum dos Coordenadores de *Campus*, os Coordenadores de *Campus* eles foram chamados para pactuar e foram chamados inclusive para a repactuação do REUNI (Informante GM-B 2 - Entrevista realizada em 06/05/11).

Acreditamos que entre os principais efeitos da implementação do REUNI para os *campi* do interior da UFPA estão: a) a estruturação dos quadros docentes dos cursos permanentes preexistentes; b) a implantação de novos cursos permanentes com quadro de professores já organizado; e c) a melhoria da estrutura física e de pessoal de apoio para a maioria dos *campi*.

Observa-se, ademais, que tais efeitos contribuíram para a consolidação destas unidades no interior, uma vez que, dispondo de um corpo docentes organizado e qualificado tais unidades agora podem avançar academicamente no sentido de, virtualmente, a partir de então, desenvolver ações para além do ensino da graduação e avançarem de forma mais incisiva na pesquisa, na extensão e, no devir, até na pós-graduação *stricto sensu* nestes espaços.

Também observou-se que, segundo a fala da maioria dos entrevistados, houve a possibilidade dos *campi* ofertarem os cursos que considerassem mais adequados ou que

⁶⁹ Refere-se ao Programa EXPANDIR.

apresentassem maior demanda nos locais onde atuavam, e a maioria dos gestores dos *campi* fez isto, conseguindo, em casos como Breves e Cametá, quadruplicar a oferta de cursos e o quadro docente efetivo, entretanto o *Campus* de Soure apresentou um avanço irrisório após a adesão ao REUNI, pactuando pelo programa apenas o curso de Letras Habilitação em Língua Inglesa, com um quantitativo de apenas 12 vagas.

No nosso entendimento este fato originou-se da decisão da Coordenadoria daquela unidade (*Campus* de Soure), que não soube ou não quis utilizar os recursos do REUNI como forma de consolidar a unidade naquele espaço regional. Como consequência desta ação/decisão este apresenta-se, hoje, como uma das mais antigas e também como a menor unidade acadêmica regional da UFPA, tanto em termos quantitativos (número cursos, de alunos, de docentes e técnicos), quanto em termos qualitativos (número de mestres e doutores em seu quadro docente permanente).

Entre 2001 a 2007 a UFPA recebeu do MEC **414 vagas** para contratação de **professor efetivo do 3º grau**, assim distribuídas entre as suas unidades acadêmicas: **248 vagas** para as unidades acadêmicas da capital e **166 vagas** para as unidades regionais. As 166 vagas para docente remanejadas para os *campi* do interior foram distribuídas conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 22 - Distribuição de vagas de professores efetivos entre 2001-2007 por unidade acadêmica

UNIDADE <i>Campus</i>	ÁREA Colegiado	Situação antes do EXPANDIR				Total	Situação na após o EXPANDIR				
		2001	2002	2003	2004		2005	2006	2007 ⁷⁰	Sub-total	Total
Abaetetuba	Letras	-	1	-	2	3	-	-	-	0	3
	Matemática	-	-	-	-	0	3	-	-	3	3
	Pedagogia	-	-	-	-	0	1	1	-	2	2
Subtotal						3	Sub-total Abaetetuba			5	8
Altamira	Ciências Agrárias	-	2	1	1	4	1	2	-	3	7
	Letras	-	-	-	4	4	-	1	-	1	5
	Biologia	-	-	-	-	0	1	4	-	5	5
	Pedagogia	-	2	-	-	2	-	2	-	2	4
Subtotal						10	Total Altamira			11	21
Bragança	Biologia	1	3	2	1	7	-	-	-	0	6
	Eng. Pesca (EXPANDIR)	-	-	-	-	-	8	3	-	11	11
	Letras	-	-	-	-	0	2	1	-	3	3
	Pedagogia	2	-	-	-	2	2	-	-	2	4
Subtotal						9	Total Bragança			16	25
Breves	Pedagogia	-	-	-	1	1	2	1	-	3	4
Subtotal						1	Total Breves			3	4
Cametá	Letras-Hab.Líng. Portuguesa	-	-	-	-	0	2	1	-	3	3
	Pedagogia	1	-	-	-	1	-	1	-	1	2
Subtotal						1	Total Cametá			4	5
Castanhal	Pedagogia	-	-	-	-	0	-	-	-	0	-
	Educação Física (EXPANDIR)	-	1	-	1	2	4	4	-	8	10
	Letras-Hab.Líng.Portuguesa	-	1	-	1	2	-	-	-	0	2
	Medicina Veterinária (EXPANDIR)	-	6	-	3	9	6	4	-	10	19
	Matemática	-	-	-	-	0	-	1	-	1	1
Subtotal						13	Total Castanhal			19	32
Marabá	Ciênc. Agrárias/Agronomia	-	2	-	1	3	1	3	-	4	7

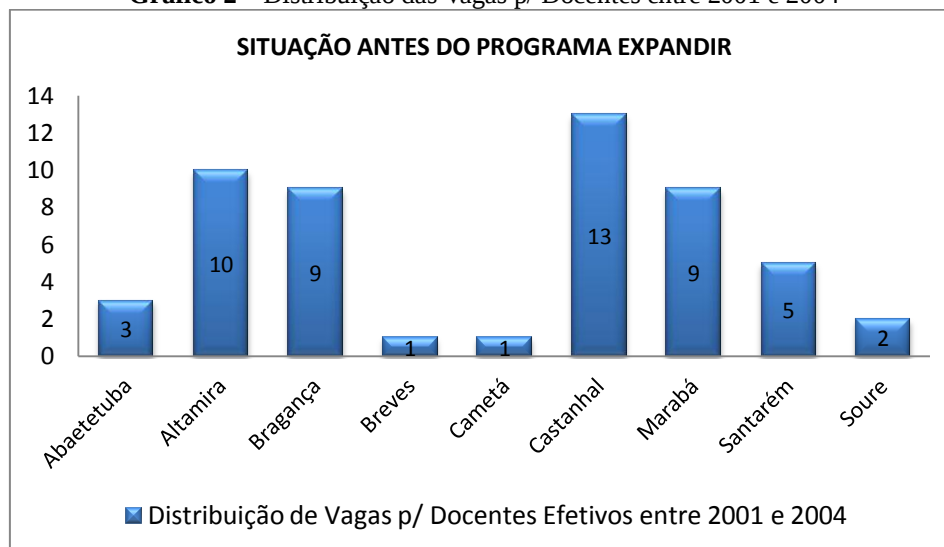
⁷⁰ Fonte: Edital nº 136/2007 – Autorizado pelas Portarias: MPOG nº 222, de 23/06/07; MEC nº 731, de 24/07/07.

	Eng. Minas e M. Ambiente	-	-	-	1	1	3	4	3	10	11
	Eng. de Materiais	-	-	-	-	0	5	3	-	8	8
	Engen. Elétrica (Tucuruí)	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4
	Eng. Civil (Tucuruí)	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4
	Ciências Sociais	-	2	1	-	3	1	3	-	4	7
	Direito	-	1	-	-	1	1	2	1	4	5
	Matemática	-	-	-	1	1	1	-	-	1	2
	Pedagogia	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
	Geologia	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1
	Letras-Hab.Líng. Portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
	Sistema de Informação	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2
Subtotal						9	Total Marabá			42	51
Santarém	Téc. em Process. de Dados	-	-	-	-	-	1	1	-	2	2
	Ciências Biológicas (EXPANDIR)	1	-	-	1	2	-	-	-	0	2
	Direito	1	-	-	-	1	-	-	-	0	1
	Física Ambiental	-	-	-	-	-	5	3	-	8	8
	Letras	-	1	-	-	1	-	-	-	0	1
	Matemática	-	-	-	2	1	-	-	-	0	2
Subtotal						5	Total Santarém			10	15
Soure	Letras – Língua Portuguesa	-	2	-	-	2	-	-	-	0	2
	Letras – Língua Inglesa	-	-	-	0	-	1	-	-	1	1
	Letras – Língua Francesa	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1
	Letras – Língua Alemã	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1
	Pedagogia	-	-	-	-	0	-	-	-	0	-
Subtotal						2	Total Soure			3	5
TOTAL		6	27	4	21	53	52	62	7	121	166

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados coletados em Universidade Federal do Pará (2007) e Brasil (2007e).

Na tabela observa-se que antes do EXPANDIR (entre 2001 e 2004) os *campi*, em conjunto, receberam um total de **53 vagas**, as quais foram distribuídas desigualmente entre eles, a saber: Abaetetuba recebeu 3; Altamira obteve 10; Bragança arrebanhou 8; Breves e Cametá obtiveram 1 vaga cada; Castanhal foi contemplado com 13; Marabá recebeu 8; Santarém ficou com 5; e Soure ganhou 2 vagas.

Destaque-se que, neste período, a Administração Superior UFPA organizava a distribuição das vagas para docentes que recebia do MEC a partir de uma **Matriz de Distribuição de Vagas**, cujo principal parâmetro/critério de distribuição era a proporção observada entre o número de estudantes matriculados e o número de professores de um determinado curso, não havendo, oficialmente, nenhum outro critério a ser considerado no tocante a esta distribuição de recursos humanos. Entretanto, no depoimento de vários informantes entrevistados vislumbra-se a existência de outros critérios, tais como o poder de barganha de determinados coordenadores de *campi* na condução de seus pleitos junto à administração superior.

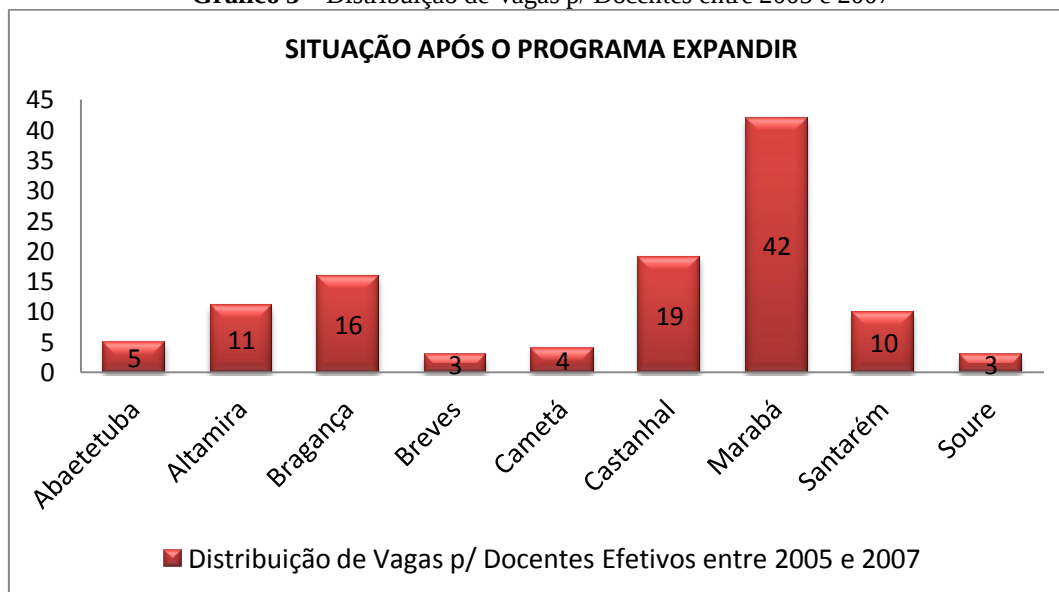
Gráfico 2 – Distribuição das Vagas p/ Docentes entre 2001 e 2004

Fonte: Gráfico criado pela autora a partir de dados obtidos na PROPLAN/UFPA.

Note-se que entre os *campi* que mais receberam vagas no período anterior ao EXPANDIR, encontram-se os *campi* de Marabá, Bragança e Santarém, os quais, em 1997, também já detinham o maior número de docentes efetivos. Na outra extremidade da distribuição de vagas estão os *campi* de Abaetetuba, Breves, Cametá, Soure, exatamente os mesmos que já vinham sendo preteridos na distribuição de vagas docente durante a década de 1990.

Após o EXPANDIR, e apesar de quatro *campi* terem sido beneficiados pela política, os chamados “*campi* pequenos” continuaram recebendo poucas vagas oriundas da Matriz de Distribuição de Vagas (Abaetetuba 5; Breves 3; Cametá 4; Soure 3). Note-se que a situação de alguns *campi* em relação a oferta de cursos e vagas era extremamente precária, pois em Breves, por exemplo, o Curso de Pedagogia, funcionou até 2008 com apenas 4 professores efetivos e, em Soure pelo menos três cursos funcionaram precariamente (Letras Hab. Língua Inglesa – 2 professores; Letras Hab. Língua Francesa – 1 professor; Letras Hab. em Língua Alemã – 1 professor⁷¹) até a adesão ao REUNI.

⁷¹ Em 2010, no Campus de Soure apenas os cursos de Língua Inglesa (quatro turmas) e Língua Francesa (uma turma) eram ofertados e a Faculdade de Letras dispunha de apenas 12 docentes em seu quadro efetivo.

Gráfico 3 – Distribuição de Vagas p/ Docentes entre 2005 e 2007

Fonte: Gráfico criado pela autora a partir de dados obtidos junto a PROPLAN/UFPA

A desproporcionalidade na distribuição das vagas para docentes efetivos entre os *campi*, observada acima, pressupomos tratar-se de uma estratégia organizacional - pautada sobre filosofia de expansão baseada nas vocações econômicas regionais - que optou por investir prioritariamente em alguns *campi* em detrimento de outros. Esta política iniciou-se em 1998, na proposição das linhas de ação da UFPA para III Projeto Norte de Interiorização 1998-2001, quando se propôs a

[...] continuar seu programa de interiorização no quadriênio 1998-2001 com as finalidades de (1) consolidar os cursos já implantados e (2) ampliar o atendimento às novas demandas, levando em consideração **a vocação regional, o mercado de trabalho e a vontade política da população local**, visando contribuir efetivamente para o incremento do desenvolvimento regional (III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1998, p.97) (Grifos da autora)

Como explicitado, para levar a cabo esta tarefa a UFPA elaborou as “Linhas de Ação” que, acreditamos, alinhavam-se à filosofia de vocações regionais: Programa de Licenciaturas, Bacharelados e Educação Continuada; Programa Agropecuário; Programa Tecnologia de Alimentos; Programa Mínero-Metalúrgico; Programa Educação Ambiental; e Programa Sistemas Estuarinos e Costeiros (III PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1998).

Naquele ano a PROPLAN/UFPA elaborou e encaminhou ao MEC o projeto “**Revitalização da Infraestrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos Campi da Universidade Federal do Pará**” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998c).

No referido projeto havia os seguintes programas referentes aos *campi* do interior: a) Consolidação do Programa de Licenciaturas, Bacharelados e Educação Continuada nos Campi do Interior; b) Implantação do Polo de Desenvolvimento da Biologia Costeira no Campus de Bragança; c) Implantação do Polo de Genética Animal no Campus de Castanhal; d) Implantação do Programa de Engenharia de Produção no Campus de Marabá; e) Consolidação do Programa Agropecuário no Campus de Altamira; f) Consolidação do Programa de Biociências e Impacto Ambiental no Campus de Santarém (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998c).

Ressalte-se aqui que tais programas foram implementados, ainda que não exatamente como previsto no projeto original, por conta de restrições orçamentárias impostas às IFES naquele momento pelo MEC, consequência por sua vez da política econômica adotada pelo governo brasileiro naquele momento histórico. Mas, mesmo diante destes problemas, boa parte destes programas foram implementados e representaram avanços significativos para os *campi* que os receberam e implementaram.

Particularmente o Polo Mínero-Metalúrgico e de Produção, o Polo de Desenvolvimento da Biologia Costeira, o Polo de Genética Animal, e o Programa Agropecuário foram bem sucedidos e significaram a implantação de novos cursos nestes locais e consequentemente impulsionaram o avanço destas unidades, uma vez que possibilitaram a agregação de recursos humanos mais qualificados a estes locais, bem como demandaram a melhoria nas condições de infraestrutura humana e física para dar conta da tarefa nos *campi* contemplados com esta política. Em outras palavras significaram a construção e equipagem de novos espaços nestes *campi* e também a contratação de mais docentes para os mesmos.

Pelo menos dois destes polos contaram com investimentos externos por meio de convênios estabelecidos com outros parceiros. Tal como o Polo de Genética Animal, sediado no *Campus* de Castanhal, que criou o Centro de Biotecnologia de Reprodução Animal (CEBRAN) com apoio e recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), especializado em biotecnologia de reprodução animal, em especial de bubalinos e bovinos. E o Polo de Desenvolvimento da Biologia Costeira que recebeu apoio e recursos do Projeto Mangrove Dynamics and Management (MADAM), parceria entre os governos do Brasil e da Alemanha.

Deste período (1998) data, ainda, a elaboração de uma proposta **de Institucionalização dos Núcleos Universitários da UFPA no Interior do estado (08/10/1998)** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b), elaborada pela

PROEX e encaminhada ao Reitor para ser submetida ao CONSUN. No documento supra referido consta a ideia de institucionalizar os Núcleos Universitários, propostos no Regimento da Reitoria da UFPA (de 1985), a partir da criação de Polos, os quais, por sua vez, seriam gerados pelo agrupamento dos *campi* existentes aquela altura, seguindo a linha do que já fora proposto no III PNI.

Pela proposta os Núcleos Universitários constituiriam a melhor forma de organizar a institucionalizar os *campi* do interior, pois com isto esperava-se “garantir a viabilização de todos os *campi* atuais em termos de metas e necessidades regionais, otimizar os recursos humanos nos mesmos e reduzir o alto custo atual do programa” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1998b).

Este desenho de ação estratégica, de certa forma influenciou a tomadas de decisão nas políticas públicas posteriores da UFPA no que se refere ao seu programa de interiorização. Este raciocínio pode ser confirmado ao se cotejar o PDI UFPA 2001-2010 quando se percebe claramente que as mesmas linhas de ação são adotadas nesse plano de desenvolvimento estratégico, uma vez que o mesmo traz como estratégia de desenvolvimento regional a consolidação dos mesmos programas.

No PDI UFPA-2001-2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e) esta explicito que as ações estratégicas de desenvolvimento da organização, no que concerne a sua política de expansão, deveria considerar as ‘vocações regionais” dos locais em cada *campi* do interior está instalado. Assim, sua proposta caminha no sentido de priorizar e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento nas seguintes áreas: Arte e Linguagem; Biotecnologia e Agronegócios; Educação; Energia; Linguística, História, Cultura, Língua e Literatura na Amazônia; Oceanografia, Pesca e Aquicultura; Produtos Naturais e Novos Materiais; Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente; Recursos Minerais; Saúde e Bem Estar Social; Sistema de Informação e Comunicação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003e, p. 99).

Note que algumas destas áreas estão diretamente relacionadas com a economia de mercado. Algumas inclusive com enorme poder de atração e reprodução do capital, tais como as áreas de Energia, de Recursos Minerais, de Pesca e Aquicultura e de Biotecnologia e Agronegócios (Pecuária e Agricultura).

Esta filosofia de expansão da UFPA em direção de apenas alguns *campi* (considerados estratégicos do ponto de vista econômico para o desenvolvimento do Estado do Pará) por conta de sua ‘vocação natural’ torna-se perfeitamente visível em 2005, quando, a fim de reproduzir em nível local uma política do MEC de expansão do

ensino superior via processo de interiorização das universidades federais⁷², adota os mesmos *campi*, que já vinham sendo beneficiados na composição de quadros e infraestrutura ao longo da primeira metade da década 2000, ou seja, Marabá, Santarém, Bragança, Castanhal e Altamira.

Como referido no segundo capítulo, a UFPA, precisou envidar esforços no sentido de garantir sua expansão rumo ao interior do Estado do Pará. Durante vários anos realizou tal tarefa quase que contanto exclusivamente com seus recursos, sem apoio significativo do MEC as suas ações. Na maioria das vezes contou apenas com o apoio do governo estadual e dos municípios onde tinha polos universitários instalados.

Porém, a partir de 2003, em decorrência de mudanças ocorridas no campo político nacional, a UFPA, enquanto organização universitária, aproveitou esta janela de oportunidade que se abria e logrou inserir parte do seu programa de expansão no **Programa de Expansão da Educação Superior Pública, SESu/MEC 2003-2006** e, posteriormente, também no **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: 2007-2012**.

4.2 - OS CAMPI DO INTERIOR DA UFPA *MULTICAMPI*: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS

A história dos *campi* da UFPA começa a ser escrita em 1985 com a proposição de criação de *campi* no interior do estado do Pará a fim de dar resposta às demandas oriundas dos municípios do interior no sentido de ofertar educação superior naqueles lugares. Após ser discutida nas instâncias superiores da UFPA, em 1985 é emitida a **Resolução CONSUN nº 549/85** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1985), que institui Regimento da Reitoria e criou os *campi* do interior, entretanto foi a **Resolução CONSEP nº 1.355/86** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986b) que instituiu o **Programa de Interiorização da UFPA** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986a).

A resolução supracitada criou oito (8) *campi* universitários sediados nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Sendo que tais *campi* atuariam como polos de ensino superior, pois cada uma destas unidades estenderia suas ações aos municípios de seu entorno, deste modo, a configuração de atuação dos *Campi* Universitários ficou assim constituída:

- Campus Universitário de Abaetetuba, com área de atuação abrangendo os

⁷² Programa de Expansão da Educação Superior Pública, SESu/MEC - 2003-2006.

municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Bujaru, Tomé-Açu e Acará;

- Campus Universitário de Altamira, com área de atuação abrangendo os Municípios de Altamira e São Félix do Xingu;

- Campus Universitário de Bragança, com área de atuação abrangendo os Municípios de Bragança, Capanema, Augusto Corrêa, Nova Timboteua, Ourém, Primavera, Irituia, Peixe-Boi, Vizeu e Capitão Poço;

- Campus Universitário de Cametá, com área de atuação abrangendo os Municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará;

- Campus Universitário de Castanhal, com área de atuação abrangendo os Municípios de Castanhal, Colares, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Inhangapi, Paragominas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Santarém Novo, Bonito, Salinópolis, Magalhães Barata, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Vigia de Nazaré, Maracanã, Igarapé-Açu, São Francisco do Pará, Santa Maria do Pará e Rondon do Pará;

- Campus Universitário de Marabá, com área de atuação abrangendo os Municípios de Marabá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Xinguara, Rio Maria e Redenção;

- Campus Universitário de Santarém, com área de atuação abrangendo os Municípios de Santarém, Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Faro, Juruti, Itaituba e Aveiro;

- Campus Universitário de Soure, com área de atuação abrangendo os Municípios de Soure, Santa Cruz do Arari, Porto de Moz, Chaves, Afuá, Gurupá, Melgaço, Portel, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Anajás, Senador José Porfírio e Bagre (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986b, p. 3-4).

No ano de 1986, a UFPA elaborou o “Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará – 1986 – 1989” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1986a), o qual foi encaminhado ao MEC a fim de se conseguir reconhecimento e apoio financeiro para a empreitada, uma vez que tal ação demandou um enorme esforço institucional, pois toda uma infraestrutura precisou ser idealizada e montada para concretizar o sonho de ofertar ensino superior no interior do estado do Pará.

Ao longo do seu processo de interiorização da UFPA, os *campi* universitários do interior, por conta da política interna de expansão adotada pela UFPA, tiveram trajetória de desenvolvimento diferenciado, alguns conseguiram se estabelecer e consolidar, passando da oferta apenas da graduação ou mesmo da pós-graduação *lato sensu*, para a oferta da pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa avançada em algumas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, tal como os *campi* de Bragança (curso de mestrado e doutorado nas áreas de Biologia Costeira e Letras) e Castanhal (mestrado em Medicina Veterinária) e outros, ainda, tornando-se universidades (Santarém).

Outros *campi*, porém, tiveram mais dificuldades para obter sua consolidação, dificuldades, particularmente relacionadas ao processo de composição de seus quadros

docentes, tais como os *campi* de Abaetetuba, Cametá, Breves e Soure, os quais somente após meados da década 2000 e particularmente após a adesão da UFPA ao Programa REUNI, conseguiram agregar em seus quadros maior número de docentes efetivos e ofertar novos cursos de forma regular.

Aqui, a fim de melhor compreender os processos de institucionalização dos *campi* do interior, apresentaremos os contextos em que atuam os sujeitos desta pesquisa. Os nove primeiros *campi* universitários da UFPA no interior do Pará constituem-se nos *locii* principais de nossa pesquisa, pois neles os sujeitos da pesquisa desenvolveram ou desenvolvem suas atividades profissionais enquanto servidores da UFPA na condição de docentes ou técnicos administrativos, portanto consideramos importante traçar um perfil destes *campi* universitários, criados por meio da política de interiorização da UFPA.

Inicialmente apresentaremos um quadro retrata a situação do quadro docente efetivo dos *campi* do interior em 2010. Não há informações sobre o *Campus* de Santarém porque o mesmo não mais era *campus* da UFPA naquele ano, pois, desde 2009, havia sido transformado na Universidade Federal do Oeste do Pará.

Tabela 23 - Docentes Ativos Efetivos(*) do Ensino Superior da UFPA por Unidade, Classe e Titulação - 2010

Unidade Campus	Associa do	Adjunto				Assistente			Auxiliar		Títul ar	Total				Tot al Ger al
	D/PhD	GR D	E/A p	Ms. C	Dr .	GR D	E/A p	Ms. C	GR D	E/A p	D/P hD	G	E	M	D	
ABAETETUB A	1	0	0	2	7	1	1	34	1	1	0	2	2	36	8	48
ALTAMIRA	1	0	0	1	20	0	0	44	2	2	0	2	2	45	21	70
BRAGANÇA	7	0	1	2	30	0	0	46	2	7	0	2	8	48	37	95
BREVES	0	0	0	0	0	0	1	22	1	10	0	1	1 1	22	0	34
CAMETÁ	0	0	0	0	9	0	0	33	0	4	0	0	4	33	9	46
CASTANHAL	2	0	0	4	29	0	2	52	1	1	0	1	3	56	31	91
MARABÁ	0	0	1	3	40	0	0	78	6	3	0	6	4	81	40	131
SANTARÉM																
Soure	0	0	0	0	2*	0	0	6	1	3	0	1	3	6	2	12
TOTAL	11	0	2	12	13 7	1	4	315	14	31	0	1 5	3 7	32 7	14 8	526

Fonte: Universidade Federal do Pará (2011, p. 43)

Na tabela acima nota-se o desenvolvimento do quadro docente efetivo dos *campi*. Se retornarmos ao início da década (2000), quando a totalidade dos professores destas unidades era igual a 163, dos quais a maioria (103) eram graduados ou especialistas, 54 eram mestres e apenas 6 eram doutores, fica patente o crescimento geral, não apenas em termos quantitativos, mas, principalmente, em termos qualitativos, do quadro docente efetivo.

Antes de procedermos a apresentação dos *campi* universitários do interior da UFPA Multicampi, consideramos importante discutirmos brevemente a estrutura legal-

organizacional destas unidades acadêmicas. No período de abrangência da pesquisa os *campi* do interior foram regidos, regulamentados e estruturados, basicamente, obedecendo o disposto em quatro instrumentos legais/normativos: a Resolução CONSAD nº 1.111/2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f) (até 2004), a Resolução CONSEP nº 3.211/2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h) (até 2006) e, depois, os ‘novos’ Estatuto e Regimento da UFPA (a partir de 2006).

A Resolução CONSAD 1.111/2000, como observado anteriormente, disciplinou a administração e organização acadêmica dos *campi* universitários do interior, entre 2000 e 2004, e entre outras coisas, estabeleceu a eleição direta para a escolha dos coordenadores, a criação dos Conselhos Deliberativos destas unidades, além de dispor sobre a organização dos colegiados dos cursos sediados naqueles locais e sobre a lotação dos docentes.

A **Resolução 3.211**, de 3 de novembro de 2004, foi elaborada objetivando estabelecer princípios e definir “critérios gerais para a Classificação e a Gestão Acadêmica dos *Campi* Universitários da Universidade *Multicampi*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2004h). Para isto definiu os princípios de gestão, a saber: oferta de ensino público, gratuito e com qualidade; integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; flexibilidade curricular; autonomia acadêmica; integração com a sociedade civil; cooperação interinstitucional; atenção às especificidades regionais.

Sobre tais princípios, no que se refere a expansão da UFPA por intermédio da política de gestão universidade *multicampi*, observamos que, no que concerne a oferta de cursos e composição de quadros docentes no interior, houve inobservância do princípio *atenção às especificidades regionais*, pois, nos parece, que a observância deste princípio valeu apenas para alguns *campi* na vigência desta legislação, posto que, como vimos salientando ao longo deste capítulo, alguns programas foram criados para garantir a consolidação apenas daqueles municiados de vocações.

Deduz-se, então, que as “especificidades regionais” dos demais locais onde se encontravam *campi* da UFPA não foram consideradas na partilha dos recursos. Também não se observou um princípio de equidade, posto que os programas beneficiaram aqueles que já se encontravam fortalecidos, em decorrências de políticas e escolhas anteriores.

A **Resolução CONSAD 1.111/2000** definiu quem poderia ser Coordenador de *Campus*, nos seguintes termos: Art. 4º. § 2.º “A Coordenação do *Campus* Universitário caberá a um servidor, preferencialmente docente, que deverá estar lotado no respectivo

Campus por ocasião da sua nomeação pelo Reitor” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000f). Por sua vez, o Estatuto da UFPA tem um capítulo (o Capítulo II) exclusivo para disciplinar a estrutura de organização acadêmico-administrativa dos *campi*, os devem ser configurado conforme o disposto abaixo:

DA ESTRUTURA DOS *CAMPI*

Art. 26. O *Campus* é uma unidade regional da Universidade instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica.

Parágrafo único – Os *campi* atuarão em inter-relação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional.

Art. 27. São *Campi* da UFPA os polos de Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure⁷³.

Parágrafo único – **Outros *Campi* poderão ser criados, segundo critérios de demanda social das várias micro-regiões paraenses** e em conformidade com as exigências do Conselho Nacional de Educação e da legislação vigente.

Art. 28. O *Campus* poderá ser constituído de Unidades Acadêmicas, de Unidades Acadêmicas Especiais e de Órgãos Suplementares, que se organizarão na forma regimental.

Art. 29. Cada *Campus*, exceto o de Belém:

I. será administrado por um Coordenador, um Vice-Coordenador e um Conselho;

II. poderá ser constituído de Subunidades Acadêmicas, independentemente de Unidades Acadêmicas.

§ 1º Caso o *Campus* seja constituído de apenas uma Unidade ou Subunidade Acadêmica, o dirigente desta será o Coordenador do *Campus* e seu órgão colegiado funcionará como Conselho do *Campus*.

§ 2º O Conselho do *Campus* terá caráter consultivo e deliberativo e será presidido por seu Coordenador ou pelo Vice-Coordenador, na ausência daquele (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006d).

O proposto no instrumento legal acima refere a configuração estrutural que os *campi* passaram a adotar após 2006. Nela são descritos os critérios e as formas de funcionamento dos *campi* em termos administrativos, pois em termos acadêmicos devem observar os dispositivos que se referem aos demais unidades da UFPA.

O Regimento Geral da UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006h) legisla especificamente sobre a composição do Órgão Executivo de Direção Intermediária **Coordenadorias dos *Campi***, nele são explicitados as competências dos Coordenadores e Vice-Coordenadores de *campi*, que nestas unidades constituem-se nas instâncias máximas de direção e gestão, ou seja, são seus principais decisores.

Art. 84. Cada *Campus* do interior terá um Coordenador e um Vice-Coordenador, eleitos dentre os docentes efetivos e em exercício nele lotados, conforme a legislação vigente, o disposto no Estatuto, neste Regimento Geral e resoluções específicas.

Parágrafo único. Na ausência de candidatura de docente às funções referidas no *caput* deste artigo, estas poderão ser ocupadas por técnicos de nível superior do quadro efetivo, lotados no *Campus* correspondente.

⁷³ Em 2009, criou-se os *campi* de Capanema e Tucuruí - pela transformação dos Núcleos Universitários já estabelecidos naqueles municípios – e o Campus de Santarém transformou-se na UFOPA.

Art. 85. Compete ao Coordenador do *Campus* dirigir e supervisionar as atividades acadêmicas e os serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos correspondentes.

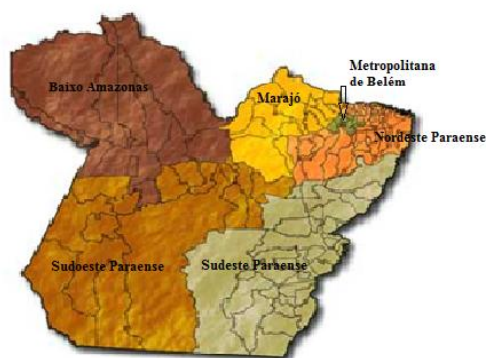
Art. 86. Compete ao Vice-Coordenador do *Campus* substituir o Coordenador em suas faltas e impedimentos, colaborar com este na supervisão das atividades acadêmicas e administrativas e desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pela Congregação do *Campus*.

Art. 87. As atividades de coordenação e acompanhamento do processo de planejamento e avaliação da Universidade, no âmbito do *Campus*, serão exercidas de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos superiores (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006h).

Em última instância, é a Coordenação em conjunto com o Conselho de *Campus* que define os rumos e ações desta unidade acadêmica regional, quer seja para o avanço, quer seja para o retrocesso.

Concluídas estas considerações passamos a traçar um perfil dos *campi* universitários da UFPA *Multicampi*. O Mapa 1 representa a divisão do Estado do Pará em Mesorregiões e o Mapa 2 apresenta a distribuição das Unidades Acadêmicas Regionais no território paraense. Utilizamos a ilustração exatamente para demonstrar a dimensão territorial deste estado e situarmos os *campi* nas mesorregiões.

Figura 6 - Mapa Divisão do Pará em Mesorregiões



Fonte: Secretaria de Planejamento do Pará (Seplan)

Figura 7 - Mapa de Distribuição dos *Campi* Universitários no Território Paraense



Fonte: SEUM- Universidade Multicampi-UFPA

Os mapas acima permitem-nos verificar que os *campi* encontram-se distribuídos em todas as mesorregiões do Pará. A mesorregião do Nordeste Paraense agregava a maior parte dos *campi* (Abaetetuba, Cametá e Bragança⁷⁴); no Marajó localizam-se os *campi* Breves e Soure; no Sudeste Paraense encontra-se o *Campus* de Marabá⁷⁵; no Sudoeste Paraense situa-se o *Campus* de Altamira; no Baixo Amazonas estava o *Campus* Universitário de Santarém⁷⁶; e na Mesorregião Metropolitana de Belém localizam-se o *Campus* do Guamá (*Campus* Sede) e o *Campus* de Castanhal.

⁷⁴ Desde 2009 passou a contar também com o Campus Universitário de Capanema.

⁷⁵ O Campus Universitário de Tucuruí foi instalado em 2009 na região.

⁷⁶ O Campus foi transformado na UFOPA em 2009.

4.2.1 – O *Campus* Universitário do Baixo Tocantins-Abaetetuba

O *Campus* Universitário do Baixo Tocantins está sediado no município de Abaetetuba e lá desenvolve suas ações acadêmicas. O município possui atualmente uma população de 141.100 habitantes, dos quais 82.998 residem na zona urbana e 58.102 no espaço rural (IBGE, 2010), o qual é composto por 62 ilhas e 36 comunidades que vivem a margem da estrada⁷⁷, tendo por base econômica o setor de serviços (IBGE, 2008).

Este *campus*, assim como os demais objetos desta pesquisa, foi criado em 1986 e implantado em 1987, sendo sua primeira Coordenadora a professora Conceição Solano, por indicação do Reitor, permaneceu na frente da unidade até 1991. Teve a sua primeira oferta de cursos moldada pelo Projeto de Interiorização da UFPA, assim ofertou naquele ano os cursos de licenciatura em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia em regime intervalar (no período de recesso escolar) pois seu público alvo inicial foram os professores leigos da rede pública.

O processo de implantação dos *campi* no interior é bastante similar, pois como a UFPA não dispunha de infraestrutura física nos municípios-polo, as atividades acadêmicas iniciais eram realizadas em escolas cedidas pela prefeitura local, as quais cediam também pessoal de apoio e hospedagem aos docentes durante o período das aulas. Em Abaetetuba esta dinâmica não se modificou e foi também a prefeitura que dou o terreno onde o *Campus* se localiza. As escolas que sediaram os primeiros cursos foram os colégio São Francisco Xavier, Basílio da Gama e Mendes Contente.

A sede administrativa funcionou primeiramente numa casa situada na Avenida Dom Pedro e depois em outra casa na Avenida São Paulo. Esta última servia também como residência da primeira coordenadora. Os professores alojavam-se em uma casa alugada pela prefeitura. Hoje, o *Campus* mantém ainda parcerias com as prefeituras dos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri, os quais cedem servidores municipais que atuam na área da administrativa do unidade. O espaço onde funciona o *campus* foi inaugurado em 1991 no bairro do Mutirão e fica situado na Rua Manuel de Abreu. A área construída era formada por dois blocos, onde funcionavam a secretaria, a biblioteca, a cantina, o mimeógrafo e a coordenação do *campus*.

Atualmente o espaço físico do *Campus* de Abaetetuba comporta 8 (oito) prédios, dentre estes: 3 pavilhões de sala de aula, 1 prédio que abriga dois laboratórios

⁷⁷ Fonte: Site do Campus Universitário do Baixo Tocantins - <<http://www.ufpa.br/cubt>>

de informática, sala dos professores e sala de reuniões, 1 prédio administrativo onde se localiza a biblioteca, secretaria do Programa de Formação Continuada de Professores da Rede Pública (PARFOR) e direções das três faculdades, um (1) prédio que comporta um complexo, Espaço Cultural Toca Tocantins inaugurado em 2003, formado por auditório, Coordenação, Secretaria Executiva, Coordenadoria de Planejamento e Gestão, Coordenadoria Acadêmica, Divisão de Pesquisa e Pós-graduação, Almoxarifado, Depósito, Copa, Secretaria Acadêmica, Diretório Acadêmico e Lanchonete. Além de 02 construções em andamento, a primeira destinada a nova biblioteca e auditório; e a segunda ao Laboratório de Linguagem do *Campus*⁷⁸.

A partir de 1992 iniciam-se as primeiras turmas de cursos ofertadas em regime regular: Licenciatura em Letras e Artes (posteriormente transformado no Cursos de Letras Habilitação em Língua Portuguesa) e Matemática. Em 1994 é implantado o curso de Pedagogia em caráter regular permanente. Esta unidade permaneceu com apenas estes cursos permanente até 2008, quando, a partir da adesão ao REUNI, passou a ofertar os cursos de Engenharia Industrial e Letras – Habilitação em Língua Espanhola.

Em 2010, o *campus* possuía **três faculdades**, ofertava **seis (6) cursos de graduação regulares** permanente, **um (1) curso de pós-graduação *stricto sensu*** e dispunha de um **quadro docente formado por quarenta e oito (48) professores/as**, dos quais **oito (8) são doutores**, **trinta e seis (36) são mestres**, **dois (2) são especialistas** e **dois (2) possuem apenas a graduação**. A área acadêmica desta unidade regional estrutura-se conforme disposto no quadro abaixo:

Tabela 24 - Configuração Acadêmica do *Campus* de Abaetetuba

Faculdades	Cursos de Graduação/ Cursos de Pós-Graduação	Vagas Anuais	Corpo Docente
Ciências Contábeis			
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia - FACET	Licenciatura Plena em Educação no Campo	40	
	Matemática	40	
	Engenharia Industrial	40	
Faculdade de Ciências da Linguagem - FACL	Letras – Hab. Língua Portuguesa	40	
	Letras – Hab. Língua Espanhola	40	
	Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos de Língua e Literatura Vernácula	40	
Faculdade de Educação e Ciências Sociais FAECS	Pedagogia	40	
Total		280	48
Núcleo -Unidade/Município			

⁷⁸ Site do Campus Universitário do Baixo Tocantins. Disponível em: <www.ufpa.br/cameta>

Núcleo Universitário de Barcarena
Núcleo Universitário de Concórdia do Pará
Núcleo Universitário de Igarapé-Miri
Núcleo Universitário de Tomé Açu

Fonte: *Campus* Universitário de Baixo Tocantins – Abaetetuba (2010).

Os cursos descritos acima congregavam, em 2010, um total de 1.126 alunos matriculados e ofertaram um total de 280 novas vagas anuais.

Destacamos ainda, que, apesar desta unidade regional não ter sido contemplada pelas ações dos programas de expansão ou consolidação efetivados pela UFPA nos anos anteriores ao REUNI e ter recebido tão poucas vagas ao longo do período em análise, principalmente na primeira metade da década, conseguiu manter todos os cursos permanentes que dispunha e conseguiu consolidar e afirmar seu espaço e sua atuação no território abaetetubense.

4.2.2 O *Campus* Universitário de Altamira

Localizado no município de Altamira – segundo maior do mundo em extensão territorial (159.696 km²) – o *Campus* Universitário de Altamira, atua numa região considerada como fronteira agrícola da Amazônia, a região Sudoeste do Pará. A Mesorregião do Sudoeste Paraense e formada pelos municípios de Altamira, Anapu, Aveiro, Brasil Novo, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Novo Progresso, Pacajá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

A sede do município, cidade de Altamira, está a 754 km da capital Belém e o acesso se faz por via aérea, terrestre e fluvial. A região atualmente está no centro das atenções da economia, da ciência e da mídia nacional e mundial por conta da implantação, em seu território, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na chamada “Volta Grande do Xingu”.

O Censo 2010 (IBGE, 2010) dava conta que o município possuía uma população total de 99.075 habitantes, distribuída em seu território, porém concentrada eminentemente no espaço urbano (84.092 pessoas), e, por conta do seu amplo território, possui uma densidade demográfica de 0,62 habitantes por Km². Do total da população residente, o IBGE (2010) aponta ainda que 3.711 indivíduos são indígenas.

Apesar de sua criação datar de 06 de novembro de 1911, foi a partir de 1970 que o município viu sua população multiplicar, fato decorrente da abertura da rodovia BR 230, conhecida como Transamazônica, que proporcionou a entrada na região de inúmeros imigrantes, especialmente nordestinos. Hoje mais, uma vez, se teme que a

implantação no seu território de mais um grande projeto de desenvolvimento nacional venha trazer sérios problemas sociais para a região em decorrência do aumento populacional e pela possibilidade de aumento de conflitos pela posse e uso da terra, uma vez que parte do território do município, e dos municípios do entorno, pertence a população indígena ou constituem áreas de preservação ambiental.

Inclusive, parte da polêmica em torno do Projeto Belo Monte refere-se exatamente a problemas que seriam causados as populações tradicionais e indígenas e a danos irreversíveis causados ao meio ambiente por conta do desvio do curso do rio, do alagamento de áreas de florestas e destruição do habitat natural de espécies animais e vegetais. Quanto ao aspecto econômico, no presente, “a economia do município gira em torno da agricultura, pecuária e, como consequência, a agroindústria”⁷⁹, mas o setor de serviços aparece com crescente participação no PIB municipal. Acredita-se, ainda, que a efetivação de Belo Monte, cuja obras já iniciaram, venha abrir uma grande demanda por mão de obra na área de construção civil e também aumento de demanda para o setor de serviços.

Por conta do exposto, afirmamos o papel estratégico que o *Campus* Universitário de Altamira desempenha para o desenvolvimento sustentável daquela região. Deste modo, os cursos ofertados naquele local, em nossa visão, configuram-se numa tentativa de responder às demandas daquele ambiente. Como a maioria dos *campi* criados pela **Resolução CONSEP nº 1.355/86**, o *campus* iniciou suas atividades, em 1987, ofertando cursos de licenciatura na modalidade intervalar: Letras, Pedagogia, Matemática, História e Geografia e, a partir de 1992, foram instalados os cursos regulares, inicialmente Letras (1992) e Pedagogia (1994).

O *Campus* Universitário de Altamira localiza-se às margens do Rio Xingu, precisamente na Rua José Porfírio, Bairro de São Sebastião, e dividi-se em *Campus* I e *Campus* II. O primeiro comporta o Centro Administrativo, um auditório, as Faculdades de Letras, Pedagogia e Biologia, um Laboratório de Informática, sete blocos de salas de aula e alojamento. Abriga ainda um prédio onde funciona a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O *campus* II abriga a Biblioteca, o Laboratório de Análise de Solo, a Faculdade de Ciências Agrárias e os cinco blocos de sala de aula.

⁷⁹ Fonte: Site oficial do município de Altamira: <<http://www.altamira.pa.cnm.org.br>>

Quanto a estrutura acadêmica, em 2010, o *Campus* dispunha de cinco (05) Faculdades, seis (06) cursos permanentes de graduação, e cursos de pós-graduação *lato sensu* e um corpo docente formado por 70 professores.

Tabela 25 – Estrutura Acadêmica do *Campus* Universitário de Altamira

Faculdades	Cursos de Graduação/ Cursos de Pós-Graduação	Vagas Anuais	Corpo Docente
Engenharia Agrônoma	Engenharia Agrônoma	30	70
	Engenharia Florestal	40	
Ciências Biológicas	Licenciatura em Ciências Biológicas	30	
Etnodesenvolvimento	Etnodesenvolvimento	45	
Educação	Pedagogia	40	
Letras	Letras – Hab. em Língua Portuguesa	40	
Total		225	

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de Universidade Federal do Pará (2011a).

4.2.3 O *Campus* Universitário de Bragança

Criado em 1987 este *campus*, como os demais criados naquele ano, ofertou primeiramente os cursos de Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia em regime intervalar de oferta. A partir de 1997, dentro das ações do III PNI, foram implantados os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Licenciatura Plena em Ciências do ensino fundamental. Lá, em 1998, seguindo-se a proposta do III PNI foi implantado o Polo de Biologia Marinha Costeira que teve apoio do projeto MADAM⁸⁰ para sua consolidação, o que, no nosso entendimento potencializou o desenvolvimento acadêmico e a consolidação desta unidade naquela região, tendo em vista que recursos foram prioritariamente direcionados a ele.

Este *campus* localiza-se na Mesorregião do Nordeste Paraense, uma das mais populosas do Pará, com densidade demográfica inferior apenas a Mesorregião Metropolitana de Belém. O município de Bragança é um dos maiores, em termos populacionais, desta mesorregião contando com 113.227 habitantes e possuindo densidade demográfica de 54,13 (hab/Km²). A maior parte das pessoas (72.621) vive na zona urbana (IBGE, 2010).

O *Campus* de Bragança, em 2010, era o único que possuía uma Unidade Acadêmica, o Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), o qual é constituído pelas Faculdades da Engenharia de Pesca (FEPESCA), de Ciências Biológicas (FBIO) e pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPBA). Em relação à pesquisa, o

⁸⁰ O Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM) é um programa de cooperação científica entre Brasil e Alemanha, que surgiu após as discussões da Conferência Rio 92 para o Desenvolvimento do Meio Ambiente sobre a necessidade de implementar pesquisas que ajudem a proteger os ecossistemas naturais.

IECOS conta com um conjunto de laboratórios que desenvolvem pesquisas voltadas para as áreas costeiras amazônicas. Além disso, o Instituto possui um Herbário Didático e uma coleção Didática de Zoologia⁸¹. **O Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental oferta curso de mestrado desde 1999 e de doutorado desde 2007 numa proposta interdisciplinar sobre “a dinâmica dos ecossistemas costeiros e suas formas de preservação e manejo, sempre buscando a construção de uma visão integrada da problemática pertinente ao uso e degradação dos ecossistemas costeiros amazônicos e de seus recursos naturais”** (www.ufpa.br/braganca).

O programa já formou 105 mestres nesses mais de 10 anos de existência e, em 2010, contava com 24 alunos de doutorado e 46 alunos de mestrado e vem atendendo a demanda da região, bem como a de outros estados.

Tabela 26 – Estrutura Acadêmica do Campus Universitário de Bragança

Instituto	Faculdades	Cursos de Graduação/ Pós-Graduação	Vagas Anuais	Corpo Docente
IECOS	Engenharia de Pesca - FAPESCA	Engenharia de Pesca	30	95
	Ciências Biológicas - FBIO	Ciências Biológicas	40	
		Ciências Naturais	40	
	Programa de Pós- Graduação em Biologia Ambiental (PPBA)	Doutorado	S/D	
		Mestrado	S/D	
	Educação	Pedagogia	40	
	Faculdade de Letras - FALE	Letras Hab. Líng. Portuguesa	40	
		Letras Hab. Líng. Inglesa	30	
		Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia	S/D	
	História	História	40	
	Matemática	Matemática	40	
Total			300	

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados coletados em Universidade Federal do Pará (2011a).

4.2.4 O Campus Universitário do Marajó-Breves

O Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB) desenvolve suas atividades acadêmicas na microrregião dos Furos do Marajó (municípios de Afuá, Anajás, Breves, Currallinho e São Sebastião da Boa Vista), no Arquipélago do Marajó. O município de Breves caracteriza-se por ser o maior, em termos populacionais, da Ilha do Marajó, possuindo uma população total de 92.860 habitantes⁸². A economia municipal baseia-se em extrativismo vegetal, consubstanciando-se, principalmente, na extração de madeiras da região de florestas e açaí das várzeas da região, além da área de serviços.

⁸¹ Informações disponíveis em: < <http://www3.ufpa.br/multicampi> >

⁸² Censo 2010 (IBGE, 2010).

A criação de um Núcleo Universitário de Breves ocorreu pela necessidade de atender aos residentes dos municípios e de sua área de abrangência, a Região dos Furos do Marajó, em decorrência das grandes distâncias e dificuldades de acesso para se chegar ao *Campus* de Soure. Funcionou provisoriamente, no período de 1990 até 1997, na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Professor Miguel Bitar” e na Escola de Ensino Fundamental “Professora Maria Elizete Fona Nunes”. Sua atividade acadêmica iniciou-se com a oferta do Curso de Licenciatura em História.

O CUMB, teve sua existência reconhecida oficialmente somente em **julho de 2006**, pela **Portaria nº 337/2006-MEC** (BRASIL, 2006b), que aprovou as alterações do Estatuto da Universidade Federal do Pará, mas já existia como *campus* desde 2001, quando houve desmembramento do *Campus* Universitário do Marajó. Também teve seu primeiro Regimento aprovado pela Resolução CONSUN nº 639, de 22 de janeiro de 2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008c), no qual estão expressos os objetivos, finalidades, estrutura e organização acadêmico-administrativas desta unidade. Neste documento também estão expressas a missão

Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o pensamento crítico-reflexivo, visando a melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular do marajoara (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008c).

e a visão do CUMB, que aspira

Constituir-se como referência local, nacional e internacional, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase em assuntos marajoaras, e firmando-se como suporte de excelência para as demandas políticas, socioculturais e ambientais da mesorregião do Marajó (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008c).

Atuando como Unidade Acadêmica Regional da UFPA, o CUMB possuía, em 2010, 05 faculdades constituídas que congregam 05 cursos permanentes: 04 licenciaturas (Pedagogia, Letras, Ciências Naturais, Matemática) e 01 bacharelado (Serviço Social). Constitui-se, também, como polo de educação a distância da Assessoria de Educação a Distância da UFPA (AEDI), ofertando os cursos de licenciatura em Química e Matemática. Congrega, hoje, cerca de 40 professores entre especialistas, mestres e doutores e doutorandos, 08 técnicos administrativos e aproximadamente 900 alunos⁸³.

83 Informações extraídas do site oficial do CUMB. Disponível em < <http://www3.ufpa.br/breves/>>. Acesso em: 03/11/10.

4.2.5 O Campus Universitário do Baixo Tocantins-Cametá

Fundado em 1987, como resultado do Projeto Norte de Interiorização da UFPA, o *Campus* Universitário do Baixo Tocantins-Cametá é um dos *campi* que atua na Mesorregião do Nordeste Paraense, mais especificamente na Microrregião de Cametá, (formada pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, e Oeiras do Pará). Tal microrregião agregava uma população total de 437.302 habitantes (IBGE, 2010). O município onde se localiza o *campus* tinha, em 2010, 120.896 habitantes, dos quais 52.838 residiam na área urbana e 68.058 no espaço rural; a economia deste município gira em torno da agropecuária e dos serviços (IBGE - Censo 2010).

O *campus* teve como primeiro gestor o técnico administrativo Jorge Dias da Cunha e sua primeira sede foi a Escola Municipal de 1º Grau “Maria Cordeiro de Castro”, que posteriormente foi doada à UFPA através da Lei Municipal Nº 1207, de 27 de março de 1991. Em 1994, foi implantado o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. A localização do *campus* possibilita fácil acesso aos estudantes de municípios como Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará⁸⁴. Em 2010 apresentava a seguinte configuração acadêmica:

Tabela 27 - Configuração Acadêmica do Campus de Cametá

Faculdades	Cursos de Graduação/ Cursos de Pós-Graduação	Vagas Anuais	Corpo Docente
Educação	Pedagogia	40	46
Letras	Letras Hab. em Língua Portuguesa	40	
	Letras Hab. em Língua Inglesa	30	
História	Licenciatura Plena em História	40	
Matemática	Licenciatura Plena em Matemática	40	
	Bach. em Sistema de Informações	30	
Total		220	
Núcleo - Unidade/Município			
Núcleo Universitário de Mocajuba			
Núcleo Universitário de Pacajá			

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados coletados na PROPLAN e na PROGEP

4.2.6 O Campus Universitário de Castanhal

Localizado na Mesorregião Metropolitana de Belém (formada pelos municípios de Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Santo Antonio do Tauá), o *Campus* Universitário de Castanhal atua na mais populosa mesorregião do Pará (população de

⁸⁴ Informações extraídas do site oficial do Campus de Cametá. Disponível em <www3.ufpa.br/cameta>. Acesso em setembro de 2011.

2.437.297 habitantes) (IBGE, 2010) e está sediado no município de mesmo nome. O município possuía 173.149 habitantes em 2010, dos quais 153.378 residiam na zona urbana do município. Tem sua economia baseada sobre a agricultura, pecuária e serviços.

Constituiu-se num dos mais antigos espaços de atuação da UFPA no interior (sua inauguração foi 14 de abril de 1978) por meio de um Convênio para a implantação da Universidade Federal do Pará em Castanhal, através do Núcleo de Educação e do Serviço de Extensão, que foi assinado pelo, então, Reitor da universidade e pelo Prefeito de Castanhal à época. Os primeiros cursos ofertados foram de Matemática, História, Letras, Geografia e Pedagogia, que beneficiariam também as Zonas Bragantina, Guajarina e Salgado.

Norteados pelo proposto no III PNI, a partir de 1997, novos cursos foram implantados no município: Administração, Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências do 1º grau, além dos cursos já ofertados. No mesmo ano, o curso de Licenciatura Plena em Matemática passou a ter corpo docente próprio e, atualmente a infraestrutura deste curso conta com um Laboratório de Matemática, onde são desenvolvidos projetos.

Em 1999 foi implantado o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física que abriu sua primeira turma no ano seguinte. Funciona por meio de uma parceria entre a UFPA, o SESI e a Prefeitura de Castanhal, que cedem espaços físicos, piscinas e quadras poli-esportivas, para as aulas práticas.

No ano seguinte (2000) foi criado um novo curso regular permanente naquela unidade: o curso de Medicina Veterinária por meio da Resolução CONSEP nº 2.745/2000 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2000g). O curso foi criado para dar cumprimento a política proposta no III PNI e no ***Programa de Revitalização da Infraestrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos Campi da Universidade Federal do Pará*** configurada no Projeto de ***Implantação do Polo de Genética Animal no Campus de Castanhal***. Congregava, em 2010, 30 professores e possuía um efetivo de 207 alunos matriculados.

O *campus* de Castanhal possui, atualmente, um total de 1.464 alunos matriculados nos 13 cursos ofertados no município. Possui, ainda, um quadro de 70 professores, dos quais 15 são doutores, 34 mestres e seis especialistas. Entre eles, 13 estão afastados para qualificação no doutorado. Desde 2001 possui um Programa de Pós-Graduação *lato sensu* nos quais foram ofertados 04 cursos.

O *Campus* logrou ser contemplado pelas ações do Programa EXPANDIR, a

partir de 2005, e isto potencializou o fortalecimento dos cursos de Medicina Veterinária e Educação Física, com a contratação de docentes e técnico-administrativos, além de investimentos em infraestrutura. As consequência da aplicação dos recursos do programa nesta unidade traduziu-se na implantação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal na Amazônia (PPGSAAM), levada a cabo em 2008.

O PPGSAAM oferta curso em nível de mestrado e contava em 2010 com 11 professores permanentes e três colaboradores. Foi o primeiro mestrado na área de medicina veterinária na região norte e primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* a ser ofertado no *Campus* de Castanhal. Tem como linhas de pesquisa “Doenças infecciosas e parasitárias em animais domésticos” e “Doenças tóxicas, carenciais e metabólicas em animais domésticos”.

Apresenta-se abaixo o quadro que retrata a configuração acadêmica do *Campus* de Castanhal em 2010.

Tabela 28 - Configuração Acadêmica do *Campus* de Castanhal

Faculdades	Cursos de Graduação/ Cursos de Pós-Graduação	Vagas Anuais	Corpo Docente
Educação	Pedagogia	80	20
Letras	Letras Hab. em Língua Portuguesa	40	16
	Letras Hab. em Língua Espanhola	30	
Educação Física	Licenc. Plena em Educação Física ⁸⁵	80	12
Medicina Veterinária	Bacharelado em Medicina Veterinária	30	30
Matemática	Licenciatura Plena em Matemática	80	11
Sistema de Informações	Bach. em Sistema de Informações	30	10
Total		330	79

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados coletados na PROPLAN e na PROGEP

4.2.7 O *Campus* Universitário do Sul e Sudeste do Pará-Marabá

A região onde atua o *Campus* Universitário de Marabá caracteriza-se por ser atualmente aquela que mais tem crescido (em termos econômicos e populacionais) e para lá tem convergido a atenção da iniciativa privada e do Governo do Estado, pois aquela região concentra uma das maiores reservas minerais do planeta.

A UFPA iniciou suas ações acadêmicas naquele espaço regional em 1987, com a implantação dos cursos de Licenciatura Plena em História, Letras, Matemática, Geografia e Pedagogia, como nos demais *campi* criados em 1986. Somente em 1992, são criados os cursos de Letras e Matemática, agora de forma regular/regular, para os quais foram contratados professores por meio de convênio, e estes formaram o primeiro quadro docente próprio do *Campus* de Marabá. Data do início da década de 90 a implantação dos cursos de Pedagogia e Direito, ofertados em período regular mas sem

⁸⁵ 40 vagas ofertadas no regime extensivo e 40 para o regime intensivo.

colegiado do *campus*. Foram ainda constituídas turmas de pós-graduação, com os cursos de especialização em Docência no Ensino Superior (com 420 horas), em História da Amazônia (com 360 horas) e em Educação Ambiental (com 574 horas), todos com duração de seis meses, totalizando 72 alunos.

Em 1994, são criados os Núcleos de Xinguara, Parauapebas (ofertando o curso de Pedagogia no período intervalar) e Rondon do Pará (ofertando o curso de Letras, também no regime intervalar). Foi assim que a UFPA organizou suas ações acadêmicas naquele município, oportunizando à sociedade regional a formação no ensino superior, em diferentes modalidades e cursos.

No ano de 1995 já se podia observar a existência de um corpo docente sendo estruturado, o qual se materializava na existência de 16 professores lotados na unidade e que realizavam ações de ensino, pesquisa e extensão. Em 2010 o *campus* possuía a seguinte configuração acadêmica:

Cursos de Graduação: Agronomia – Bacharelado (Regular) – 30 vagas; Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado (Regular e Intervalar) – 40 vagas ; Ciências Naturais – Licenciatura (Regular e Intervalar) – 30 vagas; Direito – Bacharelado (Regular) -; Educação do Campo – Licenciatura (Intervalar); Engenharia de Materiais – Bacharelado (Regular); - Engenharia de Minas e Meio Ambiente – Bacharelado (Regular)-; Física – Licenciatura (Regular)-; Geografia – Licenciatura e Bacharelado (Regular e Intervalar); - Geologia - Bacharelado (Regular); - Letras / Língua Inglesa - Licenciatura (Regular); - Letras / Língua Portuguesa – Licenciatura (Regular e Intervalar)-; Matemática – Licenciatura (Regular e Intervalar); - Pedagogia – Licenciatura (Regular e Intervalar); - Química – Licenciatura (Regular)-; Sistema de Informação – Bacharelado (Regular).

4.2.8 O *Campus* Universitário do Oeste do Pará-Santarém

O município de Santarém, onde esteve localizado o *Campus* de Santarém até (2009), situa-se na Mesorregião do Baixo Amazonas que engloba os municípios de Alenquer, Almerim, Belterra, Curuçá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Santarém e Terra Santa. Nesta região encontram-se atividades madeireira, pecuária (criação de gado de corte), agricultura e minérios (o projeto da Mineração Rio do Norte no município de Oriximiná, voltado à exploração de Bauxita e Caulim).

O *Campus* de Santarém, até 2008, quando foi transformado na UFOPA,

constituía-se no mais antigo *campus* da UFPA, datando sua fundação em 14 de outubro de 1970, através da Resolução nº 39/70 – CONSEP (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1970), que criou o Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará em Santarém, porém somente em 1971 foram ofertados os primeiros cursos de Licenciaturas Curtas, cujas aulas eram ministradas numa escola municipal, entretanto esta ação inicial de interiorização durou até 1973. Somente em 1980, a Universidade recebeu da Prefeitura de Santarém o prédio da Escola Municipal “Everaldo de Souza Martins” e teve o Núcleo de Educação reativado, ofertando a complementação dos estudos existentes anteriormente. Além disso, iniciaram novas turmas de licenciatura curta em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, que duraram de 1980 a 1983.

Como os demais *campi*, passou a atuar mais efetivamente, no que se refere a oferta de cursos de graduação a partir de 1987 e também foi um dos pioneiros na oferta de cursos regulares permanente e bacharelados. Foi uma das unidades regionais escolhidas para atuar como polos de desenvolvimento regional a partir do III PNI, o qual propunha que a partir daquele momento a IFES deveria encaminhar seu processo de interiorização rumo a estes polos prioritários para o desenvolvimento econômico e social de suas áreas de atuação através da oferta de cursos que poderiam potencializar a exploração das riquezas naturais daquela região. Deste modo Santarém foi eleito para receber e implementar o **Programa de Biociências e Impacto Ambiental** e, além desta ação, também foi escolhido como local estratégico para receber recursos do programa EXPANDIR a fim de consolidar o polo criado em 1998.

Em 2007, tendo em vista a necessidade de criação de novas universidades federais no estado e na região Amazônica foi proposto ao MEC a transformação do *Campus* de Santarém em parte da UFOPA (a outra parte foi composta pela unidade descentralizada da UFRA sediada em Santarém). Institucionalmente isto foi operacionalizado por meio de estudos e debates nos Conselhos Superiores da proposta de criação da nova IFES e na UFPA isto foi concretizado por meio da **Resolução CONSUN nº 620**, de 29 de junho de 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2007g) – que aprovou o projeto de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará. A transformação deste *campus* em Universidade é fruto da política de expansão do MEC, especialmente dos Programas EXPANDIR e REUNI.

Antes do desmembramento o *Campus* de Altamira ofertava os seguintes **cursos de graduação**: Ciências Biológicas (Regular), Direito (Regular), Física Ambiental

(Regular), Letras (Regular), Matemática (Regular), Pedagogia (Regular e Intervalar), Química e Matemática (a distância) e Sistemas de Informação (Regular).

4.2.9 O *Campus* Universitário do Marajó-Soure

O *Campus* Universitário do Marajó-Soure (CUMS) atua, hoje, através de suas ações acadêmicas, numa área que abrange os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure os quais compõem a microrregião dos Campos do Marajó ou Arari, na Mesorregião do Marajó.

O município de Soure, um dos principais polos urbanos daquela microrregião, abriga a sede do *campus*, o qual é composto por esta única unidade. Esta unidade acadêmica regional, ao longo dos últimos 24 anos, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, porém atua mais incisivamente no ensino de graduação, oferecendo cursos em regime intensivo (intervalar - no período de recesso escolar) e extensivo (regular).

No início do processo de interiorização da UFPA, o município de Soure foi eleito para sediar o polo marajoara da UFPA, cuja finalidade era atender aos municípios situados politicamente na mesorregião do Marajó e, como mencionado, em 1986, foi criado o Núcleo Universitário do Marajó. Neste mesmo ano, realizou-se o primeiro processo seletivo (vestibular) para preencher vagas distribuídas em cinco (05) cursos de Licenciatura Plena nas áreas de Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. Tais cursos funcionavam em regime intervalar (modular) no período de férias escolares.

A sede do Núcleo funcionou até 1989 na Escola Estadual de 2º Grau “Edda de Sousa Gonçalves”. Em 1990, com a inauguração do prédio definitivo o Núcleo passou a ser denominado de *Campus* Universitário do Marajó – Núcleos de Soure e Breves. A estrutura administrativa do *campus* do Marajó eram inicialmente formadas por dois *campi*: o *Campus I*, em uma área com aproximadamente 26.900 m², doada pela Prefeitura Municipal de Soure, através da Lei Nº 2.672 de 26 de setembro de 1990 e o *Campus II* que funcionou durante dez (10) anos em um prédio cedido pela Prefeitura de Soure à UFPA, através da Lei Municipal nº 2.673/90, de 26 de dezembro de 1990 e serviu como alojamento para os professores que se deslocavam de outros *campi* para o Município, a fim de ministrarem aulas.

Em 1990, devido às grandes distâncias e dificuldades de acesso dos moradores de municípios da microrregião dos Furos de Breves (municípios de Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista) e microrregião de Portel (municípios

de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel) ao *Campus* de Soure, criou-se o Núcleo de Breves, sediado naquele município (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001b). O *Campus* Universitário do Marajó tornou-se o *Campus* Universitário do Marajó - Núcleos de Breves e Soure.

No ano de 1994, no Núcleo de Soure, ofertaram-se as primeiras turmas de graduação em regime regular (Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Pedagogia). No ano de 1996 foi ofertada uma turma de pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior para atender os egressos dos cursos de graduação. Dois anos depois, por consequência das dificuldades encontradas pela Coordenação Geral do *Campus* Universitário do Marajó em administrar os dois núcleos, propôs-se a separação dos núcleos: o Núcleo Universitário de Breves tornou-se *Campus* Universitário de Breves e o Núcleo Universitário de Soure tornou-se o *Campus* Universitário de Soure, entretanto a separação administrativa definitiva dos *campi* somente ocorreria em 2001 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2001b).

Após o desmembramento, o *Campus* Universitário de Soure passou a ofertar regularmente os cursos de Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e Pedagogia. Em 1998, foi realizado o primeiro concurso para professores de Letras e Pedagogia para o *Campus* de Soure, o que consolidava a implantação dos respectivos cursos no Marajó, pois, até então, os cursos aconteciam no *campus*, mas eram coordenados pelos Centros em Belém, por não haver Colegiado efetivo na unidade. Neste concurso foram aprovados quatro professores.

A partir de 2004, o CUMS passou a ofertar cursos de Licenciatura em Letras com habilitação em línguas estrangeiras (Inglês, Francês e Alemão) nas modalidades extensivo e intensivo. Estas vieram preencher uma lacuna existente na região em termos de profissionais qualificados para trabalhar com línguas estrangeiras no ensino básico e também para trabalhar na área do turismo, pois a região se constitui num destino turístico, recebendo pessoas de várias nacionalidades (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2007b).

Durante os 24 anos de atuação da UFPA no Marajó, através do *Campus* de Soure, já foram ofertados **13 cursos de Graduação**: Letras Licenciatura - Habilitação em Língua Portuguesa, Pedagogia, Letras – Língua Inglesa, Letras – Língua Francesa, Letras – língua Alemã (em regime de oferta regular permanente) e Geografia, História, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Biologia, Turismo e Música (em regime temporário de oferta através de flexibilização de vagas), além de um (01) **curso**

de pós-graduação *latu sensu* (Docência do Ensino Superior). De um total de **1.402 ingressantes** em cursos de graduação, foram **diplomados 752** estudantes, até junho de 2009⁸⁶.

O CUMS, em 2010, possui apenas duas faculdades: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Biologia e contava com um quadro docente formado por 12 docentes da Faculdades de Letras e 01 docente da Faculdade de Biologia. Seu quadro técnico-administrativo efetivo é formado por 08 indivíduos (1 técnico em assuntos educacionais, 05 assistentes em administração, 1 bibliotecária, 1 vigilante).

Tabela 29 - Corpo Docente do *Campus* de Soure em 2010

Docente	Titulação	Total
Efetivos - DE	Graduado	01
	Especialista	03
	Mestre	07
	Doutor	02
Total Geral		13

Fonte: Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação do CUMS (2010)

Vimos nesta trajetória movimentos diferenciados de atuação dos *campi* na região onde os mesmos estão instalados, no que se refere a missão destas unidades acadêmicas regionais, ou seja, oferta de ensino, pesquisa e extensão. Estas diferentes maneiras de agir, em nossa percepção, constituem-se nas consequências diretas da política institucional de expansão que priorizou e investiu em alguns e deixou de criar estratégias para o desenvolvimento acadêmico dos demais *campi*.

⁸⁶ Fonte: Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação do Campus de Soure.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Organizações complexas como as organizações universitárias, possuem estruturas do tipo *burocracia profissional*, formadas por uma “comunidade universitária, aqui entendida como o conjunto formado pelos seus professores, em especial os engajados em atividades de pesquisa” ou “professores-pesquisadores” (DAGNINO, 2006), pautam suas ações, planos, estratégias e inclusive projeções sobre decisões que envolvem um alto grau de necessidade de escolhas políticas sobre a partilha dos recursos (muitas vezes escassos) e a negociação de conflitos, tensões e interesses políticos, institucionais e, porque não, interesses de grupos e indivíduos.

Neste contexto é entendimento nosso que a Universidade Federal do Pará constitui-se numa organização complexa estruturada como uma burocracia profissional, pois são os seus *professores-pesquisadores* os principais atores do processo decisório desta IES pública, o qual apresenta forte tendência ao “modelo político de decisão” que é caracterizado por negociações, barganhas e em muitos casos operacionalizado sob jogos de poder, como exposto neste trabalho.

Este modelo materializa-se mais acentuadamente quando a instituição passa por transformações fundamentais, aqui destacamos um período em que estes atos foram mais recorrentes.

As principais políticas acadêmicas efetivadas pela UFPA no sentido de organizar a construção de sua política de expansão pautada sobre a *universidade multicampi* como filosofia de gestão acadêmica e administrativa ocorre na década passada. Nesta observou-se que a política *multicampi* de expansão estruturou-se sobre uma estratégia de escolhas permeadas pela noção de *vocações regionais*, termo presente em seus documentos normativos, nos seus planos e nos discursos dos gestores que lideraram a organização universitária entre 2001 e 2010.

Foi neste período que se implementaram, no âmbito da UFPA, dois planos de expansão da educação superior pública do governo federal: os programas EXPANDIR e REUNI. Nesta IFES, os recursos (humanos e financeiros) oriundos destas macropolíticas federais foi quase que eminentemente utilizado com o objetivo de compor e estruturar os quadros docentes efetivos dos *campi* do interior e aumentar a oferta de cursos e vagas nestes locais, e, conseqüentemente, para assegurar a consolidação das unidades acadêmicas regionais da UFPA no interior do Pará.

O escrutínio destas ações organizacionais nos levaram a concluir que a

condução destas políticas não foi realizada de forma equitativa ao longo do período em análise, no sentido de que conseguiram fortalecer ou consolidar aqueles *campi* que, ao longo do processo de interiorização, ou seja, desde 1986, já vinham sendo privilegiados por intermédio de planos, ou mesmo por escolhas administrativas, que a eles garantia uma parte maior dos recursos (humanos e financeiros), além da oferta de cursos condizentes com as vocações econômicas das regiões onde tais *campi* estão situados.

Desta forma algumas unidades regionais avançaram academicamente e conseguiram consolidar programas de pesquisa e pós-graduação, tais como os *campi* de Castanhal, Bragança e Marabá, enquanto que outros (Abaetetuba, Breves, Cametá e Soure), somente recentemente, após a adesão da UFPA ao programa REUNI, começaram a estruturar seus quadros docentes de forma a dar conta do ensino da graduação em algumas áreas específicas como Letras (Habitação em Língua Portuguesa e Habitação em Línguas Estrangeiras), Pedagogia, Matemática, Ciências Naturais, Biologia e predominantemente na forma de licenciaturas.

Observou-se, ademais, que os programas citados foram utilizados pela gestão dessa organização universitária de forma diferenciada no que se refere a sua política de expansão.

O EXPANDIR foi usado para criar ou fortalecer cursos de bacharelado em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional por meio da consolidação dos polos de excelência, propostos desde o III Projeto Norte de Interiorização, nos *campi* de Bragança, Castanhal, Marabá e Santarém. As escolhas que permearam a implementação do EXPANDIR neste locais envolveram decisões políticas no âmbito interno e não consideram os interesses dos demais atores daqueles ambientes que foram atingidos pelas externalidades da política. Administrativamente, as discussões relativas a implementação da política, envolveram apenas uns poucos gestores diretamente envolvidos no processo⁸⁷, assim a comunidade universitária e a sociedade civil local não foi envolvida no processo de escolhas sobre os cursos que deveriam ser consolidados ou implantados em tais polos.

O Programa REUNI, por sua vez, foi eminentemente utilizado pela IES como forma de consolidar a pós-graduação na capital e também os cursos de licenciatura no interior. A análise do Plano de Expansão e Reestruturação da UFPA: 2008-2012 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008b), de outros documentos relacionados

⁸⁷ Membros da Reitoria, Coordenadores de *Campi* e Coordenadores dos Colegiados dos cursos expandidos.

ao programa e dos depoimentos dos informantes ouvidos durante a pesquisa dá conta que as decisões sobre a distribuição dos recursos do programa foram do tipo políticas, posto que, envolveram, primeiramente uma pactuação externa, pois foram negociadas com o Governo do Estado e com as comunidades dos municípios, e depois precisaram ser negociadas internamente com os Coordenadores de *Campi*, os quais apresentaram suas demandas em conformidade com áreas de interesse das comunidades que representavam ou com seus próprios interesses.

Assim, a exceção do *Campus* de Soure, os demais *Campi* conseguiram ampliar seu espaço de atuação na graduação (e até mesmo na pós-graduação e pesquisa) e ofertar cursos novos ou consolidar cursos preexistentes, num processo de expansão que desta vez foi acompanhado de infraestrutura humana e financeira.

O estudo apresenta algumas limitações no que se refere ao aprofundamento de questões relativas: a qualidade dos cursos ofertados no interior, a abrangência real e a pertinência social de tais cursos para a população das regiões onde os *campi* estão inseridos.

A implementação dos programas federais de expansão na UFPA, levanta também questões relativas à pertinência científica e social da ação de expansão da UFPA no interior do Estado do Pará, pois, no entendimento de Brasil (2007), a pertinência científica das universidades é dada pela relação entre aquilo que a sociedade quer/espera e aquilo que a universidade efetivamente faz nos locais onde está inserida. Assim, questiona-se: *será que a ação da UFPA tem sido científica e socialmente pertinente para a população paraense do interior?* Ou, em outros termos: *será que os cursos implantados vão ao encontro das expectativas da população do interior ou atendem apenas a interesses de grupos internos e externos à esta IES?*

Outra questão que a nosso ver também precisa ser investigada refere-se a fixação dos docentes efetivos nos *campi* do interior, principalmente mestres e doutores, uma vez que, durante a pesquisa de campo percebemos a existência de um certo movimento de resistência à fixação de alguns professores no interior. Deste modo, acreditamos que um estudo nesta direção pode ser elucidativo sobre os efeitos, em termos de qualidade, da implementação dos programas federais nesta IES, pois dados empíricos evidenciam a existência de uma mobilidade docente *intercampi*, que atinge especialmente as unidades implantadas nas regiões menos dinâmicas - sob ponto de vista econômico - do Estado.

Os efeitos da implementação das macro políticas de expansão do MEC criaram

uma nova face para a política *multicampi* da UFPA, na medida em que:

- a) potencializaram a oferta de novos cursos no interior e aumentaram a oferta de vagas;
- b) consolidaram os quadros docentes da maioria dos *campi*;
- c) a consolidação dos quadros docente, virtualmente, cria condições de avanços rumo a pesquisa e pós-graduação no interior.

Estes efeitos, no devir, podem traduzir-se em ações acadêmicas científicas e socialmente mais pertinentes nestes espaços da Amazônia, o que poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento desta região do Brasil.

REFERENCIAIS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto** educacional brasileiro. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>. Acesso em 15 nov. 2010.

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as IFES – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>, acesso em: 19 nov. 2010.

ARAGÓN, Luis E. **Ciência e educação superior na Amazônia**: desafios e oportunidades de cooperação internacional. Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2001.

BATISTA, Fábio Ferreira. O desafio da gestão do conhecimento nas áreas de administração e planejamento das instituições federais de ensino superior (IFES). **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, n. 1181, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2010.

BENITEZ, Rogério M. Investimento público fixo, um elemento catalisador de desenvolvimento inerente o economia regional. In: **Análise econômica**, v. 21, n.39, mar. 2003. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BERNADES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. **Teoria Geral da Administração**: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2003.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. (El desarrollo en la práctica). Washington, DC: Bird/Banco Mundial, 1995.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI Marília (Org.). **Educação superior no Brasil 10 anos pós-LDB**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1988.

_____. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Institui o Plano de metas compromisso todos pela educação. Brasília, DF, 2007a.

_____. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. Brasília, DF, 2007b.

_____. Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006a.

_____. **Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005.

_____. **Decreto n. 6.303 de 12 de dezembro de 2007**. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília-DF, 2007c.

_____. **Edital nº 14/1998**, de 30 de dezembro de 1998. Publicado no Diário Oficial da União de 01 de janeiro de 1999. Brasília-DF, 1999.

_____. **Edital n. 136/2007-MEC**. Brasília-DF, 2007e.

_____. **Lei n. 3.191**, de 02 de julho de 1957. Criou a Universidade Federal do Pará. Brasília-DF, 1957.

_____. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 - Lei da Reforma Universitária de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília-DF, 1968.

_____. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional (LDBN)**. Brasília-DF: MEC, 1971.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)**. Brasília-DF: MEC, 1996.

_____. **Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC, 2001a.

_____. **Portaria n. 337/2006-MEC**. Aprovou a reformulação do Estatuto da UFPA. Brasília, DF, 2006b.

_____. **Portaria n. 1.724/2001- MEC**, de 03 de agosto de 2001. Brasília-DF: MEC, 2001b.

_____. **Portaria n. 1.890/2001-MEC**, de 06 de setembro 2001. Brasília-DF: MEC, 2001c.

_____. **Portaria n. 731/2007- MEC**, de 24 de julho de 2007. Brasília-DF: MEC, 2007f.

_____. **Portaria n. 163/2001- MPOG**, de 02 de agosto de 2001. Brasília-DF: MEC, 2001d.

_____. **Portaria n. 222/2007 – MPOG**, de 23 de junho de 2007. Brasília-DF: MPOG, 2007g.

_____. **Programa de expansão da educação superior pública: 2003-2006**. Brasília-DF, 2003.

_____. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, DF: MEC/SESu/DIFES, 2009.

BRASIL; CASA CIVIL. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais / Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL, Walterlina. **Ciência e educação superior na Amazônia**. Porto Velho: Edufro, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo**

Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luis.C; SPINK, Peter. (Org). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 21-28.

CATANI, Afrânio M; OLIVEIRA, João F. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CHAVES, Vera L. Jacob; ARAUJO, Rhoberta S. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão: uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará. In: **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília, DF, v. 21, n. 48, jul. 2011, p. 64-75.

CHAVES, Vera L. Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI Marília (Org.). **Educação superior no Brasil 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2010.

CHAVES, Vera L. Jacob; MENDES, Odete. C. **Reuni: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública**. [S.l.:s.n.], Disponível em: <http://www.adufrj.org.br/observatorio/wpcontent/uploads/2009/10/REUNI_CONTRTAO_GE_STAO.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciência humanas e sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Nas águas o diploma: o olhar dos egressos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá – PA**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado) – Programa Educação e Currículo, PUC. São Paulo, 2008.

DAGNINO, Roberto; GOMES, Erasmo. O processo decisório na Universidade pública brasileira: uma visão de análise de política. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, Dilvo. **Avaliação e compromisso público**. Campinas: Insular, 2003, p. 159-187

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luis F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de (Org.) **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiania: Alternativa, 2003. p. 97-116.

DOURADO, Luis Fernando. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-239. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2010.

DOURADO, Luis F.; OLIVEIRA, João F.; CATANI, Afrânio M. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luis F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de (Org.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiania: Alternativa, 2003. p. 17-30.

DUARTE, Nelson F. S. **Mintzberg e o Desenho Organizacional**. Coimbra, 2006. Disponível em: <http://prof.santanaesilva.pt/gestao_de_empresa/trabalhos_05_06/word/Teoria%20de%Mintzberg.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2011.

FAÇANHA, Sandra L.O; YU, Abraham Sin Oih. Abordagem integrada. In: YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 51-75

FARIA, Gilson. Interiorização unida discute novas ações. **JORNAL BEIRA DO RIO**, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/2002/72-edicao-4/788-interiorizacao-unida-discute-novas-acoes>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

FIALHO, Nádia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília, DF: Plano, 2005.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. In: **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA 50 anos: histórias e memórias. Belém: EDUFPA, 2007**. p. 15-67

FREITAS. Henrique; KLADIS, Constantin. O processo decisório: modelos e dificuldades. Rio de Janeiro. In: **Revista decidir**. Rio de Janeiro. v. 2, n. 8, 1995, p. 30 – 34.

FREITAS, Marlene M. **Universidade Multicampi**: conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005. Belém: EDUFPA, 2005.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HADDAD, Fernando. **O Plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HALL, Richard H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Superior. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <www.mec.inep.gov.br>. Acesso em 05 nov. 2010.

JONES, Gareth R. **Teoria das organizações**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

LEAL, Aline Luiza de Andrade. Bem estar no trabalho entre docentes universitários: estudo de caso em uma IES pública. 2008. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2008. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1752>. Acesso em 15 nov. 2010.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luis F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 81-93.

LIMA, Afonso Carneiro. Estrutura organizacional e processo decisório. Abordagem Integrada. In: YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Idalice R.; OLIVEIRA, Régia C.; SILVA, Maria V. Trabalho docente nas universidades federais brasileiras. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art15_38e.pdf> . Acesso em: 30 nov. 2010.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. [S.l.; s.n.]. Disponível em: http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

LUNDVALL, Bengt-Ake. Políticas de inovação na economia do aprendizado. In: **Revista parcerias estratégicas** – [s.e.], n. 10, mar. 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. In: **Educar**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 28, p. 37-56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2010.

MARX, K; ENGEL, F. **Manifesto do partido comunista**. 10 ed; rev. São Paulo: Global, 2006.

MEGUINS, Rosimê da Conceição. **A modernização da Amazônia: do mergulho na totalidade à lapidação da subjetividade**. 2006. 301 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MELLO, Alex B. Fiúza de. A interiorização da universidade na Amazônia: um desafio nacional. In: **Educação brasileira**, Brasília, DF. v. 30, n. 60-61, p. 9-35, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.crub.org.br/admin/publicacoes/revista_60_61.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia**. Belém: EDUFPA, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-194, mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

MICHELOTTO, Regina M; COELHO, Rúbia H; ZAINKO, Maria Amélia S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. In: **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Curitiba: UFPR, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislação educacional: de 2003 a 2010**. (Coletânea). Brasília-DF: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Ata: Reunião de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus de Bragança**. Brasília-DF, 2007a.

_____. **Ata: Reunião de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus de Castanhal**. Brasília-DF, 2007b.

_____. **Ata: Reunião de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus de Marabá**. Brasília-DF, 2007c.

_____. **Ata: Reunião de Pactuação do Programa de Expansão Etapa I – Campus de Santarém**. Brasília-DF, 2007d.

MINTZBERG, Henry. **Estrutura e dinâmica das organizações**. Tradução Amélia Salavisa Brooker. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BUSZTYN, Marcel (Org). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamonde, 2001. p. 27- 40.

NORTH, D.; DAVIS, L. Institutional change and american economic Growth, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

_____;THOMAS; Robert P. **The rise of the western world: A new economic History**, Cambridge. University Press, Cambridge, 1973.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Suzana A. **A Educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p.31-42.

OLIVEIRA, Damião Bezerra. **As dimensões ensino e pesquisa enquanto premissas institucionais da formação acadêmica no arquipélago Universidade Federal do Pará**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

OLIVEIRA, Rita de Nazaré Veras. **A Interiorização do ensino superior da UFPA e o curso de Serviço Social: uma relação a concretizar (1986-2006)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PAULA, Cristiana Maria de. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no Brasil: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital**. 2009. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/cristiana_maria_de_paula.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, BRAGA, Mauro Mendes. A ampliação do acesso à educação superior pública pós - LDB: considerações a partir do caso da UFMG. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI Marília (Org.).**Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos)

PIMENTA, Lídia Boaventura. **O processo decisório na Universidade Multicampi: dinâmica dos conselhos superiores e órgãos de execução**. 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca digital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1683>. Acesso em: 8 set. 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. In: **Revista**

Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

POLIDORI, Marlis M. O papel da Universidade no contexto contemporâneo: os desafios da avaliação. In: **Revista do centro de educação da UFSM.** [s.e.], v. 28, n.1, 2003.

PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 1. Documento das instituições de educação superior da Amazônia: 1986-1989. [s.n.]. Belém, 1986.

PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 2. Documento das instituições de educação superior da Amazônia: 1994-1997. [s.n.]. Santarém, Pa, 1993.

PROJETO NORTE DE INTERIORIZAÇÃO, 3. Documento das instituições de educação superior da Amazônia: 1998-2001. [s.n.]. Belém, 1997.

RAMALHO FILHO, Rodrigo. **Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI:** Audiência Pública Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Brasília, DF, 22 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

RIBEIRO, Ormezinda Maria. Por que investir em pesquisa qualitativa? In:**Revista brasileira de estudos pedagógicos.** Brasília, DF [s.e.] v. 81, n. 197, p. 109-115, jan./abr. 2000.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI Marília (Org.). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.41-50. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 nov.2010.

RIZZATTI, Gerson; DOBES, Elaine I. **A complexidade do processo decisório em universidades.** Disponível em: <http://rapes.unsl.edu.ar/Congressos_realizados/III%20Encuentro/Completo/RIZZATTI2.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.

RIZZATTI, Gerson; RIZZATI JÚNIOR, Gerson. **Organização Universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas.** In: Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: 2004 – Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br>>. Acesso em: 10 set. 2011.

SABBADINI, Francisco Santos. Análise do processo decisório sob a perspectiva da racionalidade limitada e da formação de conceitos: o caso da SGB-1. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA – SEGTe, 2., 2005. [S.l.]. [Anais...]. [S.l.: s.m.], 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões de Nossa Época, v.11).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades.** In: **Avaliação,** Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. **Diferenciação e diversificação: marcas das políticas de educação superior no final do século.** In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000. p. 47-62.

_____. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In:

SGUISSARDI, Valdemar (Org.). Educação Superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000. p. 9-46.

SCHWARTZMAN, Jacques. O financiamento das instituições ensino superior no Brasil. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em <www.iea.usp.br/observatorios/educacao>. Acesso em: 11 nov. 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1980.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reforma da Educação Superior: a produção da ciência engajada ao mercado e de um novo pacto social. In: DOURADO, Luis F.; CATANI, Afrânio M; OLIVEIRA, João F. de (Org.). Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiania: Alternativa, 2003. p. 53-80.

SILVA FILHO, Guerino E; CARVALHO, Eveline B. S. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. In: Revista econômica do nordeste, Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 467-482, novembro 2001. Fortaleza, 2001.

SOARES, Narciso das Neves. **Constituição dos saberes docente de formadores de professores de Matemática.** 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico, Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

SOUSA, Willy Hoppe de; SHIBATA, Inácio Hideo. Decisões políticas: abordagem integrada. In. YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Saraiva, 2011. p. 131-164.

TRIGUEIRO, Michelangelo Gioto. Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil. In: IESALC/UNESCO. **Digital Observatory for Higher Education in Latin America and the Caribbean.** [S.L.] IESALC/UNESCO, 2003.

UNESCO. Declaración mundial sobre la educación superior em el siglo XXI: visión e acción, 1998. In : ARGON, Luis E. **Ciência e Educação Superior na Amazônia: Desafios e Oportunidades de Cooperação Internacional.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2001. p. 97 – 125.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Anuário Estatístico 2010: Ano Base 2009. Belém, 2010a.

_____. **Anuário Estatístico 2009:** Ano Base 2008. Belém, 2009a.

_____. **Anuário Estatístico 2008:** Ano Base 2007. Belém, 2008a.

_____. **Anuário Estatístico 2007:** Ano Base 2006. Belém, 2007a.

_____. **Anuário Estatístico 2006:** Ano Base 2005. Belém, 2006a.

_____. **Anuário Estatístico 2005:** Ano Base 2004. Belém, 2005a.

_____. **Anuário Estatístico 2004:** Ano Base 2003. Belém, 2004a.

_____. **Anuário Estatístico 2001:** Ano Base 2000. Belém, 2001a.

- _____. **Anuário Estatístico 2000:** Ano Base 1999. Belém, 2000a.
- _____. **Anuário Estatístico 1999:** Ano Base 1998. Belém, 1999a.
- _____. **Anuário Estatístico 1998:** Ano Base 1997. Belém, 1998a.
- _____. *Ata:* 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 21 de novembro de 2002. Belém, 2002a.
- _____. *Ata:* 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, ocorrida no dia 28 de maio de 2003. Belém, 2003a.
- _____. *Ata:* 3ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, ocorrida no dia 24 de junho de 2003. Belém, 2003b.
- _____. *Ata:* 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, ocorrida no dia 26 de agosto de 2003. Belém, 2003c.
- _____. *Ata:* 2ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, ocorrida no 19 de dezembro de 2003. Belém, 2003d.
- _____. *Ata:* 6ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 28 de junho de 2006. Belém, 2006b.
- _____. *Ata:* Reunião do Conselho Deliberativo do *Campus* Universitário do Marajó – Núcleos de Breves e Soure, realizada no dia 30 agosto de 2001. Soure, 2001b.
- _____. *Ata:* 4ª Sessão Ordinária do CONSEP, ocorrida no dia 03 de novembro de 2004. Belém, 2004b.
- _____. *Ata:* 3ª Sessão Ordinária do CONSEP, realizada em 09 de maio de 2004. Belém, 2004c.
- _____. *Ata:* 2ª Sessão Ordinária do CONSEP, realizada em 29 de abril de 2004. Belém, 2004d.
- _____. **AVALIA:** Programa de Auto-avaliação da UFPA. Belém, 2006c.
- _____. **Exposição de Motivos GR-007/92-UFPA.** Belém, 1992a.
- _____. **Estatuto da Universidade Federal do Pará.** Belém, 2006d.
- _____. **Matriz de distribuição de vagas docentes da UFPA:** 2007. Belém, 2007b.
- _____. **Ofício Cabra/Coord. nº 03/2000,** de 15 de março de 2000. Bragança, 2000b.
- _____. **Ofício Circular nº 007/01 – CCT,** de 01 de outubro de 2001. Castanhal, 2001c.
- _____. **Ofício Circular nº 05/2001 - PROPLAN.** Belém, 2001d.
- _____. **Ofício Circular nº 012/2001 – PROPLAN.** Belém, 2001e.
- _____. **Ofício Circular nº 013/2001 – PROPLAN ,** de 22 de junho de 2001. Belém, 2001f.

- _____. **Ofício Circular 003/1999 – PROPLAN**, de 15 de junho de 1999. Belém, 1999b.
- _____. **Ofício Circular nº 004/1999-DLLV**, de 01 de julho de 1999. Belém, 1999c.
- _____. **Ofício CED nº 20/93**, de 02 de fevereiro de 1993. Encaminhou, à Reitoria, pedido de implantação do curso de Pedagogia em caráter permanente nos *campi* de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Marajó: Núcleos de Breves e Soure. Belém, 1993a.
- _____. **Ofício GR nº 160/2000**, de 22 de fevereiro de 2000. Belém, 2000c.
- _____. **Ofício GR nº 290/2000**, de 31 de março de 2000. Belém, 2000d.
- _____. **Ofício GR nº 192/2005**, de 22 de fevereiro de 2005. Belém, 2005b.
- _____. **Ofício GR nº 454/2004**, de 15 de abril de 2004. Belém, 2004e.
- _____. **Ofício 134/2000-CUBT**, de 23 de março de 2000. Abaetetuba, 2000e.
- _____. **Parecer CEG 056/9**, de 15 de março de 1993. Aprovou o Projeto de implantação do curso de Pedagogia em caráter permanente nos *campi* de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Marajó: Núcleos de Breves e Soure. Belém, 1993b.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA: 2001-2010**. Belém, 2003d.
- _____. **Plano de Gestão da Universidade Federal do Pará: 2005-2009**. Belém, 2006d.
- _____. **Plano de Gestão do Campus Universitário do Marajó-Soure: 2005-2009**. Soure, 2006e.
- _____. **Plano de Gestão do Campus de Bragança: 2007-2010**. Bragança, 2006f.
- _____. **Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA: 2008-2012**. Belém, 2008b.
- _____. **Processo nº 003373/1993**, instaurado a partir do Ofício nº 20/93, de 02 de fevereiro de 1993. Belém, 1993c.
- _____. **Programa de melhoria da oferta dos cursos de graduação no interior do estado do Pará**. Belém, 2001g.
- _____. **Projeto de implantação do curso de Pedagogia em caráter permanente nos *campi* de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Marajó: Núcleos de Breves e Soure**. Belém, 1993d.
- _____. **Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará: 1986 – 1989**. Belém, 1986a.
- _____. **Projeto pedagógico do curso de Letras do Campus Universitário do Marajó-Soure: Resolução CONSEPE nº 3.543/2007**. Belém, 2007c.
- _____. **Projeto UFPA: uma Universidade *Multicampi* – Proposta para o Fortalecimento do Modelo e Abertura de Novos Cursos no Interior do Pará**. Belém, 2005c.
- _____. **Proposta de institucionalização dos núcleos universitários da UFPA no interior do estado**. Belém, 1998b.

_____. **Proposta para o fortalecimento dos cursos de licenciatura dos *campi* do interior.** Belém, 2006g.

_____. **Regimento do *Campus* Universitário do Marajó-Breves:** Resolução CONSUN n. 639, de 22 de janeiro de 2008. Belém, 2008c.

_____. **Regimento do *Campus* Universitário do Marajó-Soure:** Resolução CONSUN n. 638, de 22 de janeiro de 2008. Belém, 2008d.

_____. **Relatório Anual da Universidade Federal do Pará:** 1998. Belém, 1999d.

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.** Belém, 2006h.

_____. **Relatório de Gestão da PROGEP 2006.** Belém, 2007d.

_____. **Relatório de Gestão da PROGEP 2007.** Belém, 2008e.

_____. **Relatório de Gestão da PROGEP 2008.** Belém, 2009b.

_____. **Relatório de Gestão da PROGEP 2009.** Belém, 2010b.

_____. **Relatório de Gestão da PROGEP 2010.** Belém, 2011a.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2001.** Belém, 2002b.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2002.** Belém, 2003e.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2003.** Belém, 2004f.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2004.** Belém, 2005c.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2005.** Belém, 2006i.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2006.** Belém, 2007e.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2007.** Belém, 2008f.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2008.** Belém, 2009c.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2009.** Belém, 2010b.

_____. **Relatório de Gestão da UFPA 2010.** Belém, 2011b.

_____. **Relatório simplificado do VII Fórum dos Coordenadores de *Campi* da UFPA.** Belém, 2004g.

_____. **Relatório Social de Gestão UFPA 2001-2009: um salto para o Século XXI.** Belém, 2009d.

_____. **Resolução CONSAD nº 1.111, de 28 de fevereiro de 2000.** Dispõe sobre a Administração Acadêmica dos *Campi* da Universidade Federal do Pará. Belém, 2000f.

_____. **Resolução CONSEP nº 3.211/2004,** de 3 de novembro de 2004. Estabelece princípios e define critérios gerais para a classificação e a gestão acadêmica dos *Campi* Universitários – Universidade *Multicampi*. Belém, 2004g.

_____. **Resolução CONSEP nº 2.745/2000.** Criou o Curso de Medicina Veterinária no *Campus* de Castanhal. Belém, 2000g.

_____. **Resolução CONSEP nº 2.087/1993,** de 03 de maio de 1993. Autoriza a implantação em caráter permanente do Curso de Pedagogia nos *campi* do interior da UFPA. Belém, 1993d.

_____. **Resolução CONSEP nº 1.355/1986,** de 03 de fevereiro de 1986. Institui o Projeto de Interiorização da UFPA: 1986-1989. Belém 1986b.

_____. **Resolução CONSEP nº 39/1970,** de 14 de outubro de 1970. Criou Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará em Santarém. Belém, 1970.

_____. **Resolução CONSUN nº 549/1985,** de 09 de dezembro de 1985. Estabelece o Regimento da Reitoria da UFPA. Belém, 1985.

_____. **Resolução CONSUN nº. 672,** de 19 de maio de 2009. Cria o *Campus* Universitário de Tucuruí. Belém, 2009e.

_____. **Resolução CONSUN nº 673,** de 19 de maio de 2009. Cria o *Campus* Universitário de Capanema. Belém, 2009f.

_____. **Resolução CONSUN nº 629,** de 24 de outubro de 2007. Aprova a adesão da UFPA ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Belém, 2007f.

_____. **Resolução CONSUN n.º 620,** de 29 de junho de 2007. Aprova o Projeto de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, e dá outras providências. Belém, 2007g.

_____. **Resolução CONSUN n.º 609, de 16 de novembro de 2004.** Aprova a participação no CONSUN de representantes dos *Campi* do interior do Estado. Belém, 2004h.

_____. **Resolução CONSUN nº 604, de 21 de novembro de 2002.** Aprova o Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará 2001-2010. Belém, 2002c.

_____. **Revitalização da Infraestrutura e Verticalização dos Programas Acadêmicos nos *Campi* da Universidade Federal do Pará.** Belém, 1998c.

_____. **UFPA 50 anos: histórias e memórias.** Belém: EDUFPA, 2007h.

_____. **UFPA em Números 2011:** Ano Base 2010. Belém, 2011c.

_____. **UFPA em Números 2010:** Ano Base 2009. Belém, 2010c.

_____. **UFPA em Números 2009:** Ano Base 2008. Belém, 2009g.

YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REITOR / VICE-REITOR / PRÓ-REITORES

Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido -PPGDTU/NAEA/UFPA
Instrumento de Coleta de Dados: Roteiro de Entrevista
Pesquisadora: Maria Páscoa S. de Sousa

Título Provisório: POLÍTICA DE COMPOSIÇÃO DE QUADRO DOCENTE PARA OS *CAMPI* DO INTERIOR DA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: INTERESSES E CONFLITOS NO PROCESSO DECISÓRIO DA UFPA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Categoria do Entrevistado: Reitor (___) / Vice-Reitor(a) (___) Pró-Reitor(a) (___)

Identificação do Entrevistado

Nome:

Período de Gestão:

1 – Ao longo de seu período de gestão como (Reitor/Vice-Reitor), como se realizava/realiza a distribuição de vagas p/ docentes entre as unidades acadêmicas da UFPA?

2 – Qual é/era a estratégia ou os critérios utilizados para definir quais *campi* seriam beneficiados com vagas para docentes?

3 – Há/Havia alguma política específica da administração superior para compor o quadro docente dos *campi* do interior? Se sim, qual?

4 – Quais critérios foram utilizados para realizar a distribuição das vagas do REUNI entre os *campi* do interior e como esta distribuição foi pactuada?

5 – Quanto aos cursos novos e expandidos pelo REUNI UFPA, houve discussão com a comunidade acadêmica dos *campi* para defini-los?

5 - Porque houve tanta discrepância em relação à distribuição das vagas para docentes do REUNI entre os *campi* da UFPA? Alguns, como Marabá, recebendo um total de 81 vagas e outros, como Soure, recebendo apenas 11 vagas?

6 – Além das vagas do Programa REUNI, existem vagas do “Banco de Professor Equivalente” (perfazendo um total de 2.871⁸⁸). Como tais vagas são/foram utilizadas pela administração superior no que diz respeito a necessidades de expansão dos *campi* na sua gestão?

OBS: Questões adicionais foram propostas aos entrevistados ao longo da entrevista, conforme a necessidade de esclarecimento ou por conta do surgimento de informações novas.

⁸⁸ Portaria MPOG/MEC nº 224, de 23/07/07.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COORDENADORES DE CAMPUS

Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido -PPGDTU/NAEA/UFPA
Instrumento de Coleta de Dados: Roteiro de Entrevista
Pesquisadora: Maria Páscoa S. de Sousa

Título Provisório: POLÍTICA DE COMPOSIÇÃO DE QUADRO DOCENTE PARA OS CAMPUS DO INTERIOR DA UNIVERSIDADE MULTICAMPUS: INTERESSES E CONFLITOS NO PROCESSO DECISÓRIO DA UFPA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Categoria do Entrevistado: Coordenador/a ou Ex-Coordenador/a de *Campus*

Identificação do/a Entrevistado/a

Unidade: *Campus* Universitário de _____

Nome: _____

Período de Gestão: _____

Composição de quadro docente p/ os *campus* do interior

1 - Como, ao longo, dos últimos 10 anos, tem sido realizada a distribuição de vagas p/ docentes entre os *campus* da Ufpa?

2 - Como acontecem as negociações para a distribuição das vagas docentes oriundas do MEC entre os *campus* e a administração superior da UFPA?

3 O/A senhor(a) conhece quais critérios foram adotados p/ se construir a **matriz de distribuição de vagas** p/ docentes entre as unidades acadêmicas da UFPA? Se sim, quais seriam eles?

4 Quais foram/são suas estratégias para garantir a atenção da administração superior às demandas por vagas docentes para o *Campus* de _____?

5 O/A senhor(a) conhece quais critérios foram utilizados para subsidiar a distribuição das vagas docente do Programa REUNI entre os *campus* da UFPA? SIM (), quais? NÃO (..)

6 Para definir os novos cursos a serem criados ou expandidos pelo Programa REUNI-UFPA no *Campus* de _____ houve discussão junto a comunidade universitária e local? Quais critérios foram utilizados para defini-los?

7 Na sua opinião, a distribuição de vagas p/ docentes entre as unidades acadêmicas da UFPA é equânime e racional? SIM () NÃO () Porque?

OBS: Questões adicionais foram propostas aos entrevistados ao longo da entrevista, conforme a necessidade de esclarecimento ou por conta do surgimento de informações novas.

APÊNDICE C – LISTA DE ENTREVISTADOS

REITORES e VICE-RETORES

- 1 – Prof. Dr. Carlos Edilson A. Manescky – Reitor da UFPA: Gestão 2009-2013
- 2 – Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello – Reitor da UFPA: Gestão 2001-2005 e 2005-2009.
- 3 – Prof. Dr.^a Regina Feio – Vice-Reitora: Gestão 2005-2009

PRÓ-REITORES

- 1- Prof. Dr. Erick Nelo – Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFPA: Gestão 2009-2013
- 2 – Prof. Dr. Licurgo Brito – Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UFPA: Gestão 2005-2009
- 3 – Sr.^a Sibele Lima Caetano – Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da UFPA: Gestão 2005-2009

COORDENADORES DE *CAMPUS*

- 1 – Prof. Dr. Adriano Sales dos Santos Silva – Coordenador do *Campus* Universitário de Castanhal: (Gestão 1999-2002 / 2006-2009 / 2010-2014)
- 2 – Prof. Esp. Carlos Élvio Neves Paes – Coordenador do *Campus* Universitário do Marajó-Breves (na gestão do *Campus* desde 2001)
- 3 – Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva – Coordenador do *Campus* Universitário de Cametá (Gestão 2005-2009 / 2009/2012)
- 4 – Prof.^a Dr.^a Hildete Pereira dos Anjos – Coordenadora do *Campus* Universitário de Marabá (Gestão 2009-2013)
- 5 – Prof.^a Dr.^a Maria Luizete Sampaio Sobral Carliez - Coordenadora do *Campus* Universitário de Soure (Gestão 2004-2009 / 2009-2012)
- 6 – Prof. Dr. Rainério Meireles - Coordenador do *Campus* Universitário de Altamira (na gestão do *Campus* desde 2002)
- 7 – Prof.^a M.Sc. Maria Marlene Escher Furtado - Coordenadora do *Campus* Universitário de Santarém (Gestão 2006-2009)⁸⁹

⁸⁹ A professora Marlene E. Furtado foi a única informante que não foi entrevistada pessoalmente e tão somente respondeu ao roteiro de entrevista encaminhado para seu e-mail institucional.